IAA/DI/DIn/Biblioteca
PERIÓDICO REGISTRADO
FUNC.º Luiz
DATA 1/11/90

# BRASIL AÇUCAREIRO

ANO XIV — VOL. XXVII JANEIRO — 1946 N.º 1

633.6(81)(05)
B823a

# INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

**CRIADO PELO DECRETO N.º 22.789, DE 1.º DE JUNHO DE 1933**

Expediente : de 12 às 18 horas
Aos sábados : de 9 às 12 horas

**COMISSÃO EXECUTIVA**

A. J. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente — Delegado do Banco do Brasil
Alberto de Andrade Queiroz — Delegado do Ministério da Fazenda
Alvaro Simões Lopes — Delegado do Ministério da Agricultura
José de Castro Azevedo — Delegado do Ministério da Viação
Octávio Milanez — Delegado do Ministério do Trabalho

Alfredo de Maya
Antônio Corrêa Meyer
José Rufino Bezerra Cavalcanti
José Carlos Pereira Pinto
} Representantes dos usineiros

Moacir Soares Pereira — Representante dos banguezeiros

Aderbal Carneiro Novais
Cassiano Pinheiro Maciel
Joaquim Alberto Brito Pinto
} Representantes dos fornecedores

**SUPLENTES**

Gustavo Fernandes Lima
João Carlos Belo Lisboa
Luis Dias Rollemberg
} Representantes dos usineiros

Manuel Neto Carneiro Campelo Junior — Representante dos banguezeiros

João de Lima Teixeira
João Soares Palmeira
José Pinheiro Brandão
} Representantes dos fornecedores

**Sede : PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42**

RIO DE JANEIRO — Caixa Postal 420 — Endereço telegráfico: — COMDECAR

**Fones** Alcool-Motor, 43-5079 e 23-2999; Assistência à Produção, 23-6192; Caixa, 23-2400; Comissão Executiva, 23-4585; Comunicações, 43-8161 e 23-0796; Contadoria, 23-6250; Estatística, 43-6343; Estudos Econômicos, 43-9717; Fiscalização, 23-6251; Gabinete da Presidência, 23-2935; Gerência, 23-5189; Jurídica, 23-6161; Material, 23-6253; Mecanografia, 23-4133; Pessoal, 43-6109; Portaria, 43-7526; Presidência, 23-6249; Publicidade, 23-6252; Restaurante, 23-0313; Serviço do Alcool, 43-3798; Serviço Médico, 43-7208; Técnico Industrial, 43-6539.

Depósito de álcool-motor — Avenida Venezuela, 98 — Tel. 43-4099.
Seção Técnica — Avenida Venezuela, 82 — Tel. 43-5297.

**DELEGACIAS REGIONAIS NOS ESTADOS**

Endereço telegráfico: SATELÇUCAR

ALAGOAS — Rua Sá e Albuquerque, 426 — Maceió
BAHIA — Rua Miguel Calmon, 18-2.º and. — Salvador
MINAS GERAIS — Palacete Brasil — Av. Afonso Pena — Belo Horizonte
PARAÍBA — Praça Antenor Navarro, 36/50 — 2.º and. — João Pessoa
PERNAMBUCO — Av. Marquês de Olinda, 58-1.º and. — Recife
RIO DE JANEIRO — Edifício Lizandro — Praça São Salvador — Campos
SÃO PAULO — Rua 15 de Novembro, 228-3.º and., sala 301/309 — São Paulo
SERGIPE — Avenida Rio Branco, 92-1.º and. — Aracaju

**DISTILARIAS CENTRAIS**

DO ESTADO DA BAHIA — Santo Amaro — End. telegráfico: DICENBA, SANTO AMARO.
DO ESTADO DE MINAS GERAIS — Ponte Nova (E. F. Leopoldina) — Caixa postal, 60 — End. telegráfico: — DICENOVA, PONTE NOVA.
DO ESTADO DE PERNAMBUCO — Distilaria Presidente Vargas — Cabo — (E. F. Great Western) — Caixa postal, 97 — Recife. — End. telegráfico: DICENPER, RECIFE.
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO — Estação de Martins Lage — (E. F. Leopoldina) — Caixa postal, 102 — Campos. — End. telegráfico: DICENRIO, CAMPOS — Fone — Martins Lage, 5.
DO ESTADO DE SÃO PAULO — Distilaria Ubirama — Ubirama — Fone, 35 — End. telegráfico: DICENÇOIS, UBIRAMA.

# BRASIL AÇUCAREIRO

**ORGÃO OFICIAL DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL**

**Registrado, com o n.º 7.626, em 17-10-934, no 3.º Ofício do Registro de Títulos e Documentos e no D. N. I.**

**PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42 - 9.º pav.**

TELEFONE 23-6252 — CAIXA POSTAL 420

DIRETOR — **Miguel Costa Filho.**

Redator principal — **Joaquim de Melo.**

Redatores — **Adrião Caminha Filho, José de Oliveira Leite, Renato Vieira de Melo e João Antônio Mesplé.**

| | |
|---|---|
| **Assinatura (anual), para o Brasil** ..... | **Cr$ 40,00** |
| **Assinatura (anual), para o exterior** ..... | **Cr$ 50,00** |
| **Número avulso (do mês)** ..... | **Cr$ 5,00** |

Vendem-se coleções a partir do 8.º volume, encadernadas, por semestre. Acham-se esgotados os números de janeiro e fevereiro de 1944. Vende-se também o número especial com o índice alfabético e remissivo do 1.º ao 13.º volume.

**As remessas de valores, vales postais, etc., devem ser feitas ao Instituto do Açúcar e do Alcool e não a BRASIL AÇUCAREIRO ou nomes individuais.**

---

**Pede-se permuta**
**On demande l'échange.**
**We ask for exchange.**
**Pidese permuta.**
**Si richiede lo scambio.**
**Man bittet um Austausch.**

**AGENTES:**

**OTAVIO DE MORAIS — Rua da Alfândega, 35 — Recife — Pernambuco**

**HEITOR PORTO & C.ª - Caixa Postal, 235 - Porto Alegre - Rio Grande do Sul**

# SUMÁRIO

## JANEIRO — 1946


POLÍTICA AÇUCAREIRA . . . . . 3

DIVERSAS NOTAS — Arnaldo Pereira de Oliveira — Situação dos fornecedores da Usina Raffard — Reequipamento da indústria açucareira — Reforma de maquinaria de usinas — Melhoramento das fábricas de açúcar dos tipos banguê e turbinador — Concorrência para montagem de novas usinas em São Paulo — Exportação de açúcar . . . . . 6

LEGISLAÇÃO . . . . . 11

ATAS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A. . . . . 14

ATOS DO PRESIDENTE DO I. A. A. . . . . 22

DECISÕES ADMINISTRATIVAS . . . . . 34

O ABASTECIMENTO DE AÇÚCAR PARA SÃO PAULO . . . . . 34

EDITAIS DO I. A. A. . . . . 36

ALCOOL DE MADEIRA . . . . . 37

QUADROS DA SEÇÃO DE ESTATÍSTICA DO I. A. A. . . . . 38

A SITUAÇÃO AÇUCAREIRA MUNDIAL E O MERCADO NORTE-AMERICANO . . . . . 42

LAVOURA CANAVIEIRA NO MÉXICO . . . . . 43

AMPARO À LAVOURA CANAVIEIRA ARGENTINA . . . . . 44

SODRÉ VIANA . . . . . 44

CONSUMO DE AÇÚCAR NO PERU . . . . . 46

INTERCAMBIO BRASILEIRO-SOVIÉTICO . . . . . 47

A SAFRA AUSTRALIANA . . . . . 48

CRÔNICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL . . . . . 49

CANAS QUEIMADAS — Jaime Rocha de Almeida . . . . . 51

AS MELHORES CANAS FORRAGEIRAS . . . . . 60

ADUBOS ORGANICOS E ARTIFICIAIS . . . . . 60

DETERMINAÇÃO DO TEOR DE SACAROSE PARA PAGAMENTO DE CANAS — J. R. Avice e Gérard Stamb . . . . . 62

O PROBLEMA DO REFLORESTAMENTO E AS USINAS — Dalmiro Almeida . . . . . 66

O AÇÚCAR É A BASE DA VIDA . . . . . 68

A GUERRA PÔS EM RELEVO O PAPEL DO AÇÚCAR NA DIETA . . . . . 70

PRODUÇÃO E MOVIMENTO DE ÁLCOOL NO MUNDO . . . . . 72

FOLKLORE DO AÇÚCAR — Joaquim Ribeiro . . . . . 74

O AÇÚCAR NOS PRIMÓRDIOS DO BRASIL COLONIAL — Basílio de Magalhães . . . . . 77

ALGUNS REFORMADORES DA ECONOMIA AÇUCAREIRA NO SÉCULO XIX — José Honório Rodrigues . . . . . 81

OS FAZENDEIROS DE CAMPOS, NO SÉCULO PASSADO — Alberto Lamego . . . . . 85

O AÇÚCAR NO POVOAMENTO DE ALAGOAS — Manuel Diégues Júnior 87

O AÇÚCAR ATRAVÉS DO PERIODICO "O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL" — Jerônimo de Viveiros . . . . . 90

BIBLIOGRAFIA . . . . . 93

BALANCETE DO I. A. A. (Mês de novembro de 1945) . . . . . 94

ORÇAMENTO DO I. A. A. (Posição em 30 de novembro de 1945) . . . . . 97

# BRASIL AÇUCAREIRO

Órgão oficial do
INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

ANO XIV — VOL. XXVII JANEIRO — 1946 N.º 1

## POLÍTICA AÇUCAREIRA

Suelto do "Correio da Manhã" de sua edição de 1 de janeiro, comentando a continuação do racionamento do açúcar, afirma:

"As restrições à população foram e continuam sendo tão fora das realidades, que ao invés de se estar enviando milhões de sacos para a Europa, prossegue-se no racionamento, na fila, no subconsumo e na penúria organizada. Nada de novas usinas, numa terra cuja população cresce!"

Quanto ao passado, está certo. Houve restrições à produção e restrições inevitáveis, para salvar uma indústria arruinada e que de Pernambuco a São Paulo não tinha recursos para continuar a produzir. Não se esqueça que a idéia da fundação do Instituto do Açúcar e do Álcool surgiu na Carteira de Liquidações do Banco do Brasil, para atender às dificuldades de emprêsas insolváveis e desamparadas. Ainda assim, as quotas legais fixadas andavam em cêrca de 12.000.000 de sacos, para um consumo de 9.000.000 de sacos, o que obrigava o Instituto a criar sobretaxas e planos de álcool, no fito de um equilíbrio estatístico entre a produção e o consumo, como base da defesa do preço da mercadoria. Nessa época, o saco de açúcar era vendido a Cr$ 18,00 no mercado exterior, por influência do **dumping** que imperava nesse setor, como em tantos outros da economia internacional. Não obstante, o Instituto fêz sempre todos os esforços possíveis, para manter, mesmo a preço de sacrifício, uma quota no mercado externo, defendendo-a no Conselho Internacional de Londres e compensando-a com seus próprios recursos, ou com o auxílio de sôbre-taxas criadas sôbre o açúcar extra-limite do sul, vendido, ainda assim, em condições superiores às que poderiam resultar de sua colocação no mercado de exportação.

Desde, porém, que as condições mundiais e nacionais tornaram necessário ou possível o emprêgo de produção maior, o Instituto vem estimulando o aumento de produção, com os meios que estão a seu alcance, aumentando as quotas de produção, emprestando dinheiro para financiamento a lavradores e para a compra de adubos, a juros de 2% (e já emprestou mais de Cr$ 40.000.000,00 nesses dois objetivos), autorizando a fundação de novas usinas, aumentando a quota de produção de fábricas pequenas. Resolução da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool estabeleceu: "Fica assegurada, no período de cinco safras, a partir de 1944/45, a liberação, pelo I.A.A., de todo o açúcar de excesso necessário ao consumo nacional. Essa liberação será feita em igualdade de condições com a produção intra-limite e considerada a situação dos preços legais".

A produção autorizada pelo Instituto, sem prejuízo do que seja produzido acima da autorização e que tem garantida a sua liberação, tem sido a seguinte, nos últimos anos, em sacos de 60 quilos: 1941/42, 14.180.794; 1942/43, 14.776.574; 1943/44, 16.484.251; 1944/45, 16.484.985; 1945/46, 17.490.728. A produção obtida no triênio anterior à fundação do Instituto do Açúcar e do Álcool foi, em média, de 8.719.627 sacos; no triênio 1942/43 a 1944/45 a produção de açúcar foi, em média de 14.989.642 sacos. E isso não obstante as dificuldades, criadas pela guerra, para a melhoria das instalações de usinas brasileiras.

A produção verificada está abaixo das autorizações. Para novas usinas, o I.A.A. já distribuiu mais de 1.000.000 de sacos, sem falar nos aumentos dados às fábricas já exis-

tentes. E nada impede que se produza o que se puder, acima das quotas, pois que a distribuição é garantida.

Se ainda perdura o racionamento, é por uma série de motivos, que devem ser considerados. O primeiro é a escassez ou dificuldade de transporte marítimo e ferroviário, que ainda não apresenta a regularidade necessária a uma perfeita distribuição da mercadoria. O segundo é o das condições climatéricas do Nordeste, mercê das quais se verificou enorme redução de safra sôbre a produção obtida em 1943/44 naquela região. O terceiro é o da dosorganização do trabalho rural, desorganização que tanto tem prejudicado a produção agrícola de todo o país, com o êxodo de trabalhadores do campo para as cidades, onde acham colocação nas indústrias que surgiram nesse período de guerra.

Convidamos, entretanto, os censores do I.A.A. a comparar o aumento da produção de açúcar de 1931 a 1945, com o aumento de produção de artigos agrícolas no mesmo período. Verão os censores que o aumento da produção de açúcar figura entre os mais altos índices de desenvolvimento da agricultura brasileira, o que prova, com o apoio irrecusável dos números, que esta autarquia, em vez de elemento de compressão, tem sido uma fôrça de expansão e desenvolvimento da economia canavieira do Brasil. Por isso lamentamos que uma fôlha com a autoridade e o prestígio do "Correio da Manhã" possa acolher informantes apaixonados, ou tendenciosos, que desvirtuam ou desprezam factos e números, que não deveriam ser esquecidos na apreciação do problema.

*
* *

Mal haviamos acabado de enviar uma carta explicativa de assuntos tratados no suelto, dessa fôlha, de 1 de janeiro, diz a administração do I.A.A., em carta ao "Correio da Manhã", e já aparece outro comentário, na edição de 4 de janeiro, sob o título **Álcool mais caro.** Desta vez, o que se ataca é a taxa do álcool, criada, diz o suelto, "pro domo sua" pelo Instituto. Já fizemos ver, entretanto, em cartas anteriores enviadas àquela redação, que a arguição não era verdadeira. Demos as razões e as provas de nossa réplica e embora não tenham sido contestadas, nem as razões, nem as provas, volta a acusação quase que nos mesmos termos, prevalecendo-se do tempo decorrido e da circunstância de estarem esquecidas, ou distantes, as explicações do Instituto.

A taxa sôbre o álcool foi criada com o fito principal, embora não exclusivo, de permitir pagar o álcool produzido diretamente da cana por preço de paridade com o açúcar. O Instituto enviou muito álcool dessa natureza às companhias de gasolina, recebendo destas Cr$ 1,54 por litro e pagando ao produtor, por fôrça daquela paridade, Cr$ 2,20 na safra passada. O preço que está sendo pago às usinas pelo álcool residual é superior ao que resulta das vendas feitas às companhias de gasolina, deduzidos os respectivos fretes. Tudo isso se tem feito dentro de um sistema de bonificações, que já levaram ao produtor mais de 50 milhões de cruzeiros, vindos da arrecadação dessa taxa, que até hoje só tem causado despesas ao Instituto, mas que constitui o único meio de amparar a produção de álcool diretamente da cana, ou de mel rico.

Nem a taxa é de Cr$ 1,00, como diz o suelto. Na verdade, ela se reduz a Cr$ 0,65, no Distrito Federal, deduzido o frete e demais despesas, que foram enumeradas na Resolução respectiva, depois de amplamente discutidas por todos os interessados e considerando-se também a situação dos distribuidores de álcool do Distrito Federal e de Campos.

Se o informante do "Correio da Manhã" não é pessoa de má-fé e preocupada tão sòmente com o objetivo de campanhas sistemáticas, lembraríamos uma visita ao Instituto e um exame dêsses problemas com os técnicos e com os representantes de produtores, que compõem a Comissão Executiva desta autarquia. Não temos o propósito deliberado de perseverar em erros que porventura estejamos cometendo. Discutimos e rediscutimos permanentemente tôdas as nossas soluções. Seria, assim, motivo de satisfação ouvir, numa assembléia de pessoas entendidas no assunto, críticas e sugestões que viessem animadas do propósito sincero de melhoramento dos critérios a que estamos obedecendo.

# SÓCIOS

*em Eficiência*

*Comprovada . . .*

*"caldo limpo e*

*filtragem econômica"*

**O CLARIFICADOR DORR MULTIFEED**

**O FILTRO ROTATIVO OLIVER-CAMPBELL**

Estas máquinas, trabalhando unidas, vêm deixando inteiramente satisfeitos os seus proprietários em todos os principais países produtores de açúcar. Nelas encontrará V. S.ª a máxima eficiência na qual poderá invariàvelmente confiar:

DO CLARIFICADOR DORR MULTIFEED obterá a maior quantidade de caldo limpo de cada litro de caldo cru e de cada metro quadrado de superfície de assentamento — com as vantagens adicionais de lamas mais espêssas e de menor volume.

Dessas lamas mais espêssas V. S.ª obterá uma torta mais fácil de manipular, de baixa polarização, que sai contìnuamente do FILTRO ROTATIVO OLIVER-CAMPBELL

Os CLARIFICADORES DORR converteram-se em equipamentos regulares de 95% das grandes fábricas modernas de açúcar de todo o mundo. Os FILTROS OLIVER - CAMPBELL demonstraram convincentemente, no transcurso de menos de duas décadas, possuir eficiência a baixo custo, em mais de 200 fábricas de açúcar de vinte e cinco países.

O Clarificador Dorr Multifeed, que requer a atenção de um único homem em cada turno, produz um fluxo contínuo de caldo uniformemente limpo. No Dorr é possivel reter o caldo limpo e quente durante os períodos de limpeza habitual da fábrica, sem sofrer mudança apreciável no grau pH. E o Filtro Oliver-Campbell, na sua base limpa e sêca, contribui com sua manutenção reduzida para a produção mais econômica do açúcar.

Esperamos consultas de todos aquêles que se interessam em produzir açúcares superiores mediante a melhor clarificação.

O caldo limpo será sempre a chave da fabricação superior.

As lamas mais espêssas produzidas pelo Dorr "Multifeed" simplificam a filtragem

**DIVISÃO PETREE E DORR**
**DA COMPANHIA DORR**
**Engenheiros**

570 Lexington Avenue
HAVANA

RIO DE JANEIRO

Nova York, 22, E. U. A.
BUENOS AIRES

# DIVERSAS NOTAS

## ARNALDO PEREIRA DE OLIVEIRA

Na sessão efetuada pela Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool a 19 de dezembro de 1945, o Sr. José Carlos Pereira Pinto referiu-se à surpresa de todos quantos se dedicam às atividades açucareiras, ante a brutalidade do acidente que vitimou Arnaldo Pereira de Oliveira, industrial do Estado do Rio. Era o saudoso extinto — prosseguiu o Sr. Pereira Pinto — um dos maiores usineiros fluminenses, sempre disposto a trabalhar em prol das boas causas, tendo prestado ao próprio Instituto os mais relevantes serviços. Foi uma notícia desoladora a da perda dêsse excelente companheiro. Terminou o Sr. Pereira Pinto sua oração requerendo se lançasse em ata um voto de profundo pesar pelo infausto acontecimento, se telegrafasse à família do extinto, transmitindo-lhe as pêsames do Instituto e se suspendesse a sessão em homenagem à memoria de Arnaldo Pereira de Oliveira.

O Sr. Corrêa Meyer associou-se a essas homenagens, em seu nome pessoal e no dos usineiros de São Paulo, de quem acabava de receber essa incumbência. Justificava-se, disse S. S.ª, o profundo pesar dos industriais paulistas, entre muitos outros motivos, porque Arnaldo Pereira de Oliveira, na Comissão Executiva, soube defender-lhes os interêsses quando em boa hora lhe foram confiados.

O Sr. Belo Lisboa, em nome dos usineiros de Minas Gerais, subscrevendo todas as homenagens propostas, sugeriu se telegrafasse também, ao Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado do Rio, e à direção da Sociedade Agrícola e Industrial Magalhães e da Usina Barcelos, transmitindo-lhes o pesar do Instituto.

O Sr. Moacir Soares Pereira, em nome dos banguezeiros, o Sr. Joaquim Pinto, em nome dos fornecedores de cana do Estado do Rio e o Sr. Aderbal Novais, em nome dos lavradores dos demais Estados, associaram-se a todas as homenagens.

Por fim, o Sr. Presidente declarou considerar aprovadas as propostas dos Srs. Pereira Pinto e Belo Lisboa e que se associava, com toda a sinceridade, a essas demonstrações de pesar. Era Arnaldo Pereira de Oliveira um homem prestimoso, capaz de defender os interêsses gerais de sua classe e que não se furtava a encargos e comissões, por mais difíceis e árduos que fossem. Encontrou-o na Comissão Executiva defendendo pontos de vista do Estado do Rio, de São Paulo e da Bahia. Sob êste aspecto poucos poderiam tê-lo excedido nos deveres de representação. Identificado com as reivindicações dessas unidades federativas e de sua classe, era um pelejador consciente, devotado e esforçado.

Entre os usineiros fluminenses, foi dos mais antigos na prestação de serviços ao Instituto. Antes de Suplente de Delegado na Comissão Executiva, exercera as funções de membro do Conselho Consultivo, onde desempenhara valiosos encargos, sobretudo nas elaborações orçamentárias, a que se dedicava com todo o empenho e vigilância.

Essas circunstâncias, além de outras muitas, justificavam a amargura que a todos pungia e as homenagens propostas.

---

## SITUAÇÃO DOS FORNECEDORES DA USINA RAFFARD

Durante a reunião que realizou a Comissão Executiva do I.A.A., a 5 de dezembro último, o Sr. Presidente procedeu à leitura de uma exposição do Sr. Nelson Coutinho, Chefe da Seção de Assistência à Produção, a respeito de entendimentos com a Usina Raffard, da Societé Sucreries Brésiliennes, a fim de regularizar a situação de seus colonos e fornecedores.

O assunto foi abordado com os representantes dessa fábrica, na presença do Procurador do Instituto em São Paulo e do advogado da usina.

Partindo-se da situação efetiva atual do abastecimento de cana à fábrica, para enquadrá-lo no regime previsto pelo art. 48 do Estatuto da Lavoura Canavieira e para os efeitos dos cálculos dos aumentos de 10 e 20%, apurados os conseqüentes acréscimos da quota industrial da usina e do volume global das canas a serem por ela recebidas de seus fornecedores e colonos, feito o levantamento das entregas de canas dos colonos no período das safras de 1930/31 a 1934/35 e extraindo-

se a média anual dêsses fornecimentos, verificou-se que havia tôda a possibilidade de uma fórmula satisfatória para a solução do caso dos colonos.

Oferecidas as bases dessa fórmula e do rateio do saldo entre fornecedores e colonos e feita a necessária revisão para o estabelecimento final das quotas, com audiência dos Srs. Pierre Resmond, Vladimir Piatnisky e José Pedro de Carvalho Júnior, representantes autorizados da Usina Raffard, foi organizado o quadro final do fornecimento de canas, arredondando-se cifras para melhor ajustamento dos interêsses em foco.

Ultimada esta parte do trabalho, cogitou-se da discussão das normas dos contratos-tipos e da composição a ser firmada, combinando-se as bases a adotar como ponto de partida.

De todos êsses entendimentos foi sempre cientificada a Associação dos Fornecedores de Cana de Capivari. Às reuniões sucessivas comparecia grande número de fornecedores, além de seu advogado, Sr. Domingos Guidetti.

Em nova visita a São Paulo — prossegue a exposição — e em novo contato com o escritório central da Société, na presença do Sr. Antônio Corrêa Meyer, bem como dos Srs. Jacques Boud'Hors, superintendente da emprêsa, Vladimir Piatnisky, chefe dos serviços agrícolas da Usina Raffard, Jean Balbau, gerente da Usina Piracicaba, também pertencente à Société, e do Sr. Procurador Regional em São Paulo, foram pràticamente aceitas tôdas as condições.

Em conclusão, ficou estabelecido que a Société mandaria uma minuta de contrato-tipo, elaborada de acôrdo com as bases dos entendimentos, para ser examinada pelos órgãos técnicos do I.A.A. e, finalmente, pela Comissão Executiva.

As perspectivas do feliz têrmo das negociações proporcionaram oportunidade a telegramas aos representantes da emprêsa e dos fornecedores, augurando completo êxito para as negociações.

Entretanto — conclui a exposição — com grande surprêsa recebera a Seção de Assistência à Produção, de um dos representantes da Usina Raffard, um ofício em que se diz textualmente:

"Em reunião especialmente convocada pela Cia., a sua Diretoria bem estudou e examinou a proposta de V. S.ª sôbre a possibilidade de um acôrdo entre os seus colonos, a fim de liquidar-se o dissídio existente, deliberando, então, que já agora não é o momento oportuno, em face dos últimos acontecimentos políticos.

Todavia, logo que se consolide a situação, a Cia. estará disposta a considerar de novo o assunto, não dispensando, entretanto, a gentileza da valiosa colaboração de V. S.ª, para o seu bom êxito".

O Sr. Presidente comentou e registrou com assombro, que tenha partido de estrangeiros a audácia dessa declaração.

O Sr. Andrade Queiroz propôs e foi aceito pela Comissão Executiva que, oficialmente, se transmitissem à Associação dos Fornecedores de Cana de Capivari os têrmos dêsse ofício.

A seguir o Sr. Cassiano Maciel recordou outros entendimentos satisfatórios com a mesma usina, sempre encerrados, porém, pelo recuo de seus representantes.

Finalmente o Sr. Corrêa Meyer, comunicando que essa usina não é membro da Associação de Usineiros do Estado de São Paulo, pediu lhe fôsse fornecida cópia da exposição do Sr. Nelson Coutinho, sendo atendido pelo Sr. Presidente.

---

## REEQUIPAMENTO DA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA

Em sessão da Comissão Executiva do I.A.A., realizada em 14 de novembro p. p., o Sr. Presidente leu a carta em que a Companhia de Importação, Industrial e Construtora se oferece para colaborar com o Instituto, no que se relaciona com o fornecimento de maquinaria moderna, inclusive instalações de fabricação e refinação de açúcar, locomotivas, vagões, guindastes e todo o equipamento correlato à indústria açucareira. Coloca a Companhia os seus escritórios em New York à disposição do Instituto para o estudo de projetos e pedidos, apresentação de orçamentos e financiamento a longo prazo. Suas relações com as principais fábricas norte-americanas, vinculadas, em sua maioria, à assistência de banqueiros, permitem preços vantajosos e colaboração técnica competente.

Em face do exposto, consulta ao I.A.A. se lhe interessaria, para a aquisição de equipamento, a abertura de um crédito até Cr$ 10.000.000,00, sujeito às seguintes condições de pagamento e amortização: 25% do valor das faturas, pagamento contra a entrega do material e os restantes 75% ao prazo de 5 a 10 anos, vencendo juros de 4,5% ao ano.

Como os banqueiros americanos desconhecem a idoneidade financeira dos compradores, em particular, e não lhes convindo financiamento de pouco valor, sugere a Companhia o estudo de uma modalidade que, sem ônus ou riscos, acautelando os interêsses do Instituto, o constituísse distribuidor dos equipamentos aos usineiros, atuando com a sua garantia subsidiária.

Considerando a sugestão da Gerência do Instituto, no sentido de ser dada, em garantia do financiamento, uma taxa por saco de açúcar, cobrada pelo Banco do Brasil e nêle depositada em conta especial, poderia êsse estabelecimento de crédito, mediante a comissão de praxe, agir como interveniente nos contratos celebrados.

A proposta da Compannia de Importação, Industrial e Construtora foi acolhida com simpatia. O Sr. Presidente ponderou que convém acautelar os interêsses do Instituto, não o envolvendo também em compromissos muito amplos.

---

## REFORMA DE MAQUINARIA DE USINAS

Em ofício de 3/12/45, a Seção Jurídica do I.A.A. levou ao conhecimento do Presidente desta autarquia o seguinte fato, que lhe foi comunicado pelo Procurador Regional de São Paulo, em ofício de 1/12/45:

"Muitas usinas de São Paulo reformaram profundamente a sua maquinaria, dispondo agora de capacidade de esmagamento muito mais considerável que a constante do tombamento existente no I.A.A. E' geralmente sabido em São Paulo que as usinas do Estado pretendem atingir o máximo de sua capacidade de produção.

As oficinas de Mário Dedine, em Piracicaba, estão fabricando várias instalações para usinas de 30.000 sacos, destinando-se uma delas a Jaú e outra a Barra Bonita.

A Fazenda Bela Vista, da viúva Lavínia Lessa Martins, a maior fornecedora de cana da Usina Barbacena, de Pontal, está preparando instalações para o fabrico de açúcar, não dispondo de qualquer quota, mesmo de açúcar batido.

A Fazenda Bela Vista, há anos passados, comprou maquinaria de uma usina do Estado do Rio, tendo o Instituto indeferido a pretensão de inscrição de fábrica de açúcar cristal, que pretendia a mesma montar. A Fazenda produziu álcool durante uma safra".

Em sessão da Comissão Executiva do I. A. A., realizada a 5 de dezembro último, o Sr. Barbosa Lima Sobrinho propôs e foi aprovado dar vista do assunto ao Sr. Antônio Corrêa Meyer, para exame e discussão do mesmo, oportunamente.

---

## MELHORAMENTOS DAS FÁBRICAS DE AÇÚCAR DOS TIPOS BANGUÊ E TURBINADOR

Em ofício de 25 de setembro último, a comissão incumbida de elaborar o projeto que dispõe sôbre melhoramentos das fábricas de açúcar dos tipos banguê e turbinador, ponderou que a exclusão dos artigos 1.º, 2.º e 3.º dêsse projeto, votada pela Comissão Executiva do I. A. A., destruía a unidade da resolução, tornando-se difícil a execução do disposto nos demais artigos. Fundamentando suas dúvidas, lembrou a deficiência das definições legais das diversas fábricas de açúcar, ao par das deliberações do próprio Instituto em face da lei e acentuou a confusão que reina no assunto por não se achar disciplinado devidamente. Convém, por isso dar, afinal, uma situação definitiva, às várias categorias de fábricas, o que era feito pelos aludidos artigos 1.º, 2.º e 3.º, harmonizando-se dessa forma os dispositivos da Resolução.

O Sr. Castro Azevedo, incumbido de emitir parecer sôbre essa representação, declarou em sessão de 8 de novembro p. p., não encontrar nenhum fundamento para os temores da comissão especial. Antes do Estatuto da Lavoura Canavieira, a lei se referia a usi-

na, engenho banguê e meio-aparêlho. Sòmente em 1935, em Resolução da Comissão Executiva, se falou em engenho turbinador, expressão consagrada depois pelo aludido Estatuto.

Entretanto, a lei, silenciando sôbre a caracterização de meio-aparêlho, definiu deficientemente a usina e o engenho. Dos testos legais, depreende-se que qualquer engenho que tenha turbina é considerado usina, quando esta requer, além dêsse, todos os aparelhos essenciais à produção de açúcar de tipo superior. Da mesma forma, a definição de usina como fábrica que disponha de turbina e vácuo ou um e outro dêsses aparelhos é tecnicamente errada.

Dêsse modo, enquanto não se modificarem as definições legais, não convém reproduzi-las em Resolução do Instituto. Além da reincidência do êrro, seria desnecessário. E não pode, por outro lado, o Instituto modificar o texto da lei.

Conseguintemente, manifestou-se contrario ao deferimento da representação.

O Sr. Presidente acentuou as dificuldades de uma solução, porque há um verdadeiro conflito entre a caracterização técnica e a definição fiscal dos tipos de fábricas. A lei, apenas de índole fiscal, para descriminar as cobranças das taxas de Cr$ 3,10 ou de Cr$ 1,50 despreza os elementos integrantes da usina ou do engenho. Mas, não pode o Instituto modificá-la.

Sugeriu, por isso, a seguinte solução:

A Comissão Executiva entende que seria necessária a classificação ou definição proposta, se feita por lei. Numa Resolução, a Comissão Executiva não terá força para alterar o que a lei estabelece e, ou se limitará a repetir a lei, o que não chega a esclarecer a matéria, ou não poderá ter fôrça legal. Mantenha-se, pois, o téxto aprovado.

A C. E., por unanimidade, aprovou a proposta do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

---

## CONCORRÊNCIA PARA MONTAGEM DE NOVAS USINAS EM SÃO PAULO

Em sessão da Comissão Executiva do I.A.A., realizada em 11 de novembro, p. p., o Sr. Presidente recordou fatos ocorridos em tôrno da concôrrencia realizada para a montagem de novas usinas em São Paulo, fatos êsses de tal gravidade que o levaram a pedir o pronunciamento dos Srs. Delegados junto à Comissão Executiva, indicados pelos produtores paulistas. Concedeu, por isso, a palavra ao Sr. Corrêa Meyer, para expor seu ponto de vista, a respeito.

O Sr. Corrêa Meyer procedeu à leitura das seguintes medidas, deliberadas em conjunto com a Comissão especial incumbida de proceder ao julgamento da concorrência, e que foram unanimemente aceitas:

a) — anulação da concorrência pela Comissão Executiva, em face das irregularidades apresentadas em ofício reservado da comissão especial, as quais chegaram ao conhecimento da aludida comissão, posteriormente à apresentação dos relatórios sôbre as propostas do Estado de São Paulo;

b) — comunicação aos interessados e publicação da decisão no "Diário Oficial";

c) — abertura de nova concorrência para 3 usinas de 30.000 sacos de açúcar cada uma;

d) — devolução dos depósitos.

Suggeriu o Sr. Presidente que se intercalasse, entre os itens **c** e **d** o seguinte:

"d) — as zonas indicadas na concorrência anterior deverão figurar na nova concorrência como motivo de preferência, em igualdade de condições com as propostas de outras zonas".

---

## EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR

A Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco enviou ao Instituto do Açúcar e do Álcool o seguinte telegrama, datado de 10 de dezembro último:

> "Estando estimada a safra de açúcar de usinas de Pernambuco em 4.500.000 sacos pelo Instituto do Açúcar e do Álcool e distribuída de acordo esta quantidade, consultamos se podemos negociar 100.000 sacos de açúcar para Portugal ao preço de Cr$ 190,00 F.O.B., desde que

a safra atinja 4.600.000 sacos. O embarque ficaria condicionado a sòmente ser efetuado depois de termos atingido 4.500.000 sacos. Aguardamos resposta Vossência. Saudações".

Sobre o assunto, o Gerente do I.A.A. emitiu o seguinte parecer:

"A estimativa da safra de Pernambuco foi fixada em 4.500.000 sacos, segundo dados fornecidos pelos produtores. Naturalmente, o Instituto não poderia fazer a distribuição da safra com base em cifra diferente daquela e, por isso, foi obrigado a racionar o suprimento a todos os mercados, inclusive o de Pernambuco. O racionamento foi feito na proporção de 10% do consumo do Brasil, de acordo com a situação constatada no período de suprimento relativo à safra anterior. Mesmo com os abastecimentos racionados, subsistem sérias dificuldades para se poder atender às necessidades dos mercados consumidores.

Há, de fato, falta de açúcar no Brasil e o motivo de uma estimativa inferior à real (não errada, porque 100.000 sacos em 4.500.000 — apenas 2,22% — não é erro) não justificaria a exportação de açúcar que viria a fazer falta ao consumo da população brasileira.

Não poderá, de maneira alguma, o Instituto autorizar a exportação pleiteada. Entretanto, se, mantido o racionamento atual, ao fim do período de abastecimento relativo à safra corrente, houver sobra de açúcar de usinas (cristal, refinados ou demerara) em Pernambuco, o Instituto estudará a possibilidade de permitir a sua exportação para o exterior".

A Comissão Executiva do I.A.A., em sessão de 12 daquele mês, aprovou o parecer.

*
* *

Em carta de 27/11/1945, a firma H. Douat & Cia., de Joinville, em Santa Catarina, pediu autorização ao I. A. A. para exportar para o Uruguai 3.000 sacos de açúcar mascavo, em parcelas de 500 sacos mensais.

Declara a firma requerente que se trata de açúcar a ser empregado na industrialização de outros produtos brasileiros — ervamate, café e cacau — adquiridos pela mesma firma do Uruguai.

Segundo as estatísticas do I.A.A., a produção de açúcar mascavo de Santa Catarina, nos últimos cinco anos, orçou pela cifra de 400.000 sacos, devendo a atual safra atingir a mesma quantidade. Da produção do Estado, não mais de 10% são exportados para Estados vizinhos. A situação estatística não aconselharia, pois, a exportação para o exterior.

Considerando, entretanto, que os mercados nacionais não estão interessados na aquisição de açúcar mascavo;

Considerando, por outro lado, que a exportação pleiteada é de quantidade muito pequena e se destina o respectivo açúcar ao emprego na industrialização de outros produtos brasileiros, poderá ser aceita a proposta de H. Douat & Cia. para exportação de 500 sacos mensais, sem fixação do total de 3.000 sacos.

Em qualquer momento, sendo necessário, por qualquer motivo, o Instituto suspenderia a exportação, independente de estar atingida a quantidade de 3.000 sacos pleiteada.

A Comissão Executiva, considerando o assunto na sessão de 12/12/45, resolveu aguardar o resultado das providências que vão ser tomadas em relação ao pedido de exportação de açúcar mascavo de Pernambuco e Alagoas, junto aos Estados consumidores. A resposta à firma H. Douat & Cia. será dada, oportunamente, de acordo com o que fôr resolvido em relação à exportação de Pernambuco e Alagoas.

*
* *

Em ofício de 16/11/45, o Sr. Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores do Brasil informou ao I.A.A. que o Conselho de Ministros do Uruguai, em sessão de 26/9/45, aprovou a aquisição de 15.000 toneladas de açúcar refinado do Brasil.

# LEGISLAÇÃO

## BRASIL

### DECRETO-LEI N.º 8.400 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1945

**Extingue a Coordenação da Mobilização Econômica e dá outras providências**

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta :

Art.. 1.º — Fica extinta a 1.º de janeiro de 1946 a Coordenação da Mobilização Econômica, encerrando-se dentro de 60 dias, contados daquela data, as atividades administrativas da mesma (entrega do material permanente e do arquivo, prestação de contas e outras).

Art. 2.º — São transferidos para as repartições estatais abaixo indicadas, na situação em que se encontram (pessoal admitido de acôrdo com o Decreto-lei n.º 4.750, de 28 de setembro de 1942, material em uso e dependências ocupadas), os seguintes órgãos :

1.º) Para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio :

a) Setor da Produção Industrial (Escritório Central e Escritórios Regionais de São Paulo e Rio Grande do Sul), com as atribuições previstas na Portaria n.º 21, de 19 de novembro de 1942, do Coordenador da Mobilização Econômica ;

b) Comissão Nacional de Preços, com as atribuições previstas nas Portarias ns. 405, de 6 de setembro, 411, de 9 de outubro, 415, de 27 também de outubro, e 424, de 30 de novembro, tôdas de 1945, do Coordenador da Mobilização Econômica.

2.º Para o Conselho Federal de Comércio Exterior :

a) Serviços de Contrôle da Exportação e Importação dos Gêneros Alimentícios, que já funciona no referido Conselho, com as atribuições previstas na Portaria n.º 382, de 14 de junho de 1945, do Coordenador da Mobilização Econômica.

b) Serviço de Licenciamento de Despachos dos Produtos Importados, com as atribuições previstas na Portaria n.º 286, de 23 de setembro de 1944, do Coordenador da Mobilização Econômica.

3.º) Para o Ministério da Agricultura (Departamento Nacional da Produção Mineral): — Setor Produção Mineral, com as atribuições previstas nas Portarias ns. 177, de 27 de dezembro de 1943, 223 e 224, ambas de 15 de maio, 248, de 31 de julho, 253, de 1.º de agôsto, tôdas de 1944, 373, de 25 de maio, e 377, de 1.º de junho, estas de 1945, do Coordenador da Mobilização Econômica.

Art. 3.º — Ficam a cargo das autoridades máximas das repartições de que trata o artigo anterior (Ministros de Estado e Diretor Geral), as seguintes medidas :

---

Apesar dos preços mais elevados do que os anteriores e isso devido ao aumento quase diário das cotações internacionais, o Uruguai se via na contingência de aceitar a oferta, para poder normalizar a situação do seu próprio consumo.

Medidas internas deveriam ser tomadas, no sentido de não exceder o preço de varejo dêsse açúcar, no Uruguai, a 34 centésimos o quilo (cêrca de Cr$ 4,00).

Em sessão da Comissão Executiva do I.A.A., realizada a 5 de dezembro último, o Sr. Presidente declarou que não houve a operação em aprêço e que a oferta a que se referia o Ministério do Uruguai não passou de proposta de negócio desautorizado, impossível de ser confirmado pelo Instituto, em vista da situação do mercado de açúcar em nosso próprio país.

Por ocasião da visita de representantes uruguaios ao Instituto, no mês de setembro, ficou evidenciada a impossibilidade de qualquer exportação de açúcar de usinas para o Uruguai, do que teve conhecimento, na ocasião, a Comissão Executiva.

a) reestruturação e adaptação das atribuições dos órgãos que passam para a respectiva jurisdição ;

b) extinção dos mesmos órgãos, à medida que se tornar dispensável o funcionamento de cada um dêles ;

c) nomeação e exoneração dos servidores dos mencionados órgãos, nos têrmos da Ordem de Serviço n.º 43, de 20, publicada no "Diário Oficial" de 22, tudo de dezembro de 1944, do Coordenador da Mobilização Econômica.

Parágrafo único — Os servidores dos órgãos que forem extintos (letra "b" dêste artigo), poderão ser aproveitados, a critério do Govêrno, nos respectivos Ministérios ou no Conselho Federal de Comércio Exterior, ou noutras repartições federais, observadas as disposições vigentes sôbre admissão de extranumerários, no que lhes sejam aplicáveis.

Art. 4.º — Os poderes conferidos ao Coordenador da Mobilização Econômica, bem como as atribuições que lhe foram dadas em diplomas legais, cessarão a 1.º de janeiro de 1946.

§ 1.º — O disposto neste artigo não atinge as atribuições administrativas do Coordenador, respeitado o prazo a que se refere o art. 1.º, segunda parte.

§ 2.º — Os poderes e atribuições gerais do Coordenador, que não possam cessar na data da extinção da Coordenação da Mobilização Econômica, são transferidos para as autoridades federais ou estaduais que tratam dos respectivos assuntos em tempo de paz.

§ 3.º — O Presidente da República expedirá os atos indispensáveis à marcha regular dos assuntos sujeitos à ação da Coordenação, quando se tornar necessário esclarecer o que determina o parágrafo anterior.

§ 4.º — O Departamento Nacional da Produção Animal do Ministério da Agricultura elaborará o plano de abastecimento de carnes a partir de 1946, competindo-lhe observar e fazer cumprir as prescrições da Portaria n.º 416, de 29 de outubro de 1945, do Coordenador da Mobilização Econômica.

Art. 5.º — Serão transferidas para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e para o Conselho Federal de Comércio Exterior as parcelas das dotações do Orçamento da Coordenação da Mobilização Econômica que serão propostas pelo Coordenador dentro do prazo previsto na segunda parte do art. 1.º dêste decreto-lei.

Parágrafo único — O Ministério da Fazenda indenizará a Imprensa Nacional, à conta da Verba 3 — Serviços e Encargos — S/c 53 — Instalação e Manutenção de Setores, Serviços e Contrôles — do Orçamento de que trata êste artigo, as despesas decorrentes da impressão de seis (6) volumes de umas trezentas (300) páginas e dois mil (2.000) exemplares cada um, da obra que está sendo elaborada sôbre as atividades da Coordenação da Mobilização Econômica, desde sua criação até a data de sua extinção.

Art. 6.º — As atribuições conferidas ao Coordenador da Mobilização Econômica pelo Decreto-lei n.º 8.250, de 29 de novembro de 1945, serão transferidas ao Diretor Geral do Conselho Federal de Comércio Exterior, a partir da data da publicação dêste Decreto-lei.

Art. 7.º — Êste Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.
**A. de Sampaio Dória.**
**J. Pires do Rio.**
**Teodureto de Camargo.**
**R. Carneiro de Mendonça.**

("D. O.", 28/12/1945.).

---

## ARGENTINA

**Estabelece medidas para prevenir e reprimir a especulação com o açúcar**

Visto a necessidade de controlar os detalhes das compras e vendas do açúcar para regularizar a distribuição do produto e

Considerando :

Que a Lei 12.591 (art. 8.º) autoriza o Poder Executivo Nacional a criar registros, estabelecer a fiscalização de reservas, comprovar as origens e custos e exercitar todos os recursos que assegurem o cumprimento da mesma ;

Que é necessário prevenir e reprimir as manobras especulativas que possam dificultar o abastecimento normal da população ;

Isto pôsto e levando em consideração a proposta da Secretaria de Indústria e Comércio,

O Presidente da Nação Argentina,

Decreta :

Art. 1.º — As pessoas e entidades de tôda a República que de modo habitual ou acidental vendam açúcar por atacado, por conta própria ou de terceiros, com excepção das usinas e seus consignatários, deverão solicitar inscrição nos registros que, para êste fim, serão abertos na Direção de Abastecimento.

A solicitação de referência será formulada em carta registrada endereçada à referida repartição no prazo de dez dias desta data, indicando na mesma os seguintes dados : nome, enderêço e telefone da firma ou razão social; antiguidade do estabelecimento; ramos principais e acessórios que explora; se opera em açúcar por conta própria ou de terceiros; se vende o produto também no varejo; zona na qual exerce normalmente suas operações; quantidade de sacos de açúcar de 70 quilos recebidos no curso do ano de 1944 e, também, no período compreendido entre 1.º de janeiro e 31 de outubro do ano corrente.

Art. 2.º — As pessoas e entidades que não solicitem sua inscrição na fórma e no prazo indicados no artigo anterior, não poderão operar no comércio do açúcar por atacado e se tornarão passíveis das sanções previstas na Lei 12.591, sem prejuízo do fechamento imediato do estabelecimento e dos depósitos e requisição do produto. Estas medidas poderão ser adotadas pelas autoridades encarregadas do contrôle do abastecimento nas diferentes jurisdições. O açúcar requisitado será vendido aos preços oficiais, de acôrdo com as ordens emanadas das mesmas autoridades.

As disposições dêste artigo vigorarão enquanto a Secretaria de Indústria e Comércio não considerar normalizado o abastecimento do produto.

Art. 3.º — A partir de 1.º de dezembro próximo, as pessoas e entidades compreendidas no artigo primeiro, deverão manter em dia, sem emendas ou rasuras, mapas nos quais constem pormenorizadamente o recebimento de cada remessa de açúcar (vendedor, qualidade e preço de compra), bem como tôdas as operações de venda (destinatários, quantidades, qualidades, preços faturados ou cobrados) e as datas de recebimento e entrega.

Art. 4.º — A partir da mesma data apontada no artigo anterior, os comerciantes varejistas de tôda a República, que vendam açúcar, deverão confeccionar um mapa com informes sôbre as partidas de açúcar entradas, com indicação do nome e domicílio do fornecedor, a data do recebimento, o valor e a qualidade do produto comprado. Igualmente deverá constar do referido mapa o total do açúcar vendido semanalmente, sem prejuízo de justificar o seu destino quando as vendas forem superiores às normais.

Art. 5.º — Os industriais que utilizam o açúcar como matéria prima deverão justificar o seu consumo quando a autoridade fiscalizadora julgar conveniente.

Art. 6.º — As pessoas e entidades que operem ao mesmo tempo como atacadistas e varejistas, deverão escriturar nos mapas previstos no artigo terceiro os informes sôbre as compras e vendas por atacado, na forma indicada no citado artigo, e o total das vendas semanais no varejo.

Art. 7.º — Os mapas utilizados pelos atacadistas compreendidos neste decreto serão fornecidos diretamente pela Direção do Abastecimento, que as remeterá aos comerciantes que houverem solicitado sua inscrição nos registros previstos no artigo primeiro.

# COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.

**Publicamos nesta seção resumos das atas da Comissão Executiva do I.A.A. Na seção "Diversas Notas" damos habitualmente extratos das atas da referida Comissão, contendo, às vêzes, na íntegra, pareceres e debates sôbre os principais assuntos discutidos em suas sessões semanais.**

## 69.ª E 70.ª SESSÕES ORDINÁRIAS, REALIZADAS EM 8 DE NOVEMBRO DE 1945

Presentes a ambas as sessões os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Otávio Milanez, Castro Azevedo. Antônio Corrêa Meyer, Luís Dias Rollemberg, Arnaldo Pereira de Oliveira, Aderbal Novais, Joaquim Alberto Brito Pinto e Moacir Soares Pereira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Programa de construção das Fôrças Armadas Norte-Americanas no Norte do País** — Em carta de 12-10-45, a Standard Oil Company of Brasil expressa ao Sr. Presidente do I. A. A. os seus agradecimentos pela cooperação que lhe foi prestada pelo Instituto, para resolver o problema da execução do programa de construções das Fôrças Armadas Norte-Americanas no Norte do Brasil. A cooperação do Instituto consistiu no empréstimo espontâneo e gratuito do material para assegurar decisivamente o abastecimento da base aérea de Natal quando se processava a respectiva construção. Consulta a Standard Oil sôbre a possibilidade de continuarem aquêles tanques no armazenamento de produtos de petróleo da Companhia, mediante pagamento de aluguel e seguro. A Comissão Executiva, tomando conhecimento do assunto, se regozija com a primeira parte da carta, mandando publicá-la na revista "Brasil Açucareiro"; quanto à segunda parte, resolve mandar ouvir a Seção de Álcool-Motor, para opinar a respeito do aluguel dos tanques à Standard Oil Company.

**Fabricação de aguardente** — Luís Lopes Varela, com usina de açúcar e álcool, instalada no Município de Ceará-Mirim, Rio Grande do Norte, em telegrama de 15 de outubro findo, requer autorização para fabricar aguardente na safra em curso, a exemplo do que lhe fôra concedido na safra anterior. De acôrdo com os pareceres, concede-se a autorização.

— Irmãos Fernandes Ltda. pedem permissão para fabricar aguardente na safra de 1945-46, na Usina Monte Alegre, de sua propriedade, comprometendo-se, todavia, a fabricar álcool, de acôrdo com a procura e capacidade de seus depósitos. Defere-se o pedido, de acôrdo com os pareceres.

**Preço do álcool e seu escoamento** — O Sr. Antônio Corrêa Meyer traz a debate a situação premente dos produtores paulistas de álcool, declarando que os usineiros de São Paulo desejam saber qual o preço do álcool e se o Instituto mantém as bonificações já planejadas. O assunto é longamente debatido aprovando-se a seguinte resolução:

a) Autorizar as usinas a vender livremente o álcool carburante a preço de concorrência com a gasolina, indicando o preço de venda na guia de remessa;
b) Adquirir o desidratante necessário para distribuição às usinas;
c) Verificadas as condições de venda do álcool, considerar-se-á a situação dos produtores para a distribuição das bonifica-

---

Art. 8.º — Tôdas as pessoas e entidades a que se refere o presente decreto estarão obrigadas a conservar arquivadas em ordem cronologica todos os documentos justificativos das operações de compra e venda do mencionado produto, os quais deverão permanecer à disposição das autoridades encarregadas da fiscalização do abastecimento. Êste dispositivo não abrange as vendas regulares do comercio varejista.

Art. 9.º — A Direção de Abastecimento poderá solicitar às pessoas e entidades compreendidas no presente decreto declarações juramentadas, na forma, prazo e com a amplitude que julgue convenientes.

Art. 10.º — As pessoas que não observarem o disposto nos artigos anteriores e as que, de qualquer forma, dificultarem o abastecimento do produto dentro dos preços máximos fixados nas diferentes jurisdições, serão objeto das sanções previstas na Lei 12.591, sem prejuízo do disposto no artigo segundo do presente decreto.

Art. 11.º — O presente decreto será referendado pelo Secretário de Estado no Departamento de Obras Públicas.

Art. 12.º — Comunique-se, publique-se, leve-se ao Registro Nacional e arquive-se.

Buenos Aires, 2 de novembro de 1945. — FARRELL, Juan Pistarini e Maranio Abarca.

ções, dentro dos recursos da Caixa do Álcool e de acôrdo com os dispositivos da Resolução 110/45;

d) No Estado do Rio, incumbir a Seção do Álcool de examinar a quantidade de álcool hidratado que poderá ser estocado para oportuna desidratação;

e) O I. I. A. poderá rever esta decisão, desde que exista desidratante para a produção do álcool anidro.

**Compra de desidratante para álcool anidro** — Dada a dificuldade de obtenção de desidratante pelas usinas que possuem distilarias de álcool anidro, na proporção de suas necessidades, propõe o Sr. Gerente do Instituto que adquira êste, por intermédio da Anglo Mexican Petroleum Company, uma partida suficiente para atender às necessidades de tôdas as distilarias, na safra em curso. A proposta é aprovada.

**Pedido de amparo da indústria de aguardente** — Em carta de 6-8-45, o Sr. Mário Wanderley da Costa, proprietário do engenho Iriguassu comunicando que a produção de aguardente de sua fábrica está na iminência de parar, devido ao baixo preço que estão oferecendo os compradores — Cr$ 2,30 por litro, contra Cr$ 3,50, anteriormente — sugere várias medidas para amparar as pequenas fábricas de aguardente. De acôrdo com o parecer da Seção de Estudos Econômicos, manda-se arquivar o processo.

**Auxílios e donativos** — De acôrdo com o parecer da Gerência, aprova-se a proposta do **Codiq** para fornecimento de material para uma distilaria a ser instalada na Escola de Agricultura do Estado de Minas Gerais, dentro da verba de 200 mil cruzeiros, concedida à referida escola.

**Distilarias centrais** — O Sr. Presidente manda ler uma exposição do Sr. Gerente sôbre a concessão de um empréstimo de 10 milhões de cruzeiros ao Govêrno do Paraná para instalação de uma distilaria e usina. O assunto é encaminhado à Comissão encarregada de estudar os casos de novas usinas.

**Limitação** — Resolve-se encaminhar à Seção de Assistência à Produção, o parecer do Sr. Corrêa Meyer a respeito do reajustamento das usinas de quotas inferiores a 20 mil sacos, no Estado de São Paulo.

**Montagem de novas fábricas** — A decisão da Comissão Executiva, constante da ata de 31-10-45, que atribuiu ao Sr. Fileno de Miranda uma quota de 20.000 sacos para a montagem de uma usina de açúcar, no município de Dores do Indaiá, Estado de Minas Gerais, resultou da circunstância de ter havido saldo na distribuição das quotas (Resolução 103/45) e do fato do Sr. Fileno de Miranda se ter classificado em igualdade de condições com os proponentes — Srs. Djalma Pinheiro Chagas e Severino Rabelo, tendo sido a êstes deferida a quota da zona este do Estado de Minas, pelo critério preferencial previsto no item IX do edital de concorrência.

**Transferência de maquinaria** — Em requerimento datado de 7 do corrente, o Sr. Fileno de Miranda, tendo em vista a decisão da Comissão Executiva, tomada em sessão de 3 de outubro próximo passado, que lhe concedeu uma quota anual de 20.000 sacos de açúcar destinada a uma usina a ser instalada no município de Dores de Indaiá, Minas Gerais, requer autorização para efetuar a remoção do material da Usina Santa Teresinha, de Goiana. Estado de Pernambuco, para o local onde pretende instalar a nova usina. A Comissão Executiva resolve deferir o pedido, ficando, todavia, o funcionamento da usina dependendo das cláusulas da concessão.

**Distilaria Rio Novo Ltda.** — A Distilaria Rio Novo Ltda., constituída de lavradores-fornecedores de cana à Distilaria Rio Novo, Minas Gerais, requer a conversão de sua quota de fornecimento de cana para álcool em quota de canas para açúcar. O requerimento é indeferido, de acôrdo com o parecer da Seção de Estudos Econômicos.

**Limitação** — A Cia Minéria e Agrícola, proprietária da Usina Vargem Alegre, em requerimento datado de 29 de junho do corrente ano, solicita que lhe seja concedida uma quota de produção anual de 50.000 sacos de açúcar. De acôrdo com o parecer da Seção de Estudos Econômicos, o pedido é indeferido.

— Em carta de 11-7-45, a S. A. Agrícola e Industrial Usina Miranda, proprietária da Usina Miranda, em São Paulo, tendo em vista os 700.000 sacos de quotas que vai o I. A. A. distribuir pelas usinas do País, apresenta os elementos relativos à sua atual capacidade de produção, para efeito de sua inclusão na respectiva distribuição. Encaminha-se o expediente à Seção de Assistência à Produção.

**Alteração de maquinaria** — Em carta de setembro de 1945, o Sr. Bento de Abreu Sampaio Vidal, possuidor de um engenho de açúcar batido e aguardente, na Fazenda Alpes, na Estação de Santa Lúcia, Estado de São Paulo, pede para produzir açúcar turbinado, ainda nesta safra. Indefere-se o pedido, de acôrdo com o parecer da Seção de Estudos Econômicos.

— Em expediente encaminhado pela Presidência da República, Giácomo Treu & Filhos, proprietários de um engenho banguê, sito no Município de Araraquara, Estado de São Paulo, requerem autorização para instalar uma turbina no seu engenho. O pedido é indeferido.

— Em petição de 14-7-45, a firma Meireles Vilela & Cia., como proprietária de um engenho turbinador situado em Altinópolis, Estado de São Paulo, solicita autorização para instalação de vácuo e acessórios na referida fábrica. O pedido é deferido.

— Em petição de 6-7-45, Miguel Petrilli, na qualidade de proprietário da Fazenda São Francisco do Quilombo, situada em São Carlos, Estado de São Paulo, solicita a averbação de transferência para o seu nome, de um engenho turbinador adquirido por compra à Viúva Carolina Reato, engenho que estava instalado em Santa Rita,

Estado de São Paulo, pedindo, outrossim, permissão para remover a referida fábrica para a sua propriedade. O requerimento é deferido.

— Roberto de Araujo & Cia., proprietário do Engenho Manassu, sito no Municipio de Jaboatão, Estado de Pernambuco, na inicial, requerem autorização para instalar no mesmo uma turbina. Defere-se o requerimento.

**Inscrição de fábricas — Rapadura** — 23.634/44 — Avelino da Costa Pereira — Além Paraíba — Minas Gerais — A Comissão Executiva, em sessão de 13 de junho do corrente ano, deferiu o pedido constante do presente processo, concedendo ao interessado a inscrição de seu engenho para o fabrico de rapadura. Acontece, todavia, que o interessado não pediu inscrição de engenho de rapadura, mas sim de açúcar mascavo. A Seção de Estatística, à vista do exposto, em representação de 24-10-45, considerando que o presente processo foi inadvertidamente incluido pela Seção Jurídica no parecer em que opinava pelo deferimento de vários outros pedidos de inscrição de engenhos de rapadura, solicita permissão para sugerir que, em vez de se registrar o engenho como rapadureiro, seja modificada, pela Comissão Executiva, a sua decisão, em relação sòmente ao presente processo, e convertido o mesmo em diligência, para o fim de ser examinada a pretensão do interessado contida na inicial. A Comissão Executiva resolve aprovar a representação da Seção de Estatística.

— A Comissão Executiva aprova o parecer da Seção Jurídica, de 17-10-45, exerado no processo de interêsse de José Antoneli e outros, tendo em vista o que dispõe a Resolução n. 92/44, que regulamentou o Decreto-lei n. 6.389, de 30-3-44, deferindo a solicitação de inscrição de engenho rapadureiro constante dêste processo e mais os pedidos de inscrição dos processos mencionados no aludido parecer e adiante relacionados: — Orestes Cavalheiro, Luís Martins Ramos, Manuel Ferreira Armond, Oscar Paulo de Oliveira, Oscar da Silva Costa, Osório Martins Ramos, Otávio José Goulart, Otacilio Velasco, Otávio Goulart, Pascoal Borgati, Pedro Dutra de Aguiar, Rita Teixeira dos Santos, Rodolfo Teixeira de Sousa, Sebastião Francisco de Lima, Sebastião Monteiro Gomes, Sebastião Sousa, Secundino Eduardo, Tavares José Cordeiro, Valdomiro da Silva Leite, Vanderlino de Oliveira e outros, Antônio de Oliveira Gabeto, Júlio Wermelinger, Altino Pedro Azevedo, Luís Gomes da Silva, Raimundo Alves de Macedo Lima, Raimundo Campelo de Lavor, Tales Ferreira e Silva, Teodorico Pessoa da Silva, Umbelina Rebelo Machado, Teodorico Pessoa da Silva, Serafim José Lima, Marcelino Luís de Sousa, João Pessoa Cabral, João Barbosa de Neiva, Jaime Barbosa Soares, Enock Barbosa Ribeiro, Benedito Alves da Luz, Francisco Marques Macatrão, Francisco Gonçalves, Firmino Gomes da Silva, Domingos Barbosa de Carvalho, Bernardo Marques Macatrão, Bento Alves de Almeida, Antônio Rodrigues Teixeira, Raimundo Nonato de Sousa, Alexandre Diniz Rego, Alcides Morais, Teodoro de Góis Caldas, Rosa Martins de Araújo, Justino Gonçalves Neto, João Tibúrcio do Nascimento, Firmo Ribeiro, Simeão Gonçalves de Abreu, Eugênio da Silva Taques, Eugênio Gomes da Silva, Domingos da Costa Campos, Pedro de Almeida Vieira, Leônidas Diniz Boechat, José Antoneli, Américo Hilário Gomes, Boaventura Alves da Costa, Antônio de Sousa Oliveira, Antônio Vicente Barbosa, Antônio José Pereira, Antônio Feliciano da Rocha, Bernardino Rodrigues de Sousa.

— Em sessão de 27 de junho do corrente, a Comissão Executiva deferiu o pedido constante do processo de João Afra de Araújo, Minas Gerais, concedendo inscrição do engenho do requerente para o fabrico de rapadura, incluído em uma relação constante do parecer da Seção Jurídica, contendo vários processos da mesma espécie.

— A Seção de Estatística, em representação de 24-10-45, pede permissão para sugerir que seja modificada a decisão acima, no tocante ao engenho em causa, uma vez que se trata apenas de uma averbação de transferência do engenho, do nome de Antônio Faustino de Almeida para o do interessado, conforme consta dos documentos de fls. 3, 5, 9 e 12 do processo. A Comissão Executiva resolve aprovar a representação da Seção de Estatística, para o fim de fazer a transferência do engenho em causa, do nome de Antônio Faustino de Almeida para o de João Afra de Araujo.

— Isaías Caetano Pinto — Espírito Santo. — Por decisão da Comissão Executiva em sessão de 19-7-45, foi inscrito o engenho de propriedade de Isaías Caetano Pinto, Espírito Santo, para o fabrico de rapadura, de acôrdo com o parecer da Seção Jurídica. — Acontece, entretanto, que o interessado pediu inscrição para fabrico de açúcar bruto, havendo, para êsse fim, juntado os documentos exigidos pela diligência de fls. 9. A Seção de de Estatística, à vista do exposto, em representação de 24-10-45, pede permissão para sugerir que a Comissão Executiva modifique a sua decisão, em relação ao processo, e o converta em diligência, para o fim de serem examinadas as pretensões do interessado, o qual, na hipótese de não conseguir o deferimento de seu pedido, poderá ter o seu engenho enquadrado nas disposições da Portaria número 49 da Coordenação da Mobilização Econômica. A Comissão Executiva resolve aprovar a representação da Seção de Estatística.

---

## 71.ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Alberto de Andrade Queiroz, Otávio Milanez, Castro Azevedo, Antônio Corrêa Meyer, José Carlos Pereira Pinto, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Joaquim Alberto Brito Pinto, Cassiano Maciel e Aderbal Novais.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Comparecimento do Sr. Andrade Queiroz** — O Sr. Presidente, ao dar início aos trabalhos da sessão, diz do prazer da Comissão Executiva em ver integrado nas suas funções de representante do Ministério da Fazenda, o Sr. Alberto de Andrade Queiroz, um dos iniciadores da obra realizada pelo I. A. A. O Sr. Andrade Queiroz agradece as palavras do Sr. Presidente.

**Expediente** — Constou do seguinte: telegrama do Sr. Afonso Várzea e outros, agradecendo a excursão a Campos que o I. A. A. lhes proporcionou; ofício da ANCAP a respeito da visita de representes uruguaios ao Brasil, no qual ratifica o convite feito ao Sr. Presidente do I. A. A. para visitar aquela organização; ofício do Sr. Lino Morganti, a propósito do Campeonato de Cortadores de Cana do Uruguai.

**Bonificação sôbre álcool** — Aprova-se, por unanimidade, o parecer do Sr. Otávio Milanez, indeferindo-se em conseqüência, a reclamação da Usina Cucaú, Pernambuco, a respeito das bonificações sôbre álcool na safra de 43-44.

— Aprova-se a proposta da Seção de Estudos Econômicos relativa ao pagamento de bonificação sôbre álcool da safra 44-45.

**Praga da cigarrinha** — Em face das notícias recebidas de Sergipe, solicitando providências para o combate à praga da cigarrinha nos canaviais do Estado, a C. E. resolve incumbir o Sr. Presidente de dar solução ao caso.

**Pedido de auxílio** — Com fundamento no art. 3.º da Resolução 109/45, o Sr. José Augusto Vilas, proprietário da Usina Acutinga, Bahia, solicita o auxílio do I. A. A., alegando ser difícil a situação financeira da referida fábrica. O assunto é encaminhado à Comissão Especial, encarregada de regulamentar o dispositivo mencionado.

**Reajustamento de quotas** — De conformidade com a proposta do Sr. Corrêa Meyer e do parecer da Seção de Assistência à Produção, ambas aprovadas pela C. E. passam ter as suas quotas aumentadas para 20 mil sacos as seguintes usinas paulistas: Capuava, Santa Elisa, Bom Retiro, Rochelle, Tamandupá, São Miguel, Da Pedra, São Vicente, Furlan, Santa Cruz, Varjão, Paredão, N. S. Aparecida, Azanha, Lambari, São Francisco, Santa Cruz e Boa Vista.

— De acôrdo com o parecer da Seção de Assistência à Produção, resolve-se fixar em 22.622 sacos a quota da usina Novo Horizonte, Estado do Rio.

**Estimativa** — A C. E. toma conhecimento de um ofício da Seção de Fiscalização, no qual se apresenta uma estimativa da safra 1945/46.

**Inscrição de fábricas — Rapadura** — Elisa Lopes da Silva e outros — A Comissão Executiva aprova o parecer da Seção Jurídica, de 17-10-45, exarado no processo em epígrafe, de interêsse de Elias Lopes da Silva e outros, tendo em vista o que dispõe a Resolução n. 92/44, que regulamentou o Decreto-lei n. 6.389, de 30-3-44, deferindo a solicitação de inscrição de engenho rapadureiro constante dêste processo e mais os pedidos de inscrição dos processos mencionados no aludido parecer e adiante relacionados: — Manuel Moreira Maciel, Balbina Lousada, Anselmo Blunck, Braz Capua, Antônio Mendes de Carvalho, João Rodrigues de Oliveira, Etelvina Charpinel Schvan, Euclides José do Nascimento, Antônio Mendes de Carvalho, Joaquim Soares Cardoso, José Afonso Marriel, Filipe Baudsou, Carmindo Tertuliano Matias, Manuel Paulo de Azevedo, Antenor Xavier de Mendonça, Agostinho de Almeida Bispo Filho, Cesário da Silva Goulart, Antônio Granato de Faria, Antônio Nepomuceno Teixeira, Brasiliano Pereira de Lacerda, Cândido Alves de Oliveira, Cândido Ferreira de Carvalho, Cândido Ferreira Pimenta, Carlos da Costa Melquíades, Carlos Paulo de Lima, Cassiano Dias Ferreira, Catulino Domingos de Ramos, Clemente Domingos dos Santos, Clemente Marques de Oliveira, Efigênio Lopes Caldeira, Clementina Maria Ribeiro, Clementino Soares de Oliveisa, Cia. Industrial Agro-Pecuária S. A., Cristiano Otoni Alves Ferreira, Dale Mascarinhas Ltda., Daniel Utsch Carneiro, Davi Bernardes de Faria, Deonízio Euzébio de Almeida, Deusdedit Alves de Sousa, Deusdedit Lima Ferreira, Domingos Alves de Oliveira, Domingos Ambrósio de Carvalho, Domingos Antônio Ribeiro, Domingos Ferreira Louro, Domingos Gielo, Domingos Soares Risseli, Elias Lopes da Silva, João Martins Moreira de Sousa, Valdemar Pires Ferreira, Pascoal Santulo.

— Jacintha Umbelinda Botelho e outros — Parecer da Seção Jurídica n. 1.763-45 — de 24-10-45 contendo a seguinte relação: — Isabel da Fonseca Leite, Ibrahim Antônio da Costa, Hipólito José Batista, Hermógenes Alves de Sousa, Hermano Paulo Tiago, Gustavo Moreira de Sousa, Guilherme Alves, Gualtes Nobre de Figueiredo, Geraldo Vidigal Carneiro, Geraldo Patrocínio de Oliveira, Geraldo Neves de Sousa, Geraldino Hermógenes Henriques, Geraldo Henriques, Geraldo Francisco Ribeiro, Geraldo Dias, Isabel Leite Ferreira, Gastão Leão da Mata, Francisco Teixeira Soares, Francisco Martins de Freitas, Francisco Luís de Oliveira Júnior, Francisco Gonçalves de Paiva, Francisco Elias de Sousa Francisco Duarte, Francisco Damásio Sousa Sobrinho, Francisco Correia da Costa, Francisco Claro dos Santos, Francisco Casceli (herds.), Francisco Assis Nogueira, Francisco Alves Proença, Francisco Afonso Caldeira Mourão, Frederico Rodrigues Galvão, Frederico Corveto Napoleão, Flávio & Irmãos, Fernando Lopes da Silva, Fernando Ferreira da Silva, Felício Coelho de Araújo, Gentil Freire de Alkmim, Gedeon Xavier da Silva, Gabriel da Mata Vieira, Feliciano Ruas de Alkmim, Faustino José de Sousa, Evangelino Rodrigues de Carvalho, Euzebio de Oliveira Barroso, Eurico Meireles Guedes, Etelvino Rodrigues, Erotides de Araújo Cunha, Erondino Lima Campos, Ernesto Weber, Ernestino Gomes de Sousa, Ernestina Augusta de Miranda.

— Francisco A. Linhares Filho e outros — Parecer da Secão Jurídica n. 1.716/45 — de 18-10-45, contendo a seguinte relação: — Francisca Maria da Conceicão, Francisca de Lemos da Silva (viúva), Firmino Moreira Lima, Filemon Fernandes Teles, Fenelon Lima & Ralfe Colares Cavalcante, Felix Lopes da Silva, Filinto Manuel da Cruz, F. Elisiário Bezerra, Evaristo Ribeiro Pontes, Estanislau Facanha Filho, Eurico Pessoa de Farias, Eulália Maria da Conceição, Euclides Teixeira de Albuquerque, Epifânio de Holanda Cavalcanti, Elpídio Celestino Rodrigues, Francisca de Sousa Lima, Dorotheu de Paiva Filho, Domingos Pires Ferreira, Domingos Marques de Castro, Do-

mingos Felix Teixeira, Daniel Américo de Araújo, Cordolino Pereira Marinho, Clemente Vieira de Carvalho, Clemente José Pinheiro, Clarindo Rodrigues da Silva, Clarindo Fernandes da Costa, Clara Alves de Oliveira (Herdeiros), Cipriano Alves do Prado, Cícero Nogueira Primo, Cícero Galdino do Nascimento (Herdeiros), Cícero de Castro Jales, Cícero Antônio Crispim, Casimiro Alves de Barros, Cândido Xavier de Sá, Cândido José de Meneses, Cândido Franklin de Albuquerque, Cândido Benício Sampaio, Brígido Ferreira da Silva, Bertoldo Barbosa Cordeiro, Casimiro Bernardo da Silva, Bernardina Pereira Façanha, Benjamim Damasceno Vasconcelos, Augusto Eufrásio de Oliveira, Armando Saboia Ribeiro, Antônio de Sousa Mororó, Antônio Ramos Moreira, Antônio Quixadá, Antônio Pereira da Costa.

— Teodorico Ribeiro Coutinho — São Paulo em petição de 9-7-38 o interessado solicita a inscrição de um engenho situado em Areias, Estado de São Paulo, como produtor de açúcar. A Seção Jurídica, em parecer aprovado, tendo em vista o fato de que o engenho só produz aguardente, opina pelo indeferimento do pedido.

— Pelegrino Guinzione — São Paulo — Em petição de 14-12-40, o interessado como proprietário de um engenho situado em Casa Branca, Estado de São Paulo, solicita a inscrição da referida fábrica como produtora de açúcar e rapadura. A fls. 16 do processo o peticionário declara haver adquirido o engenho a João Ribeiro da Silva, e ainda mais que pretende fabricar sòmente rapadura. A Seção Jurídica, em parecer aprovado, opina pela inscrição do engenho em nome de João Ribeiro da Silva e a seguir pela averbação de transferência de inscrição para Pelegrino Guinzione.

---

## 72.ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Alberto de Andrade Queiroz, Octávio Milanez, Luis Dias Rollemberg, Antônio Corrêa Meyer, José Carlos Pereira Pinto, Álvaro Simões Lopes, Moacir Soares Pereira, Cassiano Maciel, Aderbal Novais e Joaquim Alberto Brito Pinto.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Exportação de álcool** — De acôrdo com o parecer da Gerência, autoriza-se a exportação para a Bélgica, de 3 milhões de litros de álcool hidratado, na conformidade da proposta da firma M. E. Grand & Cia.

**Produção de açúcar** — A C. E. aprova as conclusões dos relatório da Seção de Assistência à Produção sôbre a distribuição dos aumentos de 10 e 20 por cento para as usinas São Francisco, Bom Retiro, Santa Cruz, Vassununga, Itaquerê e Amália.

**Montagem de fábrica** — Aprova-se a proposta da Seção de Assistência à Produção relativa a montagem de usina nas distilarias autônomas de álcool do Estado de São Paulo.

**Inscrição de fábricas de rapadura** — João Olinto Torres e outros — A Comissão Executiva, aprova o parecer da Seção Jurídica, n. 1.767/45 de 25-10-45, exarado no processo em epígrafe, de interêsse de João Olinto Torres e outros, tendo em vista o que dispõe a Resolução 92/44, que regulamentou o Decreto-lei n. 6.389 de 30-3-44, deferindo a solicitação de inscrição de engenho rapadureiro constante dêste processo e mais os pedidos de inscrição dos processos mencionados no aludido parecer, e abaixo relacionados: — João Rodrigues do Prado, João Rodrigues da Silva, João Romão de Oliveira, João Ruela de Oliveira, João Sabino de Figueiredo, João de Sousa Pinto, João Teixeira Lages, João Teodoro de Sousa, Jair Gonçalves Vieira, Januária Luísa de Jesus, Jerônimo Pereira da Silva, Josina da Silva Dias, Jovelino Lagares de Sousa, Julião de Sousa Freire, Júlio Inácio Ferreira, João Pedro de Oliveira, Júlio Teófilo Ribeiro, João Alves de Alkimim, João Alves Figueiredo, João Anicésio de Melo, João de Araújo Franco Leal, João Antônio de Paiva, João de Araújo Pechinho, João Barbosa Mendes, João Batista de Camargos, João Batista Filho, João Batista Pinto, João Curvelo de Ávila Torres, João Elói de Melo, João Eusébio de Sousa Costa, João Faustino Barbosa, João Ferreira Leal, João Galvão de França, João Geraldo Ribeiro, João Gomes Batista, João Gomes dos Santos, João Gonçalves Luzia, João José Medina, João José Page, João José Teixeira, João Francisco da Silva, João Lázaro de Aguiar, João Leandro Vieira, João Lino de Paula, João Luís de Asseno, João Luís de Sousa, João Maximiano de Araújo, João Nunes da Mota, Jacinto José de Oliveira,.

---

## 73.ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Alberto de Andrade Queiroz, Octávio Milanez, Luís Dias Rollemberg, Álvaro Simões Lopes, Antônio Corrêa Meyer, Cassiano Maciel, Moacir Soares Pereira e Joaquim Alberto Brito Pinto.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Estação Experimental de Campos** — A. C. E. toma conhecimento das informações prestadas pelo Diretor da Estação Experimental de Campos, considerando-as satisfatórias e manda que nesse sentido se responda ao referido departamento.

**Exportação de açúcar** — O Sr. Luís Dias Rollemberg, reportando-se a uma notícia divulgada na imprensa sôbre a exportação de açúcar para o Uruguai, propõe a publicação de uma nota explicativa, o que é aprovado pela C. E.

— A C. E. toma conhecimento de um telegrama da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco pedindo informação sôbre se o I. A. A. autorizara a venda de 250 mil sacos de açúcar para o Uruguai, O I. A. A. autoriza a desmentir a noticia e encaminha à Seção de Estudos Econômicos a sugestão da Cooperativa sôbre a revisão de preços.

**Cooperativa de fornecedores da Bahia** — Considerando os têrmos de uma carta da Delegacia Regional da Bahia, a C. E. julga conveniente que a Cooperativa Mista dos Fornecedores de Cana da Bahia tenha a sua sede em Santo Amaro.

**Inscrição de fábrica de rapadura** — José da Silva Ferreira e outros — Minas Gerais. — A Comissão Executiva aprova o parecer da Seção Jurídica, n. 1.768/45, de 25-10-45, exarado no processo em epígrafe, de interêsse de José da Silva Ferreira e outros, tendo em vista o que dispõe a Resolução 92/44, que regulamentou o Decreto-lei n. 6.389, de 30-3-44, deferindo a solicitação de inscrição de engenho rapadureiro constante dêste processo e mais os pedidos de inscrição dos processos mencionados no aludido parecer e abaixo relacionados: — José Rodrigues de Moura, José Ribeiro de Sousa, José Ribeiro da Silva, José Ribeiro de Castro, José Pereira Lemos, José Pereira da Costa, José Pedro da Rocha, José Marques da Costa, José Maria dos Santos, José Lourenço da Silva, José Leonardo da Costa, José Justiniano de Aguiar, José Iria Generoso, José Hilário Pires, José Geraldo de Alkmim, José Gabriel da Silva, José da Silva Maia, José Freire de Alkmim, José Floripes Page, José Ferreira de Sousa, José Fernandes de Araújo, José Custódio Ferreira Sobrinho, José da Cruz Costa e Irmãos, José da Costa Sobrinho, José Correia, José Cândido Romão, José Cândido Franco, José Campos de Farias, José Belisário de Oliveira, Joaquim Viriato Rodrigues, Joaquim Teixeira da Silva Júnior, Joaquim Sabino de Oliveira, Joaquim Rodrigues Sobrinho, Joaquim Rodrigues Filho, Joaquim Rodrigues do Carmo Sobrinho.

---

## 74.ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 5 DE DEZEMBRO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinno, Alberto de Andrade Queiroz, Álvaro Simões Lopes, Otávio Milanez, Antônio Corrêa Meyer, J. C. Belo Lisboa, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Cassiano Pinheiro Maciel, Joaquim Alberto Brito Pinto e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

**Fabrico de aguardente** — De acôrdo com o parecer da Seção de Estudos Econômicos, autoriza-se a Usina Vila Bela, Rio Grande do Norte, a fabricar aguardente na safra corrente.

**Exportação de açúcar** — Tomando conhecimento de um pedido da Associação Comercial de São Paulo, e de acôrdo com o parecer da Gerência, a C. E. nega autorização para a exportação de 50 sacos de açúcar mascavo.

**Distribuição de açúcar** — Considerando uma proposta do Sr. Luís Rollemberg e as informações da Gerência, sugere o Sr. Presidente e é aceito pela Comissão Executiva que se verifiquem as vendas de açúcar sergipano às regiões de Bahia e Alagoas, na última safra, e se informem os interessados sôbre êsses dados concretos.

**Estimativa da safra** — A. C. E. toma conhecimento de uma estimativa da produção açucareira organizada pela Seção de Fiscalização.

**Classificação de canas** — Considerando o parecer da Seção de Estudos Econômicos, numa reclamação da Usina Quissamã, a C. E. resolve manter a classificação da cana Co 290 entre as variedades de alto teor de sacarose e pureza.

**Montagem de fábricas** — Em ofício de 1-12-45, a Seção Jurídica dá conhecimento ao Sr. Presidente do ofício de 31-10-45, do Procurador Regional de São Paulo, a propósito da instalação de uma nova usina, denominada Usina São Francisco do Quilombo, instalada na Estação de Paraíso, E. F. Sorocabana, Município de Piracicaba, São Paulo, com desrespeito ao que parece da legislação açucareira. O Sr. Presidente propõe, sendo aprovado, que se dê vista do caso ao Sr. Corrêa Meyer.

**Modificação de espécie** — Em petição de 16-8-45, Romeu Garcia Ribeiro, como proprietário de um engenho Turbinador, limitado em 153 sacos, situado em Cajuru, Estado de São Paulo, solicita autorização para transformar o referido engenho em fábrica de açúcar cristal.

— A Seção de Estudos Econômicos, em parecer que é aprovado, opina pelo deferimento do pedido, ressalvando-se, entretanto, que a referida concessão não poderá, de forma alguma, servir de pretexto a qualquer pedido futuro de aumento de quota de produção.

— M. Nascimento Júnior — São Paulo, indeferido.

**De açúcar bruto em açúcar turbinado** — Antônio Andrade Ribeiro — Minas Gerais — deferido.

**Aumento de limite** — Pedro Cavalcante de Arola — Pernambuco, fixa-se o limite em 2010 sacos.

**Remoção de Engenho** — José de Cilo & Filhos — São Paulo, deferido.

**Instalação de turbina** — Belisário Teodoro Nogueira — São Paulo, indeferido.

**Inscrição de fábricas de aguardente** — Irmãos de Cilo & Cia. — São Paulo, deferido. Júlio Strubing Muller — Mato Grosso, resolve-se encaminnar o caso ao Presidente.

**De rapadura** — Jorge Francisco Ferreira — Ceará, deferido.

**Modificação de firma** — Trevizoli & Gerbasi, São Paulo, deferido nos têrmos do parecer da Seção Jurídica. — Joaquim Ribeiro dos Santos, Joaquim Quirino dos Reis, Joaquim Pereira do Carmo, Joaquim Luís de Mendonça, Joaquim Leôncio Ribeiro, Joaquim José Julião, Joaquim Francisco de Sousa, Joaquim Carneiro de Rezende, Joaquim Batista de Sousa, Joaquim Antônio da Silva, Joaquim Antônio de Aguiar, Joaquim Antônio Pereira, Joaquim Anacleto Álvares, Joaquim Alves Ferreira.

**Inscrição de fábrica de rapadura e aguardente e averbação de transferência de proprietário** — Adib Burihan — São Paulo, deferido.

# LES USINES DE MELLE S. A.

## ALCOOL ANIDRO

### MELLE—BOINOT

**Processos azeotrópicos de desidratação**

**Fabricação direta do álcool absoluto**

| USINAS | Capacidade de produção por 24 horas — Litros |
|---|---|
| Amália | 10.000 |
| Baixa Grande | 5.000 |
| Barcelos | 20.000 |
| Bom Jesus | 5.000 |
| Brasileiro | 15.000 |
| Catende | 30.000 |
| Cambaíba | 10.000 |
| Conceição | 15.000 |
| Cucaú | 15.000 |
| Junqueira | 20.000 |
| Laranjeiras | 15.000 |
| Maravilhas | 15.000 |
| Miranda | 10.000 |
| Paineiras | 5.000 |
| Pontal | 10.000 |
| Pumati | 22.000 |
| Queimado | 15.000 |
| Quissamã | 15.000 |
| Santa Cruz | 15.000 |
| Santa Luísa | 5.000 |
| Santa Maria | 10.000 |
| Santa Teresinha | 30.000 |
| São José | 25.000 |
| Serra Grande | 12.000 |
| Tanguá | 15.000 |
| Timbó-Assu | 7.000 |
| Tiúma | 22.000 |
| Trapiche | 15.000 |
| Volta Grande | 5.000 |

**INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL**

| | |
|---|---|
| Distilsria Central Estado do Rio | 60.000 |
| Distilaria Central Presidente Vargas | 60.000 |
| Distilaria Central Ponte Nova | 20.000 |
| 32 distilarias | 553.000 |

ESTABILIDADE ABSOLUTA

FUNCIONAMENTO SIMPLES

ECONOMIA DE MATERIAL

ECONOMIA DE COMBUSTIVEL

## FERMENTAÇÃO

**Processo de recuperação das leveduras**

| USINAS | Capacidade de produção por 24 horas — Litros |
|---|---|
| Amália | 10.000 |
| Baixa Grande | 5.000 |
| Barcelos | 20.000 |
| Bom Jesus | 5.000 |
| Brasileiro | 15.000 |
| Cambaíba | 15.000 |
| Conceição | 15.000 |
| Cucaú | 15.000 |
| Cupim | 20.000 |
| Fazenda Lídia | 5.000 |
| Laranjeiras | 15.000 |
| Leão (Utinga) | 10.000 |
| Maravilhas | 15.000 |
| Miranda | 10.000 |
| Outeiro | 30.000 |
| Paraíso (Tocos) | 15.000 |
| Piracicaba | 15.000 |
| Pontal | 10.000 |
| Pôrto Feliz | 20.000 |
| Pumati | 22.000 |
| Pureza | 6.000 |
| Queimado | 15.000 |
| Quissamã | 15.000 |
| Roçadinho | 7.000 |
| Santa Bárbara | 8.000 |
| Santa Cruz | 15.000 |
| Santa Luísa | 5.000 |
| Santa Maria | 10.000 |
| Sapucaia | 6.000 |
| São José | 30.000 |
| Serra Grande | 15.000 |
| Tanguá | 15.000 |
| Timbó-Assu | 7.000 |
| Tiúma | 22.000 |
| Trapiche | 15.000 |
| Vassununga | 5.000 |
| Vila Raffard | 20.000 |

**INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL**

| | |
|---|---|
| Distilaria Central Presidente Vargas | 60.000 |
| Distilaria Central da Bahia | 12.000 |
| Distilaria Central Ponte Nova | 20.000 |
| 40 distilarias | 595.000 |

NOTAVEL AUMENTO DE RENDIMENTO
MAIOR CAPACIDADE DE PRODUÇÃO
TRABALHO SEGURO E QUASE AUTOMATICO
MELHOR QUALIDADE DO ALCOOL FABRICADO
**na fermentação de:**
**açúcar, melaço, caldo de cana, mandioca e cereais.**

**Representante geral no BRASIL:**

# ROBERTO DE ARAUJO

RIO DE JANEIRO

**Av. Presidente Vargas, 149 — 9.º andar — salas 17/18 — Tel. 23-0381**

# LES USINES DE MELLE S. A.

Casa Fundada em 1878

## Indústrias de derivados do Alcool:

ACIDO ACETICO
ACETONA
ANIDRIDO ACETICO
BUTANOL
ACETATO DE CELULOSE

} Síntese partindo do álcool potável

## Fabricação de Esteres:

ACETATO DE ETILA
ACETATO DE AMILA
ACETATO DE BUTILA

} Processos contínuos

## Fermentação Butilacetônica:

Matérias-primas: MILHO, MANDIOCA, ARROZ, MELAÇO, ETC.

Trinta anos de experiência e aperfeiçoamento neste tipo de indústria

GARANTIMOS OS RENDIMENTOS DE TODOS OS NOSSOS PROCESSOS DE FERMENTAÇÃO E DE SINTESES

REFERENCIAS NO MUNDO INTEIRO

Representante geral no BRASIL:

ROBERTO DE ARAUJO

RIO DE JANEIRO

Av. Presidente Vargas, 149 — 9.º andar — salas 17/18 — Tel. 23-0381

# ATOS DO PRESIDENTE DO I. A. A.

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, despachou os seguintes processos:

**ESTADO DE ALAGOAS:**

36.688/45 — Eduardo Melo & Cia. Ltda. — Maceió — Inscrição de alambique — Deferido, em 29-11-45.

1.030/39 — Esperidião de Barros Alb. Lins — Camaragibe — Inscrição de engenho — Arquive-se, em 20-11-45.

4.772/42 — Afonso Mendonça Uchôa — S. L. Quitunde — Restituição da taxa de $ 300 s/38.900 quilos de açúcar produzido pelos engenhos "Lagoa Vermelha e Santa Cruz" — Deferido, em 16-10-45.

28.717/45 — Carlos Gomes de Barros e outros — C. Leopoldina — Requer nos têrmos do art. 68 parágrafo único do Decreto-lei 3.855, seja concedida remoção da quota e da maquinaria do engenho — Deferido, em 16-10-45.

27.925/45 — Mario Marroquim — U. Palmares — Montagem de alambique — Deferido, em 20-9-45.

**ESTADO DO AMAZONAS:**

29.922/44 — Pedro Negreiros & Cia. — Manaus — Inscrição de fábrica de aguardente — Deferido, em 19-11-45.

1.414/43 — Pio E. Ordozgoiti — Manicoré — Inscrição de engenho de aguardente — Deferido, em 27-11-45.

**ESTADO DA BAHIA:**

7.275/45 — Américo da Silva — Mutuipe — Baixa de inscrição de açúcar — Deferido, em 4-12-45.

27.558/45 — Antônio Costa de Sousa — Nilo Peçanha — Inscrição de engenho de aguardente — Deferido, em 19-11-45.

1.461/45 — Antônio Francisco do E. Santo — Amargosa — Transferência de engenho de rapadura para Lindolfo de Sousa Andrade — Deferido, em 4-12-45.

4.309/43 — Astéria Querubina Leal — Amargosa — Mudança de seu engenho da jurisdição do Município Lage para o de Amargosa, em virtude nova divisão territorial — Deferido, em 21-11-45.

2.038/39 — Gervásio de Sousa Lemos — S. Antº. Jesus — Inscrição de engenho de mel e recurso dos herdeiros de Claudemira de Sousa Lemos — Deferido, em 19-11-45.

2.955/39 — Oséas da Silva Valença — Rio Real — Inscrição de engenho — Arquive-se, em 20-11-45.

6.815/41 — Asdrubal Machado de Oliveira — Esplanada — Transferência de engenho para João Argolo — Deferido, em 16-10-45.

**ESTADO DO CEARA':**

70/43 — Antônio José Negreiros — Ibiapina — Redução de limite de engenho rapadureiro — Arquive-se, em 30-10-45.

6.861/40 — Edmundo Queiroz de Albuquerque — Palma — Inscrição de engenho aguardente — Deferido, em 13-11-45.

4.423/40 — Francisco A. Linhares Filho — Pacoti — Aumento limite produção rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

4.539/40 — Francisco Aniceto de Sousa (herdeiros) — Milagres — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

4.419/40 — Francisco de Araújo Filho — Pacoti — Aumento limite produção rapadura — Arquive-se, 31-10-45.

1.168/42 — Francisco de Assis Pita (Padre) — Santanópole — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

3.804/41 — Francisco Gomes de Farias — Aquiraz — Aumento quota rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

1.207/42 — Francisco José de Brito — Crato — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

922/41 — Francisco Lopes Ferreira — Pacoti — Aumento quota de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

1.163/42 — Francisco de Paula Melo — Crato — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

637/41 — Francisco Paulo da Fonseca — Maranguape — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

4.977/40 — Francisco Paulo do Nascimento — S. Benedito — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

1.161/42 — Francisco Pereira de Alencar Irmão — Santanópole — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

747/43 — Francisco Rodrigues Freire — S. Benedito — Redução de limite de engenho rapadureiro — Arquive-se, em 31-10-45.

4.429/40 — Francisco Teixeira de Castro — Pacoti — Aumento limite produção rapadura — Arquive-se, em 30-10-45.

835/41 — Francisco Uchôa Cavalcante — Canindé — Aumento quota de rapadura — Arquive-se, em 30-10-45.

7.049/40 — Gabriel Fernandes da Costa — Ubajara — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 30-10-45.

1.154/42 — Generosa Amelia da Cruz ou Felinto da Cruz Neves — Santanópole — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 30-10-45.

4.452/41 — Grijalva Costa — Ubajara — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 30-10-45.

200/42 — Gustavo Leite de Macedo — Aurora — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 30-10-45.

5.355/40 — Horácio Bento de Freitas — Aquiraz — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 30-10-45.

917/41 — Ildefonso Pereira Colares (herds.) — Pacoti — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 30-10-45.

50.178/44 — Isac Ferreira de Sousa — Pacoti — Modificação de inscrição de açúcar para rapadura — Deferido, em 19-6-45.

918/41 — Ismael Moreira Gomes — Pacoti — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 30-10-45.

1.147/42 — Joaquim Alves do Nascimento — São Pedro — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

1.197/42 — Joaquim Alves Pereira — Crato — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

7.050/40 — Joaquim José Freitas — Ubajara — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

913/41 — Joaquim Magalhães — Pacoti — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

4.738/40 — Joaquim da Silva Sobreira — Aurora — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

4.507/40 — Joaquim Tavares Nascimento — Pacoti — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

4.813/40 — João de Araújo Costa — Redenção — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 30-10-45.

4.729/40 — João Bandeira Parente — Aurora — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 30-10-45.

4.514/40 — João Batista Barros — Pacoti — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 30-10-45.

642/41 — João Brígido da Silveira — Redenção — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 30-10-45.

7.214/40 — João Inocêncio de Carvalho — Viçosa — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 30-10-45.

4.735/40 — João Inocêncio de Figueiredo — Aurora — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 30-10-45.

4.972/40 — João José da Costa Flores — São Benedito — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 30-10-45.

3.384/41 — João Juvêncio Barroso (herds) — S. Gonçalo — Aumento quota de rapadura — Arquive-se, em 30-10-45.

1.181/42 — João Leandro Correia — Crato — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 30-10-45.

931/41 — João Lino — Pacoti — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 30-10-45.

4.427/41 — João Luís Pereira Sobrinho — Ubajara — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 30-10-45.

4.509/40 — João Marques Viana (viúva) — Pacoti — Aumento de quota de rapadura — Deferido, 27-11-45.

4.751/40 — João Pereira do Nascimento — Mauriti — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 30-10-45.

4.453/41 — João Portela de Meneses — São Gonçalo — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 30-10-45.

1.192/42 — João Ribeiro de Aguiar — Crato — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

126/40 — João Ribeiro de Aguiar — Crato — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

6.184/41 — João Rodrigues de Sousa — Ibiapina — Redução de limite de rapadura — Arquive-se, em 30-10-45.

4.736/40 — João Rufino Feitosa — Aurora — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

189/42 — João Tavares de Medeiros — Milagres — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

3.921/41 — João Tomé Cardim — Campo Grande — Redução de limite de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

4.469/40 — Jonas Sousa Penaforte — Pacoti — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 30-10-45.

4.516/40 — Jorge Vieira da Costa — Pacoti — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 30-10-45.

4.597/40 — José Antônio da Costa — Barbalha — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

4.599/40 — José Antônio Ribeiro — Barbalha — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

929/41 — José de Aquino Pereira (herds.) — Pacoti — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

7.231/40 — José Calau de Sá Barreto — Barbalha — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

4.512/40 — José Carlos Brasil — Pacoti — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

191/42 — José Carvalho — Brejo Santo — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 25-10-45.

4.340/41 — José Custódio Moreira — Maria Pereira — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 25-10-45.

4.808/40 — José Fechine de Alencar — Missão Velha — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 25-10-45.

7.076/40 — José Fernandes da Costa — Ubajara — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 25-10-45.

415/41 — José Fernandes de Lima — Ubajara — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 25-10-45.

159/42 — José Fernandes da Silva — Aurora — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 25-10-45.

4.758/40 — José Fernando da Costa — Mauriti — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 25-/10-45.

211/42 — José Ferreira de Sousa — Aurora — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 25-10-45.

2.141/43 — José Francisco dos Anjos — Pacoti — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 30-11-45.

4.851/40 — José Furtado de Figueiredo — Missão Velha — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 25-10-45.

4.538/40 — José Jacinto de Araújo — Brejo Santo — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 25-10-45.

899/41 — José Jacob da Silva — Pacoti — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 25-10-45.

148/42 — José Januário de Oliveira (herds.) — Lavras — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 25-10-45.

7.046/40 — José Joaquim de Santana — Ubajara — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 25-10-45.

4.342/41 — José Joaquim de Sousa — Pedra Branca — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 25-10-45.

4.306/41 — José Joaquim de Sousa Vinhas — Pacoti — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 25-10-45.

L. R. 1.187/40 — José Leite do Nascimento Pedra Branca — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 25-10-45.

160/42 — José Leite Teixeira — Aurora — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 25-10-45.

L. R. 1.233/40 — José Leôncio Gomes de Andrade — Quixeramobim — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 25-10-45.

7.212/40 — José Lopes da Silva — Viçosa — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 25-10-45.

534/41 — José Manuel Cardoso — Ubajara — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 25-10-45.

L. R. 1.267/40 — José Marinho Neto — São Benedito — Limitação de engenho rapadureiro — Arquive-se, em 25-10-45.

6.885/40 — José Marques Filho (hers.) — Maranguape — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 30-11-45.

4.567/40 — José Matias de Freitas — Iguatu — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 25-10-45.

3.399/41 — José Martins Batista — São Gonçalo — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 25-10-45.

4.468/40 — José Nabys Meneses — Pacoti — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 25-10-45.

4.844/40 — José de Paula Gadelha — Barbalha — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 25-10-45.

4.578/40 — José Pedro de Oliveira — São Mateus — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 25-10-45.

632/41 — José Policarpo Barbosa — Maranguape — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 25-10-45.

4.850/40 — José Raimundo de Jesus — Missão Velha — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 25-10-45.

1.221/42 — José Raimundo de Oliveira (viúva) — Aracati — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 25-10-45.

4.346/41 — José Rodrigues de Carvalho — S. Pompeu — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 25-10-45.

5.514/40 — Josino Euclides Araruna — Missão Velha — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 30-10-45.

6.506/40 — Júlia Coelho Arruda — Baturité — Transferência de engenho para Vicente Antônio de Maria — Arquive-se, em 30-11-45.

633/41 — Júlio Siqueira — Redenção — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 30-10-45.

875/41 — Lindolfo Pereira Lima — Pacoti — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

4.847/40 — Livino Leopoldino de Morais — Missão Velha — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

6.927/40 — Lúcio de Holanda Cavalcanti — Aquiraz — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

4.852/40 — Luís Antônio da Cruz — Missão Velha — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

4.483/40 — Luís Bandeira — Pacoti — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

188/42 — Luís de Caldas Campos — Brejo Santo — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

4.491/ — Luís Colares Filho — Pacoti — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

3.418/41 — Luís Juvêncio Barroso Sobrinho — São Gonçalo — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

5.094/40 — Manuel Bernardino de Sousa — Maranguape — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

4.613/40 — Manuel Correia da Silva — Aurora — Aumento de quota de produção de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

4.576/40 — Manuel Epifânio de Oliveira — Iguatu — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

4.579/40 — Manuel de Freitas Pequeno — Iguatu — Fixação de limite de rapadura. Arquive-se, em 31-10-45.

6.916/45 — Manuel Gomes de Melo — Icó — Transferência de engenho de rapadura e modificação do mesmo p/eng. Pereiro — Deferido, em 19-11-45.

1.561/43 — Maria da Conceição Lemos — Cascavel — Transferência de engenho e remoção — Deferido, em 21-11-45.

921/42 — Moisés Aarão Ibiapina — Ibiapina — Transferência de engenho de aguardente p/Alvaro Soares e Silva — Deferido, em 30-11-45.

4.399/40 — Orestes Ferreira Maciel — Pacoti — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

4.398/40 — Pedro Alcântara Pereira — Pacoti — Aumento limite de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

4.637/40 — Pedro Antônio Alcântara — Iguatu — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

5.420/41 — Pedro Ferreira de Assis — Ubajara — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

6.932/40 — Pedro Ferreira do Nascimento — Aquiraz — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

L. L. 1.325/40 — Pedro Fontenele Magalhães — Viçosa — Limitação e aumento de engenho rapadureiro — Arquive-se, em 31-10-45.

213/42 — Pedro Furtado de Lacerda — Milagres — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

350/37 — Pedro Holanda Cavalcante — Pacoti — Transferência de engenho de José F. Magalhães — Deferido, em 30-11-45.

4.352/41 — Pedro Leão Pais de Andrade — Maria Pereira — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

841/41 — Pedro Moreira Pontes — Senador Pompeu — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

4.724/40 — Pedro Raimundo da Cruz — Barbalha — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, 31-10-45.

5.363/41 — Pedro Ribeiro (viúva) — Pacoti — Tranferência de engenho para Joaquim Laureano da Silva — Deferido, em 13-11-45.

4.395/40 — Pedro Ribeiro Filho (viúva) — Pacoti — Aumento limite produção rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

4.595/40 — Pedro Saraiva da Cruz — Barbalha — Aumento quota rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

4.857/40 — Pedro Simplício de Oliveira — Iguatu — Aumento de quota rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

909/42 — Pinho Irmãos — Viçosa — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 29-11-45.

4.601/40 — Plácido Ribeiro da Costa — Barbalha — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se- em 31-10-45.

L. R. 1.251/40 — Plínio Câmara & Sá, Ltda. — Quixeramobim — Limitação e aumento quota rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

176/42 — Raimundo Alexandre Lemos — Lavras — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

216/42 — Raimundo Batista de Sousa (herds) — Lavras — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

152/42 — Raimundo Bernardes de Sousa — Aurora — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

1.164/42 — Raimundo Calixto de Alencar Dacho — Santanópole — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

4.685/40 — Raimundo José do Nascimento — Aurora — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

4.563/40 — Raimundo José de Oliveira — Iguatu — Aumento de quota rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

3.407/41 — Raimundo Juvêncio de Aguiar — São Gonçalo — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

4.593/40 — Raimundo Manuel da Cruz — Barbalho — Aumento quota rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

955/41 — Raimundo Napoleão Bezerra — S. Pompeu — Aumento quota rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

4.815/40 — Raimundo Neves Mendonça — Redenção — Aumento de quota rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

837/41 — Raimundo Nonato Coelho — Canindé — Aumento quota rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

4.390/40 — Raquel Holanda de Queiroz — Pacoti — Aumento limite produção rapadura — Arquive-se, em 31-1 -45.

3.402/41 — Raul de Pontes Barroso — São Gonqalo — Aumento de quota rapadura — Arquive-se ,em 31-10-45.

4.959/40 — Ricardo Elias de Sousa — São Benedito — Aumento de quota rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

3.392/41 — Sebastião Mariano — São Gonçalo — Aumento de quota rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

4.294/41 — Sebastião Pinto de Melo — Pedra Branca — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

4.497/40 — Sesostris de Sousa & Irmão — Pacoti — Aumento quota rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

3.405/41 — Severiano Felix dos Reis — São Gonçalo — Aumento de quota rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

4.600/40 — Severino Ribeiro Parente — Barbalha — Aumento de quota rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

4.734/40 — Silvino José de Macedo — Aurora — Aumento de quota rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

3.388/41 — Teodorico Ferreira Pinto — São Gonçalo — Aumento de quota rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

5.400/40 — Terina Janja Façanha (viúva) — Guarani — Aumento quota rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

4.299/41 — Tertulino de Pádua Veras — Maria Pereira — Modificação de registro e aumento de quota — Arquive-se, em 31-10-45.

4.818/40 — Teodoro Conrado da Silveira — Redenção — Aumento de quota rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

4.566/40 — Tomaz José de Aquino — Iguatu — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

4.602/40 — Tomé Raimundo Rodrigues — Barbalha — Aumento de quota rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

4.411/40 — Venâncio Castelo Branco — Pacoti — Aumento limite produção rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

4.686/40 — Vicente Batista de Sousa — Aurora — Aumento quota rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

219/42 — Vicente Dias Ferreira e Moisés Taveira de Sousa — Lavras — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

171/42 — Vicente Ferreira de Alencar — Lavras — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

168/42 — Vicente Ferreira de Alencar — Baixio — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

163/42 — Vicente Ferreira de Araújo — Lavras — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

1.110/42 — Vicente Ferreira Lima — São Pedro — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

158/42 — Vicente Germano dos Santos — Baixio — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

643/41 — Vicente Saturnino Gomes da Silveira — Redenção — Aumento de quota rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

149/42 — Vitalina Parente de Paula Pessoa — Quixeramobim — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

6.957/40 — Zacarias Ferreira de Araújo — Aquiraz — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

67/41 — Jorge Vieira da Costa — Pacoti — Requer autorização para reforma de alambique — — Cancele-se a inscrição, em 18-10-45.

7.411/40 — José Raimundo do Nascimento — Caseavel — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 25-10-45.

4.338/41 — José Rodrigues da Silva — Maria Pereira — Aumento de quota — Arquive-se, em 6-11-45.

L. R. 1.153/40 — José de Sá Azevedo — Maria Pereira — Limitação de engenho rapadureiro — Arquive-se, em 6-11-45.

4.849/40 — José de Sá Barreto — Jardim — Aumento quota de rapadura — Arquive-se, em 6-11-45.

156/42 — José Saraiva de Araújo — Baixio — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 6-11-45.

4.343/41 — José Soares Gondim — Pedra Branca — Aumento de quota — Arquive-se, em 6-11-45.

3.410/41 — Leôncio Juvêncio Barroso — São Gonçalo — Aumento de quota — Arquive-se, em 6-11-45.

4.742/40 — Manuel Fidelis Martins — Missão Velha — Aumento de quota rapadura — Arquive-se, em 31-10-45.

969/41 — Manuel José da Costa — Aquiraz — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 6-11-45.

192/41 — Manuel Lopes — Quixadá — Aumento de quota produção rapadura — Arquive-se, em 6-11-45.

4.404/40 — Manuel Mariano de Paula — Pacoti — Aumento de limite produção de rapadura — Arquive-se, em 6-11-45.

5.360/40 — Manuel Pereira de Assunção — Aquiraz — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 6-11-45.

6.911/40 — Manuel de Sousa Falcão — Aquiraz — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 6-11-45.

4.477/40 — Manuel Sousa Prata — Pacoti — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 6-11-45.

4.612/40 — Manuel Tavares de Medeiros — Aurora — Aumento de quota de produção de rapadura — Arquive-se, em 6-11-45.

214/42 — Manuel Tiburtino Filho — Brejo Santo — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 6-11-45.

4.406/40 — Marçal Pereira Barros — Pacoti — Aumento limite produção de rapadura — Arquive-se, em 6-11-45.

940/41 — Maria de Almeida Barbosa — Pacoti — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 6-11-45.

854/41 — Maria Barbosa Pereira — Canindé — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 6-11-45.

4.532/40 — Maria Dantas Cartacho — Mauriti — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 6-11-45.

4.430/41 — Maria Ferreira de Alencar Benevides — Maria Pereira — Aumento de quota — Arquive-se, em 6-11-45.

3.380/41 — Maria Ferreira do Nascimento — São Gonçalo — Aumento de quota — Arquive-se, em 6-11-45.

198/42 — Maria Teófilo Cabral Araruna — Mauriti — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 6-11-45.

21.811/44 — Mariana de Melo Amaral — São Benedito — Redução de limite de engenho de rapadura — Arquive-se, em 6-11-45.

4.649/40 — Martinho Barbosa de Lucena — Iguatu — Aumento de quota de produção de rapadura — Arquive-se, em 6-11-45.

944/41 — Maurício Holanda — Pacoti — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 6-11-45.

4.645/40 — Miguel Alves Araújo — Iguatu — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 6-11-45.

4.741/40 — Moisés Olegário de Jesus — Missão Velha — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 6-11-45.

2.840/43 — Otávio Felício de Sousa — Caseavel — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 18-10-45.

L. R. 1.602/40 — Odilon Mendonça — Cedro — Limitação de engenho rapadureiro — Arquive-se, em 6-11-45.

3.400/41 — Osmar Sampaio — São Gonçalo — Aumento de quota — Arquive-se, em 6-11-45.

251/42 — Otacílio Macedo — Crato — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 6-11-45.

5.027/40 — Pedro Araujo Alves — Tianguá — Transferência do engenho de Maria Batista e aumento de quota rapadura — Deferido, em 16-10-45.

1.552/43 — Luís Filgueiras Sampaio — Barbalha — Inscrição eng. aguardente — Deferido, em 30-11-45.

**DISTRITO FEDERAL:**

38.586/45 — Máximo Linhares (Procurador da Açucareira Cearense) — Solicita certidão em três vias, do teor da decisão da Com. Exec. sôbre a distribuição da quota destinada a uma nova usina no Estado do Ceará — Deferido em 19-11-45.

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO:**

358/43 — Manuel Lopes — Santa Cruz — Inscrição de engenho de aguardente — Arquive-se, em 27-11-45.

**ESTADO DE GOIÁS:**

8.278/44 — Joaquim Inácio — Formosa — Transferência de engenho e remoção — Arquive-se, em 17-12-45.

3.946/39 — Manuel Joaquim — Goiandira — Inscrição de engenho de açúcar — Deferido, em 17-12-45.

3.934/35 — Pacífico Luís de Oliveira — Goiatuba — Inscrição de fábrica — Arquive-se, em 19-11-45.

2.950/39 — Rodolfo Vieira da Cunha — Morrinhos — Inscrição de engenho — Arquive-se, em 19-11-45.

2.311/39 — Teodolino Luís da Silva — Morrinhos — Registro de engenho — Arquive-se, em 19-11-45.

2.824/39 — Bertolino Antônio da Silva — Goiatuba — Inscrição de engenho e transferência de engenho — Deferido, em 16-10-45.

**ESTADO DO MARANHÃO:**

5.600/44 — Benedito Penha Pinheiro — Cururupu — Pede remoção do engenho de açúcar de sua propriedade para o Município de São Bento, no mesmo Estado — Deferido, em 18-10-45.

28.674/44 — José Eudóxio Vieira — Iguaratinga — Aumento de limite de engenho de rapadura — Arquive-se, em 6-11-45.

6.454/41 — Manuel Mendonça Barros — S. Vicente Ferrer — Inscrição eng. aguardente — Deferido, em 30-11-45.

**ESTADO DE MINAS GERAIS:**

40.660/44 — Agostinho Alves de Sousa (herdeiros) — S. J. Nepomuceno — Transferência de engenho para Corbiniano Alves de Sousa — Deferido, em 20-11-45.

4.375/41 — Antenor Rodrigues de Oliveira — Leopoldina — Inscrição de engenho açúcar — Deferido, em 30-11-45.

10.794/45 — Antônio Fernandes de Sousa — Teixeiras — Inscrição de engenho rapadura — Arquive-se, em 13-11-45.

5.485/41 — Antônio Correia da Silva — Mar de Espanha — Transferência de engenho — Deferido, em 21-11-45.

1.801/38 — Antônio Januário Resende — Pitangui — Inscrição de engenho — Arquive-se, em 30-11-45.

418/43 — Antônio José Pinto — Botelhos — Transferência de engenho e remoção — Deferido, em 19-11-45.

2.790/43 — Antônio de Sousa Moreira — Serrana — Permissão para fabricar açúcar turbinado e instantâneo.

2.614/44 — Antônio Teixeira da Silva — Mar de Espanha — Inscrição de engenho açúcar — Deferido, em 6-12-45.

24.392/45 — Antônio Zeferino dos Santos — Uberaba — Solicita recebimento da comissão na arrecadação da taxa de açúcar no valor de Cr$ 2.944,20, safra 1940 — Deferido, em 20-11-45.

1.944/41 — Benedito Luís Oliveira Costa — Turmalina — Inscrição engenho rapadureiro — Arquive-se, em 19-11-45.

2.816/43 — Daniel Alves Ferreira — Campanha — Transferência de engenho — Deferido, em 19-11-45.

14.468/45 — Distilaria Canadá Ltda. — Juiz de Fora — Transferência de engenho de aguardente — Deferido, em 19-11-45.

42.366/44 — Elpídio Gonçalves da Silva — Jequitinhonha — Transferência de engenho de aguardente e permissão para fazer funcionar na mesma fábrica um ret. de álcool — Deferido, em 30-11-45.

513/40 — Francisco Dias de Barros — Tarumirim — Inscrição de engenho rapadureiro e fixação de limite — Arquive-se, em 19-11-45.

2.543/40 — Henrique de Oliva Brasil — Januária — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido, em 30-11-45.

4.797/42 — Irmãos Fornaciari — Belo Horizonte — Permissão para fabricar álcool — Deferido, em 7-12-45.

1.246/39 — João Levino Pereira — Ibiraci — Instalação de uma turbina — Arquive-se, em 19-11-45.

5.992/40 — João Sanches do Lago Júnior — Campestre — Transferência de engenho de Oswaldo Leonel de Magalhães — Deferido, em 17-12-45.

1.851/41 — João Valentim Areal — Muriaé — Transferência engenho de Maria Cassiana do Rosário — Deferido, em 30-11-45.

7.102/44 — Joaquim Francisco da Silva — Senador Firmino — Inscrição de engenho de rapadura — Arquive-se, em 30-11-45.

30.513/44 — José Antônio de Oliveira — Carmo da Mata — Transferência de engenho — Deferido, em 21-11-45.

17.811/45 — José Antônio Pelusso — Ubá — Transferência de inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 19-6-45.

480/43 — José Antônio Ribeiro Neto — Botelhos — Transferência de engenho rapadura — Deferido, em 21-11-45.

415/42 — José Francisco da Cruz — Dores do Indaiá — Transferência de engenho rapadura — Deferido, em 21-11-45.

2.924/38 — José Francisco Rosa — M. Carmelo — Transferência do engenho de Rufino Mariano Rocha — Deferido, em 19-11-45.

2.260/43 — José Gomes da Cruz — Botelhos — Transferência de engenho rapadura — Deferido, em 21-11-45.

2.584/42 — José Gonçalves de Oliveira — São João Evangelista — Transferência de engenho rapadura — Deferido, em 21-11-45.

3.246/42 — José Ildefonso da Silva Junior — Piranga — Transferência de engenho rapadura — Deferido, em 4-12-45.

2.639/42 — José Joaquim Moreira — Borda da Mata — Transferência de engenho rapadura — Deferido, em 4-12-45.

2.422/41 — José Justino Inez — Botelhos — Transferência de engenho para José Ronchini — Deferido, em 4-12-45.

13.462/44 — José Leonel da Silva — Itajubá — Transferência de inscrição de engenho e remoção — Deferido, em 4-12-45.

2.410/39 — José Luís Ferreira — M. Alegre — Transferência de engenho de Teodora Tomásia de Jesus — Deferido, em 20-11-45.

3.068/42 — José Luz Lisboa — Januária — Inscrição de engenho de rapadura — Arquive-se, em 19-11-45.

170/41 — José Maximiano de Sousa — Carangola — Transferência do engenho de Cândido Carlos de Oliveira — Deferido, em 2-12-45.

5.678/40 — José Mendonça de Moura — Ituitaba — Transferência de engenho para João José Domingues — Deferido, em 4-12-45.

42.375/44 — José Nunes da Costa — Itapecerica — Transferência de engenho rapadureiro e remoção do mesmo — Deferido, em 19-11-45.

3.538/38 — José Pinto Alves — M. Carmelo — Transferência para Cleophano Garcia de Rezende — Arquive-se, em 4-12-45.

6.250/40 — José Rodrigues da Silva — São Manuel — Transferência de engenho de Francisco Assis Carvalho — Arquive-se, em 4-12-45.

1.900/41 — José Sebastião de Paula — Campestre — Transferência de engenho de José Justino Inez — Deferido, em 4-12-45.

1.547/41 — José Sérgio Oliveira — Monte Santo — Transferência de engenho para Batista Eduardo Duarte — Deferido, em 17-12-45.

6.074/40 — José da Silva Ferraz — Rio Branco — Transferência de engenho de Antônia Teodora de Jesus — Deferido, em 4-12-45.

6.744/40 — José Vieira da Silva Lanna — Ponte Nova — Transferência de engenho de Manuel da Silva Lanna — Arquive-se, em 20-11-45.

3.425/42 — Jovita Maria Teixeira — Mercês — Transferência de engenho rapadura para Joaquim Gonçalves de Paiva — Deferido, em 21-11-45.

3.386/40 — Juscelino Pinto da Cunha — Luz — Transferência do engenho adquirido do Sr. Antônio José Rabelo —Deferido, em 17-12-45.

2.383/44 — Leopoldina Eufrásia da Purificação — Nova Resende — Transferência de engenho rapadura para Antônio Honório Lima — Deferido, em 21-11-45.

3.896/43 — Lindor Alves de Campos — Campestre — Inscrição de engenho — Arquive-se, em 19-11-45.

2.029/40 — Luís Detoni — S. João Nepomuceno —Transferência de engenho de Dolores Passos Dias — Deferido, em 4-12-45.

122/42 — Luís Silvério Nogueira — Borda da Mata — Transferência de engenho rapadura para Rogério Batista Gomes — Deferido, em 4-12-45.

4.655/42 — Manuel Alves da Paixão — Dores de Guanhães — Transferência de engenho e modificação de inscrição açúcar para rapadura — Deferido, em 4-12-45.

4.544/43 — Manuel Luís Ferreira — S. João Nepomuceno — Pede deslacramento de engenho e modificação da fôrça motriz — Deferido, em 30-11-45.

2.461/41 — Maria Cândida Neves — M. Carmelo — Transferência engenho para Benedito Fernandes Barbosa — Deferido, em 4-12-45.

3.497/41 — Modesto de Oliveira Costa — Piumi — Transferência do engenho de Maria Benedita Soares — Deferido, em 17-12-45.

25.829/44 — Nascimento Rodrigues Martins — Carangola — Transferência de engenho para Gustavo Neves do Areal — Deferido, em 4-12-45.

9.846/45 — Olegário Pereira Lima — Bonfim — Pede autorização para vender engenho lacrado — Deferido, 19-6-45.

4.174/42 — Olímpio Crispim Ribeiro — Manhuassu — Transferência de engenho rapadureiro para João Cândido Afonso — Deferido, em 19-11-45.

2.399/42 — Paulina Alves — Manhumirim — Transferência de engenho de rapadura e inscrição de aguardente — Deferido, em 5-12-45.

6.200/40 — Pedro Francisco dos Santos — Muriaé — Transferência de engenho de Alvim Ferreira Sobrinho — Deferido, em 5-12-45.

6.509/41 — Silvino da Silva Leme — Cambuquira —Transferência de engenho rapadura para José Basílio da Silva — Deferido, em 4-12-45.

1.013/38 — Virgílio Pimenta de Pádua — S. Sebastião do Paraíso — Cancelamento de registro — Deferido, em 4-12-45.

5.583/41 — Alexandre Monterane — Ouro Fino — Redução de limite de rapadura — Arquive-se, em 6-11-45.

3.011/42 — Ana Maria Constância — Guanhães — Modificação de inscrição açúcar para rapadura — Deferido, em 16-10-45.

2.024/42 — Antônio José da Costa Maia — Guanhães — Modificação de inscrição açúcar para rapadura — Deferido, em 18-10-45.

31.164/45 — Aurelino Luís da Costa — Uberaba — Anistia Fiscal (Decreto-lei 7.576, de 22-5-45) — Arquive-se, em 13-10-45.

31.166/45 — Aurelino Luís da Costa — Uberaba — Anistia Fiscal (Decreto-lei 7.576, de 22-5-45) — Arquive-se, em 13-10-45.

2.972/42 — Benvindo Gomes da Silva — Guanhães — Modificação de inscrição açúcar para rapadura — Deferido, em 16-10-45.

4.702/42 — Castro & Irmãos — Januária — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 6-11-45.

29.852/45 — Ezequiel Ribeiro Guimarães — Rio Novo — Conversão em quotas de açúcar de seus fornecimentos à usina — Indeferido, em 8-11-45.

4.866/41 — Felisberto José Fernandes Sousa — C. Lafayette — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 6-11-45.

L. R. 676/40 — Francisco Ruffo — Ponte Nova — Limitação de engenho rapadureiro — Arquive-se, em 6-11-45.

919/42 — João de Paula Ferreira — Gimirim

— Transferência de engenho e remoção — Arquive-se, em 16-10-45.

2.355/43 — José Antunes de Almeida — Nepomuceno — Transferência de engenho — Deferido, em 18-10-45.

4.222/42 — José Batista da Costa — Conquista — Transferência de engenho — Deferido, em 18-10-45.

1.159/39 — José Bigname — Rio Branco — Transferência de engenho para Izidoro Alves Barbosa — Arquive-se, em 17-11-45.

L. R. 700/40 — José Luís Barbosa — Rio Espera — Limitação de engenho rapadureiro — Arquive-se, em 6-11-45.

1.546/41 — José Mofalano — São Manuel — Redução limite rapadura — Arquive-se, em 6-11-45.

43.430/44 — José de Sousa Lima Mota — Mar de Espanha — Solicita retificação na transferência de inscrição — Deferido, em 18-10-45.

3.327/43 — Leopoldo Ferreira de Mendonça — Conquista — Restituição da importância paga pela taxa de Cr$ 0,50 por litro de álcool — Deferido, em 28-10-45.

30.617/45 — Otacílio Teixeira de Azevedo — S. Sebastião do Paraíso — Solicita autorização para assentar uma turbina em seu engenho, a fim de fabricar açúcar redondo — Arquive-se, em 4-10-45.

3.476/43 — Pedro Carlos de Aquino — Carangola — Inscrição de engenho de açúcar e modificação de inscrição de rapadura para açúcar — Arquive-se, em 18-10-45.

32.321/45 — Teixeira Costa & Cia. — Uberlândia — Anistia Fiscal (Decreto-lei 7.576, de 22-5-45 — Arquive-se, em 18-10-45.

4.495/42 — Antônio Quireli Domingos — Araguari — Inscrição de engenho aguardente — Deferido, em 30-11-45.

2.397/43 — Aurelino Luís da Costa — Uberaba — Permissão para fabricar álcool potável — Deferido, em 30-11-45.

4.363/43 — Aurélio. Alves Ferreira e Melo — Pará de Minas — Inscrição engenho aguardente — Deferido, em 30-11-45.

18.255/44 — Avelino Correia de Alvarenga — Cambuí — Inscrição engenho aguardente — Deferido, em 30-11-45.

3.708/43 — Faustino Francisco Pacheco — Januária — Inscrição engenho aguardente. — Deferido, em 30-11-45.

1.897/43 — Flávio José Pereira — Abaeté — Permissão para fabricar álcool potável — Deferido, em 30-11-45.

4.366/43 — Francisco Anastácio Silva — Resplendor — Inscrição engenho aguardente — Deferido, em 30-11-45.

4.625/43 — Geraldo Rodrigues de Oliveira — Monte Azul — Inscrição engenho aguardente — Deferido, em 30-11-45.

5.003/42 — Hildebrando Fajardo de P. Campos — Leopoldina — Permissão para fabricar álcool — Deferido, em 30-11-45.

3.353/43 — Manuel Naziazeno Tuler — Manhumirim — Inscrição engenho aguardente — Deferido — em 30-11-45.

2.190/43 — Manuel Ribeiro Fontes e Antônio Cupertino M. Teixeira — Rio Casca — Autorização para fabricar álcool — Deferido, em 30-11-45.

34.891/44 — Oliveira & Povoa Ltda. — Astolfo Dutra — Inscrição engenho aguardente — Deferido, em 30-11-45.

3.624/41 — Oscar Augusto da Costa — C. Lafayette — Inscrição engenho aguardente — Deferido, em 30-11-45.

1.950/43 — Pedro Henrique Krambeck — Sto. Ant. Monte — Permissão para fabricar álcool — Deferido, em 30-11-45.

**ESTADO DO PARA':**

35.988/44 — Gonçalo de Sousa Lima — Afuá — Declara que nunca produziu açúcar no engenho adquirido de Antônio Gomes por motivo de incêndio no mesmo — Deferido. em 17-12-45.

28.567/45 — Viúva Vale & Cia. — Igarapé-Miri — Anistia fiscal — Decreto-lei n. 7.576, de 22-5-45 (auto lavrado contra sua antecessora A. J. do Vale) — Arquive-se, em 18-10-45.

**ESTADO DA PARAÍBA:**

5.804/35 — Braz Pedro de Lima — Princesa Inscrição de engenho de rapadura — Indeferido, em 31-10-45.

28.568/45 — Francisco Guimarães — Santa Rita — Anistia Fiscal (Decreto-lei 7.576, de 22-5-45) — Arquive-se, em 18-10-45.

5.288/42 — Ademar Soares Londres — Sapé — Permissão para fabricar álcool — Deferido, em 30-11-45.

**ESTADO DO PARANA':**

21.042/44 — Ernesto Correia Neto (espólio) Jacarèzinho — Transferência de registro e remoção de instalação de fábrica de aguardente — Deferido, em 29-11-45.

505/43 — João Gabriel de Miranda — Paranaguá — Inscrição eng. aguardente — Deferido, em 30-11-45.

687/43 — Paulino Zela — Paranaguá — Inscrição eng. aguardente — Deferido, em 30-11-45.

1.598/43 — Rosendo Costa Cristo — Irati — Inscrição eng. aguardente — Deferido, 30-11-45.

**ESTADO DE PERNAMBUCO:**

18.244/45 — Alexandrino Dhalia da Silveira — Recife — Inscrição de engenho açucareiro — — Arquive-se. em 19-6-45.

36.312/45 — Antônio Manuel Castanha — Canhotinho — Transferência de engenho para José Paulino de Albuquerque Melo — Deferido, em 20-11-45.

36.313/45 — Edgar Jorge da Cunha — Aliança — Inscrição de fábrica aguardente — Arquive-se, em 20-11-45.

36.310/45 — Luzia Pedrosa (viúva) — Palmares — Modificação de firma — Deferido, em 20-11-45.

5.211/40 — Artur de Carlos de Melo — Serinhaém — Transferência de engenho de Antônio de Holanda Araujo Pinheiro — Deferido, em 31-10-45.

3.817/43 — Antônio José Barbosa (espólio) — També — Transferência de engenho — Deferido, em 31-10-45.

3.035/43 — Délia Campos Cavalcanti de Albuquerque — Goiana — Inscrição eng. aguardente — Deferido, em 30-11-45.

**ESTADO DO PIAUÍ:**

42.247/44 — Celecina Mendes Ribeiro — Amarante — Transferência de engenho de rapadura para Antônio Mendes Soares — Deferido, em 19-11-45.

L. R. 1.554/40 — Francisco José Dantas — Valença — Limitação de engenho rapadureiro — Arquive-se, em 31-10-45.

3.721/40 — Norberto Augusto de Castro Veloso — Valença — Remoção de engenho e aumento limite de produção — Deferido, em 4-12-45.

448/38 — Pedro Francisco Cavalcante (herds) — Valença — Transferência de firma para Francisco José de Sousa & Irmãos — Deferido, em 10-12-45.

286/43 — Francisco Pereira dos Santos — Valença — Inscrição eng. aguardente — Deferido, em 30-11-45.

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE:**

33.501/45 — Eider Dantas — S José Mipibu — Inscrição para fabricar aguardente — Deferido, em 16-10-45.

2.694/44 — José Teixeira de Carvalho — Arês — Pede permissão para obter financiamento na Carteira de Crédito Agricola e Industrial do Banco do Brasil S. A. (Agência) — Deferido, em 18-10-45.

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL:**

3.545/43 — Edmundo Schneider — Palmeira — Transferência engenho aguardente e remoção para Aurino Biberg — Deferido, em 21-11-45.

9.414/44 — José De Gasperi — Lageado — Inscrição de engenho de aguardente — Deferido, em 19-11-45.

34.182/45 — Wilson dos Santos Morais & Irmão — Cachoeira do Sul — Solicita certidão de registro de engenho de aguardente — Deferido, em 20-11-45.

4.345/43 — Leopoldo Mehler — Cachoeira — Inscrição de engenho de aguardente — Arquive-se — em 18-10-45.

3.031/43 — Alfredo Coch — Taquari — Inscrição eng. aguardente — Deferido, em 30-11-45.

2.888/43 — Constante Vachileski — Palmeiras — Inscrição eng. aguardente — Deferido, em 30-11-45.

4.253/43 — Distilaria Gaúcha Ltda. — Guaíba — Inscrição eng. álcool e aguardente — Deferido, em 30-11-45.

3.026/43 — Francelino Pereira de Vargas — Taquari — Inscrição eng. aguardente — Deferido, em 30-11-45.

5.558/40 — Frederico Schmidt — Montenegro — Inscrição eng. aguardente — Deferido, em 30-11-45.

30.742/44 — Galdino Pereira Nunes — Candelária — Inscrição eng. aguardente — Deferido, em 30-11-45.

2.162/41 — João Frederico Maurer — São Leopoldo — Inscrição eng. aguardente — Deferido, em 30-11-45.

4.261/43 — José Inácio Diedrich — Taquari — Inscrição eng. aguardente — Deferido, em 30-11-45.

5.580/40 — José da Silva Malta — Viamão — Inscrição eng. aguardente — Deferido, em 30-11-45.

3.024/43 — Matias Francisco de Sousa — Taquari — Inscrição eng. aguardente — Deferido, em 30-11-45.

3.127/43 — Matias Vicente Diedrich — Taquari — Inscrição eng. aguardente — Deferido, em 30-11-45.

4.094/40 — Odácio Francisco Pereira — Montenegro — Inscrição engenho aguardente — Deferido, em 30-11-45.

33.730/44 — Valério Barater — Guaporé — Inscrição engenho aguardente — Deferido, em 30-11-45.

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO:**

4.472/39 — Fortunato Ferreira Campos — Itaperuna — Pede seja considerado sem efeito o pedido de transferência de fabricante de açúcar para rapadura — Deferido, em 26-10-45.

1.655/44 — Djalma Ribeiro da Mota — Campos — Inscrição engenho aguardente — Deferido, em 30-11-45.

9.436/44 — João Aguiar Sobrinho — Vergel — Inscrição engenho aguardente — Deferido, em 30-11-45.

**ESTADO DE SANTA CATARINA:**

30.491/45 — Androgisto Florêncio de Sousa — Tijucas — Transferência de engenho de açúcar para José Smanioto — Deferido, em 19-11-45.

35.065/45 — Cia. Agrícola e Ind S. A. — Itajaí — Montagem de usina por falta de concorrentes à montagem no R. G. do Sul, pelas Resoluções 103 e 105-45 — Indeferido, em 4-12-45.

2.159/43 — Industrial de Fécula e Álcool Ltda. — Rio do Sul — Inscrição de distilaria álcool — Deferido, em 30-11-45.

**ESTADO DE SÃO PAULO:**

31.496/45 — Altino Cândido Garcia — Cajuru — Transferência de engenho de açúcar e álcool — Deferido, em 19-11-45.

10.286/44 — Ambrósio Toneli — Mirassol — Inscrição de engenho aguardente — Deferido, em 6-12-45.

2.927/43 — Anubes Veloso C. Rezende — São Simão — Transferência de fábrica de aguardente e permissão para fabricar açúcar e rapadura — Deferido, em 7-12-45.

1.766/42 — Antônio Favaro & Irmãos Patrezi — Piracicaba — Transferência de engenho açúcar para Antônio Oriani & Irmão — Deferido, em 10-12-45.

21.390/44 — Antônio Marra — Jaú — Transferência de fábrica de aguardente — Deferido, em 5-12-45.

46.374/44 — Ari Bueno de Camargo — M. Aprazível — Transferência de engenho de aguardente — Deferido, em 7-12-45.

4.191/42 — Benedito Nagib Jorge — Jaboticabal — Inscrição de engenho de açúcar — Arquive-se, em 20-11-45.

16.824/45 — Caetano Falcone — Itapetininga — Remoção de engenho de aguardente para a Faz.

"Bela Vista" também de sua propriedade — Deferido, em 20-11-45.

10.419/45 — Cirilo Sousa Sardinha — Leme — Inscrição de engenho de açúcar e transferência para João Braz Pinto — Deferido, em 4-12-45.

2.522/41 — Eduardo Garcia Barbosa — Franca — Inscrição de engenho açúcar turbinado — Arquive-se, em 17-12-45.

2.401/42 — Fernando de Melo — Cajuru — Transferência de engenho rapadura — Deferido, em 7-12-45.

6.769/40 — Fernando Soares Bueno — Lencóis — Transferência engenho para Júlio Andreoli — Deferido. em 5-12-45.

37.174/45 — Guilherme Schmidt — Pontal — Solicita uma certidão com dados referentes à produção de açúcar e de álcool, bem como quantidade cana comp. safra 1939 e 1943 — Deferido, em 7-12-45.

4.073/39 — Irmãos Grisoto — Piracicaba — Transferência de engenho de açúcar de João Batista Grisoto — Deferido, em 7-12-45.

20.433/45 — Irmãos de Mateus & Cia. — Baguassu — Solicita uma quota para fabrico de açúcar — Indeferido, em 26-10-45.

27.211/45 — Irmãos Rosseti — Limeira — Transferência de propriedade e de distilaria para Cia. Ind. e Agric. Ometo e Antônio C. Parronchi, respectivamente — Deferido, em 20-11-45.

1.008/42 — João Barbosa de Godói — Piracicaba — Transferência de engenho açúcar para Pedro Duarte Penteado — Deferido, em 5-12-45.

519/42 — João Lencenk — Colina — Transferência de engenho aguardente para Jorge de Almeida — Deferido, em 5-12-45.

2.701/45 — João Mazzero — Piracicaba — Transferência de engenho de açúcar batido para Balbino Bectold — Deferido, em 7-12-45.

24.015/44 — Joaquim Ferreira — Araçatuba — Reclamação de trabalhadores agrícolas contra seu patrão — Arquive-se, em 19-11-45.

4.343/39 — José Alves dos Santos Sobrinho — Natividade —Transferência de engenho rapadureiro de Joaquim José de Faria — Deferido, em 7-12-45.

6.712/45 — José Correia de Morais — Piracicaba — Transferência de engenho de açúcar batido — Deferido, em 19-6-45.

3.700/43 — José Pereira da Silva — Serra Azul — Transferência de engenho de açúcar para Cornélio Vilela dos Reis — Deferido, em 10-12-45.

9.763/45 — José Vilela de Andrade — Cravinhos — Transferência de eng. de açúcar e remoção do mesmo — Deferido, em 29-11-45.

4.020/43 — Luís de Freitas Ramos — Santa Isabel — Transferência de engenho de açúcar e aguardente — Deferido, em 10-12-45.

3.648/43 — Luís da Silva Machado — Itapira — Baixa de inscrição de engenho de aguardente — Deferido, em 5-12-45.

34.840/45 — M. Dedini — Piracicaba — Comunica ter adquirido dos Irmãos Meneghel 4 turbinas velhas — Arquive-se, em 31-12-45.

41.816/44 — Pedro Angelo de Oliveira — Bananal — Transferência de engenho de açúcar e aguardente para Leonídio Gomes — Deferido, em 5-12-45.

34.845/45 — Usina S. Francisco do Quilombo Ltda. — Arquive-se, em 3-12-45.

5.372/42 — Usina Sta. Clara Ltda. — São Simão — Assentamentos de substituição de nova maquinaria — Deferido, em 20-11-45.

P. C. 83/45 — Adelino Colmaneti — Igarapava — Reclamação contra a recusa da usina em receber canas na balança "Nova Java" — Arquive-se, em 11-10-45.

P. C. 80/45 — Américo Biliato — Igarapava — Reclamação contra a recusa da usina em receber canas na balança "Nova Java" — Arquive-se, em 11-10-45.

P. C. 68/45 — Angelo Zangueta — Igarapava — Reclamação contra a recusa da usina em receber canas na balança "Nova Java" — Arquive-se, em 11-10-45.

P. C. 91/45 — Anísio Rodrigues — Igarapava — Reclaração contra a recusa das usinas em receber suas canas na balança "Nova Java" — Arquive-se, em 11-10-45.

P. C. 71/45 — Antônio Alves Ferreira — Igarapava — Reclamação contra a recusa da usina em receber canas na balança "Nova Java" — Arquive-se, em 11-10-45.

21.420/44 — Antônio Alves de Lima — Igarapava — Pede solução do processo de transferência do engenho c/turbina de Elvino Martins de Sousa (herds) — Deferido, em 17-11-45.

P. C. 69/45 — Antônio Biliato — Igarapava — Reclamação contra a recusa da usina em receber canas na balança "Nova Java" — Arquive-se, em 11-10-45.

P. C. 76/45 — Antônio Colmaneti — Igarapava — Reclamação contra a recusa da usina em receber canas na balança "Nova Java" — Arquive-se, em 11-10-45.

P. C. 66/45 — Associação de Lavradores e Fornecedores de Canas — Requer um financiamento — Arquive-se, em 11-10-45.

P. C. 72/45 — Calixto Marçal — Igarapava — Reclamação contra a recusa da usina em receber canas na balança "Nova Java" — Arquive-se, em 11-10-45.

37.702/44 — Cia. E. de Ferro e Agrícola de Santa Bárbara S. A. — S. Bárbara — Modificação de firma — Deferido, em 18-10-45.

P. C. 73/45 — Ciro Colmaneti — Igarapava — Reclamação contra a recusa da usina em receber canas na balança "Nova Java" — Arquive-se, em 11-10-45.

33.365/45 — Cocito Irmãos & Cia. Ltda. — São Paulo — Solicita lhe seja fornecida uma relação das firmas que têm concorrido para montagem de novas usinas — Arquive-se. em 10-10-45.

P. C. 74/45 — Evaristo Rodrigues Nunes — Igarapava — Reclamação contra a recusa da usina em receber canas na balança "Nova Java" — Arquive-se, em 11-10-45.

P. C. 90/45 — Fioravanti Colmaneti — Igarapava — Reclamação contra recusa das usinas em receber canas na balança "Nova Java" — Arquive-se, em 11-10-45.

P. C. 77/45 — Francisco Alves Ferreira — Igarapava — Reclamação contra a recusa da usi-

na em recebar canas na balança "Nova Java" — Arquive-se. em 11-10-45.

P. C. 75/45 — Francisco Angelo Neto — Igarapava —Reclamação contra a recusa da usina em receber canas na balança "Nova Java" — Arquive-se, em 11-10-45.

14.290/45 — Francisco Fuentes — Piracicaba — Inscrição de engenho de açúcar batido — Arquive-se, em 18-10-45.

21.104/45 — Giácomo Treu & Filhos — Araraquara — Requer seja ordenada a transferência para o exercício de 1945 do crédito referente aos depósitos feitos pelo requerente — Deferido, em 13-10-45.

16.825/45 — Guilherme Tercioti — Lins — Inscrição de fábrica de açúcar batido, álcool e aguardente — Deferido, em 31-10-45.

22.896/45 — Irmãos Longato — Piracicaba — Anistia Fiscal (Decreto-lei 7.576, de 22-5-45) — Arquive-se, em 24-9-45.

P. C. 82/45 — João Colmaneti — Igarapava — Reclamação contra a recusa da usina em receber canas na balança "Nova Java" — Arquive-se, em 11-10-45.

P. C. 92/45 — João Colmaneti e outros — Igarapava — Reclamação de 23 fornecedores contra a recusa das usinas em receber canas na balança "Nova Java" — Arquive-se. em 11-10-45.

P. C. 81/45 — José Colmaneti — Igarapava — Reclamação contra a recusa da usina em receber canas na balança "Nova Java" — Arquive-se, em 11-10-45.

P. C. 70/45 — José Zangueta — Igarapava — Reclamação contra a recusa da usina em receber canas na balança "Nova Java" — Arquive-se, em 11-10-45.

P. C. 94/45 — José Machado — Igarapava — Reclamação contra a recusa das usinas em receber canas na balança "Nova Java" — Arquive-se. em 11-10-45.

P. C. 89/45 — José Rodrigues Nunes — Igarapava — Reclamação contra a recusa das usinas em receber canas na balança "Nova Java" — Arquive-se, em 11-10-45.

P. C. 79/45 — Luís Colmaneti — Igarapava — Reclamação contra a recusa da usina em receber canas na balança "Nova Java" — Arquive-se, em 11-10-45.

P. C. 93/45 — Luís Requi — Igarapava — Reclamação contra a recusa das usinas em receber canas na balança "Nova Java" — Arquive-se, em 11-10-45.

P. C. 78/45 — Sebastião Machado — Igarapava — Reclamação contra a recusa da usina em receber canas na balança "Nova Java" — Arquive-se, em 11-10-45.

23.853/45 — Teófilo Xavier de Mendonça — Mineiros do Tieté — Solicita fixação de quota de acúcar turbinado — Indeferido, 13-10-45.

22.365/44 — Urbano Monteiro dos Santos — Guaratinguetá — Transferência de inscrição de engenho de aguardente — Deferido. em 18-10-45.

490/44 — Angelo Gayotto — São Paulo — Inscrição engenho aguardente — Deferido, em 30-11-45.

497/44 — Angelo Valentim — Bragança — Inscrição engenho aguardente — Deferido, em 30-11-45.

6.294/41 — Chorio Oydomari — Iguape — Inscrição engenho aguardente — Deferido, em 30-11-45.

4.843/41 — Choshim Oyadomari — Iguape — Inscrição engenho aguardente — Deferido, em 30-11-45.

26.502/44 — Cia. Industrial Mercantil e Agrícola Cenia S. A. — Regente Feijó — Inscrição fábrica álcool metílico — Deferido, 30-11-45.

46.386/44 — Cia. Vitivinícola Paulista S. A. — Jundiaí — Inscrição distilaria álcool — Deferido, em 30-11-45.

4.585/43 — David de Oliveira — Olímpia — Inscrição engenho álcool — Deferido, 30-11-45.

18.452/44 — Demétrio Justo Seabra — São Paulo — Inscrição engenho aguardente — Deferido, em 30-11-45.

1.012/42 — Deocleciano José de Castro e Sousa — S. J. Boa Vista — Inscrição eng. aguardente — Deferido, em 30-11-45.

34.824/45 — Henrique Dias Rodrigues Filho — Iporanga — Inscrição engenho aguardente — Deferido, em 30-11-45.

1.311/40 — Irmãos Leal — Araraquara — Inscrição engenho aguardente — Deferido, em 30-11-45.

24.441/44 — João Balbino de Oliveira — Presidente Prudente — Inscrição engenho aguardente — Deferido, em 30-11-45.

46.385/44 — Joaquim Bonifácio de Moura — Taubaté — Inscrição engenho aguardente — Deferido, em 30-11-45.

2.220/43 — Jorge de Melo — Pitangueiras — Inscrição engenho álcool — Deferido, em 30-11-45.

24.439/44 — José Gomes Jardim — Santos — Inscrição engenho aguardente — Deferido, em 30-11-45.

4.206/40 — José Jorge Filho — Tanabi — Inscrição engenho aguardente — Deferido, em 30-11-45.

3.504/44 — Luís Pereira da Silva & Irmãos — Cajuru — Inscrição engenho aguardente — Deferido, em 30-11-45.

20.141/45 — Maria Kobama Tamashiro — P. Prudente — Inscrição eng. aguardente — Deferido, em 30-11-45.

34.831/45 — Matoshi Nagano — Santo Anastácio — Inscrição engenho aguardente — Deferido, em 30-11-45.

13.650/45 — Minoro Takamura — Mirandonópolis — Inscrição engenho aguardente — Deferido. em 30-11-45.

2.195/43 — Refinações de Milho. Brasil S. A. — São Paulo — Inscrição engenho álcool — Deferido, em 30-11-45.

10.171/44 — Valter Schiler — Lins — Inscrição engenho aguardente — Deferido, em 30-11-45.

2.970/39 — Yoshito Muranaka — Santo Amaro — Inscrição engenho aguardente — Deferido, em 30-11-45.

**ESTADO DE SERGIPE:**

30.179/45 — Silvio Sobral Garcez — Irapiranga — Montagem de distilaria anexa à usina — Deferido, em 16-10-45.

CONSTRUTORA de DISTILARIAS e INSTALAÇÕES QUIMICAS S. A.

**CAPITAL SOCIAL REALIZADO : Cr$ 15.000.000,00**

Oficinas : **SÃO PAULO**
**Rua Passo da Pátria, 1515**
Alto da Lapa — Bela Aliança.
**Caixa : 3161 - Fone: 5-0617**

**Teleg. "CODIQ"**

Escritório no **RIO**
**Praça 15 de Novembro, 42-3.º pav**
(Salas 301/302)
Caixa : 3354 - Fone : 23-6209

**A MAIOR ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO DE DISTILARIAS DE ÁLCOOL E INSTALAÇÕES QUÍMICAS**

Área dos terrenos pertencentes à Cia. — 45.000 m²
600 operários, 60 técnicos e empregados

**Fundição** de bronze, ferro e aço
Fábrica própria de **moto-bombas**
Construção de material de **usinas de açúcar**

Contratou, de 1941 a fins de 1943, **51 distilarias de álcool etílico, tôdas construídas no Brasil,** partindo de melaço, cana, mandioca, milho, laranja e bananas, das quais 30 já funcionando, 12 em montagem e 9 em construção.

Construiu, no **ramo de distilação,** distilarias de: acetona, álcool butílico, éter sulfúrico, aguardente fina de laranja e banana; benzol, xistos, carvão e madeira.

A capacidade de produção diária das distilarias de álcool construídas por CODIQ é de 345.000 litros, tendo duplicado, desta forma, a capacidade de produção das distilarias de álcool anidro existentes no Brasil, antes da guerra

# DECISÕES ADMINISTRATIVAS

## MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Serviço de Comunicações

N. 335.675 (P. 84 (15) (A. 821.1) (D. 30-11) — Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar, do Estado de Pernambuco, solicitando aprovação das eleições de sua nova Diretoria, Conselho Fiscal e seus Suplentes. Despacho: — Nos têrmos da Portaria n. 44, de 21 de novembro de 1945, do Sr. Ministro, aprovo as eleições realizadas no "Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar, no Estado de Pernambuco", autorizando a posse imediata da Diretoria, assim constituida: Diretoria — Presidente — Alcides Barbosa Nicéas; Secretário — Cassiano Hipólito de Vasconcelos e Tesoureiro — Generino Américo do Nascimento . Conselho Fiscal: Adalberto Bernardino de Sena, Durval Dias de Abreu e Joaquim Soares Falcão. Suplentes da Diretoria: João Azevedo, Oscar José Conceição e Anibal Cavalcanti. Suplentes do Conselho Fiscal: José Francisco Fonseca, Antônio Pinto e João Alexandre da Silva. Ao Serviço de Comunicações. — Francisco Ribeiro Dantas, Diretor Geral do Departamento Nacional do Trabalho.

(D. O., 4-12-45)

---

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

### Seção do Preparo da Arrecadação

Processo n. 227.337-45 — Charlton Armes & Cia. Ltd. — Rua da Assembléia, 104, 10.º andar, sala 1.004 — são comerciantes importadores e, assim, satisfazem o pagamento do impôsto de consumo à Alfândega por ocasião do despacho das mercadorias.

2. Perguntam se seus talões "notas fiscais" estão sujeitos a autenticação, na forma do art. 118 do Decreto-lei n. 7.404, de 22 de março de 1945.

3. O § 1.º do artigo citado exige, em relação a comerciantes, a autenticação dos talões dos que comerciarem, por grosso com "fumo em corda, fôlha ou pasta", de "álcool", de "aguardente", de "sal", "jóias, obras de ourives e relógios" e os que venderem produtos não expressamente taxados.

4. Desde que os consulentes não negociam com os artigos acima enumerados, estão desobrigados do uso dos aludidos talões.

5. Dê-se ciência, publique-se; recorrendo dêsse meu despacho ex-ofício, para a D. R. I., de acôrdo com o disposto no artigo 168 do Decreto-lei supra citado.

R. D. F., em 12 de dezembro de 1945.
Paulo Ramos, Diretor.

(D. O. 29-12-45)

---

## O ABASTECIMENTO DE AÇÚCAR PARA SÃO PAULO

**A Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco divulgou pela imprensa a seguinte nota:**

**"A Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco torna público que tem empregado enormes esforços para conseguir eficiente escoamento da sua produção açucareira para o importante Estado de São Paulo. Agora mesmo sabedora de que a Comissão de Marinha Mercante não dispunha de navios suficientes para carregar em Recife o açúcar necessário à população paulista, conseguiu que os proprietários do navio inglês "Delius" se dispusesse a receber neste pôrto 70.000 sacos de açúcar para Santos, aos fretes usuais da cabotagem e sem mais qualquer aumento. Com surprêsa, a Comissão de Marinha Mercante acaba de negar aos armadores inglêses o direito de fazer êste transporte.**

**Como tem sido a Cooperativa dos Usinerios de Pernambuco atacada, já pelo rádio, já pela imprensa, como culpada pela falta de açúcar em São Paulo, tem esta nota a finalidade de tornar clara a situação.**

**Agora mesmo, para amenizar a escassez de açúcar no Sul, tomou a Comissão de Marinha Mercante a resolução de enviar um navio em lastro para receber 65.000 sacos para o Rio e 65.000 sacos para Santos, com um aumento de frete de dois cruzeiros por saco. A solução dada pela Cooperativa era mais econômica e deveria ser de qualquer forma acatada pela Comissão de Marinha Mercante, pois visava melhorar ainda mais o abastecimento que continua precário".**

---

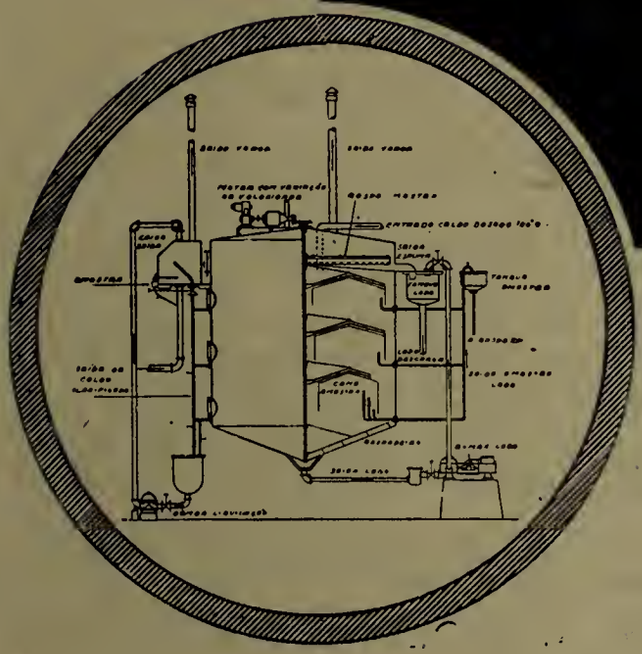
**Alcoometria, estereometria e análise do álcool**

Dr. Anibal R. de Matos

**Preço** . . . . . **Cr$ 15,00**
**Pelo Correio.** . . . . . **Cr$ 17,00**

Na Seção de Publicidade do
Instituto do Açúcar e do Álcool

# FUNDIÇÃO GUANABARA



ACESSORIOS HIDRAULICOS
CLARIFICADOR **RONALD**
DISTILARIAS DO ALCOOL
ESQUENTADORES RAPIDOS
FUNDIÇÃO DAS MOENDAS
FACAS PARA CORTADORES
FORNOS CONTINUOS ROTATIVOS
GUINDASTES PARA CANA
MOENDAS COMPLETAS
TRATAMENTO D'AGUA
TRIPLES EFEITOS
VACUOS CONDENSADORES BAROMETRO
DISTILARIA DE ALCOOL ANIDRO — usando desidratante nacional
TRATAMENTO DO VINHOTO — com grande produção de gás combustível e ótimo adubo

CONSULTAS - DESENHOS - PROJETOS - CONSTRUÇÕES

## CIA. METALURGICA E CONSTRUTORA S. A.

**RUA FRANCISCO EUGENIO, 371**
**Dep. Com. 48-9334 — Dep. Eng. 48-2120**
End. Tel. "ARTE"

Rio de Janeiro

# EDITAIS DO I. A. A.

## CONCORRÊNCIA PARA MONTAGEM DE TRÊS USINAS DE AÇÚCAR CRISTAL E RESPECTIVAS DISTILARIAS, NO ESTADO DE SÃO PAULO

Pelo presente edital, ficam notificados todos os interessados de que se acham abertas, pelo prazo de 60 dias, as incrições para apresentação de propostas para montagem de três usinas de açúcar cristal e respectivas distilarias, com a quota de 30.000 sacos de 60 quilos cada uma, nos têrmos da decisão de 8-11-45, da Comissão Executiva do I. A. A., observadas as seguintes condições:

I — O regime de exploração da usina será o de absoluta separação entre a atividade agrícola e a industrial, de acôrdo com o disposto nos arts. 54 e 67 do Estatuto da Lavoura Canavieira.

II — A concessão para a montagem da usina será condicionada à instalação de distilaria de álcool anidro anexa à mesma, com a capacidade mínima de 15 litros de álcool por saco de açúcar de 60 quilos, da quota legal atribuída à usina.

III — Os proponentes se obrigam, nos têrmos dêste edital, a reconhecer e admitir fornecedores de cana para a integralização da quota da usina, nos têrmos do item I.

IV — Em suas propostas os interessados deverão declarar:

a) local onde pretendem instalar a usina e a respectiva distilaria, com a indicação da natureza do terreno, área do local, meios de comunicação e situação da exploração, se existir;

b) as quotas máximas e mínimas de fornecimentos, para transformação em açúcar e álcool, não podendo ser as quotas mínimas inferiores a 400 toneladas;

c) natureza e constituição da emprêsa responsável pela exploração da usina e montagem do respectivo capital, se fôr caso;

d) plano das instalações industriais de que se comporá o estabelecimento;

e) situação jurídica do imóvel em que serão instaladas a usina e a distilaria;

f) tratamento que pretende dispensar a seus fornecedores, trabalhadores e operários, com observância das condições estabelecidas no Estatuto da Lavoura Canavieira e no Decreto-lei número 6.969, de 19 de outubro de 1944.

V — As propostas a que se refere o presente edital deverão ser acompanhadas:

a) de prova de nacionalidade brasileira dos proponentes;

b) prova de idoneidade moral e financeira dos proponentes, mediante atestado de autoridades pública, federais, estaduais e municipais, e de estabelecimentos idôneos de crédito;

c) prova de depósito no Banco do Brasil da quantia de Cr$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

§ 1.º — O depósito a que alude a letra c far-se-á mediante guia expedida pela Gerência do Instituto ou por intermédio das Delegacias Regionais respectivas.

§ 2.º — Julgada a concorrência, os depósitos aludidos na letra c ficarão à disposição dos depositantes não vitoriosos, sendo retirados mediante carta liberatória expedida pelo I. A. A. ao Banco do Brasil, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 3.º — O depósito feito pelo proponente vitorioso ficará à disposição do mesmo logo que a usina esteja em funcionamento, e pelo I. A. A. tenham sido julgadas cumpridas tôdas as condições da concorrência.

VI — No julgamento das propostas terão preferência:

a) os candidatos que proponham instalar as usinas nas zonas indicadas no edital de concorrência publicado no "Diário Oficial" de 11-6-45 (região da Alta Paulista, além de Tupã; região da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e região da Alta Sorocabana além da cidade de Presidente Prudente);

b) os candidatos que tenham apresentado os melhores e mais completos planos de assistência social e técnica financeira;

c) os candidatos que se proponham a lotear a terra para venda aos fornecedores, desde que se responsabilizem pela execução das obras e serviços de interêsse coletivo destinados a garantir a segurança e bem-estar e abastecimento dos fornecedores e suas famílias, bem como de seus agregados e dependentes;

d) os candidatos que se comprometam a manter maior número de fornecedores, observadas, porém as quotas mínimas indispensáveis para assegurar ao lavrador uma existência digna e decente;

e) os candidatos que se propuserem a construir distilarias de maior capacidade relativamente à quota pleiteada.

Parágrafo único — Na distribuição das quotas de fornecimento o Instituto procurará favorecer aos fornecedores do tipo referido no art. 76 do Estatuto da Lavoura Canavieira.

VII — O concessionário, mediante prévia licença do I. A. A. poderá organizar uma emprêsa de que participe para exploração da usina e distilaria, lavrando-se a competente escritura pública de cessão e transferência de direitos e obrigações.

VIII — O I. A. A. não admitirá à concorrência, nem à transferência de que cuida o item anterior, as sociedades anônimas que não tiverem o respectivo capital subdividido em ações nominativas.

IX — Na concessão para montagem de novas usinas, terão preferência, em igualdade de condições, as pessoas físicas ou jurídicas que não sejam proprietárias ou acionistas de usina.

X — A usina e a distilaria instaladas com base neste edital participarão de todos os planos de safra do I. A. A. e estarão sujeitas aos dispositivos da legislação especial à economia açucareira, inclusive as disposições da Resolução n. 105-45.

XI — Uma vez julgada a concorrência e assinado o respectivo contrato de concessão, o concessionário deverá dar início à montagem da usina e distilaria, dentro do prazo de 6 meses, não devendo ser superior a 24 meses, contados da data da assinatura da escritura, o prazo para o funcionamento da usina.

XII — O concorrente vitorioso dentro de 30 dias, a contar da data do julgamento da concorrência, deverá fazer prova de propriedade das terras em que será localizada a usina.

XIII — Se dentro do prazo de 6 meses fixado para o início da montagem da usina, não estiver fundada a lavoura, começada a construção dos prédios e feitos os contratos para aquisição dos maquinismos, caducará a concessão, que será deferida aos demais candidatos, na ordem da respectiva classificação na concorrência.

XIV — O I. A. A. se reserva o direito de anular a presente concorrência caso julgue não terem sido observadas as instruções em vigor, sem que tal fato possa acarretar qualquer responsabilidade de sua parte, direta ou indiretamente.

XV — As propostas apresentadas nos têrmos dêste edital serão examinadas pelos órgãos técnicos do Instituto do Açúcar e do Álcool e julgadas pela sua Comissão Executiva.

XVI — Os requerimentos para os fins previstos neste edital deverão ser endereçados ao Exmo. Sr. Presidente do I. A. A. e entregues, mediante recibo, na Seção de Comunicações do Instituto, à Praça 15 de Novembro número 42, 2.º andar, nesta Capital e, nos Estados, nas Delegacias Regionais do Instituto, observada a lei do sêlo e reconhecidas as firmas dos signatários.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1945.

**Guido Coaracy**, Chefe da Seção de Comunicações.

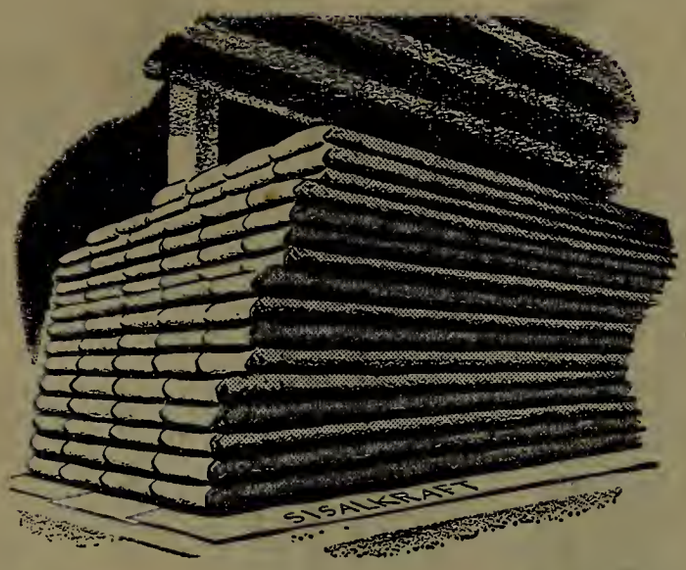
(D. O., 28-12-45).

---

## ÁLCOOL DE MADEIRA

**A obtenção do álcool como subproduto da fabricação da celulose de sulfito depende de um lado do teor em cálcio do ácido de cozimento e do outro do grau de dissociação da celulose. Pelo processo N. A. F. — Hagglund, no qual o cozimento é feito em duas etapas com ácido de reduzido teor cálcico, evita-se o aumento da acidez do líquido e, por conseqüência, a diminuição do rendimento e da resistência da celulose.**

**Comparado ao processo habitual, o de N.A.F. — Hagglund produz quase duas vêzes mais álcool. Segundo as pesquisas feitas pelo Sr. Bergson, o rendimento de álcool do líquido residual na fabricação de celulose pelo sulfito é aproximadamente de 48 a 64 litros de álcool a 95% por tonelada de madeira absolutamente sêca ou de 80 a 120 litros a 90% por tonelada de matéria de fibras grosseiras. De acôrdo com as informações do sábio sueco Nihlen a Suécia poderá fabricar anualmente 165 milhões de litros de álcool a 95%, sendo que a sua produção atual se eleva a mais de 50 milhões.**

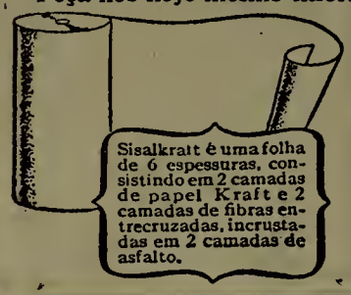

# Valha-se do SISALKRAFT

## para minorar as perdas de peso e por deterioração

O açúcar é um produto de inestimavel valor nestes dias, tanto como alimento como na química de guerra. Por isso, é mais importante que nunca evitar a deterioração e a perda de peso por motivo da umidade.

Os armazenistas compreendem o caso e muitos deles se têm valido do método Sisalkraft de proteção contra a umidade. Em poucas palavras, eis o processo seguido, quer se trate de pavimentos de cimento ou de madeira. Cubra o pavimento do armazem com papel SISALKRAFT e amontoe sobre essa camada os sacos, na forma de costume. (Entre o SISALKRAFT e os sacos não é preciso usar nenhuma proteção). Sendo muito forte e à prova de água, o SISALKRAFT impede em absoluto a passagem de umidade através do pavimento e, consequentemente, a deterioração do açúcar ensacado. Em casos de extrema umidade, é tambem conveniente cobrir completamente os montões de sacos, para evitar que a umidade os atinja por cima ou dos lados.

Peça-nos hoje mesmo informações completas.




*Sisalkraft tomou o seu lugar no esforço de guerra das Nações Unidas, e talvez não seja obtido em toda ocasião. Isto se deve às dificuldades de transporte, etc.; mas estamos fazendo os maiores esforços para manter seu país devidamente abastecido.*

THE SISALKRAFT CO.
205 WEST WACKER DRIVE · CHICAGO, E. U. A.
LONDRES, INGLATERRA SYDNEY, AUSTRALIA

**DISTRIBUIDORES: CASA HILPERT S.A.**
**Av. Rio Branco, 26 - 15.º andar — Rio de Janeiro**

# PRODUÇÃO E CONSUMO DE AÇÚCAR

**TIPOS DE USINA**

POSIÇÃO EM 30 DE SETEMBRO DE 1945

**Unidade: Saco de 60 quilos**

| PERÍODO | Estoque inicial | Produção | Importação | Exportação | Transformação em álcool | Consumo | Estoque final |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | **MÊS** | | | | |
| Setembro de 1945 | 2.001.692 | 1.391.002 | — | — | — | 1.074.879 | 2.317.815 |
| Setembro de 1944 | 3.187.696 | 1.515.990 | — | — | — | 1.380.189 | 3.323.497 |
| Setembro de 1943 | 2.670.958 | 1.349.187 | — | 976 | — | 1.098.854 | 2.920.315 |
| | | | **SAFRA** | | | | |
| JUNHO/SETEMBRO | | | | | | | |
| 1945/46 | 2.010.202 | 4.663.054 | — | — | — | 4.355.441 | 2.317.815 |
| 1944/45 | 3.391.814 | 4.934.782 | — | — | — | 5.003.099 | 3.323.497 |
| 1943/44 | 3.408.514 | 4.870.710 | — | 3.130 | 38.554 | 5.317.225 | 2.920.315 |
| | | | **ANO CIVIL** | | | | |
| JANEIRO/SETEMBRO | | | | | | | |
| 1945 | 4.855.153 | 9.022.167 | — | 198.000 | — | 11.361.505 | 2.317.815 |
| 1944 | 4.618.491 | 9.805.455 | — | 807.045 | — | 10.293.404 | 3.323.497 |
| 1943 | 4.821.697 | 8.674.998 | — | 173.622 | 42.932 | 10.359.826 | 2.920.315 |

# PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ÁLCOOL

**SAFRA DE 1945/46**

POSIÇÃO EM 30 DE SETEMBRO DE 1945

| UNIDADES FEDERADAS | PRODUÇÃO DE AÇÚCAR DE USINAS (Scs. 60 kg) | | | Produção de álcool de todos os tipos (Litros) |
|---|---|---|---|---|
| | Quota de produção (1) | Estimada | Verificada até a presente data | |
| Guaporé | — | — | — | — |
| Acre | — | — | — | — |
| Amazonas | — | — | — | — |
| Rio Branco | — | — | — | — |
| Pará | 17.552 | 5.000 | 876 | 9.920 |
| Amapá | — | — | — | — |
| Maranhão | 12.039 | 10.000 | — | — |
| Piauí | 3.292 | 2.000 | — | — |
| Ceará | 18.886 | 17.000 | — | 14.200 |
| Rio G. do Norte | 55.378 | 57.000 | 7.976 | 14.200 |
| Paraíba | 401.242 | 490.000 | 96.721 | 192.738 |
| Pernambuco | 6.087.670 | 4.500.000 | 12.576 | 73.800 |
| Alagoas | 2.065.551 | 1.500.000 | 12.732 | 32.560 |
| Fern. de Noronha | — | — | — | — |
| Sergipe | 1.058.048 | 850.000 | 1.349 | — |
| Bahia | 1.021.683 | 800.000 | 8.303 | 89.765 |
| Minas Gerais | 691.727 | 560.000 | 350.149 | 2.283.322 |
| Espírito Santo | 67.068 | 65.000 | 19.426 | — |
| Rio de Janeiro | 2.768.989 | 3.400.000 | 2.064.714 | 10.200.739 |
| Distrito Federal | — | — | — | — |
| São Paulo | 2.894.643 | 3.000.000 | 2.023.247 | 22.370.957 |
| Paraná | 10.000 | 35.000 | 25.258 | 378.555 |
| Iguaçu | — | — | — | — |
| Santa Catarina | 78.265 | 55.000 | 29.200 | 136.688 |
| Rio G. do Sul | 6.318 | — | — | 76.235 |
| Ponta Porã | 6.318 | 8.000 | 4.587 | — |
| Mato Grosso | 31.403 | 22.000 | 5.940 | 58.255 |
| Goiás | 5.125 | — | — | — |
| BRASIL | 17.301.197 | 15.376.000 | 4.663.054 | 35.931.934 |

NOTA: Além da quota de produção acima, foram concedidas pela Coordenação da Mobilização Econômica (Portaria n. 17, de 5/11/42) e pelo I.A.A. (Resolução n. 103, de 21/3/45), respectivamente, as quotas de 320.000 sacos (40.000 dos quais já estão sendo utilizados e figuram na quota de produção citada) e 700.000 sacos, destinados à montagem de novas fábricas no território nacional, as quais passarão a figurar nos totais das respectivas unidades federadas, à medida que forem sendo utilizadas.

(1) — Fica assegurada, no período de cinco safras, a partir de 1944/45, a liberação pelo I. A. A., de todo o açúcar necessário ao consumo nacional.

# ESTOQUE DE AÇÚCAR

**DISCRIMINAÇÃO POR TIPO E LOCALIDADE — 1945**

POSIÇÃO EM 30 DE SETEMBRO DE 1945

**Unidade: saco de 60 quilos**

| Unidades Federadas | Granfina | Cristal | Demerara | Somenos | Mascavo | Bruto | Total | Resumo por localidade | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | PRAÇA | | Nas Usinas | Nas Distilarias do I. A. A. |
| | | | | | | | | Capitais | Interior | | |
| R. G. do Norte . . | — | 3.442 | — | — | — | 2 | 3.444 | 3.154 | — | 290 | — |
| Paraíba . . . . . | — | 15.388 | — | — | — | 22 | 15.410 | 9.045 | 1.890 | 4.475 | — |
| Pernambuco . . . | — | 4.104 | 755 | 64 | 230 | 100.498 | 105.651 | 5.153 | 100.498 | — | — |
| Alagoas . . . . . | — | 3.564 | 3.886 | — | — | 20.177 | 27.627 | 20.567 | 4.565 | 2.495 | — |
| Sergipe . . . . . | — | 136.426 | 3.593 | — | 2.170 | — | 142.189 | 104.197 | 32.103 | 5.889 | — |
| Bahia . . . . . | — | 6.268 | 3 | — | — | 474 | 6.745 | 6.745 | — | — | — |
| Minas Gerais . . . | — | 194.153 | 2.740 | — | 2.839 | 7.149 | 206.881 | 60.803 | — | 146.078 | — |
| Rio de Janeiro . . | — | 864.346 | 88.507 | — | — | — | 952.853 | 4.602 | — | 948.251 | — |
| Distrito Federal . | — | 39.900 | 6.440 | — | — | 4.024 | 50.364 | 50.364 | — | — | — |
| São Paulo . . . . | — | 749.123 | 64.081 | 104.535 | — | 34.846 | 952.585 | 124.322 | 73.937 | 754.326 | — |
| Demais Un.. Fed. | — | 19.416 | 1.842 | — | — | — | 21.258 | — | — | 21.258 | — |
| BRASIL . . . . | — | 2.036.130 | 171.847 | 104.599 | 5.239 | 167.192 | 2.485.007 | 388.952 | 212.993 | 1.883.062 | — |

# ESTOQUE DE AÇÚCAR

**1943 - 1945**

POSIÇÃO EM 30 DE SETEMBRO DE 1945

**Unidade: saco de 60 quilos**

| Unidades Federadas | Todos os Tipos | | | Tipos de Usina | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1943 | 1944 | 1945 | 1943 | 1944 | 1945 |
| R. G. do Norte ..... | 3.415 | 13.781 | 3.444 | 2.545 | 11.472 | 3.442 |
| Paraíba ..... | 67.500 | 45.260 | 15.410 | 67.014 | 42.170 | 15.388 |
| Pernambuco ..... | 432.945 | 253.897 | 105.651 | 371.902 | 131.109 | 5.153 |
| Alagoas ..... | 347.951 | 371.527 | 27.627 | 293.318 | 326.886 | 7.450 |
| Sergipe ..... | 234.279 | 235.202 | 142.189 | 234.279 | 235.202 | 142.189 |
| Bahia ..... | 12.880 | 36.431 | 6.745 | 12.880 | 36.431 | 6.271 |
| Minas Gerais ..... | 120.478 | 164.492 | 206.881 | 120.478 | 163.037 | 199.732 |
| Rio de Janeiro ..... | 711.383 | 1.117.674 | 952.853 | 711.383 | 1.117.674 | 952.853 |
| D. Federal ..... | 28.599 | 74.630 | 50.364 | 25.400 | 73.303 | 46.340 |
| São Paulo ..... | 1.104.998 | 1.199.486 | 952.585 | 1.067.725 | 1.173.634 | 917.739 |
| Demais Un. Fed ..... | 13.391 | 12.579 | 21.258 | 13.391 | 12.579 | 21.258 |
| BRASIL ..... | 3.077.819 | 3.524.959 | 2.485.007 | 2.920.315 | 3.323.497 | 2.317.815 |

# COTAÇÃO DE AÇÚCAR

**(POR SACO DE 60 QUILOS)**

**1943-1945**

SETEMBRO

Valor em Cruzeiros

## 1. TIPOS DE USINA

| Praças | Cristal | | | | | | | | | Demerara | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | MÁXIMA | | | MÍNIMA | | | MÉDIA | | | MÁXIMA | | | MÍNIMA | | | MÉDIA | | |
| | 1943 | 1944 | 1945 | 1943 | 1944 | 1945 | 1943 | 1944 | 1945 | 1943 | 1944 | 1945 | 1943 | 1944 | 1945 | 1943 | 1944 | 1945 |
| João Pessoa . . . | 87,0 | 101,0 | 132,1 | 87,0 | 101,0 | 122,2 | 87,0 | 101,0 | 126,3 | — | — | — | — | — | — | — | — | — |
| Recife . . . . . | 82,0 | 95,0 | 116,5 | 82,0 | 82,0 | 116,5 | 82,0 | 87,2 | 116,5 | — | — | — | — | — | — | — | — | — |
| Maceió . . . . . | 79,0 | 92,0 | 109,0 | 73,0 | 92,0 | 109,0 | 76,6 | 92,0 | 109,0 | 66,0 | 88,0 | 102,5 | 60,0 | 88,0 | 102,5 | 65,4 | 88,0 | 102,5 |
| Aracaju . . . . | 76,0 | 94,7 | 112,0 | 70,0 | 94,7 | 112,0 | 73,3 | 94,7 | 112,0 | — | — | — | — | — | — | — | — | — |
| Salvador . . . . | 79,6 | 100,5 | 120,0 | 68,6 | 94,7 | 120,0 | 76,5 | 97,7 | 120,0 | — | — | 112,8 | — | — | 112,8 | — | — | 112,8 |
| Belo Horizonte . | 110,0 | 129,0 | 150,0 | 110,0 | 129,0 | 150,0 | 110,0 | 129,0 | 150,0 | — | — | — | — | — | — | — | — | — |
| Campos . . . . . | 89,0 | 100,0 | 114,0 | 88,0 | 100,0 | 114,0 | 88,5 | 100,0 | 114,0 | — | — | — | — | — | — | — | — | — |
| D. Federal . . . | 70,0 | 115,0 | 132,0 | 67,0 | 115,0 | 132,0 | 68,5 | 115,0 | 132,0 | 60,0 | 111,0 | 124,5 | 58,0 | 111,0 | 124,5 | 59,0 | 111,0 | 124,5 |
| São Paulo . . . . | N/ | 120,0 | 139,0 | N/ | 120,0 | 139,0 | N/ | 120,0 | 139,0 | — | 116,0 | 132,0 | — | 116,0 | 132,0 | — | 116,0 | 132,0 |

## 2. TIPO DE ENGENHO

| Praças | Bruto | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | MÁXIMA | | | MÍNIMA | | | MÉDIA | | |
| | 1943 | 1944 | 1945 | 1943 | 1944 | 1945 | 1943 | 1944 | 1945 |
| João Pessoa . . . | 62,0 | 84,0 | 90,0 | 62,0 | 84,0 | 90,0 | 62,0 | 84,0 | 90,0 |
| Recife . . . . . | 72,0 | 79,0 | 85,0 | 68,0 | 77,0 | 85,0 | 69,1 | 78,0 | 85,0 |
| Maceió . . . . . | — | — | — | — | — | — | — | — | — |
| Aracaju . . . . | 39,5 | 78,6 | 98,6 | 39,5 | 78,6 | 98,6 | 39,5 | 78,6 | 98,6 |
| Salvador . . . . | 50,0 | 50,0 | 105,6 | 50,0 | 50,0 | 105,6 | 50,0 | 50,0 | 105,6 |
| Belo Horizonte . | — | — | — | — | — | — | — | — | — |
| Campos . . . . . | — | — | — | — | — | — | — | — | — |
| D. Federal . . . | 54,0 | 108,2 | 117,5 | 52,0 | 108,2 | 117,5 | 53,0 | 108,2 | 117,5 |
| São Paulo . . . . | N/ | 110,2 | 126,0 | N/ | 110,2 | 126,0 | N/ | 110,2 | 126,0 |

**ANTÔNIO GUIA DE CEROUEIRA**
Chefe da Seção de Estatística

# A SITUAÇÃO AÇUCAREIRA MUNDIAL E O MERCADO NORTE-AMERICANO

A produção mundial de açúcar em 1946 será maior que a de 1945, mas ainda assim insuficiente para atender os pedidos sem racionamento aos preços comuns do açúcar. A produção de Cuba poderá ser um pouco maior no próximo ano, pois a grande sêca que reduziu o rendimento da colheita de 1944/45, parece haver terminado. A produção de açúcar de beterraba na Europa irá em constante aumento à medida que a indústria se refizer dos efeitos da guerra. A produção açucareira das Filipinas poderá também aumentar na mesma forma, embora seja provável que demore mais, visto o restabelecimento dos canaviais e colheitas se processar mais lentamente que nas culturas de beterraba.

Os abastecimentos mundiais de açúcar em 1945 foram os mais reduzidos dessde o início da guerra. Tal se deveu, em grande parte, à escassa produção de Cuba no corrente ano e à redução de cêrca de 2.400.000 toneladas em 1943 e 1944 das reservas mundiais de açúcar. O aumento da procura de açúcar nas regiões da Europa recentemente libertadas reduziu, igualmente, a quantidade disponível para o consumo dos Estados-Unidos, Canadá e Grã-Bretanha. Tudo indica que em 1945 se dará nova redução das reservas mundiais, o que virá reduzi-las a um nível de utilidade mínima.

O abastecimento de açúcar dos Estados-Unidos em 1945 será 20% aproximadamente menor que o de 1944. As quantidades disponíiveis para os civis sofrerão redução percentual ainda maior, dado que as exigências das classes armadas êste ano, segundo parece, serão maiores que as do ano passado. Em 1944 os Estados-Unidos consumiram (civis e militares) mais de 7 milhões de toneladas de açúcar (peso bruto), das quais 4 milhões provenientes de Cuba. Espera-se que o consumo total do corrente ano seja inferior em um milhão de toneladas, devendo Cuba prover a metade dêsse total. As reservas de açúcar nos Estados-Unidos (continente) foram reduzidas em 1944 de 500.000 toneladas. Será impossível realizar nova redução em 1945, se se mantêm as contínuas distribuições de açúcar através de todo o país.

A escassez de açúcar durante a guerra, assim como as restrições do racionamento alentaram a produção de maiores quantidades de xaropes comestíveis. Os xaropes produzidos por fabricantes de açúcar de cana foram os que denotaram maior aumento. A quantidade dêstes xaropes produzidos em 1944 foi cêrca de cinco vêzes maior que a média verificada no período anterior à guerra. A produção continuou em igual escala durante 1945, embora possa ser reduzida nas últimos meses do ano, ao se tornar menor a quantidade de açúcar disponível para a refinação. Verificou-se, igualmente, considerável aumento, durante a guerra, na produção de xaropes e açúcar de milho, esperando-se que a de 1945 seja ainda maior que a de 1944. A escassez de açúcar está aumentando a procura dêste produto, tendo presentemente os fabricantes menores dificuldades para obter milho do que em 1944.

O consumo de açúcar na maioria dos países da Europa declinou mais (em relação aos niveis de antes da guerra) do que nos Estados-Unidos. O consumo civil na Grã-Bretanha em 1944 foi ao redor de um têrço menor do nível do periodo anterior à guerra, sendo as reduções ainda mais importantes na maioria dos países da Europa ocidental. O consumo civil nos Estados-Unidos, em 1944, foi 10% menor do que o de antes da guerra. O consumo, em algumas zonas exportadoras de açúcar de cana, aumentou desde que se iniciou a guerra, sendo êste aumento resultante do maior poder aquisitivo dos respectivos habitantes. Não obstante, as quantidades compreendidas nestes aumentos são pequenas quando comparadas com o consumo mundial.

As rações para todos os tipos de consumidores civis nos Estados-Unidos foram reduzidas em princípios de 1945. Atualmente as rações civis, excluindo o açúcar utilizado para a preparação de alimentos em conserva, são aproximadamente 62,5% do nivel fixado para 1944. Êstes civis receberão sòmente uma têrça parte do consumo de antes da guerra ou a metade, se se inclur o açúcar para alimentos em conserva. As quotas de açúcar para a preparação dêstes últimos em 1945 orçam aproximadamente em 60% das de 1944. As rações para os consumidores coletivos estão na proporção de 70 a 75%, em relação a 1944. As quotas para os consumidores industriais domésticos foram reduzidas de 62,5 a 75%, relativamente aos totais de 1944. Não obstante, foram outorgadas quotas especiais para os consumidores industriais, nas regiões onde houve aumento de população, as quais somadas às utilizadas para fns não civis, perfazem o total de 85 e 125%, relativamente ao consumo de 1944 e 1939, respectivamente.

Os Estados-Unidos compraram a safra de Cuba de 1945, exceto as quantidades necessárias para o consumo local e cêrca de 150.000 toneladas, destinadas à venda, principalmente aos países latino-americanos. Apesar de pagar preço mais elevado que nos anos anteriores, a Commodity Credit Corporation entregou-o aos refinadores ao mesmo preço do ano anterior. Por êste motivo os preços do açúcar nos Estados-Unidos não variaram apesar de haverem pago preços mais elevados pelo açúcar cubano. Os Estados-Unidos não receberão todo o açúcar adquirido em Cuba, visto que consideráveis quantidades do mesmo, nos termos de tratados anteriores, serão encaminhadas para o Canadá, Grã-Bretanha e regiões libertadas. Essas regiões eram importadoras de açúcar cubano antes da guerra.

Os Estados-Unidos se ofereceram também para comprar a produção de açúcar de Pôrto Rico. A Grã-Bretanha comprou as safras de Haiti e da República Dominicana. A única quantidade importante de açúcar recebida nos Estados-Unidos de região de além-mar o foi de Havaí. O govêrno, no entanto, assumiu o encargo de parte dos cada vez mais elevados custos de embarque de Havaí em tempo de guerra.

Desde 1942 têm estado em vigor vários programas de govêrno, sob os quais foram realizados pagamentos aos plantadores de cana de açúcar e de beterraba, bem como, também, aos fabricantes de açúcar de beterraba. A maioria dêsses pagamentos visavam estimular o aumento da produção do açúcar, sem tornar necessário elevar o preço pelo consumidor.

(Informação do Departamento de Economia Agrícola dos Estados-Unidos).

## LAVOURA CANAVIEIRA NO MÉXICO

**Em trabalho publicado na "Técnica Azucarera", o Sr. José Ch. Ramírez insiste na necessidade de salvar a cultura da cana no México. A situação é grave, pois a agricultura canavieira vem apresentando resultados decrescentes tanto em toneladas colhidas por hectare quanto em rendimento industrial. E' evidente a degeneração progressiva dos canaviais mexicanos e a própria Secretaria da Agricultura reconheceu o fenômeno. Nestes últimos tempos vem-se tentando corrigir a situação mediante a semeadura de novas áreas e o emprego de irrigação e fertilizantes nas lavouras.**

**Advoga o autor uma intervenção mais direta do Estado na matéria visando auxiliar os agricultores. Torna-se necessário criar centros de experimentação agrícola situados em lugares, cujo raio de ação abranja as características climatológicas das diversas regiões canavieiras; constituir brigadas de agrônomos especializados, que visitem periòdicamente os centros canavieiros para propiciar ensinamentos práticos aos agricultores; formar um quadro e técnicos de irrigação para traçar sistemas de canais e captação de águas nas regiões canavieiras necessitadas, criando, simultâneamente, um fundo econômico a fim de propiciar créditos aos núcleos canavieiros para a execução das respectivas obras destinadas; proporcionar com facilidades de pagamento e preços vantajosos os adubos químicos necessários para beneficiar as terras empobrecidas.**

**Em seu trabalho, depois de fazer referência às iniciativas cubanas, o Sr. José Ch. Ramirez aponta o exemplo do Brasil onde o Instituto do Açúcar e do Álcool desenvolve diversas atividades destinadas a solucionar problemas semelhantes aos enfrentados pela lavoura canavieira do México.**

**As máquinas das Usinas de Açúcar** dependem, para seu bom funcionamento, da sua lubrificação com *óleos de qualidade e aplicação correta dos lubrificantes.* Com tantos anos de experiência e pesquisas científicas, SHELL dispõe de todos os recursos para ajudar a V. S. na solução dos seus problemas, e convida-o a consultar o Departamento de Serviços Técnicos SHELL.

PRODUTOS DE PETRÓLEO **SHELL**

ANGLO MEXICAN PETROLEUM CO. LTD.

SHELL

# AMPARO À LAVOURA CANAVIEIRA ARGENTINA

A Comissão Nacional de Ajuda aos Plantadores de Cana, da Argentina, criada pelo Govêrno, em 12 de abril de 1944, apresentou recentemente o seu primeiro relatório ao Ministro da Agricultura, do qual extraímos as seguintes informações:

A Comissão levou a cabo um plano para renovar as plantações de cana de açúcar da variedade P. O. J. 36 e suas mutações, com outras resistentes ao "carvão". Os trabalhos deram apreciáveis resultados neste sentido e, embora não tenha sido ainda completada a distribuição da cana-semente, espera-se acelerar os trabalhos de renovação dos 450.000 sulcos que ainda restam por semear com as variedades indicadas.

Diz o relatório que os canaviais de Tucuman experimentaram duas grandes epifitias: em 1916, provocada pelo "mosaico", e em 1933/34, pelo "carvão" Em ambos os casos o único remédio encontrado foi a mudança das variedades, isto é, a renovação dos canaviais com variedades imunes ou resistentes à doença.

O efeito da primeira epifitia foi dos mais graves para os plantadores da província que, em boa parte, não dispuseram dos recursos necessários para efetuar a renovação dos canaviais. Por êste motivo, ao passo que no ano de 1914 os plantadores somavam 4.000 e possuíam 46% da totalidade da área plantada com cana, em 1919, somavam 3.316, cultivando apenas 35% da área total, razão pela qual muitos lavradores tiveram de abandonar a cultura da cana ou reduzir a área de semeadura, ao passo que outros perderam as propriedades. Sòmente depois de 1929 a situação se normalizou e os plantadores voltaram aos níveis de 1914.

A segunda epifitia, do "carvão", de 1942 a 1944, foi muito mais severa em seus efeitos que a primeira, pois liquidou quase totalmente grandes extensões de cana, tornando indispensável a sua renovação imediata ou o abandono total. Além disso a doença surgiu em época má para os plantadores quando êstes haviam enfrentado uma série de anos de grandes perdas devido às sêcas e às geadas. Fatôres outros, entre êles o baixo preço do açúcar e da cana e as dificuldades enfrentadas pelas usinas, impossibilitadas de auxiliar os plantadores, contribuíram para tornar a crise mais aguda.

A ajuda do Govêrno tornou-se imperiosa para permitir aos plantadores sobrepujar a situação. Nos têrmos da legislação adotada foi concedido um auxílio de dois pesos por sulco de cem metros de novas plantações, tendo sido investida nessa ajuda soma superior a seis milhões de pesos. Ao mesmo tempo se forneceu aos plantadores a cana necessária para plantar 1.150.000 sulcos. O preço das canas-sementes das novas variedades foi fixado em vinte pesos, a fim de evitar a especulação desfavorável ao agricultor. Finalmente, foi determinado aos bancos oficiais e particulares a unificação das dívidas exigíveis dos agricultores, que receberam o benefício de maiores prazos e outras vantagens compatíveis com a capacidade econômica individual.

O rendimento das novas variedades empregadas em substituição à P. O. J. 36 foi animador. Em sua grande maioria demonstraram possuir condições excelentes em sua fase cultural, acusando um rendimento normal, segundo o clima, de 600 a 700 quilos por sulco. Tal produção é 35% superior à obtida nos últimos anos com a variedade P. O. J. 36.

Na campanha de renovação empreendida pelos plantadores independentes em 1944 calcula-se terem sido plantados com as novas variedades aproximadamente 1.440.000 sulcos, tendo sido fornecida a cana-semente para 1.150.000. Sem o auxílio oficial, apenas uma têrça parte das plantações poderia ser renovada, por carecerem os plantadores dos recursos econômicos necessários. De um modo geral as plantações restantes, cujas condições eram visìvelmente precárias no ano anterior, estariam pràticamente perdidas.

A Comissão encontrou dificuldades para o desempenho do seu programa em virtude das geadas terem destruído grande quantidade de cana-semente das nove variedades disponíveis para plantar em 1944, razão pela qual muitos dos plantadores que receberam auxílio do Estado não puderam efetuar, no todo ou em parte, as novas plantações por falta de sementes. Outras plantações realizadas tardiamente viram-se prejudicadas pela sêca dos primeiros meses do ano. Êstes fatos determinaram que a substituição da variedade P. O. J. 36 pelas novas aprovadas não pudesse ser terminada em 1944.

---

## SODRÉ VIANA

**E' com grande pesar que registramos, em nossas páginas, o falecimento, nesta capital, em fins do ano passado, de nosso colaborador Sodré Viana.**

**Escritor de raça, Sodré Viana tinha um estílo torturado, lembrando não raro a maneira euclideana. Isso denunciava acaso certa afinidade de temperamento, de sentimento, de tendência. Seja como for, havia algum parentesco entre a prosa máscula do autor dos "Sertões" e a linguagem ardente de Sodré Viana.**

**Nascido no interior da Bahia, em velha propriedade de senhores de engenho, herança familiar, Sodré Viana permaneceu sempre homem do interior, sertanejo, jagunço, como êle próprio se dizia.**

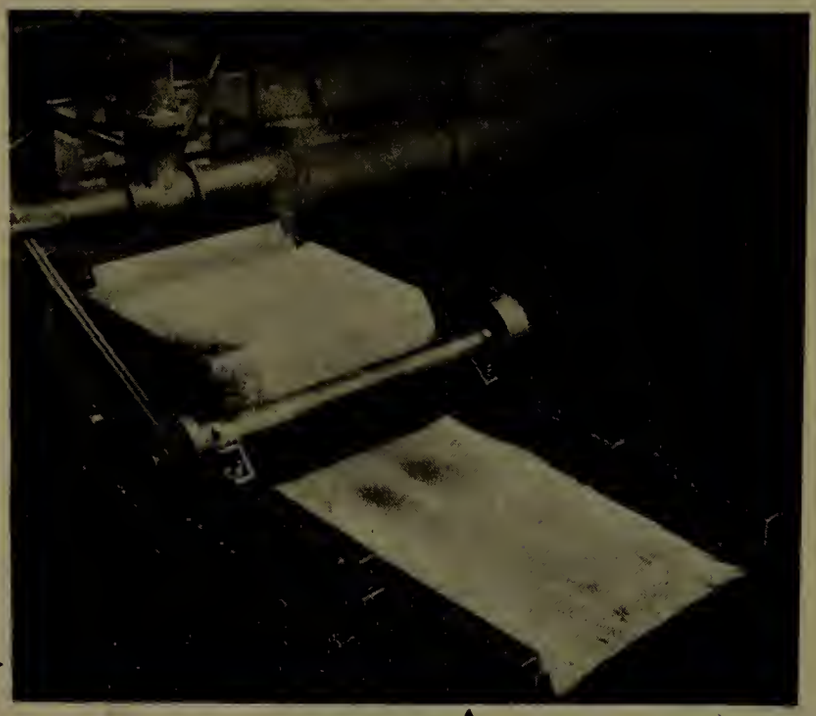
**E foi a dolorida paisagem natal, aquelas regiões que Euclides também retratou em páginas admiráveis, os costumes daquela gente simples, a dura vida do trabalhador rural, do trabalhador de engenho e dos sertanejos do São Francisco que êle refletiu nos seus trabalhos folclóricos, que "Brasil Açucareiro" estampou em tantos números, e em diversos estudos insertos em outras publicações e em livro.**

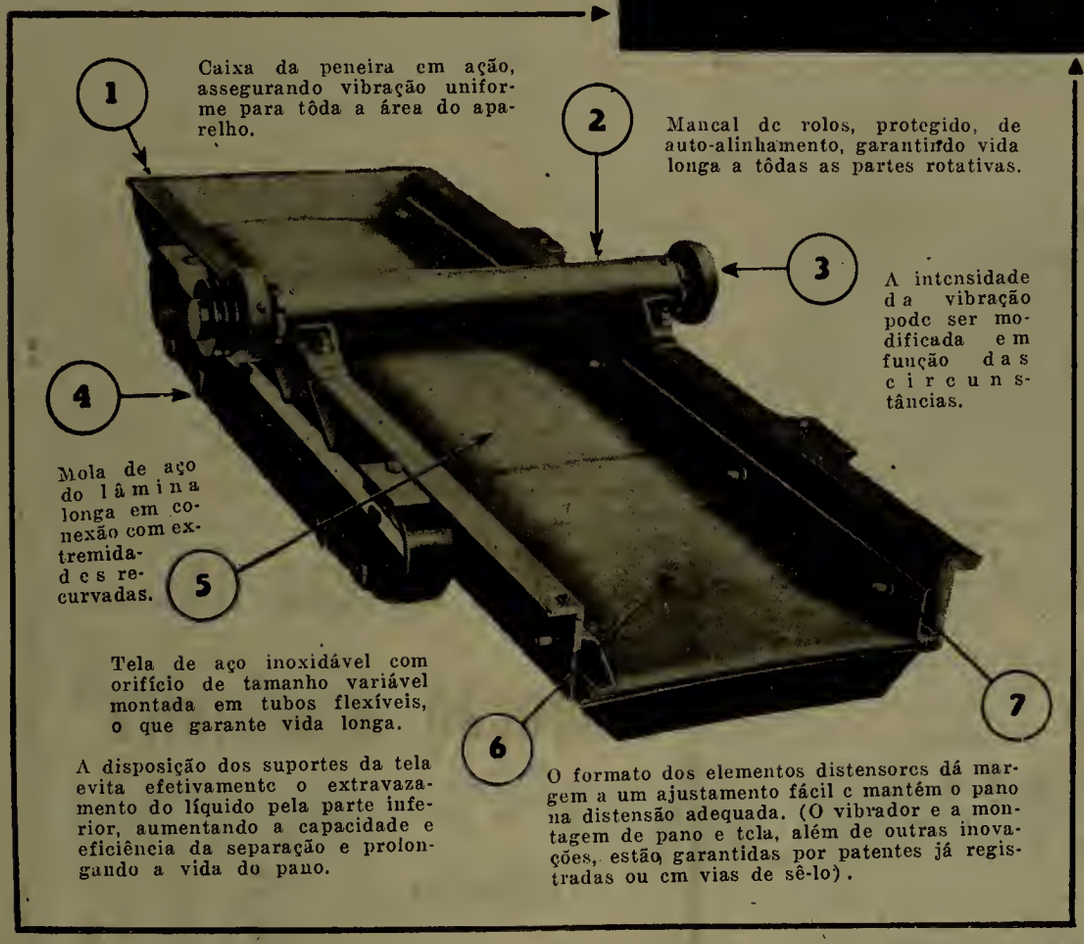
# Peneiras Vibratórias

# LINK-BELT

## PARA LIQUIDOS

A ilustração mostra uma PENEIRA VIBRATÓRIA LINK-BELT para líquidos, em serviço numa USINA CUBANA, fazendo o peneiramento secundário de caldo de cana. O caldo depois de filtrado através de fina tessitura da peneira é depois bombeado para as fases subsequentes do processo de fabricação. Esta PENEIRA LINK-BELT tem dado resultados excelentes no mundo inteiro, onde é usada com grande eficiência.






A PENEIRA VIBRATÓRIA LINK-BELT foi especialmente desenhada para trabalhar com líquidos, oferecendo método moderno e pouco dispendioso na separação fina. Examine os detalhes enumerados na gravura ao lado e para maiores informações peça nosso catálogo número 1977.

**Equipamento para usina de açúcar — Transportadores — Secadores — Equipamento para transmissão de fôrça — Correntes e rodetes são fabricados pela**

**LINK-BELT COMPANY**

ENGENHHEIROS — FABRICANTES — EXPORTADORES — ESTABELECIDOS EM 1875

REPRESENTANTES EXCLUSIVOS

**CIA. IMPORTADORA DE MÁQUINAS**

**RIO DE JANEIRO — NEW YORK**
R. Visc. de Inhaúma, 65 — 3.º and.
Caixa Postal 1979 — Tel 23-5885

**SÃO PAULO**
R. José Bonifácio, 93 — 7.º and. — Salas 7 e 8
Caixa Postal 41-A — Tel. 3-5608

**Endereço telegráfico "COIMAC"**

# CONSUMO DE AÇÚCAR NO PERU

O consumo de açúcar no Peru tem aumentado constantemente e num ritmo cada vez mais acelerado, especialmente nos últimos dez anos, quando duplicou. Tal fato é muito satisfatório do ponto de vista da alimentação nacional, pois, o açúcar é alimento de elevado valor energético e de baixo preço, pelo que permite aos consumidores obter grande parte das calorias necessárias, a custo reduzido.

No quadro abaixo, organizado com dados oficiais, pode-se acompanhar a marcha do consumo nos últimos vinte anos, bem como a da produção.

**PRODUÇÃO E CONSUMO DE AÇÚCAR NO PERU**

| MÉDIA Anos | Produção toneladas | Índice | Consumo toneladas | Índice | Consumo percentagem da produção |
|---|---|---|---|---|---|
| 1923/27. . ..... | 332.747 | 100 | 47.908 | 100 | 14,4 |
| 1928/32. . ..... | 391.755 | 118 | 60.191 | 126 | 15,4 |
| 1933/37. . ..... | 402.575 | 121 | 75.682 | 158 | 18,8 |
| 1938/42. . ..... | 432.103 | 130 | 103.095 | 215 | 23,9 |
| 1943. . ..... | 390.000 (1) | 117 | 126.200 | 263 | 32,4 |

(1) Total provisório.

Pode-se apreciar como a rapidez do crescimento do consumo superou muito à do aumento da população do país, o que significa haver aumentado o consumo individual por habitante; também superou o notável incremento da produção ocorrido no mesmo período. Como resultado o consumo, que absorvia em média 15% da produção nos anos de 1923 a 1933, elevou esta percentagem até pràticamente a quarta parte da produção total no último qüinqüenio, subindo até 32% em 1943, percentagem favorecida pela baixa produção. O consumo neste último ano, que marca um recorde absoluto com 126.200 toneladas, foi, cêrca de 35%, maior que o de 1938, cinco anos antes, quando alcançou 93.361 toneladas e 90% maior que o de 1933, um decênio antes, cujo total foi de 66.008 toneladas.

Os fatôres que intervieram no considerável aumento do consumo interno de açúcar, revelado pelos números anteriores, são os seguintes: 1.º — crescimento da população; 2.º — aumento do respectivo poder acquisitivo; 3.º — baixo preço do açúcar; 4.º — construção de novas vias de comunicação. O primeiro fator dispensa maiores explicações; à medida que há mais habitantes que consomem açúcar aumenta o consumo total. O segundo fator tem indubitável importância, pois o aumento do poder aquisitivo originado pelos anos de situação econômica vantajosa atravessados pelo país desde 1933 traduziu-se em um nível de vida mais elevado e em um maior consumo de açúcar, não sòmente pelo seu uso corrente como adoçante, mas também no fabríco de bebidas, doces, etc. Em terceiro lugar o poder aquisitivo geral viu-se intensificado no caso do açúcar pelo baixo preço dêste alomento, o qual pouco variou, ao contrário dos consideráveis aumentos de outros e, dessa forma, se tornou mais atraente para os consumidores. Finalmente, o impulso tomado nos últimos anos pelas obras rodoviárias permitiu que o açúcar atin-


**"A defesa da produção açucareira"**

(2.ª edição)

*Leonardo Truda*

**Preço. . . . . Cr$ 12,00**
**Pelo Correio. . . . . Cr$ 13,00**

gisse zonas antes inacessíveis e que pudesse ser vendido mais barato em outras, pela redução das despesas de transporte, sem falar, naturalmente, em que as facilidades de transporte melhorando a situação econômica de numerosas regiões determinaram maior consumo de açúcar.

A influência do fator transporte no consumo açucareiro no Peru evidencia-se melhor no quadro abaixo.

**CONSUMO TOTAL "PER CAPITA" NA COSTA E NA SERRA**

| REGIÃO | População | Consumo total toneladas | Consumo "per capita" quilos |
|---|---|---|---|
| Lima, Callao e arredores. . . . . | 700.000 | 44.397 | 63,4 |
| Resto da Costa. . . . . | 1.100.000 | 43.326 | 39,4 |
| Toda a Costa. . . . . | 1.800.000 | 87.723 | 48,7 |
| Serra. . . . . | 4.500.000 | 24.559 | 5,5 |
| | 6.330.000 | 112.282 | 17,8 |

O consumo dos habitantes da zona de Lima, Callao e arredores é muito elevado, comparável ao dos países que apresentam grande índice de consumo, pois alcança a 63,4 quilos "per capita". No resto da costa o consumo é, também, elevado com a média de 39,4 quilos "per capita", o que dá para tôda a Costa um consumo médio de 50 quilos, que se pode equiparar com os melhores dos demais países. Em troca, na Serra o consumo individual é muito baixo 5,5 quilos ou sejam a duodécima parte do consumo da zona de Lima e arredores e a nona do de tôda a Costa. Se a êste consumo se acrescentar o de rapadura, quase tôda consumida na Serra e que subiu em 1943 a 15.587 toneladas, a média "per capita" subiria para cêrca de 9 quilos, total ainda assim muito baixo. A média geral do consumo "per capita" em todo o país é de 17,8 quilos aproximadamente.

(Capítulo do livro "El Azucar Peruana").

**INTERCAMBIO BRASILEIRO-SOVIÉTICO**

**Em entrevista concedida a "A Informação Economica e Financeira", desta Capital, o Sr. Jorge Kalugin, representante da Agência Tass no Brasil, formulou diversas considerações em torno da troca de mercadorias entre o Brasil e a União Soviética.**

**Entre os produtos brasileiros que interessam o seu país, fez menção o Sr. Kalugin ao açúcar. Antes da guerra, a União Soviética chegou a ter superprodução de açúcar. Com a devastação causada pelos invasores nazistas sôbre as culturas de beterraba e as usinas açucareiras, a Rússia ficou, pràticamente, sem esse alimento. Antes de tudo desejamos receber açúcar, concluiu o jornalista soviético, pois a Rússia precisa de muito açúcar.**

RECIFE • SERRA GRANDE ALAGOAS • MACEIÓ
USINA SERRA GRANDE S/A
ASSUCAR
TODOS OS TIPOS
"U S G A"
O COMBUSTIVEL NACIONAL

# A SAFRA AUSTRALIANA

Segundo dados divulgados pelo "Australian Sugar Journal" em janeiro de 1945, a safra açucareira australiana de 1944 foi encerrada em 22 de dezembro, quando a central Goondi concluiu a sua moagem. No momento em que escrevia aquela revista não se conheciam cifras oficiais de produção. Todavia, os elementos estatísticos disponíveis autorizavam uma estimativa de 630.000 toneladas de açúcar de 94°. Êsse total, embora muito inferior a uma produção normal, deve ser considerado satisfatório, uma vez que ultrapassa consideràvelmente os resultados obtidos nas estações de 1942 e 1943.

A produção australiana de açúcar decaiu sensìvelmente em conseqüência da guerra, fato que tem preocupado os círculos interessados. Os dados numerários, que a seguir alinhamos, mostram o decréscimo que se acentuou a partir de 1941:

| Anos | Tons. de açúcar |
|---|---|
| 1936 | 744.261 |
| 1937 | 763.325 |
| 1938 | 778.136 |
| 1939 | 891.422 |
| 1940 | 759.446 |
| 1941 | 697.440 |
| 1942 | 605.942 |
| 1943 | 486.447 |
| 1944 (estimativa) | 630.000 |

No que se refere à área de plantio e ao rendimento em açúcar por acre, nota-se igual tendência para a redução, como se pode ver neste quadro, que tomamos da revista australiana:

| Anos | Área de colheita em acres | Tons. de açúcar por acre |
|---|---|---|
| 1936 | 245.152 | 3,04 |
| 1937 | 249.683 | 3,06 |
| 1938 | 251.064 | 3,10 |
| 1939 | 261.047 | 3,41 |
| 1940 | 265.738 | 2,86 |
| 1941 | 246.939 | 2,82 |
| 1942 | 238.213 | 2,55 |
| 1943 | 220.952 | 2,20 |
| 1944 (est.) | 230.000 | 2,72 |

Os números caracterizam a curva descendente, tanto na produção de açúcar como na área colhida e nos rendimentos por acre, nestes mais pronunciados. O ano de 1939 assinala o máximo de produção em todos os tempos em Queensland e os três anos precedentes podem ser considerados como índices do nível estabilizado da produção de antes da guerra. Se compararmos então as cifras referentes a 1943 com a média do triênio 1936-1938, verificamos em números redondos que a área colhida reduziu-se de 11 por cento e o rendimento por acre de 28 por cento, do que resultou uma redução geral na produção de nada menos de 36 por cento.

Pode-se considerar a escassez de mão de obra como o agente responsável em primeiro lugar pela redução da área de plantio e pela inferiorização dos padrões de cultivo, tudo conduzindo aos baixos rendimentos por acre. Convém não esquecer, todavia, que a falta de adubos é outro fator de capital importância na queda dos rendimentos.

Examinando as causas que contribuíram para o aumento de quase 30 por cento na produção de 1944 sôbre a do ano anterior, "The Australian Sugar Journal" afirma que, à base dos elementos então disponíveis, observava-se um aumento de apenas 4 por cento na área de colheita, sendo de notar que em 1943 houve perda de matéria prima em conseqüência de geadas caídas nas zonas ocidentais, o que não ocorreu no ano passado. Dois fatôres devem ser creditados com a responsabilidade do aumento: o plantio antecipado e o maior suprimento de fertilizantes.

O prolongamento anormal da época de chuvas em 1942 forçou os plantadores a transferir os seus trabalhos para a primavera de 1943, os trabalhos que ordinàriamente ficariam encerrados no outono. Por outro lado, o plantio da safra de 1944 foi completado na sua maior parte no outono de 1943. Influência mais eficaz, diz a revista, parece ter exercido a adubação. Enquanto na safra de 1943, os lavradores receberam apenas 15 mil toneladas de adubos, ou seja um volume correspondente a uma quarta parte dos adubos empregados nos anos que antecederam imediatamente a guerra, na de 1944 receberam quase o dôbro daquela quantidade, ou seja metade do suprimento normal. Além disso, os adubos para a safra de 44 foram entregues mais cedo, de modo que as culturas foram favorecidas tanto pelo maior volume de adubos como pela aplicação mais adequada dos mesmos.

Referindo-se à safra dêste ano, o "Australian Sugar Journal" informa que ela se iniciou em condições igualmente favoráveis, a despeito da sêca predominante em alguns distritos, sendo de esperar uma produção mais abundante. Nessas condições, a crise de mão de obra tende a acentuar-se, a menos que as autoridades tomem providências para que a indústria e a lavoura recebam os necessários contingentes de trabalhadores.

"Geografia do açúcar no Leste do Brasil"
Prof. Afonso Várzea
À venda nas Livrarias

# CRÔNICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL

## ARGENTINA

A safra de 1945 alcançou 449.147 toneladas ou sejam 10.220 menos que a safra de 1944. Essa queda da produção decorreu das geadas, da praga do "carvão", que atacou os canaviais, e das sucessivas greves ocorridas em Tucuman, as quais determinaram repetidas suspensões nas atividades das usinas.

Há muito não se verificavam resultados tão baixos no litoral e em Tucuman. Nesta última província as usinas viram-se obrigadas a moer canas queimadas pelas geadas, a fim de aumentar até o extremo limite possível a produção.

O total produzido e mais os volumes importados pelo Govêrno garantirão suprimentos suficientes ao consumo até a safra de 1946. No quadro dos produtores mundiais de açúcar, a Argentina ocupou o 9.º lugar em 1944/45. Em 1943/44, o lugar correspondente à produção açucareira argentina fôra o 13.º no quadro dos principais produtores do mundo.

O consumo argentino de açúcar passou de 32,4 quilos em 1939 para 34,9 quilos em 1944. Neste ano, as importações argentinas de açúcar somaram 74.701 toneladas. Em 1945, até 30 de setembro, haviam sido importadas 34.474 toneladas.

## CANADÁ

Tiveram início em outubro do ano passado os trabalhos de colheita da safra de beterraba, como também as operações das fábricas de açucar, nas quatro províncias produtoras do Domínio. As estimativas prometem uma produção de 87.250 toneladas curtas de açúcar refinado para uma área de plantio de 59.800 acres. A produção de 1944 foi de 85.000 toneladas, acrescenta o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal".

## COLÔMBIA

Durante o primeiro semestre de 1945, a produção de açúcar na Colômbia alcançou a cifra de 43.692 toneladas curtas. Essa informação, divulgada pelo "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", em fins de outubro último, era baseada em cálculos da Compañia Distribuidora de Azucares, que é responsável por 95 por cento da produção colombiana.

As fábricas de açúcar são, na sua grande maioria, de pequena capacidade e as três maiores usinas do país produzem pouco mais de metade do total. No primeiro trimestre do ano passado a produção foi superior em 5 por cento à do mesmo período de 1944, decaindo, porém, no segundo trimestre, devido a que três pequenas usinas deixaram de funcionar. Acreditava-se que a produção de 1945 deveria atingir 88 mil toneladas curtas, ou seja uma quantidade ligeiramente superior à produção de 1944. No primeiro semestre do ano passado, diz ainda o jornal acima aludido, a Colômbia importou 18.121 toneladas de açúcar, todo de procedência cubana.

Os preços do açúcar no comércio grossista permaneceram inalterados, isto é, na base vigente desde os fins de 1944. De conformidade com a localização da usina, variam os preços pagos ao produtor e aquêles que a companhia distribuidora cobra. A média para o país, todavia, foi de 11,09 pesos por saco de 50 quilos para o produtor e 12,59 pesos para o distribuidor atacadista.

## COSTA RICA

Uma notícia divulgada em princípios de outubro pelo "Weekly Statistical Sugar Trade Journal" informava que a crise de gêneros alimentícios em Costa Rica havia sido eliminada, exceto no que se refere ao açúcar. Os estoques disponíveis naquela data eram insuficientes para atender ao consumo, esperando-se uma partida de açúcar peruanano de 11 mil quintais. As refinarias do país sòmente êste mês deveriam retomar as suas atividades, de forma que o racionamento do açúcar se fêz no último período do ano findo de maneira muito severa.

## CUBA

Com data de 18 de setembro de 1945, o Sr. Earl Wilson, antigo diretor da seção de açúcar da Commodity Credit Corporation e atual Chefe da Seção de Açúcar da Administração de Produção e Mercados, anexa ao Departamento de Agricultura dos Estados-Unidos, dirigiu um convite ao Instituto Cubano de Estabilização do Açúcar para que mande uma delegação a Washington a fim de reiniciar as negociações sôbre a venda da safra cubana de 1946.

O Sr. Earl Wilson, que em julho último visitou Cuba como funcionário da C. C. C. e em agôsto foi nomeado para o seu novo cargo, que pràticamente o transformou em "ditador" do açúcar, sugeriu conforme referimos no número de novembro último, na oportunidade dessa visita, o preço de 3,45 centavos por libra. No entanto, segundo notícias recebidas de Washington, sabe-se agora que essa oferta será elevada para 3,65 centavos a libra, ao serem reiniciadas as negociações na capital norte-americana.

Preparando o ambiente para estas negociações, o Senador cubano José Manuel Casanova, Presidente da Associação Nacional de Fazendeiros de Cuba, dirigiu uma carta aberta ao Senador dos Estados-Unidos Sr. Kenneth Wherry (republicano de Nebrasca), publicada no "Journal of Commerce", de Nova York, revidando as acusações que o Senador norte-americano fizera aos açucareiros cubanos em declarações à imprensa.

O Senador Wherry, segundo as agências noticiosas, qualificou de "ultraje" o preço que Cuba solicita pelos seus açúcares, afirmando que os produtores cubanos não mudaram de orientação desde 1919, quando elevaram a 25 centavos por libra o preço, com o objetivo de fazer enormes desperdícios à custa do consumidor americano e que agora desejam repetir a mesma especulação.

O Senador Casanova, transcrevendo documentos daquela época, demonstra que os açucareiros cubanos pediram ao Govêrno dos Estados-Unidos que adquirisse várias safras com preços estabilizados para evitar o que logo ocorreu ou seja a especulação, a que alude o Senador Wherry, quando o açúcar não estava em mãos dos produtores cubanos, mas sim em poder dos especuladores internacionais de tôdas as nacionalidades causadoras da alta desenfreada do preço do açúcar. O Senador Casanova alega que nesta oportunidade voltam os açucareiros cubanos a renovar a sua petição ao Govêrno dos Estados-Unidos sôbre a compra de várias safras a um preço estabilizado, para evitar que ao voltar o regime de liberdade de comércio se produza novamente o deslocamento dos preços em prejuízo do consumidor americano e dos próprios açucareiros cubanos, que sofrerão as suas conseqüências, agora como em 1920.

Daí pedirem os produtores cubanos um preço razoável para a safra de 1946 e garantias de compra a preços similares das safras futuras, de forma que seja o Govêrno dos Estados-Unidos quem controle o açúcar nos mercados mundiais, para que se não produza a alta e a especulação temida pelo Sr. Wherry e também pelos produtores cubanos.

## ESTADOS-UNIDOS

O "Boletim Americano", de 13 de dezembro próximo passado, publica a seguinte informação:

"Embora a safra de açúcar de Cuba seja provàvelmente, em 1946, superior de 15% a 20% em relação à de 1945, espera-se que os preços aumentem, em virtude da declaração da Cuban-American Sugar Company de que pagará 25 centavos de dividendo em cada ação da Companhia, durante o ano fiscal que termina em 30 de setembro de 1946.

Na base do referido aumento de produção, a Cuban-American Sugar Company disporia de mais 200.000 sacos dêsse produto. As negociações sôbre o açúcar entre os Estados-Undos e Cuba foram reiniciadas em Washington. Nas conferências celebradas em outubro de 1945 fôra oferecido a Cuba o preço de 3,67 1/2".

## ÍNDIA

Segundo o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", a produção de açúcar nas fábricas modernas da Índia, na safra 1944/45, é estimada em 1.006.734 toneladas contra 1.216.400 toneladas na safra anterior. Na mesma base de comparação, as quantidades de cana esmagada e de melaços obtidos nas fábricas modernas foram, respectivamente, em toneladas, 10.138.189 e 365.037 contra 12.137.800 e 438.700 em 1943/44. A recuperação de açúcar é estimada em 9,9 por cento contra 10,02 por cento na safra anterior.

Em geral atribui-se a queda de produção na safra 44/45 à escassez de matéria prima verificada em Bihar e nas Províncias Unidas, as duas mais importantes áreas produtoras do país.

Em algumas regiões da Índia a crise de açúcar se tem feito sentir agudamente.

## MARTINICA

Informações divulgadas pelo "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", em fins de agôsto do ano passado, diziam que a estação de moagem da safra de 1945 foi considerávelmente retardada em conseqüência de divergências com os trabalhadores. Receando que não houvesse número suficiente de operários para assegurar o suprimento de canas às fabricas, algumas emprêsas limitaram-se a produzir apenas rum no primeiro trimestre do ano. Chegou-se, afinal, a um entendimento entre as indústrias e os trabalhadores, ao fim daquele periodo. A produção açucareira de 1945 é estimada em 10 mil toneladas métricas, metade das quais será reservada para o consumo interno. Em 1944, a Martinica produziu apenas 3 mil toneladas contra 23 mil em 1943, 56 mil em 1942 e 67 mil em 1941. A queda de produção é atribuída aos baixos preços do açúcar, em conseqüência do que as fábricas preferiam destilar rum, cujos proventos eram maiores. Na Martinica, o rum é produzido diretamente do caldo de cana, reduzindo-se assim a produção de açúcar.

## URUGUAI

Foi aprovado pelo govêrno uruguaio o acôrdo administrativo para troca de 800 toneladas de "tajaso" (charque) do Uruguai por 1.500 toneladas de açúcar de Cuba. O Govêrno uruguaio adquiriu, por conta da Comissão Nacional de Abastecimento, o citado açúcar ao preço de 3,25 centavos a libra inglêsa, base 96° de polarização, no costado do navio, em Cuba. O transporte do açúcar coube ao Uruguai, a cujo cargo correrão as despesas de frete, seguro, etc.

"Problemas econômicos e sociais da lavoura canavieira"

Barbosa Lima Sobrinho

Preço. . . . . Cr$ 12,00
Pelo Correio. . . . . Cr$ 13,00

À venda nas Livrarias

# CANAS QUEIMADAS

**Jaime Rocha de Almeida**

Muito se tem escrito sôbre a queima da cana e seus efeitos em outros países que não o nosso, onde muito pequeno é o número dos que investigaram tal prática agrícola, comuníssima no Brasil.

A presente publicação é o resultado de pesquisas realizadas na cadeira de Tecnologia Agrícola da Escola Superior de Agricultura "Luís de Queiroz", de Piracicaba. Ao professor Carlos Mendes testemunhamos os nossos agradecimentos por nos ter possibilitado a execução dêste trabalho.

Sob o ponto de vista agronômico, a prática da queima da cana antes do corte é, por todos os motivos, contra-indicada. Entretanto é uma prática comumente seguida pelos nossos usineiros por motivos de ordem econômica e de fabricação: falta de braços, mão de obra cara, soqueiras velhas e de pequeno rendimento cultural, necessidade de moagem rápida, etc.

A maioria dos autores admite ou assevera que a cana queimada se deteriora com facilidade e ràpidamente, causando sérios prejuízos ao usineiro pela perda de sacarose que se inverte em conseqüência daquela prática agrícola. Para aquêles autores, a queima da cana significa queda do rendimento industrial ou do rendimento técnico.

E' preciso não se considerar essa opinião com tanto absolutismo, pois necessário se torna que se analise bem o que realmente se verifica na operação da queima.

Em primeiro lugar é preciso saber se se trata de cana queimada e conservada de pé ou de cana queimada e cortada.

No primeiro caso, quando a cana é queimada e deixada de pé, ela se mantém, por via de regra, mais ou menos inalterada durante os primeiros dias, dependendo naturalmente o grau de conservação da variedade da cana considerada. Em relação à cana não queimada e cortada, esta se deteriora muito mais ràpidamente que a queimada e deixada de pé. Não é raro verificar-se, depois dos primeiros dias de queimada, que o caldo da cana é mais rico em sacarose e apresenta maior pureza que o da cana original, não queimada. Assim sendo, quando se queima maior quantidade de cana que a possível de ser transportada e moída, o excesso deve ser mantido de pé e em hipótese alguma cortado como se procede ordinàriamente com as canas não queimadas, no processo rotineiro do corte nas usinas.

Naturalmente essas considerações são estabelecidas para condições normais de clima sêco. Não se dá o mesmo se sobrevier um período de chuva após a queima. Neste caso a deterioração do caldo é muito acentuada e se processa com bastante rapidez.

As canas queimadas e mantidas de pé se conservam mais tempo sem se alterar que as canas cortadas sem prévia queima, em igualdade de condições climáticas. Atribui-se êsse fato à ausência da enzima **invértase**, que normalmente inverte a sacarose transformando-a numa mistura, em partes iguais, de glucose e levulose. Pelo aquecimento ocasionado pela queima, esta enzima se destrói e o açúcar cristalizável existente no caldo da cana se conserva por mais tempo inalterado.

O quadro seguinte nos mostra a composição do caldo das canas não queimadas que serviram de testemunha nos nossos trabalhos sôbre a influência da queima na composição do caldo das canas.

**QUADRO I**

**Composição do caldo das canas dos talhões testemunhas. Canas não queimadas**

| VARIEDADES | Brix | Pol | Pureza | Redutores | Cinzas | Acidez |
|---|---|---|---|---|---|---|
| POJ 234 | 20,60 | 16,41 | 79,60 | 0,820 | 0,332 | 0,735 |
| POJ 2883 | 20,50 | 18,67 | 91,10 | 0,683 | 0,412 | 0,588 |
| POJ 2727 | 18,50 | 16,00 | 86,50 | 0,755 | 0,563 | 0,735 |
| POJ 2878 | 19,30 | 18,04 | 93,50 | 0,621 | 0,510 | 0,490 |
| POJ 36 | 20,10 | 17,84 | 88,70 | 0,556 | 0,483 | 0,588 |
| POJ 161 | 20,00 | 17,31 | 86,50 | 0,877 | 0,684 | 0,686 |
| POJ 979 | 18,70 | 17,32 | 92,60 | 0,629 | 0,513 | 0,980 |
| POJ 2714 | 19,50 | 16,75 | 85,90 | 0,414 | 0,483 | 0,490 |
| Co. 281 | 19,00 | 16,60 | 87,40 | 0,690 | 0,512 | 0,735 |
| F 4 | 21,00 | 17,44 | 83,00 | 0,286 | 0,415 | 0,735 |

As cinzas das canas citadas revelaram a seguinte composição percentual:

QUADRO II

**Composição das cinzas do caldo das canas não queimadas — Testemunhas**

| VARIEDADES | SiO2 | CaO | MgO | P2O5 | K2O | Na2O | Fe2O3, Al2O3 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| POJ 234..... | 18,85 | 4,93 | 5,15 | 8,23 | 43,21 | 1,17 | 2,85 |
| POJ 2883..... | 20,73 | 6,92 | 8,17 | 6,27 | 39,29 | 2,73 | 1,43 |
| POJ 2727..... | 16,52 | 9,02 | 6,49 | 5,45 | 51,17 | 2,51 | 2,29 |
| POJ 2878..... | 18,42 | 8,25 | 4,09 | 8,72 | 40,16 | 3,18 | 2,33 |
| POJ 36..... | 22,14 | 7,44 | 6,33 | 9,12 | 34,36 | 3,00 | 1,77 |
| POJ 161..... | 22,95 | 5,85 | 5,41 | 7,02 | 41,16 | 2,17 | 1,29 |
| POJ 979..... | 14,55 | 9 72 | 8,18 | 8,45 | 35,40 | 1,95 | 2,83 |
| POJ 2714..... | 19,12 | 8,19 | 8,17 | 8,12 | 38,49 | 4,27 | 2,04 |
| Co. 281..... | 20,70 | 6,29 | 6,62 | 9,60 | 42,81 | 1,29 | 1,11 |
| F 4..... | 22,53 | 5,25 | 6,34 | 5,39 | 48,33 | 1,74 | 2,79 |

Durante o período em que nossas experiências foram executadas não houve precipitação aquosa, de modo que não pudemos observar o efeito da chuva, mas pudemos ressaltar a influência da variedade em relação aos efeitos da queima.

As variedades de colmos finos são as que se alteram mais rápida e intensamente, aliás coisa que se previa, pois oferecendo elas maior superfície de exposição, se aquecem mais e a evaporação é muito mais intensa, comparativamente às variedades de colmos grossos. Essa observação pode ser tirada pelo exame dos números das colunas que indicam a perda de pêso % das diferentes variedades de cana examinadas. (Quadro IV).

E' conveniente salientar também, que quanto maior fôr a temperatuma ambiente e a intensidade dos ventos, maior será a evaporação e, conseqüêntemente, maior a decomposição do caldo, independentemente da variedade considerada.

O quadro número III mostra a composição do caldo das 10 variedades de cana estudadas, durante os 10 primeiros dias após a queima dos talhões.

QUADRO III

**Composição do caldo das canas queimadas e deixadas de pé. Primeiro dia**

| VARIEDADES | Brix | Pol | Pureza | Redutores | Cinzas | Acidez |
|---|---|---|---|---|---|---|
| POJ 234..... | 20,30 | 17,30 | 85,20 | 0,519 | 0,333 | 0,735 |
| POJ 2883..... | 20,90 | 17,89 | 85,60 | 0,661 | 0,396 | 0,490 |
| POJ 2727..... | 18,90 | 16,28 | 86,10 | 0,622 | 0,515 | 0,735 |
| POJ 2878..... | 18,20 | 15,98 | 87,80 | 0,617 | 0,487 | 0,588 |
| POJ 36..... | 18,50 | 16,80 | 90,80 | 0,706 | 0,500 | 0,735 |
| POJ 161..... | 20,60 | 17,65 | 85,70 | 0,712 | 0,613 | 0,784 |
| POJ 979..... | 18,30 | 15,77 | 86,20 | 0,642 | 0,531 | 0,735 |
| POJ 2714..... | 20,40 | 17,48 | 85,70 | 0,500 | 0,490 | 0,686 |
| Co. 281..... | 19,30 | 15,28 | 79,20 | 0,642 | 0,512 | 0,784 |
| F 4..... | 19,30 | 17,40 | 90,10 | 0,341 | 0,473 | 0,490 |

### Segundo dia

| VARIEDADES | Brix | Pol | Pureza | Redutores | Cinzas | Acidez |
|---|---|---|---|---|---|---|
| POJ 234 | 20,80 | 15,02 | 72,00 | 0,649 | 0,297 | 0,490 |
| POJ 2883 | 20,20 | 17,90 | 88,60 | 0,594 | 0,415 | 0,686 |
| POJ 2727 | 19,70 | 15,97 | 81,10 | 0,703 | 0,549 | 0,588 |
| POJ 2878 | 19,70 | 16,64 | 84,40 | 0,793 | 0,439 | 0,735 |
| POJ 36 | 20,50 | 16,42 | 80,10 | 0,493 | 0,618 | 0,686 |
| POJ 161 | 18,80 | 16,08 | 85,50 | 0,513 | 0,643 | 0,588 |
| POJ 979 | 20,10 | 17,21 | 85,60 | 0,443 | 0,499 | 0,784 |
| POJ 2714 | 20,30 | 16,59 | 81,70 | 0,611 | 0,483 | 0,588 |
| Co. 281 | 19,60 | 15,55 | 79,30 | 0,634 | 0,658 | 0,588 |
| F 4 | 20,10 | 17,00 | 84,60 | 0,437 | 0,429 | 0,588 |

### Terceiro dia

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| POJ 234 | 18,40 | 15,89 | 86,30 | 0,583 | 0,318 | 0,588 |
| POJ 2883 | 18,80 | 16,67 | 88,60 | 0,623 | 0,402 | 0,980 |
| POJ 2727 | 18,80 | 16,27 | 86,50 | 0,629 | 0,496 | 0,686 |
| POJ 2878 | 18,90 | 18,20 | 96,30 | 0,215 | 0,442 | 0,490 |
| POJ 36 | 19,00 | 16,39 | 86,30 | 0,539 | 0,582 | 0,735 |
| POJ 161 | 19,20 | 16,62 | 86,50 | 0,618 | 0,613 | 0,735 |
| POJ 979 | 19,00 | 17,00 | 89,40 | 0,549 | 0,527 | 0,490 |
| POJ 2714 | 19,60 | 17,14 | 87,40 | 0,591 | 0,490 | 0,588 |
| Co. 281 | 20,30 | 16,70 | 82,30 | 0,739 | 0,636 | 0,686 |
| F 4 | 20,20 | 16,79 | 83,10 | 0,513 | 0,430 | 0,735 |

### Quarto dia

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| POJ 234 | 20,80 | 16,35 | 78,60 | 0,675 | 0,374 | 0,686 |
| POJ 2883 | 19,80 | 17,00 | 85,80 | 0,615 | 0,399 | 0,735 |
| POJ 2727 | 20,00 | 16,11 | 80,50 | 0,645 | 0,612 | 0,686 |
| POJ 2878 | 19,90 | 17,83 | 89,50 | 0,691 | 0,478 | 0,588 |
| POJ 36 | 20,80 | 17,03 | 81,90 | 0,667 | 0,600 | 0,784 |
| POJ 161 | 19,00 | 16,39 | 86,30 | 0,704 | 0,607 | 0,686 |
| POJ 979 | 20,50 | 17,21 | 84,00 | 0,629 | 0,530 | 0,784 |
| POJ 2714 | 19,40 | 16,73 | 85,80 | 0,653 | 0,483 | 0,588 |
| Co. 281 | 19,00 | 16,20 | 85,30 | 0,711 | 0,577 | 0,784 |
| F 4 | 19,20 | 16,54 | 86,10 | 0,639 | 0,467 | 0,784 |

### Quinto dia

| VARIEDADES | Brix | Pol | Pureza | Redutores | Cinzas | Acidez |
|---|---|---|---|---|---|---|
| POJ 234 | 19,20 | 15,20 | 79,10 | 0,582 | 0,350 | 0,539 |
| POJ 2883 | 20,00 | 17,80 | 89,00 | 0,613 | 0,515 | 0,882 |
| POJ 2727 | 18,60 | 16,47 | 88,50 | 0,518 | 0,561 | 0,735 |
| POJ 2878 | 18,60 | 16,84 | 90,50 | 0,795 | 0,511 | 0,637 |
| POJ 36 | 18,80 | 16,51 | 87,80 | 0,613 | 0,495 | 0,686 |
| POJ 161 | 19,40 | 16,78 | 86,50 | 0,673 | 0,813 | 0,784 |
| POJ 979 | 18,80 | 17,31 | 92,00 | 0,490 | 0,443 | 0,588 |
| POJ 2714 | 20,10 | 17,05 | 84,80 | 0,429 | 0,493 | 0,637 |
| Co. 281 | 18,60 | 16,41 | 88,20 | 0,509 | 0,533 | 0,686 |
| F 4 | 20,40 | 16,90 | 82,80 | 0,511 | 0,451 | 0,686 |

### Sexto dia

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| POJ 234 | 18,70 | 14,97 | 80,00 | 0,433 | 0,380 | 0,637 |
| POJ 2883 | 19,40 | 17,66 | 91,00 | 0,507 | 0,412 | 0,833 |
| POJ 2727 | 19,00 | 16,42 | 86,40 | 0,664 | 0,612 | 0,686 |
| POJ 2878 | 18,80 | 16,88 | 89,50 | 0,595 | 0,574 | 0,539 |
| POJ 36 | 19,20 | 17,10 | 89,00 | 0,517 | 0,510 | 0,735 |
| POJ 161 | 20,00 | 17,41 | 87,00 | 0,684 | 0,739 | 0,735 |
| POJ 979 | 18,60 | 17,00 | 91,30 | 0,617 | 0,520 | 0,637 |
| POJ 2714 | 19,80 | 17,05 | 86,10 | 0,516 | 0,517 | 0,686 |
| Co. 281 | 18,80 | 16,45 | 87,50 | 0,675 | 0,529 | 0,735 |
| F 4 | 20,20 | 16,76 | 82,90 | 0,411 | 0,529 | 0,686 |

### Setimo dia

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| POJ 234 | 20,40 | 15,19 | 74,50 | 0,738 | 0,300 | 0,686 |
| POJ 2883 | 19,60 | 18,20 | 92,80 | 0,802 | 0,416 | 0,490 |
| POJ 2727 | 18,20 | 16,09 | 88,40 | 0,655 | 0,590 | 0,686 |
| POJ 2878 | 19,20 | 17,82 | 92,80 | 0,496 | 0,497 | 0,588 |
| POJ 36 | 20,00 | 16,56 | 82,80 | 0,777 | 0,522 | 0,588 |
| POJ 161 | 19,20 | 16,33 | 85,00 | 0,917 | 0,820 | 0,637 |
| POJ 979 | 18,70 | 16,17 | 86,40 | 0,881 | 0,616 | 0,833 |
| POJ 2714 | 18,10 | 16,50 | 91,10 | 0,606 | 0,481 | 0,588 |
| Co. 281 | 17,80 | 15,75 | 88,50 | 1,089 | 0,596 | 0,735 |
| F 4 | 18,00 | 16,30 | 90,50 | 0,753 | 0,481 | 0,784 |

### Oitavo dia

| VARIEDADES | Brix | Pol | Pureza | Redutores | Cinzas | Acidez |
|---|---|---|---|---|---|---|
| POJ 234 | 19,80 | 14,82 | 74,90 | 0,678 | 0,288 | 0,735 |
| POJ 2883 | 20,60 | 17,81 | 86,40 | 0,871 | 0,505 | 0,588 |
| POJ 2727 | 18,60 | 15,75 | 84,60 | 0,643 | 0,600 | 0,588 |
| POJ 2878 | 18,80 | 17,66 | 94,00 | 0,518 | 0,573 | 0,490 |
| POJ 36 | 20,00 | 16,22 | 81,10 | 0,894 | 0,500 | 0,490 |
| POJ 161 | 19,60 | 15,95 | 81,40 | 1,043 | 0.784 | 0,686 |
| POJ 979 | 18,40 | 16,21 | 88,10 | 0,875 | 0,707 | 0,882 |
| POJ 2714 | 20,00 | 16,51 | 82,50 | 0,719 | 0,664 | 0,539 |
| Co. 281 | 18,90 | 16,23 | 85,80 | 0,984 | 0,498 | 0,686 |
| F 4 | 19,80 | 16,04 | 81,00 | 0,913 | 0,513 | 0,735 |

### Nono dia

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| POJ 234 | 18,40 | 13,58 | 73,80 | 0,895 | 0,315 | 0,490 |
| POJ 2883 | 18,70 | 16,09 | 86,00 | 0,549 | 0,493 | 0,686 |
| POJ 2727 | 17,80 | 15,18 | 85,30 | 0,629 | 0,584 | 0,735 |
| POJ 2878 | 19,10 | 16,30 | 85,30 | 0,645 | 0,663 | 0,686 |
| POJ 36 | 17,50 | 13,90 | 79,40 | 0,945 | 0,574 | 0,833 |
| POJ 161 | 18,60 | 12,77 | 68,70 | 0,983 | 0,687 | 0,735 |
| POJ 979 | 18,70 | 14,36 | 76,70 | 0,936 | 0,649 | 0,686 |
| POJ 2714 | 18,40 | 13,82 | 75,30 | 0,678 | 0,447 | 0,637 |
| Co. 281 | 18,00 | 12,93 | 71,80 | 1,180 | 0,616 | 0,735 |
| F 4 | 19,20 | 15,81 | 82,30 | 0,984 | 0,413 | 0,735 |

### Decimo dia

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| POJ 234 | 18,00 | 12,79 | 71,00 | 1,143 | 0,385 | 0,784 |
| POJ 2883 | 18,30 | 15,48 | 84,60 | 0,593 | 0,400 | 0,688 |
| POJ 2727 | 17,50 | 14,22 | 81,20 | 0,639 | 0,543 | 0,980 |
| POJ 2878 | 18,60 | 14,63 | 78,70 | 0,573 | 0,584 | 0,588 |
| POJ 36 | 16,40 | 13,10 | 79,90 | 0,699 | 0,505 | 0,588 |
| POJ 161 | 17,60 | 12,83 | 72,90 | 1,277 | 0,795 | 0,735 |
| POJ 979 | 18,50 | 14,11 | 76,30 | 0,679 | 0,583 | 0,784 |
| POJ 2714 | 18,30 | 14,52 | 79,30 | 0,573 | 0,505 | 0,588 |
| Co. 281 | 17,60 | 12,16 | 69,10 | 1,127 | 0,636 | 0,784 |
| F 4 | 18,70 | 15,13 | 80,90 | 0,993 | 0,474 | 0,980 |

Do exame dos dados do quadro anterior verifica-se que a queima não prejudica a cana tão intensamente como admitem muitos autores. Se ela depois de queimada fôr conservada de pé, cortada e moída com a brevidade máxima que o transporte e a capacidade da usina comportarem, não há inconveniente acentuado sob o ponto de vista da fabricação ou do estado de conservação da cana.

A desvantagem máxima, como se pode ler nas entrelinhas do parágrafo anterior, é a necessidade da moagem rápida e, sempre que isso não fôr possível, fica-se na dependência do tempo e da capacidade de moagem da usina, sujeito aos riscos naturais decorrentes destas condições.

Para um estudo comparativo, mostrando a marcante desvantagem de cortar logo a cana queimada em quantidade maior que a capacidade de moagem, os talhões que serviram para as nossas experiências foram divididas ao meio. A metade conservou-se de pé e, diàriamente, eram cortadas 20 canas ao acaso, as quais eram passadas em moenda de laboratório com repasse do bagaço e o caldo analisado pelos métodos oficiais. A outra metade, logo após a queima foi cortada e as canas enfeixadas em feixes de 20 canas, os quais foram deixados nos próprios talhões, depois de etiquetados e pesados.

Procedendo-se às mesmas análises em idênticas condições do que fizemos para as demais amostras, obtivemos os resultados que vão expressos no quadro seguinte:

**QUADRO IV**

**Composição do caldo das canas queimadas e cortadas, após o primeiro dia**

| VARIEDADES | Perda de pêso % | Brix | Pol | Pureza | Redutores | Cinzas | Acidez |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| POJ 234..... | 1,045 | 20,60 | 16,49 | 80,00 | 0,514 | 0,340 | 0,588 |
| POJ 2883..... | 0,005 | 20,40 | 18,01 | 88,30 | 0,649 | 0,408 | 0,539 |
| POJ 2727..... | 0,522 | 19,00 | 16,20 | 85,30 | 0,749 | 0,613 | 0,735 |
| POJ 2878..... | 0,049 | 18,30 | 16,41 | 89,60 | 0,649 | 0,510 | 0,441 |
| POJ 36..... | —— | 19,40 | 17,61 | 90,70 | 0,649 | 0,707 | 0,588 |
| POJ 161..... | 1,524 | 20,00 | 17,01 | 85,00 | 0,618 | 0,681 | 0,735 |
| POJ 979..... | 0,674 | 19,00 | 17,24 | 90,70 | 0,741 | 0,541 | 0,833 |
| POJ 2714..... | 0,123 | 20,00 | 16,01 | 80,00 | 0,617 | 0,318 | 0,735 |
| Co. 281..... | —— | 19,10 | 16,46 | 86,20 | 0,640 | 0,375 | 0,392 |
| F 4..... | 0,417 | 19,30 | 17,50 | 90,70 | 0,318 | 0,600 | 0,833 |
| **Segundo dia** | | | | | | | |
| POJ 234..... | 2,520 | 20,80 | 16,21 | 77,90 | 0,520 | 0,338 | 0,392 |
| POJ 2883..... | 0,318 | 20,20 | 17,87 | 88,40 | 0,520 | 0,408 | 0,637 |
| POJ 2727..... | 0,873 | 21,30 | 15,91 | 74,70 | 0,684 | 0,606 | 0,735 |
| POJ 2878..... | 0,641 | 20,50 | 17,82 | 86,90 | 0,735 | 0,510 | 0,490 |
| POJ 36..... | 1,029 | 20,10 | 16,86 | 79,90 | 0,677 | 0,509 | 0,588 |
| POJ 161..... | 1,849 | 21,00 | 17,80 | 81,40 | 0,843 | 0,641 | 0,490 |
| POJ 979..... | 0,944 | 21,00 | 17,10 | 81,40 | 0,618 | 0,479 | 0,833 |
| POJ 2714..... | 0,512 | 21,60 | 16,42 | 76,00 | 0,777 | 0,471 | 0,686 |
| Co. 281..... | 1,315 | 19,80 | 16,52 | 83,40 | 0,639 | 0,617 | 0,392 |
| F 4..... | 2,313 | 20,70 | 16,91 | 81,70 | 0,415 | 0,518 | 0,686 |

### Terceiro dia

| VARIEDADES | Perda de pêso % | Brix | Pol | Pureza | Redutores | Cinzas | Acidez |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| POJ 234..... | 3,400 | 22,30 | 17,69 | 79,20 | 0,439 | 0,313 | 0,490 |
| POJ 2883..... | 0,329 | 22,20 | 19,98 | 90,00 | 0,661 | 0,571 | 0.588 |
| POJ 2727..... | 0,903 | 21,70 | 18,53 | 85,40 | 0,717 | 0,512 | 0,490 |
| POJ 2878..... | 0,680 | 23,20 | 20,98 | 90,40 | 0,749 | 0,625 | 0,539 |
| POJ 36..... | 1,104 | 23,50 | 19,99 | 85,00 | 0,413 | 0,580 | 0,588 |
| POJ 161..... | 2,318 | 21,10 | 18,36 | 87,00 | 0,505 | 0,591 | 0,637 |
| POJ 979..... | 2,224 | 23,60 | 20,07 | 85,10 | 0,630 | 0,413 | 0,883 |
| POJ 2714..... | 0,514 | 21,70 | 18,76 | 86,00 | 0,513 | 0,618 | 0,735 |
| Co. 281..... | 2,418 | 22,20 | 19,09 | 86,00 | 0,577 | 0,540 | 0,588 |
| F 4..... | 2,818 | 22,20 | 18,70 | 84,20 | 0,213 | 0,329 | 0,686 |

### Quarto dia

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| POJ 234..... | 3,818 | 23,10 | 17,75 | 76,80 | 0,718 | 0,412 | 0,637 |
| POJ 2883..... | 0,679 | 23,30 | 19,77 | 84,80 | 0,580 | 0,412 | 0,882 |
| POJ 2727..... | 1,414 | 22,30 | 18,38 | 82,40 | 0,717 | 0,547 | 0,784 |
| POJ 2878..... | 0,680 | 23,50 | 19,99 | 85,00 | 0,813 | 0,666 | 0,588 |
| POJ 36..... | 4,318 | 23,10 | 18,80 | 80,40 | 0,668 | 0,616 | 0,833 |
| POJ 161..... | 2,899 | 21,90 | 18,71 | 85,40 | 0,891 | 0,649 | 0,784 |
| POJ 979..... | 3,729 | 23,70 | 20,28 | 85,60 | 0,630 | 0,497 | 0,882 |
| POJ 2714..... | 0,704 | 21,90 | 17,45 | 79,70 | 0,413 | 0,439 | 0,735 |
| Co. 281..... | 5,113 | 22,40 | 18,20 | 81,20 | 0,679 | 0,500 | 0,539 |
| F 4..... | 5,677 | 22,30 | 17,69 | 79,20 | 0,325 | 0,450 | 1,029 |

### Quinto dia

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| POJ 234..... | 9,413 | 21,10 | 15,01 | 71,10 | 0,791 | 0,373 | 0,686 |
| POJ 2883..... | 1,011 | 22,40 | 17,55 | 78,30 | 0,677 | 0,495 | 0,784 |
| POJ 2727..... | 4,312 | 19,80 | 16,07 | 81,20 | 1,014 | 0,563 | 0,882 |
| POJ 2878..... | 1,113 | 20,10 | 16,95 | 84,30 | 1,072 | 0,674 | 0,686 |
| POJ 36..... | 4,714 | 19,40 | 15,40 | 79,40 | 0,740 | 0,494 | 0,882 |
| POJ 161..... | 5,319 | 22,00 | 16,00 | 72,80 | 0,743 | 0,680 | 0,980 |
| POJ 979..... | 6,838 | 19,90 | 15,93 | 80,00 | 0,701 | 0,616 | 0,735 |
| POJ 2714..... | 1,209 | 20,70 | 16,57 | 80,00 | 0,793 | 0,511 | 1,519 |
| Co. 281..... | 8,665 | 20,50 | 15,98 | 77,90 | 0,707 | 0,439 | 1,372 |
| F 4..... | 6,918 | 19,70 | 16,13 | 81,90 | 0,641 | 0,516 | 1,323 |

### Sexto dia

| VARIEDADES | Perda de pêso % | Brix | Pol | Pureza | Redutores | Cinzas | Acidez |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| POJ 234. . . . . | 12,616 | 20,30 | 14,53 | 71,50 | 0,944 | 0,519 | 0,735 |
| POJ 2883. . . . . | 2,043 | 21,20 | 17,00 | 80,10 | 0,735 | 0.500 | 0,735 |
| POJ 2727. . . . . | 5,303 | 21,10 | 15,80 | 74,80 | 0,815 | 0,618 | 0,882 |
| POJ 2878. . . . . | 3,985 | 22,00 | 16,66 | 75,80 | 0,918 | 0,599 | 0,784 |
| POJ 36. . . . . | 5,409 | 20,70 | 14,76 | 71,30 | 0,827 | 0,522 | 0,784 |
| POJ 161. . . . . | 8,814 | 19,80 | 16,02 | 80,90 | 0,618 | 0,666 | 2,450 |
| POJ 979. . . . . | 9,272 | 20,70 | 16,08 | 77,70 | 0,629 | 0,597 | 0,980 |
| POJ 2714. . . . . | 2,716 | 21,00 | 16,81 | 80,00 | 0,661 | 0,461 | 1,078 |
| Co. 281. . . . . | 11,435 | 22,60 | 15,30 | 67,50 | 0,690 | 0.515 | 1,470 |
| F 4. . . . . | 8,317 | 22,80 | 15,69 | 68,80 | 0,512 | 0,615 | 1,274 |

### Setimo dia

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| POJ 234. . . . . | 12,416 | 18,70 | 13,96 | 74,60 | 1,049 | 0,300 | 1,078 |
| POJ 2883. . . . . | 7,029 | 18,40 | 13,45 | 73,10 | 0,519 | 0,511 | 0,931 |
| POJ 2727. . . . . | 10,445 | 17,80 | 13,74 | 77,20 | 0,613 | 0,429 | 0,686 |
| POJ 2878. . . . . | 6,111 | 19,10 | 13,94 | 73,00 | 1,224 | 0,671 | 0,931 |
| POJ 36. . . . . | 7,913 | 17,50 | 13,61 | 77,90 | 1,004 | 0,613 | 1,029 |
| POJ 161. . . . . | 12,149 | 18,60 | 12,90 | 69,40 | 0,847 | 0,555 | 0,980 |
| POJ 979. . . . . | 12,667 | 18,70 | 12,90 | 69,00 | 0,741 | 0,339 | 1,127 |
| POJ 2714. . . . . | 5,213 | 18,40 | 14,59 | 79,30 | 0,618 | 0,651 | 0,980 |
| Co. 281. . . . . | 13,419 | 18,00 | 13,59 | 75,50 | 0,652 | 0,512 | 1,519 |
| F 4. . . . . | 11,613 | 19,20 | 16,30 | 84,90 | 0,549 | 0,512 | 1,078 |

### Oitavo dia

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| POJ 234. . . . . | 14,729 | 23,00 | 16,59 | 72,10 | 0,813 | 0,338 | 0,980 |
| POJ 2883. . . . . | 10,780 | 21,80 | 18,61 | 85,40 | 0,685 | 0,499 | 0,931 |
| POJ 2727. . . . . | 12,068 | 22,00 | 16,00 | 72,80 | 0,629 | 0,601 | 0,931 |
| POJ 2878. . . . . | 9,815 | 22,30 | 18,70 | 83,90 | 0,768 | 0,617 | 0,882 |
| POJ 36. . . . . | 10,104 | 21,20 | 17,36 | 81,70 | 0,981 | 0,616 | 1,029 |
| POJ 161. . . . . | 16,844 | 21,00 | 16,59 | 79,00 | 1,413 | 0,622 | 1,127 |
| POJ 979. . . . . | 16,783 | 21,20 | 17,00 | 80,10 | 0,687 | 0,488 | 1,176 |
| POJ 2714. . . . . | 9,029 | 21,10 | 17,36 | 82,20 | 0,739 | 0,527 | 1,029 |
| Co. 281. . . . . | 17,107 | 22,40 | 16,76 | 74,80 | 1,039 | 0,514 | 1,519 |
| F 4. . . . . | 14,831 | 22,50 | 16,23 | 72,00 | 0,679 | 0,616 | 0,931 |

**Nono dia**

| VARIEDADES | Perda de pêso % | Brix | Pol | Pureza | Redutores | Cinzas | Acidez |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| POJ 234..... | 16,623 | 21,20 | 15,91 | 75,00 | 0,915 | 0,344 | 0,833 |
| POJ 2883..... | 11,115 | 21,10 | 17,12 | 81,10 | 0,683 | 0,476 | 1,029 |
| POJ 2727..... | 12,641 | 23,50 | 15,77 | 67,10 | 0,829 | 0,512 | 1,323 |
| POJ 2878..... | 11,980 | 24,40 | 17,15 | 70,30 | 0,909 | 0,593 | 1,078 |
| POJ 36..... | 14,079 | 20,10 | 16,02 | 79,70 | 1,041 | 0,607 | 1,225 |
| POJ 161..... | 19,440 | 20,20 | 15,08 | 74,60 | 0,971 | 0,700 | 1,421 |
| POJ 979..... | 20,816 | 22,90 | 15,93 | 69,50 | 1,109 | 0,644 | 1,127 |
| POJ 2714..... | 13,049 | 20,40 | 16,11 | 78,90 | 0,653 | 0,515 | 2,205 |
| Co. 281..... | 19,913 | 19,80 | 14,82 | 74,90 | 1,127 | 0,497 | 2,695 |
| F 4..... | 18,749 | 22,20 | 16,64 | 74,60 | 1,442 | 0,632 | 1,519 |

**Décimo dia**

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| POJ 234..... | 23,910 | 18,10 | 10,97 | 61,10 | 1,212 | 0,370 | 2,695 |
| POJ 2883..... | 15,718 | 22,10 | 16,79 | 76,00 | 0,814 | 0,487 | 1,176 |
| POJ 2727..... | 19,415 | 18,70 | 12,90 | 69,00 | 0,939 | 0,579 | 1,421 |
| POJ 2878..... | 15,429 | 18,90 | 14,49 | 76,60 | 1,432 | 0,611 | 0,980 |
| POJ 36..... | 22,999 | 21,10 | 14,35 | 68,10 | 1,113 | 0,593 | 1,176 |
| POJ 161..... | 23,729 | 18,30 | 12,79 | 69,90 | 1,113 | 0,665 | 1,617 |
| POJ 979..... | 24,049 | 19,20 | 14,05 | 73,10 | 0,833 | 0,471 | 1,225 |
| POJ 2714..... | 18,823 | 19,10 | 13,81 | 72,30 | 0,797 | 0,498 | 1,519 |
| Co. 281..... | 23,901 | 19,10 | 13,01 | 68,10 | 2,205 | 0,600 | 1,960 |
| F 4..... | 23,000 | 20,80 | 14,76 | 71,00 | 1,325 | 0,526 | 2,940 |

Como se pode ver pelo exame dos números anteriores, a deterioração das canas queimadas e cortadas é muito mais evidente e marcada que no caso anterior.

Para as grandes usinas, com aparelhagem conveniente, o caldo das canas queimadas não oferece maiores dificuldades na clarificação e na cristalização que o caldo das canas não queimadas, havendo mesmo muitos fabricantes que preferem trabalhar canas neste estado. Para as usinas pequenas, porém, onde o sistema de trabalho é mais rotineiro e a aparelhagem deficiente, a purificação do caldo das canas queimadas é evidentemente mais difícil. O fato dessa divergência é a não possibilidade da eliminação completa do carvão finamente subdividido, que se encontra no caldo, o qual atravessando as fases da clarificação aparece no caldo clarificado e, conseqüentemente, no açúcar fabricado, depreciando-o pela aparência sempre mais escura.

Em qualquer dos casos, porém, por ser o caldo das canas queimadas mais rico em sais, principalmente potássicos, a produção de mel % de cana é sempre maior que no caso das canas não queimadas. Além disso, os vasos evaporadores sujam-se mais depressa e sendo as inscrustações, por via de regra, mais porosas, menos condutoras, o consumo de combustível por fôrça terá que ser maior em comparação com as incrustações mais compactas, mais salinas que carbonosas, formadas na ausência de partículas de carvão.

Para evitar os inconvenientes apontados e outros mais que possam advir da moagem de canas queimadas, muitos usineiros que se vêem na contingência de queimar grande parte do seu canavial, fazem a moagem misturando canas não queimadas com as que sofreram a queima.

Em maior escala continua a Seção de Química Tecnocológica da "Luís de Queiroz", por intermédio do seu assistente Dr. Octávio Valsecchi a estudar o Problema das Canas Queimadas.

# AS MELHORES CANAS FORRAGEIRAS

Duas são as variedades de cana, diz a "Folha da Manhã", de São Paulo, que têm sido cultivadas pelos nossos criadores para o forrageamento dos animais, sobretudo durante o período da sêca: a cana "taquara" e a "kassoer".

A primeira também conhecida pelos nomes de cana "cavalo", de "ubá" etc., apresenta-se sob a forma de várias castas, diferentes entre si mais em seu desenvolvimento do que pròpriamente em caracteres que possam distinguí-las como novas variedades. E' uma boa cana forrageira quanto à produção, resistência às sêcas e às geadas e quanto à durabilidade das soqueiras.

A cana "taquara" é de duração muito prolongada, quando a sua cultura é bem feita e realizada em terras férteis. Apresenta duas grandes desvantagens: é de difícil despalhamento, o que é inevitável para que seja bem aceita pelos animais; além disso, é pobre de fôlhas proporcionalmente às quantidades de colmos; esta desvantagem pode ser removida, cortando a cana muito nova. A cana "taquara", dura como é, deve ser picada antes de ser dada ao gado.

A cana denominada "kassoer" é muito boa forragem de inverno e boa produtora. Possui, proporcionalmente aos colmos, mais fôlhas. Quando, porém, chega a pleno desenvolvimento perde êsse atributo que é o melhor que possui, tornando-se pior que a cana "taquara".

Considerando êsses fatôres, aconselha-se a seguinte prática na utilização dessas plantas como recursos forrageiros durante o nosso inverno: nas propriedades agrícolas em que se puder cultivar o "capim fino" ou semelhantes, em abundância, durante os meses chuvosos e só faltar forragem durante os meses de sêca, deve-se preferir a cana "taquara" porque, a despeito de todos os seus defeitos, ainda é a que mêlhor supre a falta das outras forragens; ao contrário, onde não se dispuser de área própria ou suficiente para a cultura do "capim fino" ou semelhante, dos quais não se possa utilizar durante os meses chuvosos, deve-se preferir a "kassoer", com a condição de ser cortada, intermitentemente, de modo a não deixar que sua altura ultrapasse um metro ou pouco mais. Procedendo dessa maneira, é ótima produtora de forragem verde, sem oferecer os inconvenientes da cana "taquara": não possui palhas sêcas aderentes e a proporção de fôlhas em relação ao côlmo é muito grande.

A "kassoer" em relação à "taquara" desempenha o papel de planta de cultura mais intensiva e no caso de pequenas áreas deve ser melhor cultivada para produzir vários cortes por ano.

Essas canas e, principalmente, a "taquara" devem ser cultivadas bem juntas, em linhas distanciadas no máximo de um metro; nas linhas, as estacas devem ser plantadas quase tocando-se.

Após os primeiros cortes, a perfilhação das soqueiras determinará a ocupação quase total do terreno.

A terra para o plantio deve ser convenientemente preparada e os sulcos relativamente profundos, para não serem logo arrasados.

A cana "taquara" é planta pouco exigênte e suporta mesmo as terras que outras variedades não suportariam, principalmente no que diz respeito à umidade.

As terras novas, muito férteis, oferecem o grande inconveniente de permitir um desenvolvimento exagerado do qual resulta muito côlmo em relação às fôlhas.

Em terras boas, bem trabalhadas e com cultura bem cuidada, a cana "taquara" dura pràticamente por tempo indefinido.

---

## ADUBOS ORGANICOS E ARTIFICIAIS

**Escrevendo para uma revista especializada das Antilhas Britânicas, o técnico R. H. Follet-Smith refere-se à afirmativa de um agrônomo inglês, Sir Albert Howard, de que as dificuldades agrícolas e econômicas experimentadas naquelas colônias inglêses resultam da substituição dos adubos orgânicos pelos artificiais. Contestando êsse ponto de vista, o autor diz que é difícil encontrar uma área canavieira onde tão pouco se tenha feito para aumentar o teor de matéria orgânica do solo como na Guiana Inglêsa. No comêço do século, era prática correntes na Guiana enterrar o palhiço da cana. Em conseqüência de dificuldades na obtenção de mão de obra, tornou-se necessário queimar a cana antes da colheita, verificando-se então que os adubos comerciais eram superiores aos orgânicos como fonte de nitrogênio. Desde essa época, os adubos comerciais passaram a constituir a única fonte utilizada de material fertilizante. O autor oferece dados de rendimento, mostrando que em 1903 o rendimento em açúcar por acre era de 1,6 tonelada e em 1938 de 3 toneladas. O estudo dos resultados obtidos no período 1926-1939, quando não havia restrições no fornecimento de adubos artificiais, revela uma correlação definida entre a taxa de aplicação de sulfato de amônia e a produção de açúcar na colônia. Êsse coeficiente de correlação entre os dois elementos é de 0,917. Estas notas foram adaptadas de "Sugar".**

---

Índice alfabético e remissivo
de
"Brasil Açucareiro"
Do 1º ao XIIIº volume
Preço . . . . . Cr$ 5,00

# O açúcar chega mais depressa aos fornecedores —

## — graças ao moderno método de lidar com cana

Esta máquina traz real progresso aos canaviais. Elimina o penoso trabalho da colheita manual. Lidando de cada vez com até 3 toneladas de cana, o carregador P&H abrevia o tempo empregado para colhêr — poupa potencial humano — faz com que a cana chegue às usinas mais depressa. Reduz os custos de movimentação.

Tendo maior estabilidade, estas máquinas P&H andam suavemente e trabalham com segurança, mesmo em terrenos montanhosos. As muitas características proeminentes destas máquinas asseguram funcionamento perfeito e baixo custo de conservação. Algumas dessas características são: esteiras perfeitas tipo trator, contrôle hidráulico de baixa pressão e construção de aço, inteiramente soldada.

Em centenas de campos, os carregadores de cana P&H estão demonstrando as vantagens dos métodos modernos de lidar com cana. Para completas informações procure o

**P&H**

**CARREGADORES DE CANA**

**HARNISCHFEGER CORPORATION**

ELETRODOS PARA SOLDAR • MOTORES • ESCAVADORAS P&H SOLDADORES DE ARCO • GRUAS • GRUAS ELÉTRICAS

Estabelecida em 1884

ESCAVADORAS - PONTES ROLANTES
TALHAS ELÉTRICAS - MOTORES

1335

REPRESENTANTE EXCLUSIVO PARA TODO O BRASIL

**CIA. DE ANILINAS, PRODUTOS QUÍMICOS E MATERIAL TÉCNICO**

CAIXA POSTAL 194 — RIO DE JANEIRO
FILIAIS EM TODOS OS ESTADOS

# DETERMINAÇÃO DO TEOR DE SACAROSE PARA PAGAMENTO DE CANAS

J. R. Avice e Gérard Stamb

Um decreto baixado em setembro de 1939, em Mauritius, estabeleceu o contrôle da compra e venda de canas e criou uma Câmara Central incumbida de dirigir êsse serviço. Um dos objetivos do decreto era eliminar o método obsoleto da compra de canas, independentemente do seu teor de sacarose e garantir ao plantador por tonelada de cana entregue às usinas uma certa quantidade de açúcar, que em princípio devia representar, em média, nunca menos de dois terços do açúcar que as canas normalmente pudessem render.

Segundo os têrmos dêsse decreto, um plantador ou grupo de plantadores, produzindo mais de 500 toneladas de cana, pode reclamar da Câmara Central um teste, a fim de determinar o teor de sacarose das suas canas. Estabelece ainda o decreto que, quando a Câmara Central achar conveniente exigir provas técnicas para decidir se um plantador está recebendo justo preço pelas suas canas, poderá mandar fazer provas de conteúdo nas mesmas.

A determinação do conteúdo de sacarose da cana deve ser feita com exatidão e simplicidade; essas são as suas características essenciais. A prática de vários países a êsse respeito varia consideràvelmente.

Em Queensland, o valor da cana de açúcar é estabelecido pela fórmula C. C. C. (Commercial Cane Sugar) ou seja aquela porção de conteúdo de sacarose de uma certa quantidade de cana que seria obtida sob a forma de açúcar branco puro, se a moagem e a refinação puderem ser elevadas a um padrão preestabelecido de alta eficiência.

Em Java, a base é polarização por cento do caldo da primeira moenda com o fator de correção computado dos dados da safra anterior. Êsse fator varia entre 0,76 e 0,68, aproximadamente, de acôrdo com a variedade de cana que serve de base ao cálculo. E' claro que o fator depende principalmente do teor de fibra da cana. Para as condições predominantes em Java, êsse método deve convir. Na África do Sul, Luisiana e Pôrto Rico, o método javanês é utilizado com modificações. Em todos êsses países, a fixação do valor do açúcar dos plantadores, isto é, a soma a que êles têm direito pelas canas fornecidas, tem sido objeto de sérias discussões e de geral descontentamento. Daí a conclusão de que os métodos, acima referidos, não satisfazem inteiramente e que nenhum dêles merece a aceitação geral.

Em Mauritius, o problema é muito complexo. Mais de dez variedades de cana são cultivadas em escala relativamente grande e existem mais de 17.000 plantadores. As canas fornecidas às usinas variam desde as plantas até décimas socas; por outro lado, o cultivo se faz sob as mais variadas condições de clima. E' bem de ver que um problema que assim se apresenta não pode comportar solução ràpida, simples e fácil.

Durante a safra de 1940, a Câmara Central, depois de ouvir a Sociedade dos Químicos, recorreu ao método direto de análise, isto é, o teor de sacarose das canas foi determinado pelo contrôle químico comumente utilizado nas usinas, sendo os seguintes os elementos considerados: pêso das canas, pêso ou volume do caldo misturado, polarização e Brix do caldo da primeira moenda, polarização Clerget e Brix do caldo misturado, polarização e Brix do caldo da última moenda, polarização por cento do bagaço, água por cento do bagaço. Logo se verificou que êsse método, sôbre ser inconveniente para o industrial, apresentava resultados algumas vêzes errados. Outra desvantagem estava em que as canas necessárias para um teste corresponde a uma hora de moagem, na velocidade normal da fábrica, ou seja, 40 a 60 toneladas de cana.

A maior dificuldade, porém, está no fato de ser difícil obter o pêso correto das canas que serviram para o teste, que algumas vêzes compreendem suprimentos de dois dias. Em muitos casos, o mesmo acontece com o pêso do caldo misturado. Essas dificuldades podem ser vencidas, mas isso custaria tantos inconvenientes para o industrial e seu pessoal técnico que se tornou imperativo procurar um "método indireto" para substituir o direito.

Durante a safra de 1940, fizeram-se 275 testes diretos em usinas. Os resultados confirmaram a crença de que, em geral, as canas dos pequenos plantadores têm um teor de sacarose inferior ao das canas dos grandes plantadores. A diferença média entre o teor de sacarose das canas dos pequenos plantadores e o de tôdas as canas moídas foi de 0,56. Mostraram ainda os resultados que o processo de Java não podia ser utilizado para avaliar o teor de sacarose das canas dos plantadores. No curso da safra de 1941, foram feitas experiências em cinco usinas com o objetivo de se encontrar um método indireto simples, capaz de atender às condições locais.

As canas empregadas nas experiências foram bem preparadas, sem olhos, raízes e palha; teve-se o maior cuidado para que o pêso das mesmas fôsse correto. As experiências foram realizadas apenas em tempo sêco, de modo que a chuva não influísse no caldo da primeira moenda. Tôdas as precauções foram tomadas para que as esteiras estivessem bem limpas e nas mesmas condições os condutos por onde o caldo vai até os tanques de medida. Em cada experiência foram moídas cêrca de 35 toneladas de cana.

Os dados foram analisados estatisticamente, a fim de que se pudesse saber se era possível obter, por cálculo, o teor de sacarose das canas à base do

conteúdo de fibra das mesmas e do caldo da primeira moenda. Encontrou-se uma íntima relação linear entre os Brix do caldo da primeira moenda e o do caldo absoluto.

A equação é a seguinte: Ba = 0,89 Bl = 1,3, onde Ba é o Brix do caldo absoluto e Bl o Brix do caldo da primeira moenda, sendo 0,95 a correlação entre Bl e Ba. Que essa equação é muito satisfatória pode-se ver nos dois quadros que se seguem.

**BRIX DO CALDO ABSOLUTO — RESULTADOS DOS TESTES**

| Teste | Calculado | Teste | Calculado | Teste | Calculado |
|---|---|---|---|---|---|
| 16,3 | 16,1 | 17,8 | 18,5 | 18,7 | 18,5 |
| 16,8 | 16,6 | 17,9 | 18,0 | 18,7 | 19,1 |
| 17,4 | 17,2 | 17,9 | 17,0 | 18,8 | 18,5 |
| 17,6 | 17,4 | 18,2 | 18,3 | 18,9 | 19,2 |
| 17,6 | 17,6 | 18,2 | 18,0 | 19,0 | 19,2 |
| 17,7 | 18,0 | 18,5 | 18,4 | 19,4 | 19,1 |
| 17,8 | 18,1 | 18,5 | 18,5 | 19,9 | 19,1 |
| 17,8 | 17,9 | 18,6 | 19,1 | 20,3 | 20,5 |

**BRIX DO CALDO ABSOLUTO — MÉDIA DE TÔDAS AS USINAS DE MAURITIUS**

| Ano | Real | Calculado | Ano | Real | Calculado |
|---|---|---|---|---|---|
| 1931 | 18,3 | 18,1 | 1936 | 18,5 | 18,6 |
| 1932 | 17,7 | 17,8 | 1937 | 17,7 | 17,8 |
| 1933 | 17,9 | 17,9 | 1938 | 18,8 | 18,9 |
| 1934 | 18,0 | 17,9 | 1939 | 17,5 | 17,7 |
| 1935 | 17,9 | 17,9 | 1940 | 18,0 | 18,2 |

A relação entre a pureza do caldo da primeira moenda (Pl) e a do caldo absoluto (Pa) foi também analisada, encontrando-se a seguinte fórmula empírica: Pa 1,55 Pl 52,0, sendo 0,82 a correlação entre Pa e Pl. Vemos que, enquanto existe uma íntima relação linear entre o Brix do caldo absoluto e o do caldo da primeira moenda, essa relação no que se refere à pureza não é tão firme.

Segue-se, pois, que a relação linear entre a polarização do caldo da primeira moenda e a do caldo absoluto não pode ser satisfatòriamente utilizada para determinar o teor de sacarose das canas. Acredita-se que em qualquer método que se encontre, o teor de fibra das canas usadas nos testes deve ser levado em consideração e que a sua determinação é da maior importância.

Fêz-se então uma pesquisa, a fim de saber quantas vêzes seria necessário durante uma safra, determinar os teores de fibra das canas fornecidas pelos plantadores. Para êsse fim, canas de diversas variedades, fornecidas por um plantador na proporção de 5 a 7 toneladas por dia, foram examinadas para conteúdo de fibra, diàriamente, em toda a safra. Tiraram-se amostras de 27 canas, em seguida sub-amostras, de modo a se obter uma sub-amostra de 27 terços de canas. Determinou-se, então, o teor de fibra, obtendo-se os seguintes resultados:

**MÉDIA DO TEOR DE FIBRA DURANTE UMA SAFRA**

| Número de amostras | Dias | Fibra % cana média |
|---|---|---|
| 12 | Quarta-feira | 11,4 |
| 20 | Terças e quintas-feiras | 11,6 |
| 28 | Segunda, sexta e sábado | 11,6 |
| 60 | Todos os dias | 11,6 |

Portanto, se tomarmos a média aritmética de tôdas as determinações — considerados êstes como valores verdadeiros — então o êrro da média aritmética de doze determinações será 0,2, que está dentro das variações de êrro analítico permissíveis, ou seja 0,25. Segue-se que uma média verdadeira do teor de fibra das canas fornecidas por um plantador médio pode ser obtida, desde que se faça a determinação uma vez por semana, sendo que duas determinações por semana seriam amplamente suficientes.

Em conclusão, recomenda-se o seguinte método de análise: para uma capacidade média de moagem de 40 toneladas por hora, cêrca de 20 toneladas de cana são necessárias para um teste. Deixa-se um espaço livre na esteira e em seguida transportam-se as canas para o teste. O espaço livre permite saber quando as canas utilizadas para o teste começam a ser moídas. Amostras de canas devem ser tomadas, como se disse acima, de modo que as sub-amostras sejam compostas de 27 terços de canas. Antes que se tenha estabelecido o processo de embebição não se devem tomar amostras dos caldos ou do bagaço. Tomam-se a seguir as amostras, que devem ser analisadas pela maneira descrita acima: caldo da primeira moenda, caldo da última moenda, caldo misturado, bagaço. Os testes devem ser feitos duas vêzes por semana.

O valor dos símbolos é o seguinte: Sb, sacarose por centro de bagaço; Fc, fibra por cento de bagaço; Bl, Brix do caldo da primeira moenda; Pl, pureza do caldo da primeira moenda; Pm, pureza do caldo misturado; PL, pureza do caldo da última moenda. Os valores obtidos para todos os testes são médias.

Será então a seguinte a fórmula para determinar o teor de sacarose das canas dos plantadores:

$$(0{,}89 \times Bl + 1{,}3) \times \frac{(100 - Fc)}{100} - \frac{Fc}{Fb} \times \frac{Sb}{PL} \times 100$$

$$\frac{Pm}{100} + \frac{Fc}{Fb} \times Sb$$

Quando se dispuser de menos de 20 toneladas para o teste, recomenda-se a seguinte variante: Determinados o Bix e a pureza do caldo da primeira moenda e o teor de fibra, tem-se a seguinte fórmula para o teor de sacarose:

$$\frac{(0{,}89 \times Bl + 1{,}3)\ (100 - Fc)\ (Pl - dP)}{10.000}$$

Na fórmula acima, dP é a média das diferenças de pureza do caldo da primeira moenda e do caldo absoluto.

(Traduzido de "The International Sugar Journal")

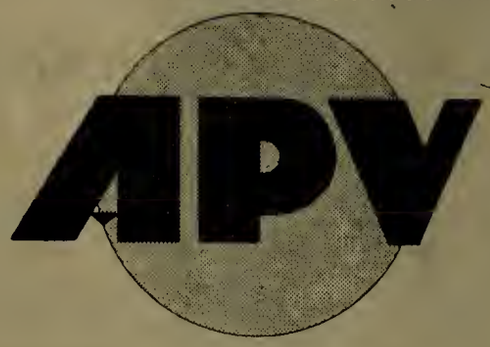

"Os Holandeses no Brasil"

**Jan Andries Moerbeeck — Motivos** porque a Companhia das Indias Ocidentais deve tentar tirar ao Rei da Espanha a terra do Brasil. Amsterdam. 1624.

Lista de tudo que o Brasil pode produzir anualmente. 1625.

Tradução do Rev. P.e Fr. Agostinho Keijzers e José Honório Rodrigues. Prefácio, notas e bibliografia de José Honório Rodrigues .

À venda nas Livrarias ..... Cr$ 5.00



**Aparelhos de placas tipo HER para Pasteurização de Caldo de cana, com seções de Recuperação e de Vapor de baixa pressão**

**LANDMANN, FILHOS & CIA. LTDA.**

**AVENIDA IPIRANGA, 484 — SÃO PAULO**

Agentes

**THE ALUMINIUM PLANT AND VESSEL COMPANY, LTD.**

**— London, S. W. 18 —**

# O PROBLEMA DO REFLORESTAMENTO E AS USINAS

Dalmiro Almeida

A devastação da mata no Brasil, se não é um fato contemporâneo da chegada de Cabral a Pôrto Seguro, começou, possìvelmente, muito pouco tempo depois de tal acontecimento.

Silenciosa e persistente, a ação do machado do desbravador devia assemelhar-se, de início, às arremetidas de um pigmeu contra um gigante, mas, ao cabo de alguns séculos, vemos surgir, com a evidência das grandes calamidades, os seus maléficos resultados.

Se a princípio o problema do reflorestamento passou despercebido e até mesmo ignorado, é, hoje, uma obsessão de todos quantos têm o seu olhar atento para o deserto em que o machado do lenhador tenta transformar a floresta prodigiosa.

São as fábricas e as estradas-de-ferro os mais impiedosos e impertinentes destruidores de tão preciosa dádiva da natureza.

Mas, se a destruição não pode parar, é justo que se lhe modere o ritmo ou, pelo menos, se lhe atenue as conseqüências, substituindo aquilo que se destrói.

Em recente estudo, uma comissão do Conselho Florestal Federal, apreciando o parecer de um dos membros do referido Conselho, teve oportunidade de manifestar a sua descrença quanto à eficiência das medidas tomadas pelos Poderes Públicos de Pernambuco para resolver o problema do reflorestamento naquele Estado.

Declarando categòricamente que o decreto do Govêrno Estadual que regulou o assunto "absolutamente não resolve o problema do Estado", propôs a comissão a adoção do aludido parecer, cujas características principais são:

Obrigatoriedade de manutenção de um serviço de reflorestamento que assegure as reservas florestais necessárias ao abastecimento próprio de cada fábrica, a partir de 5.000 toneladas anuais;

Quota de duas árvores plantadas por tonelada de produtos florestais consumdos.

De conformdade com tais disposições as usinas do Estado de Pernambuco que tenham um consumo de lenha superior a 5.000 toneladas anuais deveriam fazer, obrigatòriamente, o replantio das seguintes áreas:

| USINA | Área a reflorestar |
|---|---|
| Catende | 56 Ha |
| C. Barreiros | 32 " |
| Sta. Teresinha | 28 " |
| Tiúma | 14 " |
| União e Indústria | 12 " |

De acôrdo com os dados que possuímos, referentes às propriedades das aludidas usinas, podemos organizar o seguinte quadro percentual entre a área total da propriedade de cada usina e a área do respectivo replantio obrigatório:

| USINA | Área de cultivo próprio | Área de replantio | Percentagem |
|---|---|---|---|
| Tiúma | 3271,5 Ha | 14 Ha | 0,22 |
| União e Indústria | 5500 " | 12 " | 0,43 |

Sem autoridade para apreciar o parecer do ilustre membro do Conselho Florestal Federal, pedimos vênia, entretanto, para uma modesta sugestão que a nosso ver corrigiria um lapso:

"O de deixar, isento da obrigatoriedade de replantio florestal, todo o grande número das usinas de consumo anual não superior a 5.000 toneladas, num montante total de consumo, talvez, não inferior ao das usinas de replantio obrigatório.

Consiste tal sugestão em tornar compulsório o replantio não proporcionalmente ao consumo superior a 5.000 toneladas anuais, e sim fazê-lo na proporção das áreas de propriedade de cada usina, dentro de uma percentagem determinada.

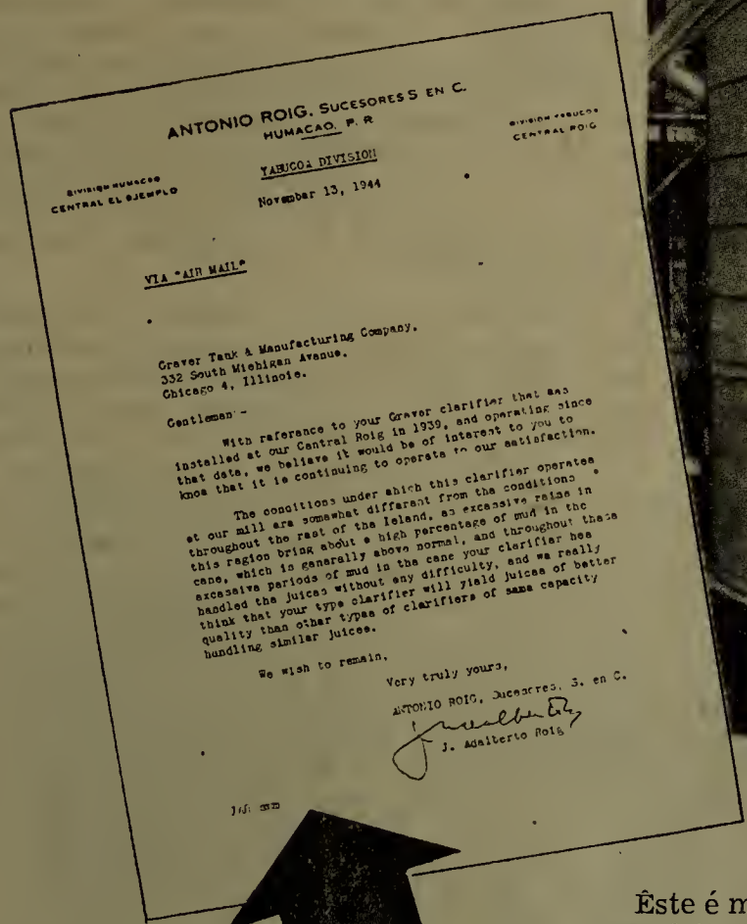
Esta medida teria a vantagem de tornar obrigatório o replantio florestal na grande maioria das usinas do país, sendo ao mesmo tempo de aplicação mais fácil, dada a existência de elementos de avaliação das áreas de propriedade das diferentes usinas no I.A.A.

## SR. EARLE M. COPP

**O Sr. Eearle M. Copp, membro da American Society of Mechanical Engineers, da International Society of Sugar Cane Technologists e da Cane Sugar Technologists Society de Pôrto Rico, Cuba e Luisiana, foi há pouco nomeado Diretor Técnico do Departamento de Indústria Açúcareira da Graver Tank & M. F. G. Company, Inc. No início de sua carreira, o Sr. Copp associou-se com o falecido Samuel Wickess, tornando-se conhecido pelos numerosos artigos que escreveu para revistas especializadas nessa indústria e como especialista na classificação contínua de caldo de cana.**

# "CALDOS DE MELHOR QUALIDADE

## AOS DE QUALQUER OUTRO TIPO DE CLARIFICADOR



ANTONIO ROIG, SUCESORES S EN C.
HUMACAO, P. R

DIVISION HUMACAO
CENTRAL EL EJEMPLO

DIVISION YABUCOA
CENTRAL ROIG

YABUCOA DIVISION

November 13, 1944

VIA "AIR MAIL"

Graver Tank & Manufacturing Company,
332 South Michigan Avenue,
Chicago 4, Illinois.

Gentlemen -

With reference to your Graver clarifier that was installed at our Central Roig in 1939, and operating since that date, we believe it would be of interest to you to know that it is continuing to operate to our satisfaction.

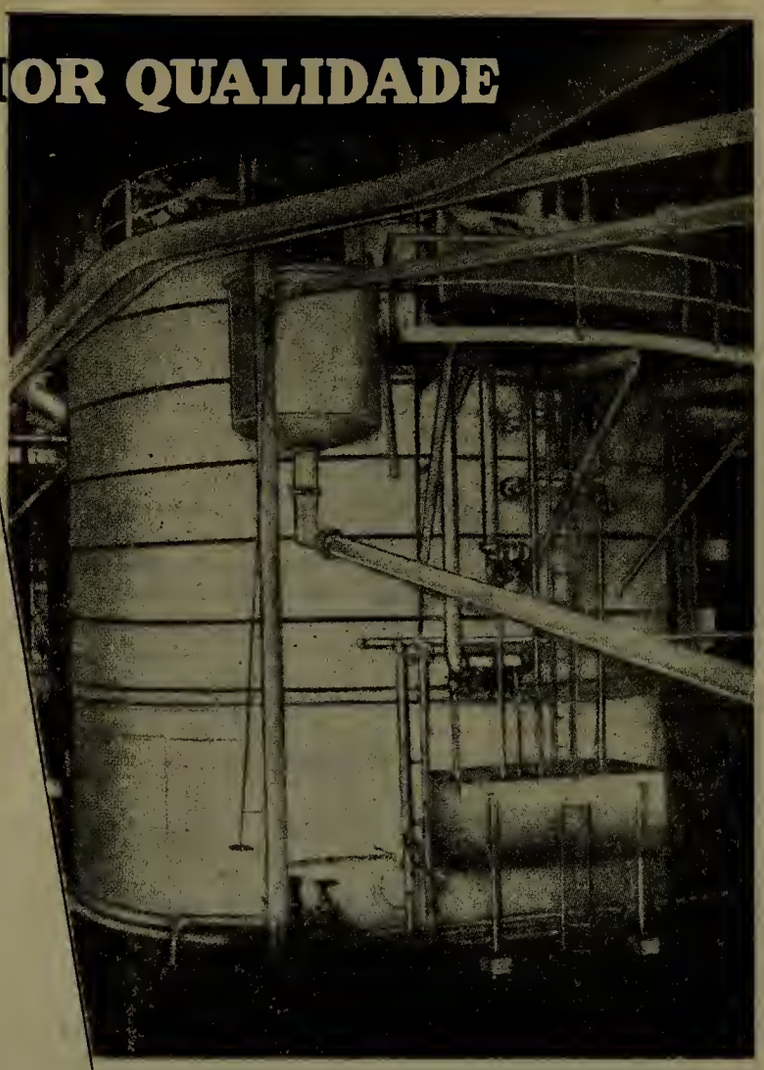
The conditions under which this clarifier operates at our mill are somewhat different from the conditions throughout the rest of the Island, as excessive rains in this region bring about a high percentage of mud in the cane, which is generally above normal, and throughout these excessive periods of mud in the cane your clarifier has handled the juices without any difficulty, and we really think that your type clarifier will yield juices of better quality than other types of clarifiers of same capacity handling similar juices.

We wish to remain,

Very truly yours,

ANTONIO ROIG, Sucesores, S. en C.

J. Adalberto Roig



CLARIFICADORES GRAVER

**GRAVER TAMBEM DESENHA E CONSTROI: Equipamentos para Calação e Aquecimento — Misturadores e Agitadores — Tanques de Aço para armazenamento de álcool, melaço, gasolina, óleo combustível e água — Processo de Tratamento de Água à alta temperatura para alimentação de caldeiras — Processo Zeolite de Tratamento de Água — Desmineralizadores.**

Patentes de John J. Seip e
J. Diaz Compain

Êste é mais um exemplo do trabalho notável que está sendo feito nas principais usinas de açúcar do mundo... prova da extraordinária eficiência da Filtração Ascendente através dos sedimentos, mesmo sob condições anormais.

Estas mesmas vantagens estão à mão de V. S.ª... agora. Vantagens que fornecem aumento na produção diária de açúcar sem aumento no custo de fabricação... um caldo límpido e brilhante, livre de bagacilho e de outras matérias em suspensão... uma concentração mais elevada das borras... maior rendimento do açúcar devido à menor queda do pH.

Tendo atrás de si uma organização com anos de experiência neste campo altamente especializado, os Clarificadores Graver podem fornecer anos de serviço sem complicação alguma. Peça dados hoje mesmo. Escreva pedindo detalhes completos.

GRAVER
CLARIFIERS

**GRAVER TANK & MFG. CO., INC.**

FUNDADA EM 1865

East Chicago — Ind. — U. S. A.

Oficinas e escritórios em:

CHICAGO CATASAUQUA, PA. FILADÉLFIA
TULSA — OKLA — PORTO ARTUR — TEXAS

**Agente geral no Brasil: GEORGES P. PIERLOT — Rua da Glória, 32 - A — Telefone: 42 - 8607**
Caixa Postal: 2984 —:— RIO DE JANEIRO

# O AÇÚCAR E' A BASE DA VIDA

O boletim de Lamborn de 17 de julho de 1945, publica um artigo do Sr. William J. Robbins, Diretor do Jardim Botânico de Nova York e professor de Botânica da Universidade de Colúmbia, sôbre a importância do açúcar na vida em geral. E' o seguinte o artigo:

"O diretor de uma instituição, que tem por objetivo a preservação, disseminação e progresso dos conhecimentos sôbre as plantas, recebe sempre com satisfação a oportunidade para salientar sua importância e caráter fundamental. Isso porque acreditamos que se tôda gente fôsse suficientemente esclarecida a respeito da importância das plantas, uma instituição como o Jardim Botânico de Nova York estaria em posição invejável e poderia dispor de maiores fundos para exercer amplamente as suas funções.

Ocupados com a rotina de viver, poucos são os que compreendem a importância das plantas e as razões dessa importância; poucos são os que compreendem que sòmente vivemos e podemos continuar a viver devido à existência simultânea das plantas; que, se as plantas fôssem eliminadas, a humanidade e tôda a vida animal desapareceria em curto prazo.

A nossa dependência das plantas resulta disto: os alimentos de que nos servimos, sejam vegetais, peixe, caça ou carne, vêm em última análise das plantas, e, além disso, o oxigênio que respiramos, bem como as vitaminas e amino-ácidos indispensáveis, essenciais para a nossa nutrição, derivam-se das plantas. Em outras palavras: sem as plantas morreríamos de inanição, de asfixa ou de moléstia de carência.

Por que somos tão dependentes das plantas? A resposta é simples, embora a elaboração e explicação desta seja mais complexa. Dependemos tão intimamente das plantas (primàriamente daquelas que têm clorofila) porque elas, entre todos os organismos vivos podem elaborar açúcar partindo de materiais simples, como dióxido de carbono e água. Nenhum organismo animal pode repetir êsse ato, que é essencial para a economia da natureza.

Chama-se fotossintese o processo pelo qual se cumpre êsse ato, que se verifica na presença da luz no pigmento verde, clorofila, distintamente percebido nas fôlhas e no bordo. Em resultado da fotossintese, a água e o dióxido de carbono em forma gasosa se combinam para formar açúcar e oxigênio. O processo pode ser descrito desta maneira: o dióxido de carbono, na presença da luz e da clorofila da planta viva, combina-se com a água para formar oxigênio gasoso e açúcar.

Os homens e os outros animais não possuem clorofila e por isso não podem produzir oxigênio por mais que se submetam à ação do sol. Os nossos corpos dissociam o açúcar em dióxido de carbono e água, não o fazem.

Há outro aspecto da fotossíntese a ser salientado. E' êste: a fotossíntese ocorre sòmente em presença da luz e parte da energia da luz solar que cai sôbre a fôlha verde fica armazenada no açúcar produzido. Segundo as melhores estimativas, a quantidade de energia fixada dessa maneira equivale a 300 biliões de toneladas de carvão. E convém notar que até agora nenhum outro processo se conhece que possa fixar a energia solar em compostos químicos.

Pode-se objetar que os animais usam outras coisas além do açúcar, por exemplo: óleos, gorduras, amido-proteínas e alguns animais podem até digerir madeira e da mesma maneira que podemos queimar o açúcar para libertar a energia que êle contém, podemos fazê-lo com a madeira, o carvão, o petróleo, o óleo vegetal ou de baleia.

Não há dúvidas a êsse respeito. Todavia, tôdas essas substâncias são feitas direta ou indiretamente do açúcar produzido na fotossíntese. De fato tôdas as partes do corpo da planta, exceto aquelas que são puramente minerais, resultam dêsse composto básico. O amido, na batata, nada mais é do que o açúcar sintetizado na fôlha da planta; a celulose e linite da madeira resultando do açúcar feito nas fôlhas da árvore da qual a madeira é parte; o óleo do amendoim ou do feição soja e a proteínia nos cereais, o quinino na chinchilha, o ópio da papoula, o perfume das rosas e a côr das suas pétalas desenvolvem-se do açúcar pela alquimia da planta. Todos os compostos orgânicos das plantas, não importa quais sejam, derivam do açúcar. Mesmo quanto a dieta de um animal se limitasse a vegetais contendo amido, óleo ou proteínas e não açúcar, ainda assim estaria êle vivendo de substâncias derivadas do açúcar e não escaparíamos dessa dependência se modificássemos a nossa dieta para carne, peixe ou ovos.

Quem come um bife ou uma lagosta ou bebe um copo de vinho está consumindo alimento que foi açúcar. Quando se dispende esfôrço em qualquer esporte ou trabalho, está-se empregando energia originàriamente fixada no açúcar feito pelas plantas, de acôrdo com o processo de fotossíntese. A energia transferida do açúcar original para as substâncias dêle derivadas é libertada do alimento que os homens e os animais ingerem ou da gasolina queimada nos automóveis.

E' injusto, pois, falar do açúcar como do fundamento da vida, a substância sob a qual repousam, em última análise, a nossa existência e o desenvolvimento da nossa civilização. Essa situação continuará, até que se descubra um meio de reproduzir no laboratório a atividade fotossintética da planta verde ou até que outra fonte primária de energia, que não o sol, seja descoberta.

# COMPAGNIE DE FIVES - LILLE

SOCIEDADE ANÔNIMA
CAPITAL: 200.000.000 Frs.
Sede social e Administração — 7, RUE MONTALIVET, 7 — Paris

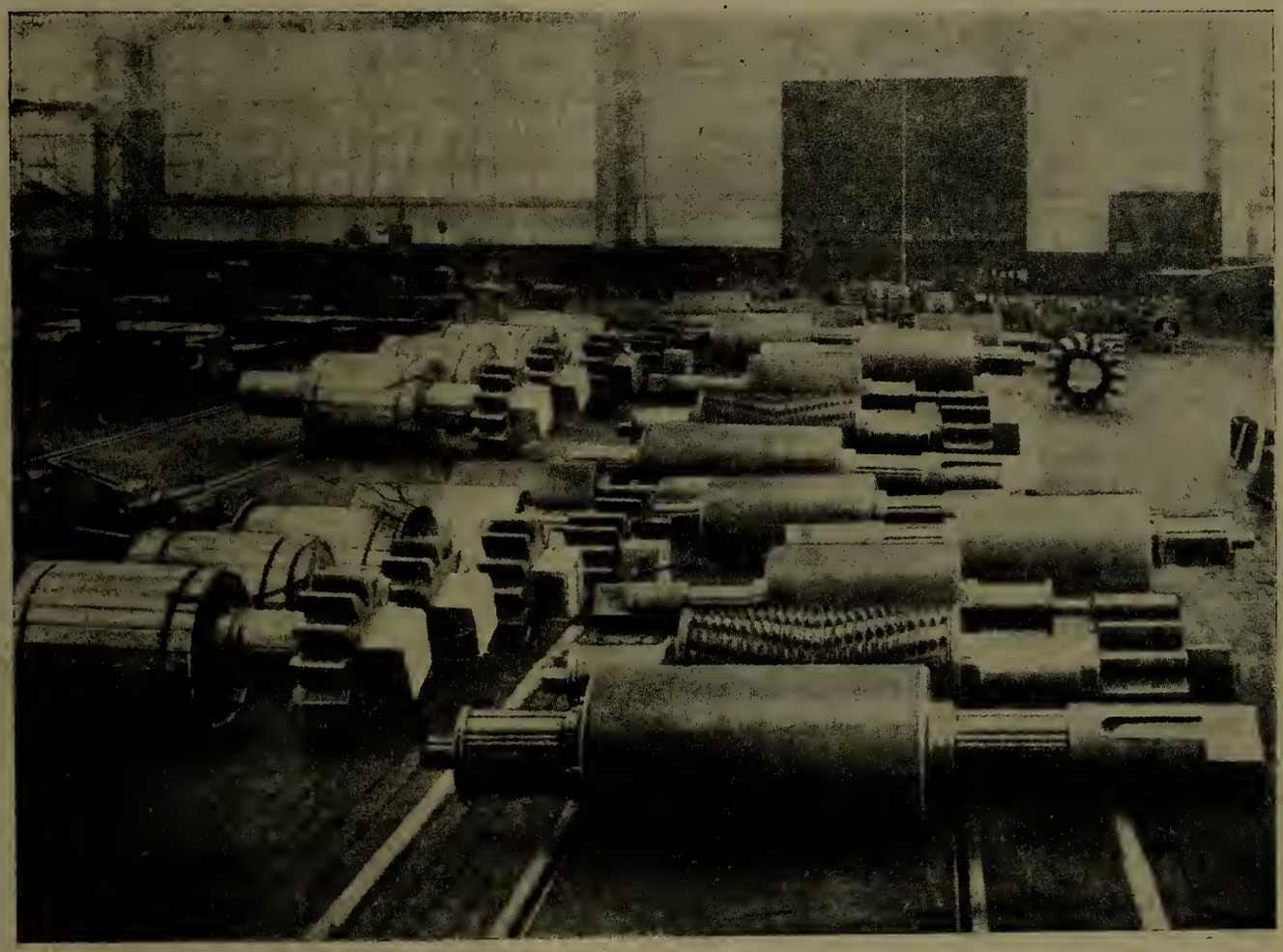
Usinas do Norte Em Fives-Lille
Fresnes Sur
Escaut & Lille

Usina do Centro
Em Givors
Rhône

TÔDAS AS MÁQUINAS E APARELHOS PARA USINAS DE AÇÚCAR E REFINARIAS

INSTALAÇÕES COMPLETAS PARA FABRICAÇÃO DE ÁLCOOL

DISTILAÇÃO — RETIFICAÇÃO — DESIDRATAÇÃO



RÔLOS PARA MOENDAS DE AÇÚCAR E ESMAGADORES

Representante para o Brasil:
SOCIEDADE DE REPRESENTAÇÕES HENOT LTDA.
Edifício Castelo — Avenida Nilo Peçanha, 151 - Sala 110
RIO DE JANEIRO
Agentes em Campos: MACHADO VIANNA & CIA.

# A GUERRA PÔS EM RELÊVO O PAPEL DO AÇÚCAR NA DIETA

Salientando a importância do açúcar na dieta, o Sr. Ody H. Lamborn, Diretor da Sugar Research Foundation, publicou no "Journal of Commerce", de Nova York, o seguinte artigo:

"A guerra aguçou o nosso sentido dos valores e alargou o âmbito dos nossos conhecimentos, forçando-nos a um trabalho de revalorização de quase tudo que para nós era assunto fora de discussão antes que o conflito irrompesse. Muitos objetos familiares dêsses dias passados terão para nós novo significado quando a paz fôr restaurada. A nossa visão e a nossa capacidade de apreciação estarão imensamente alargadas.

O açúcar constitui um exemplo. Quem pensava nêle antes da guerra? E, na verdade, havia poucos motivos para pensar nêle. Havia açúcar em abundância; era fácil encontrá-lo. Os armazéns vendiam-no livremente, sem racionamento nem restrições. A qualquer momento podíamos adquirir um sem número de produtos, que não estariam nas prateleiras dos armazéns, se não houvesse açúcar para fabricá-los. Nessa época, o açúcar e as suas conhecidas virtudes eram matéria sôbre a qual não cabia debate. As suas grandes possibilidades eram em geral inexploradas e ignoradas.

## NOVOS VALORES

A guerra modificou profundamente essa situação. Agora que sofremos de "fome de açúcar", uma insignificante porção dêsse produto parece aos nossos olhos uma preciosidade. Chegamos a compreender que o açúcar, além do seu valor fundamental como alimento, tem imensa importância para a nossa vida econômica e, também, para o nosso bem-estar geral.

O açúcar é um ingrediente indispensável em tantos produtos manufaturados que sem êle numerosas indústrias não poderiam funcionar e muitos empregos preciosos estariam perdidos. Dezenas de milhares de escoadouros para os produtos desses fabricantes de alimentos perdem milhões de dólares em vendas presentemente, porque não há açúcar para fabricar as mercadorias.

Sem açúcar muitos produtos de grande valor tornam-se inúteis. Neste momento, alguns fabricantes de leite condensado deixam de produzir êsse alimento por falta de açúcar. O ano passado, neste país, as peras sofreram uma apreciável queda de preços, porque no momento da colheita as donas de casa não dispunham de açúcar para aproveitá-las em doces e conservas. Nesse caso, o agricultor perdeu o valor do fruto que havia produzido e as donas de casa um alimento precioso resultante da combinação de frutas frescas e açúcar.

## CONSUMO INDUSTRIAL

Sòmente quando a guerra provocou o racionamento do açúcar é que os consumidores e a própria indústria açucareira verificaram que existe um grande número de produtos industriais não alimentares em que o açúcar é parte essencial. Quando os fabricantes de tais produtos foram obrigados a se inscrever no Departamento de Preços para obter a necessária quantidade de açúcar para o seu trabalho, a indústria e o público ficaram admirados ante o número de produtos em cuja produção o emprego do açúcar era imperativo. Quem poderia imaginar que o açúcar é necessário na acetona, no cimento, nas pastas de dente, na fabricação de espelhos e bolas de gôlfe, na de graxa — para nomear apenas alguns entre centenas?

E' surpreendente saber-se que milhões de pneumáticos, que estão sendo utilizados neste país e no estrangeiro, foram fabricados graças à transformação de 900.000 toneladas de açúcar em álcool e êste em borracha sintética. Está completamente fora dos nossos pensamentos diários a idéia de que o açúcar é essencial para soldas, moldagens e processos de fundição. E até o humilde mel de abelha precisa do açúcar como matéria-prima. Se a abelha não dispõe de netar, é necessário fornecer-lhe açúcar granulado. A molécula de açúcar encerra riquezas imensas.

## PESQUISAS

Esses desenvolvimentos indicaram à indústria açucareira a organização de um programa de estudos científicos tendentes a descobrir novas e ignoradas potencialidades do açúcar. O produto já deu tanto que os cientistas se mostram entusiasmados com o seu futuro. Os cientistas contam com o apoio de grandes produtores de açúcar, como os Estados-Unidos, Cuba, HHavaí, Pôrto Rico, Canadá e Haiti, organizados na Sugar Research Foundation.

A fundação tem trabalhos iniciados em 24 universidades norte-americanas e continua alargando o seu campo de ação. Os seus donativos para pesquisas já ultrapassam a casa dos 300 mil dólares. Recentemente, com o fim de estimular as pesquisas, a fundação anunciou a doação de novas somas, no valor de 45.500 dólares, que serão distribuídos pela Academia Nacional de Ciências.

O açúcar tende a valorizar-se, à medida que se intensifica a presente escassez. O público está aprendendo, agora, que o açúcar é parte integrante de uma dieta bem balanceada e que é a sua mais importante fonte de energia alimentar. Isso será de apreciável valor para o futuro. E' pena que fôsse preciso uma guerra, a mais cruel da história, para que nos apercebêssemos do imenso valor do açúcar para o nosso bem estar. Façamos votos para que a lição não seja esquecida.

# SOC. EXPANSÃO INDUSTRIAL SUL AMERICANA LTDA

Rua da Candelaria, 9
9º andar — Salas: 902/4

RIO DE JANEIRO - BRASIL

CAPITAL Cr$ 2.000.000,00

Telegramas:
"RIOSEISA"
Fones: 23-6241 e 43-1609

ASSOCIADOS À

## THE O'BRIEN MACHINERY CO.

Filadélfia U. S. A.

### REPRESENTANTES E DISTRIBUIDORES NO BRASIL, DE:

| | |
|---|---|
| A. B. FARQUAR CO.<br>New York, U. S. A. | Prensas hidráulicas, equipamento agricola, transportadores, locomóveis. |
| ASHWORTH & PARKER LTD.<br>Reverside Works, Bury, England | Máquinas a vapor verticais e grupos termo-elétricos. |
| CAMPBELL & MCKEE CO. LTD.<br>Canadá | Agentes de compras no Canadá. |
| COOPER BESSEMER CORP., the<br>Grove City, Pa. U. S. A. | Motores Diesel estacionários e marítimos e grupos eletrogenos até 2000 HP. |
| COOPUS ENGINEERING CORP.<br>Worcester, Mass., U. S. A. | Turbinas a vapor, queimadores de óleo, sopradores, ventiladores, filtros de ar. |
| FACTORY SALES & ENGINEERING, INC.<br>New Orleans, U. S. A. | Engenheiros consultores, material para Usinas. |
| FAWCETT-PRESTON & CO. LTD.<br>Dock Road, Bromberough, Cheshire, England | Moendas e equipamento para Usinas de Açúcar. |
| FOSTER INTERNATIONAL CORP.<br>New York, U. S. A. | Trilhos, material ferroviário. |
| GULF STATES SULPHUR CO., INC.<br>Gretna Pa. U. S. A. | Enxôfre. |
| H. R. SHEPPARD<br>Hanover, Pa., U. S. A. | Motores Diesel, estacionários e marítimos, grupos eletrogenos até 50 HP. |
| HOWE SCALE CO., the<br>Rutland, Vermont, U. S. A. | Balanças de todos os tipos. |
| JOHN KING & CO. (LEEDS) LTD.<br>London, Leeds, Glasgow, England. | Especialidades para minas — usinas de minério. |
| LESTER-PHOENIX, INC.<br>Cleveland, Ohio, U. S. A. | Máquinas para moldagem de plásticos e ligas metálicas. |
| MONOPUMPS LIMITED<br>London, England. | Bombas. |
| NASH ENGINEERINC CO.<br>South Norwalk, Conn., U. S. A. | Bombas de vácuo rotativas. |
| NEW YORK BELTING & PACKING CO.<br>(UNITED STATES RUBBER EXPORT CO. LTD.)<br>New York, U. S. A. | Gaxetas, papelões, hidráulicos, especialidades de borracha. |
| ORELAND EQUIPMENT COMPANY<br>Oreland, Penn. U. S. A. | Material p/Usinas químicas (recondicionado). |
| SIGMUND PUMPS (GREAT BRITAIN) LTD.<br>Team Valley, Cateshead, England. | Bombas centrifugas, instalações hidráulicas, equipamento contra fogo. |
| THE FURNIVAL STEEL CO.,<br>Sheffield, England | Aços em geral. |
| UNION CHAIN & MFG. CO., The<br>Sandusky. Ohio U. S. A. | Correntes e esteiras transportadoras. |
| UNION IRON WORKS.<br>Erie, Penn., U. S. A. | Caldeiras a vapor para todos os tipos. |
| UNION STANDARD EQUIPMENT COMPANY<br>New York, U. S. A. | Máquinas para fábricas de chocolate e bombons (recondicionadas). |
| WELDON TOOL COMPANY, The<br>Cleveland, Ohio, U. S. A. | Ferramentas. |
| WESTERN STATES MACHINE CO., The<br>Hamilton, Ohio, U. S. A. | Centrifugas "ROBERTS" para Usinas de Açúcar. |

CONSULTAS e INFORMAÇÕES DETALHADAS com

## SEISA

**Soc. Expansão Industrial Sul Americana Ltda.**

RUA DA CANDELÁRIA, 9 — 9.º andar — Salas 902 - 4 TELEFONES: 23 - 6241 e 43 - 1609 — RIO DE JANEIRO

Agente em São Paulo:

**COMÉRCIO BRASILEIRO DE MÁQUINAS "COMBRAL" LTDA.**

**Rua Florêncio de Abreu, 364 — São Paulo** **End Teleg. Combrali — Tel. 3 - 5600**

# PRODUÇÃO E MOVIMENTO DE ÁLCOOL NO MUNDO

## CUBA

A produção cubana de álcool, nos oito primeiros meses do ano findo, somou 150.423.225 litros, contra 131.609.094 e 63.220.673 em igual período de 1944 e 1943, respectivamente.

A produção alcooleira de Cuba nos doze meses de 1944 alcançou a 211.522.307 litros contra 110.598.780 em 1943 e 22.363.975 em 1942.

* * *

Com dados estatísticos divulgados pelo "Anuario Azucarero de Cuba — 1945", organizamos o quadro abaixo da produção e exportação do álcool cubano, a partir de 1911:

| ANOS | Produção litros | Exportação Litros | Exportação Valor |
|---|---|---|---|
| 1911. . . ..... | 1.533.000 | 670.915 | $ 68.164 |
| 1921. . . ..... | 36.557.190 | 4.667.711 | $ 765.746 |
| 1931. . . ..... | 21.137.100 | 1.478.809 | $ 140.536 |
| 1941. . . ..... | 34.601.132 | 512.040 | $ 73.357 |
| 1942. . . ..... | 25.072.882 | 450.325 | $ 85.792 |
| 1943. . . ..... | 109.139.695 | 6.906.673 | $ 3.129.732 |
| 1944. . . ..... | 211.154.606 | 62.847.654 | $11.539.884 |

## PANAMÁ

A produção de álcool nos meses de junho e julho de 1945 somou 195.200 litros, total sensìvelmente inferior ao do ano de 1944. Em julho de 1945, a produção somou 59.579 litros contra 143.638 litros em julho de 1944, o que representa uma diferença para menos de 115.573 litros. Para suprir a deficiência da produção nacional foram importados 277.400 litros.

## SUÍÇA

Embora dispondo de uma grande produção de álcool industrial, a Suíça não produzia, antes da guerra, carburantes para motores, dos quais importava cêrca de 200 mil toneladas anualmente. Durante a paz, não haviam sido dados passos no sentido de favorecer essa fabricação, em virtude da oposição das entidades automobilistas, que se opunham ao consumo de carburantes nacionais.

Quando a queda da França tornou a situação precária, o Govêrno cuidou de resolver o impasse. Para isso firmou, em 1941, contratos com a Lonza e depois com a S. A. para sacarificação da madeira, recentemente instalada em Ems. Tais contratos previam determinadas garantias de venda e de preço da para-benzina e do álcool destinados à mistura com a gasolina, cujas reservas estavam perigosamente reduzidas. Em conseqüência a quota dos carburantes suíços no consumo do país subiu de 20% em 1941 para 50% em 1945.

Foram previstos dois períodos de garantias. O primeiro visou ao amortecimento rápido das instalações e o segundo tornar permanentes as possibilidades de fabricação. Em outubro de 1945 a amortização fôra completada na Lonza e cobrira mais de dois terços das instalações na outra emprêsa.

Como não se pudera prever durante quanto tempo o carburante nacional seria necessário, procurou-se no segundo período de garantia preservar as instalações devidamente amortizadas, de sorte a retomar a fabricação a pleno rendimento em prazo mínimo. Essa garantia tornava-se necessária, pois mesmo com as instalações amortizadas o carburante sintético é um pouco mais caro que o natural. A garantia compreende 10.000 toneladas anuais ou seja a metade das 20.000 toneladas do período de amortização. No total, porém, a garantia foi assegurada a uma quantidade dupla, no segundo período, e por êsse motivo durará possìvelmente até 1955.

Em conseqüência do plano, os carburantes suíços serão misturados na proporção de 5-10% aos combustiveis importados, circunstância que permitirá elevar muito pouco o preço de antes da guerra. Dessa forma as despesas extraordinárias realizadas para produzir internamente carburantes durante a guerra serão distribuídas razoàvelmente por um período de dez anos.

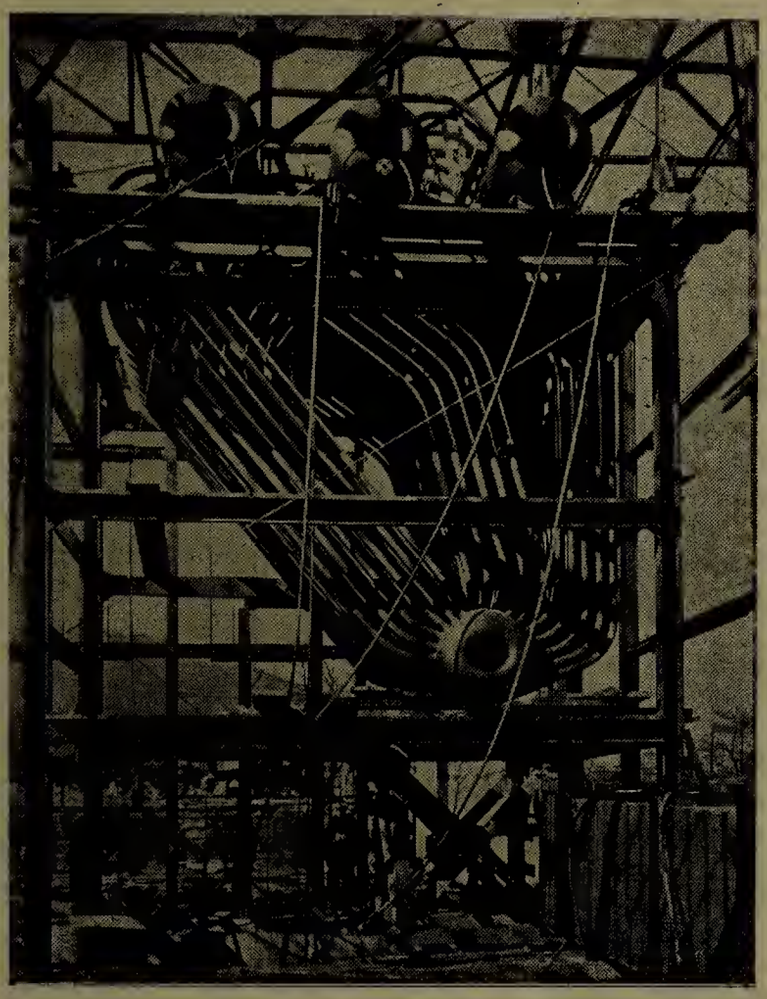
Os particulares, não obstante a modicidade do aumento, estão protestando contra o mesmo, agora que a importação de gasolina foi reiniciada. No seu entender, o consumo da mistura mais cara deveria ser feito exclusivamente pelos transportes oficiais, o que, no entanto, não pode ser aceito pelas autoridades, uma vez que tal importaria em descarregar ùnicamente sôbre o Estado despesas cujos resultados, durante a guerra, beneficiaram a todos indistintamente.

# Sociedade Termotécnica Mellor Goodwin Ltda.

REPRESENTANTES DA

## Combustion Engineering Company, Inc.

NEW YORK — E. U. A



CALDEIRA C-E, TIPO ESPECIALMENTE DESENHADO PARA VAPORIZAÇÃO RÁPIDA

ECONOMIZE COMBUSTIVEL

MEDIANTE

**NOSSOS EQUIPAMENTOS**

PARA A QUEIMA RACIONAL DE

**LENHA, CARVÕES NACIONAIS, RESIDUOS VEGETAIS BAGAÇO, ETC.**

**ECONOMIZADORES, PREAQUECEDORES DE AR, CALDEIRAS DE TODOS OS TIPOS — EQUIPAMENTOS COMPLETOS DE PRODUÇÃO DE VAPOR**

## MONTAGEM — PROJETOS — CONSULTAS

Escritório Central: Rio — **RUA BUENOS AIRES, N.º 100 - 6.º andar**

**TELS. 43 - 2199 e 43 - 9249**

Filial de São Paulo:—**RUA 7 DE ABRIL, N.º 34 - 6.º andar - Salas 603/604**

**TEL. 4 - 1467**

# FOLKLORE DO AÇÚCAR

**Joaquim Ribeiro**

## XXVII

*A habitação popular no Brasil — Tipologia das construções — Os mocambos — A casa de sapé — As favelas — Os "formigueiros" — A habitação popular nas zonas canavieiras — Os mocambos nordestinos — — As casas de sapé campistas.*

Os aspectos da cultura material do povo revelam quase sempre íntimos contatos com a ecologia.

Um dêsses aspectos, extremamente relacionado com o meio físico, é o que se refere às **habitações** populares.

A habitação é, na verdade, uma manifestação cultural de sentido eminentemente **natural**; a **casa** do homem corresponde ao **ninho** dos pássaros, à **colmeia** das abelhas, à **casa de barro** do joão-de-barro, a **toca da onça**, etc.

Está, como se vê, diretamente relacionada com o meio físico, com as condições mesológicas, com os recursos da flora e da fauna e de outros produtos da terra.

Na habitação popular, essa contingência é muito maior. E' tôda ela feita com os materiais imediatos do meio.

Não é possível estudar-se a habitação do povo sem se pesquisar os recursos da região.

E' um problema folklórico, pelo aspecto das influências étnicas, e ao mesmo tempo, de **sociologia regional** no que oferece de característico das diversas zonas.

Nesse ponto, Manuel Diégues Júnior, com o amor que vem devotando aos assuntos populares, ao dissertar acêrca de "Variações sôbre temas regionais" no Instituto Histórico de Alagoas, fêz as seguintes observações:

"Encontrei ainda outro tema que me parece digno de merecer um estudo dos homens de inteligência: o dos **tipos de construção**.

"Um estudo sociológico, mas que é sobretudo geográfico e econômico pela distribuição dos **tipos de teto**, pelo material empregado, quase sempre ou sempre, coincidindo com o que a região fornece: a **palha de coqueiro**, a **palha de ouricuri**, a **palha de cana**, o **massapê**.

"Nestas construções deve merecer atenção o tipo de **mucambo** nas zonas de praia em confronto com o usado nas **áreas açucareiras**, ou melhor nos engenhos; naquele o traço da influência indígena, neste o sinal da influência negra, influência uma e outra que encontramos profunda a cada passo, não só nos tipos de construção, mas também em outro aspectos sociais e econômicos de nossa terra.

Parece-me fácil verificar que o tipo de construção popular nas áreas litorâneas se caracteriza pelo **teto em ângulo**, raro o teto com telhado em três ou quatro direções, pelo alpendre que é quase comum, principalmente na beira do mar, alpendre que faz lembrar os das velhas casas-grandes e de igrejas coloniais; pelo emprêgo de **barro** na construção da parede, e de **palha de coqueiro** na cobertura, pela aeração melhor, pela variabilidade da divisão interna, no tipo das áreas de engenho, ou mesmo de usina, pelo **teto em forma cônica** ou de quatro direções, pela cobertura de **palha de cana** ou de **palmeira**, pela ausência de alpendre, pelo emprêgo do massapê, pela carência de confôrto na divisão interna muito pouco variada".

(Obra citada, págs 31/32).

Estas valiosas observações de Manuel Diégues Júnior, pela exatidão com que foram expostas, indicam suficientemente o que são as habitações populares no litoral e na zona açucareira do Nordeste.

Aponta a diversa tipologia dos **mucambos** nordestinos: os da praia e os da área dos engenhos.

No Brasil, porém, noutras regiões vamos encontrar outros tipos de habitação popular.

Nos latifúndios do Sul, nos canaviais de Campos, nos cafèzais do Estado do Rio, Minas e São Paulo, na terra dos **tapiocanos**, dos **capiaus** e dos **caipiras** não existem **mucambos**.

No Sul prevalece o tipo de **"casa de sapé"**, a casa de caboclo, típica das regiões roceiras.

Desde logo, é possível fazer-se uma distinção: nos latifúndios do Sul, a casa de sapé é isolada, individualista. As famílias moram em **bibocas** e **cafundós** separados. Já no Nordeste, os **mucambos** surgem, de regra, juntos, apinhados em conjunto, com feição coletivista.

No Sul, só nos meios urbanos, observa-se o aparecimento de habitações populares, agregadas como verdadeira colônia.

E' o caso, na capital da República, das **"favelas"**, que se apinham nos morros cariocas ou se alastram nos terrenos baldios.

E' o caso ainda dos **"formigueiros"**, nome que em Minas Gerais se dá aos aglomerados de habitações de pobres, que aparecem em seguimento às povoações e vilas.

Do Paraná para o Rio Grande do Sul, a casa de sapé tende a desaparecer. E aparece, aí, um novo tipo: a casa de **madeira**, à feição das cabanas européias.

No extremo Norte, na Amazônia, a habitação popular adquire uma forma curiosa. Devido às enchentes comuns na região, as casas são construídas, habitualmente, sôbre altas estacas; são **casas de perna pau**, como disse um poeta amazonense.

Como se vê, a tipologia das construções populares no Brasil é vasta e curiosa.

Cada tipo está subordinado à ecologia.

O **sapé** nas "fazendas" do Sul, a **palha de cana** e de **ouricuri** nos engenhos do Nordeste.

Nas zonas canavieiras, é claro e compreensível que as habitações populares não iriam desprezar os recursos oferecidos pela cana de açúcar.

A **palha de cana** é utilizada.

Na região campista, onde o sapé oferece maior resistência que a palha de cana, evita-se o seu emprêgo.

Enquanto que, nos **mucambos** dos engenhos Nordestinos se usa **palha de cana**, nas habitações rurais de Campos dispensam-na os lavradores da região.

Além disso êsses lavradores revelam vida mais individualista que os do Norte. Os lavradores Nordestinos vivem em meio de sen-


# FAZENDEIROS, USINEIROS!

COMPREM diretamente da produtora

**ÁCIDO SULFÚRICO**

**ÁCIDO CLORÍDRICO**

e

**ÓLEO DE RÍCINO**

OFEREÇAM diretamente à consumidora

A SUA PRODUÇÃO

DE OLEO FUSEL

Dirijam-se à

## CIA. QUÍMICA RHODIA BRASILEIRA

Caixa Postal 1329

SÃO PAULO

**AGENCIAS:**

**São Paulo** - Rua Benjamin Constant, 55
**Rio** — Rua Buenos Aires, 100-100 A
**Recife** — Rua da Assembléia, 1
**Pôrto Alegre** - Rua Chaves Barcelos, 167

tido mais claramente **coletivista**; moram de regra agregados. E' raro ver-se o **mucambo** isolado.. Vêem-se "mucambos".

No Sul, ao contrário, a casa de sapé, em geral, está sòzinha, metida no seu terreiro, quase escondida nas **bibocas** e **grotas**, nas encostas de morro, etc.

Não se pode negar essa **diferença de sentido** da vida roceira, no Nordeste e no Sul..

Isso positivamente, não quer dizer que haja nítida separação de nível de vida. Ambos agrupamentos rurais, quer dos canaviais do Sul como do Norte, não desfrutam nível de vida satisfatório. Inquéritos numerosos já se têm realizado a respeito. Está provado que o lavrador do Sul ganha mais do que o do Norte. Êste fato de ordem econômica talvez explique a diferenciação que apontamos na seleção das habitações populares.

Outras causas, porém, devem ter concorrido para essa situação.

A cultura material do povo está subordinada à ecologia e à técnica de vida, que predominam em cada região.

O folklore, fixando também, no campo material, êsses diversos **tipos** de habitações, aponta os diversos **modos de utilizar** os recursos do meio, as diversas técnicas de elaboração e de construção.

A técnica, tanto quanto uma lenda ou uma canção, é uma **expressão de atividade cultural**. Justamente por isso, folkloristas da competência de Saintyves a incluem nos amplos objetivos dos estudos folklóricos.

Não há, portanto exagêro em dedicarmos ao estudo das habitações populares nas áreas canavieiras do Brasil um capítulo do "Folklore do açúcar".

A civilização material não deve ser desprezada pelos folkloristas. Tanto ela como a civilização espiritual (mitos, lendas, canções, adivinhas, etc.) estão de tal modo reunidas, que separá-las é mutilar a fisionomia comum.

Folklore abrange o todo cultural; o povo que canta e crê, que trabalha e constrói.

---

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** — Manuel Diégues Júnior, Variações sôbre Temas Regionais (1942); Gilberto Freire, O Mocambo; idem, Casa Grande e Senzala; idem, Sobrados e Mucambos; Joaquim Ribeiro, Folklore Brasileiro (no que se refere às áreas de habitação popular); Saintyves, Manual de Folklore; J. W. Bews, Human Ecology (Oxford University Press, (1933). E' desnecessário reproduzir a bibliografia a respeito de "Habitação" dos especialistas em Antropogeografia.

*
* *

**Post-scriptum** — A respeito do capítulo do "Folklore do açúcar" relativo à medicina popular, recebemos a seguinte carta do historiador Diégues Júnior, que esclarece o seu pensamento, mal interpretado por mim. As palavras de Diégues Júnior, são claras e não permitem contestação :

"Ilustre confrade Prof. Joaquim Ribeiro.

Permita que lhe endereec estas linhas, fazendo-o, aliás, com dupla satisfação. Primeiro, pelo ensejo de aproximar-me do eminente patrício, cujos trabalhos de folclore tenho lido sempre com vivo interêsse — tanto quanto os de natureza histórica e também folclórica do velho João Ribeiro, uma das minhas maiores admirações de estudioso das coisas brasileiros. Segundo, pelo desejo de retificar uma afirmativa que me foi atribuída no seu artigo XXIV da série "Folclore do Açúcar", publicado no número de outubro de **Brasil Açucareiro**. Lendo sempre, com prazer, artigos da série citada, deparei com seus comentários acêrca de modesto trabalho meu, dado à estampa no **Diário de Notícias**, de 9 de setembro último.

Infelizmente, porém, o distinto confrade não compreendeu bem os comentários do meu artigo, dando-me a paternidade de uma afirmativa que não fiz: a de atribuir a origens indígenas e negro-africanas o aproveitamento medicinal da cana de açúcar. Não foi tal o que afirmei, o que se pode ver, pela leitura ponderada e interpretação real dos comentários que fiz no citado artigo.

O que atribuí a um e a outro curandeirismos — o indígena e o africano — foi, sim, o efeito psicológico em que repousam, tal como está expresso em trechos do meu artigo "O açúcar na medicina popular", trechos êsses, aliás, transcritos no artigo seu v. pág. 75. 2.ª coluna, linhas 5 a 12. e 15 a 19). Seria, realmente, ociosa e errada, bàrbaramente errada, uma afirmativa da espécie que o distinto confrade me atribuiu.

Ademais disso, cumpre destacar que, quando falei em "bom resultado do remédio", generalizei, pois estava falando de modo genérico sôbre curandeirismo, a todos os remédios de medicina popular e não sòmente àqueles em que entra o açúcar ou a cana de açúcar. Comentando o tema, isto é, a influência das mezinhas e a fé com que devem ser tomadas, eu tratei do assunto em tese, e lembrei, então, a influência psicológica para a cura.

Dêste modo, quer parecer-me ter havido de sua parte interpretação inadequada do trecho do

# O AÇÚCAR NOS PRIMÓRDIOS DO BRASIL COLONIAL

Basilio de Magalhães

XIII

## VINDA DA CANA-DE-AÇÚCAR E DO GADO PARA O BRASIL — "HISTÓRIA ECONÔMICA DE PORTUGAL"

Em nota aos seus "Cantos sôbre as cousas rústicas do Brasil", que êle deu a lume acrescentados do "Canto sôbre a fabricação do açúcar" do seu colega de roupeta, o baiano Prudêncio do Amaral, informou o seguinte (págs. 199/200 das "Geórgicas brasileiras". ed. da Academia de Letras, 1941): o jesuíta português (falecido na cidade do Salvador, ao que se presume em 1817) José Rodrigues de Melo, referindo-se à **saccharum officinarum:** — "Tais canas foram trazidas da Ásia para a Sicília, desta para a ilha da Madeira, e, finalmente, para o Brasil, onde se desenvolvem ótimamente e são particularmente cultivadas".

Teria andado com mais acêrto o inaciano poeta, se houvesse afirmado que a cana-de-açúcar, trazida do Extremo-Oriente, pelos árabes, para a Síria, desta se passou para as ilhas de Creta, Chipre e Rodes, assim como para as férteis regiões do Delta, donde provàvelmente saiu para aclimar-se na Sicília e até na Calábria, como se pode ver pela erudita e exaustiva notícia, contida na primeira parte do capítulo intitulado "O consumo do açúcar nos séculos XIV e XV e suas fontes de abastecimento", págs. 381/397 do vol. I da "História do açúcar", de von Lippmann.

D. Henrique-o-Navegador não foi apenas o imortal pioneiro da gloriosa epopéia lusitana dos descobrimentos marítimos: tornou-se também um clarividente e benemérito cooperador da opulência econômica de sua pátria. Tanto assim que, descoberta em 1419 por seus nautas João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz a bela ilha matagosa, batizada, por isso, com o nome de Madeira, cogitou imediatamente de aproveitar-lhe a patente uberdade. Inteirado dos produtos agrícolas que enriqueciam e celebrizavam naquela época as ilhas do Mediterrâneo, não só introduziu na da Madeira uma das melhores qualidades de vinha então conhecidas, importada de Chipre, como também tratou de imediatamente transplantar para a primeira ubertosa conquista náutica de Portugal a **saccharum officinarum,** ao tempo uma das maiores divícias da Sicília, cogitando ainda de contratar técnicos para a nova indústria, que iria constituir uma considerável fonte de renda da terra de Afonso Henriques. O historiador João de Barros, na primeira das suas "Décadas", assim consigna o caso: — "E também para a ilha da Madeira mandou vir da Sicília canas de açúcar, que se nela plantaram, e mestres dêste lavor".

Se vários são os pontos da África ocidental portuguêsa, aos quais se atribui a aclimação da **saccharum officinarum** transplantada para a capitania de São-Vicente, dois deles são rigorosamente determinados por Gabriel Soares de Sousa, em seu "Tratado descritivo do Brasil em 1587", como procedência da gramínea de que resultaram os canaviais da capitania dos Ilhéus, donde se estenderam até à Bahia.

Eis o que a propósito disso tão curiosamente informa êle, no capítulo XXXIV do

---

meu artigo, que peço reler e verificar seu exato sentido. Rogo-lhe, por isso, confiante no critério intelectual de seus trabalhos que muito aprecio e aplaudo, queira, em artigo próximo, fazer as retificações cabíveis, uma vez que, na verdade, não fiz nem poderia fazer, afirmativa tão errada e tão absurda como a que me foi atribuída.

Aproveitando a oportunidade tenho o prazer de remeter-lhe um exemplar de pequeno trabalho meu, discurso de posse no Instituto Histórico de Alagoas, que espero possa merecer a sua valiosa atenção.

Na expectativa de um próximo conhecimento pessoal, o que muito me alegrará, reitero-lhe as expressões do meu aprêço e encareço suas desculpas pelo precioso tempo que roubei às suas atividades.

Cordialmente — Manuel Diégues Júnior".

seu precioso relatório do progresso econômico do Brasil no derradeiro quartel do século XVI : — "E comecemos nas canas de açúcar, cuja planta levaram à capitania dos Ilhéus das ilhas da Madeira e de Cabo-Verde, as quais recebeu esta terra em si, que as dá maiores e melhores que nas ilhas e partes donde vieram a ela, e que em nenhuma parte, que se saiba, se criam canas de açúcar, porque na ilha da Madeira, Cabo-Verde, São-Tomé, Trudente, Canárias, Valência e na Índia não se dão as canas, se se não regam os canaviais, como as hortas, e se lhes não estercam as terras, e na Bahia plantam-se pelos altos e pelos baixos, sem se estercar a terra, nem se regar; e como as canas são de seis meses, lògo acamam, e é forçoso cortá-las, para plantar em outra parte, porque se dão tão compridas, como lanças; e na terra baixa não se faz açúcar da primeira novidade que preste para nada, porque acamam as canas e estão tão viçosas, que não coalha o sumo delas, se as não misturam com canas velhas, e, como são de quinze meses, logo ficam novidade as canas de prantas; e as de soca, como são de ano, logo se cortam. Na ilha da Madeira e nas mais partes aonde se faz açúcar, cortam as canas de pranta de dous anos por diante e a soca de três anos, e ainda assim são canas mui curtas, onde a terra não dá mais de duas novidades. E na Bahia há muitos canaviais que há trinta anos que dão canas; e ordinàriamente as terras baixas nunca cansam, e as altas dão quatro ou cinco novidades e mais".

Do exposto se conclui que, tendo sido a ilha da Madeira o empório do açúcar, ao tempo em que se descobriu o Brasil, dela e dos arquipélagos dos Açores e de Cabo-Verde, pontos de habitual escalagem dos navios que, saídos dos portos lusos, demandavam as nossas plagas, foi que provàvelmente veiu para a Terra de Santa-Cruz a **saccharum officinarum.** Nada impede admitir-se que também da ilha de São-Tomé, donde recebemos uma das melhores variedades de musáceas, tenha ainda vindo a cana para o Brasil.

Em favor das três procedências acima citadas milita a maioria dos tratadistas antigos e modernos, que se preocuparam com semelhante assunto.

Quanto à data em que entrou a **saccharum officinarum** na colônia luso-americana, para dar origem aqui à opulenta indústria canavieira, — a qual haveria de desbancar, dentro em pouco tempo, a da ilha da Madeira, — reina ainda não menor incerteza que a dos pontos de procedência acima recenseados sumàriamente.

Carlos França, em seu erudito estudo sôbre "Os portuguêses do século XVI e a história natural do Brasil", inserto na "Revista de História" de Fidelino de Figueiredo (Lisboa, fascs. 57 a 59), referindo-se à cana-de-açúcar, chega a afirmar o seguinte : — "Para o Brasil deve ela ter sido levada com as primeiras expedições". Se isso houvesse acontecido, não só se poderia admitir como exata a informação de Antônio de Herrera (citada pelo sobredito cientista luso), de que "em 1518, já os portuguêses tinham muitos engenhos no Brasil", como até a narração de Pigafetta, que de 1519 a 1520 (fins de dezembro a começos de janeiro), esteve alguns dias na baía de Guanabara, como companheiro de Fernão de Magalhães, de que a armada do primeiro circunavegador do orbe terráqueo se abastecera de "canas doces" no Rio-de-Janeiro.

Se verdadeira tal notícia, a **saccharum officinarum** já havia dado entrada em nossas plagas, senão trazida pela única expedição oficial de 1501/1502 ou pelas dos arrematantes do "trato do Brasil", ao menos entre 1516 e 1518, por alguém encarregado de tal missão econômica, o que também já tem sido objeto de investigações históricas não despiciendas.

Há quem afirme tenha sido Pero Cápico, predecessor de Cristóvão Jacques na defesa do Brasil contra os entrelopos, quem introduziu em Pernambuco ou em Itamaracá a **saccharum officinarum**, antes de 1526, atribuindo-se-lhe, porisso, a fabricação do primeiro açúcar que se exportou do nosso país para Portugal. A isso é que se reporta o seguinte período que se lê à pág. 31 do vol. II da "História do açúcar" de von Lippmann : — "Em Pernambuco, como se afirma, um almirante português levantou um engenho, presumìvelmente antes de 1520, e o açúcar brasileiro, de que dão notícia os registros da alfândega lisboeta, em 1520 e 1526, pode ter vindo daì; contudo, há que investigar ainda sôbre essa questão".

Achando-se a colônia luso-americana numa vasta região intertrópica, favorável, portanto, à cultura da cana-de-açúcar, nada mais natural cogitasse desde logo o govêrno português de instalar aqui a lucrativa indús-

tria canavieira. Tanto isso é certo, que João Lúcio de Azevedo, em seu excelente volume "Épocas de Portugal econômico — Esboços de história", refere à pág. 247 : — "Em 1516, foi incumbida a Casa-da-Índia de procurar sujeito esperto no fabrico do açúcar, que quisesse ir montar um engenho no Brasil".

Cotejando-se essa asserção de João Lúcio de Azevedo com as informações dadas a respeito de Pero Cápico por Varnhagen, em sua "História geral do Brasil" (pág. 124 do vol. 1 da 3.ª ed. integral), nada impede acreditar-se tenha sido o sobredito capitão-mor, cujo regresso a Portugal foi objeto do alvará de 5 de julho de 1526, firmado por D. João III, o homem achado pela Casa-da-Índia para dar início aqui ao fabrico do açúcar, e, portanto, quem, como capitão-mor de uma das capitanias temporárias criadas naquela época, introduziu a **saccharum officinarum** em Pernambuco ou Itamaracá.

Havemos de voltar, em outro artigo, ao exame mais aprofundado dêste caso, que é sobremaneira interessante.

Aproveitemos, porém, o ensejo, para o exame do que se nos deparou, com relação à economia inicial do Brasil, num tratadista lusitano.

Pensávamos que o admirável heurista João Lúcio de Azevedo houvesse deixado dignos continuadores em Portugal. Até agora, entretanto, não vimos quem empunhasse, com a mesma capacidade de pesquisador e mesma probidade de expositor, o cetro que a morte lhe arrebatou das mãos, ao carregá-lo para o Eterno-Além.

Para haurir novas luzes sôbre o longo período em que a nossa terra esteve subordinada à sua metrópole ibérica, tivemos que adquirir e ler a ainda recente "História econômica de Portugal", em dois volumes, da lavra do Sr. Francisco Antônio Correia, personalidade de notória eminência, pois pertence a dois altos cenáculos culturais de sua pátria (Academia de Ciências de Lisboa e Instituto de Coimbra), é professor de um Instituto Superior de Comércio da capital lusitana e ainda chefe de serviço das alfândegas ulisiponenses.

Pouco, entretanto, nos adiantou o manuseio de sua grande obra.

Depois de ligeira referência (pág. 101 do vol. I) à "cana-de-açúcar, trazida da Sicília", assim relata como foi que se desenvolveu a **saccharum officinarum** na ilha da Madeira : — "O açúcar de cana era pouco usado no século XV. Na maior parte dos países da Europa empregava-se então o mel em vez do açúcar. Foi por êste motivo que a cultura da cana sacarina se generalizou na Madeira, quando as outras colônias portuguêsas lhe não podiam ainda fazer concorrência. O infante D. Henrique deu ao seu escudeiro Diogo Teyve, em 1452, o privilégio de construir um **engenho** de água para a extração do açúcar de todos os canaviais da ilha. Era o monopólio do fabrico, mas representava ainda esta concessão uma forma de fiscalizar o recebimento da **terça-parte** do açúcar produzido, que pertencia ao infante. A produção do açúcar foi aumentando e quando êste produto se fabricava já nas outras ilhas, embora o seu consumo se fôsse vulgarizando, o preço baixou de tal maneira, que D. Manuel se viu obrigado a limitar a produção, em 21 de agosto de 1498".

Desde a pág. 209 até a pág. 212 do citado vol. I, o sobredito tratadista conta resumidamente o como se estendeu a cultura da **saccharum officinarum** às outras ilhas e arquipélagos da costa ocidental da África. Narra êle : — "Nas ilhas dos Açores desenvolveu-se também ràpidamente a produção do açúcar, do trigo, do vinho, da batata-doce, do linho, das frutas e dos gados". Logo adiante : — "As ilhas de Cabo-Verde produziam grande abundância de açúcar, milho, feijão, algodão, frutas, âmbar, urzela, gados, peles, sal e esponjas". E, por fim, se refere às ilhas de São Tomé e do Príncipe, na primeira das quais "a produção do açúcar tomou desde o início um grande incremento. Em 1522 era de 5.852 arrobas e pelo meado do século XVI elevava-se a mais de 150.000 arrobas".

Às págs. 218/219, quando entra na parte atinente ao Brasil, nada, positivamente nada nos adianta o que diz êle sôbre a cana sacarina. E, um pouco mais além, à pág. 225, é simplesmente inverídica a informação que nos proporciona quanto ao comêço da nossa pecuária, porquanto afirma o seguinte : — "Os gados foram levados de Cabo-Verde para a Bahia e daí passaram para Pernambuco. Aclimataram-se admiràvelmente nestas duas capitanias e depois espalharam-se por outras regiões, mas foi sobretudo no sul que a sua criação mais se desenvolveu".

No entanto, é nessa fonte precária (e precária até pelo muito que deixa a desejar a sua linguagem, nem sempre obediente aos

cânones gramaticais) que se têm certamente dessedentado alguns dos nossos compendiógrafos.

A um parente e amigo dos irmãos Sousas, Tomé de Sousa, foi que confiou D. João III a missão de erguer, ao mesmo tempo, a primeira capital do Brasil, administrativamente unificado pelo ato régio de 17 de dezembro de 1548, e iniciar ou desenvolver a nossa atividade agro-pecuária.

E' de crer que, quando Tomé de Sousa tomou conta do Brasil, como representante de D. João III, já existia a cana-de-açúcar na capitania doada a Francisco Pereira Coutinho. Para esclarecer tal conjectura, basta que se leia a interessante nota de Capistrano de Abreu, à pág. 304 do vol. I (3.ª ed. integral) da "História geral do Brasil" do Visconde de Porto-Seguro. Conta o douto mestre que o primeiro donatário da Bahia doara em Pirajá uma sesmaria a João de Velosa, e que em tais terras "foi começada obra para um engenho, que depois se deixou danificar; em 1555, tinha apenas uma casa de taipa descoberta e roças de alguns mantimentos. À vista disto, El-Rei mandou a D. Duarte da Costa que a tomasse, para nela fazer um engenho por conta da fazenda". Mas, além dêsse engenho, que ficou inacabado, quando pertencente a João de Velosa, e, mais tarde, ao tempo de Mem de Sá, foi concluido à custa do erário régio, afim de servir aos plantadores de cana que não tinham onde moê-la, é fora de dúvida que, antes de ter sido morto pelos índios tupinambás, assistiu Francisco Pereira Coutinho, no período entre 1536 e 1545, ao levantamento, por "homens poderosos", de dois outros "engenhos de açúcar, que depois foram queimados pelo gentio" (informação constante à pág. 249 do vol. III da "História da colonização portuguêsa do Brasil").

Assim, tudo nos induz a acreditar, ao contrário da asserção de D. Regina Pirajá da Silva, que antes de 1549 já se cultivava na Bahia a **saccharum officinarum.** E tanto é isso admissível, que Tomé de Sousa, em sua carta ao rei, datada de 18 de julho de 1551 (Varnhagen, ob. cit. vol. I, pág. 305), falando do gado vacum que havia chegado de Cabo-Verde à cidade do Salvador em 1550, pela caravela "Galga", expõe a D. João III que a tinha mandado "tornar a carregar no Cabo-Verde do mesmo gado", a fim de voltar de novo à Bahia com aquilo que êle pitorescamente denominava "a maior nobreza e fartura que pode haver nestas partes", isto é, a criação de rebanhos bovinos. Se não existisse na Bahia a **saccharum officinarum**, está claro que o excelente administrador do Brasil de 1549 a 1553 tê-la-ia mandado trazer, conjuntamente com o gado vacum, do arquipélago de Cabo-Verde, onde ela medrava proveitosamente.

Não foi êle, entretanto, quem fez surgir na Bahia o primeiro engenho real, tarefa incumbida por D. João III a D. Duarte da Costa, que também não a levou a efeito, embora já se lhe deparasse a obra iniciada por João de Velosa, que, por volta de 1555, havia abandonado a sua sesmaria de Pirajá, constando que se encontrava então na ilha da Madeira. Quem a rematou foi Mem de Sá, pouco depois de haver assumido o governo-geral do Brasil. Êle próprio o declarou, em seu "instrumento" (veja-se Varnagen, ob. cit., vol. I, pág. 378), pela forma seguinte: — "Fiz o engenho que Sua Alteza mandou fazer para os moradores, porque dão quinhentas arrobas". Isso significa que a cultura da cana, feita por particulares que não dispunham de engenho, era tão avultada então, que, moída, chegava a produzir meia tonelada de açúcar.

Como se pode ver pelo testamento de Mem de Sá (págs. 445/451 do vol. I da cit. ob. de Varnhagen), o terceiro governador-geral do Brasil foi proprietário de dois engenhos em nossas plagas: um estava situado na capitânia dos Ilhéus, e era chamado a "Fazenda de Sant'Ana", com duas e meia léguas de terra, e onde trabalhavam mais escravos indígenas do que negros vindos da Guiné; e o outro, levantara-o êle em Sergipe, também com bastante terra para a plantação da cana e com suficientes braços de escravos vermelhos e negros para o fabrico do açúcar. Não foi pequena, como êle próprio confessa a quantidade do precioso produto que mandou vender em Portugal e até em Flandres.

O segundo dos referidos engenhos, dos quais foi dono o nosso terceiro governador-geral, passou a pertencer a uma sua filha, D. Filipa, que casou com D. Fernando de Noronha, Conde de Linhares. Capistrano de Abreu, de quem é essa informação (Varnhagen, ob. cit., vol. I, pág. 393), acrescenta o seguinte: — "De seu marido tomou o nome

# ALGUNS REFORMADORES DA ECONOMIA AÇUCAREIRA NO SECULO XIX

**José Honório Rodrigues**

Não seria estranho que outro nobre do Império figurasse ao lado do Marquês de Abrantes como um dos que exerceram na prática e na teoria a função rural de melhorar a produção açucareira do Brasil.

As classes dirigentes no Brasil foram quase sempre recrutadas entre os grandes proprietários rurais, senhores de engenho e fazendeiros de café, mais tarde.

João Mauricio Wanderley (1815/1889), desde quando exerceu a presidência da Província da Bahia (1852/1853), interessava-se pelos melhoramentos da fabricação do açúcar. (1) Solicitava em cartas ao Barão de Penedo, ministro do Brasil em Washington, livros e informações sôbre o açúcar. Desejava contratar em Havana operários especializados na construção de fornalhas e um mestre de açúcar.

Dizia Wanderley: "Os nossos lavradores não podem e não querem empregar novas máquinas e por isso procuro um meio mais fácil de melhorar o fabrico sem grandes dispêndios". Recorrera aos ensinamentos de Abrantes, o mestre acatado pelos que lhe conheciam a competência.

Entre as recomendações do Marquês de Abrantes ao Barão de Cotegipe, convém assinalar a de que não comprasse fiado, e a de ir "lentamente (quero dizer, sem comprar máquinas e aparelhos dispendiosos, empregando os meios já, mais ou menos, conhecidos, de poupar o excesso braçal); e tratando, mesmo à custa de mais avultado jornal, de chamar alguns proletários livres ao trabalho do interior dos engenhos e mesmo do campo".

(1) Wanderley Pinho, Cotegipe e seu tempo. 1815-1867. S. Paulo, Editora Nacional, 1937, Brasiliana, vol, 85, p. 689.

Em 1866 inaugura o novo engenho de Jacaracanga, aparelhado com máquinas no valor de mil libras esterlinas. (2) Foi Cotegipe um empreendedor cauteloso. Êle próprio informa que a tendência da indústria açucareira na província, em 1864, era para o regresso. Desejava um meio têrmo entre a perfeição e a velha rotina, estabelecendo o que pudesse ser imitado. (3).

A Bahia foi um dos principais centros das pesquisas e inovações que tanto revolucionaram a técnica da produção açucareira. Um ano depois da inauguração do novo engenho fazia o Barão de Cotegipe uma exposição ao Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. A "Descrição do aparêlho de fabricar açúcar" registada nesta bibliografia, é a exposição lida naquele Instituto. Na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional publicou os "Melhoramentos" que aqui também registramos.

A experiência tentada pelo Barão de Cotegipe não surtira o efeito esperado. A Província da Bahia não foi feliz nessas inovações. As fábricas centrais, que foram instaladas não corresponderam à expectativa, quase sempre por falta de direção conveniente. O engenho central fundado por Cotegipe, representando um capital valioso, era considerado em 1893 como completamente perdido. (4).

O Barão de Cotegipe não se limitou, nas suas atividades em prol da indústria açuca-

(2) Wanderley Pinho, ob. cit., p. 691.
(3) ibid., p. 692.
(4) Francisco Vicente Vianna e José Carlos Ferreira: Memoria sobre o Estado da Bahia. Bahia, Typ. e Encadernação do Diario da Bahia, 1893.

---

de **Sergipe-do-Conde** o engenho de Mem de Sá, que depois veio a pertencer aos jesuitas".

Quanto, porém, ao início da nossa pecuária, é fora de dúvida que êle ocorreu na capitania de São-Vicente, em 1534, que foi quando para ali mandou D. Ana Pimentel, mulher de Martim Afonso de Sousa, as primeiras reses, vindas do arquipélago de Cabo-Verde para as plagas brasileiras.

E' pena que ignore tal fato o autor da "História econômica de Portugal".

reira, a renovar os processos de fabricação, arriscando-se em emprêsas audaciosas. Na vida política deve-se à sua sabedoria e competência, ao seu desejo de incentivar a melhoria da indústria açucareira, o decreto número 2.687, de 6 de novembro de 1875, pelo qual autorizava-se o govêrno a garantir juros de 7% ao ano até o capital de trinta mil contos de réis às Companhias que se propusessem a estabelecer engenhos-centrais para fabricar açúcar de cana, mediante o emprêgo de aparelhos e processos modernos os mais aperfeiçoados. (5).

Como Ministro da Fazenda, o Barão de Cotegipe assinava êsse decreto que marca o primeiro ato promulgado pelo Govêrno em favor da industrialização do açúcar.

O Conselheiro José Antônio de Saraiva, chefe do Partido Liberal, foi também, senhor de engenho e empreendedor conhecido. O Engenho Central de Pojuca, na Província da Bahia, Município de Alagoinha, era de sistema aperfeiçoado e por seus açúcares cristalinos mereceu, na primeira exposição brasileira de açúcares, realizada em 1889, medalha de prata. (6).

Senhores de engenho foram ainda Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda, e João Lins Vieira Cansanção Sinimbu, Visconde de Sinimbu. A lista seria enorme.

A todos estava patente a desordem geral dos engenhos e a necessidade de uma reforma ampla. Manuel Jacinto informa que não só os nacionais procuravam inventar novos sistemas de moendas e fornalhas; estrangeiros colaboravam também nas experiências da produção.

Entre êstes últimos merece destaque especial a valiosa contribuição de Nicolas Dreys (1781/1843). Sua obra (7) denuncia a "rotina, cega e teimosa, que rejeita desdenhosamente e sem exame, os benefícios do século, por isso ùnicamente que são do século". Escrevendo vinte e seis anos depois de Miguel Calmon, mostra como as revelações de ambos não foram aproveitadas, pois a "rotina não se afastou nem dos prejuízos presentes tècnicamente demonstrados, nem do caminho para o futuro deplorável que aguardava a produção do país".

A verdade é que o espírito renovador se apossara apenas de alguns homens mais inteligentes. A impermeabilidade do meio rural brasileiro às inovações estranhas ainda não fôra vencida. O mais grave é que agora, com a aplicação da química ao açúcar, a rotina não era mais universal. Nicolas Dreys propunha em face das dificuldades que entorpeciam a produção do açúcar variados melhoramentos. Deviam-se substituir os cilindros verticais por horizontais, suprimir a cal ou qualquer ácido, mudar a disposição das caldeiras, etc. Desejava combinar os melhoramentos com os meios existentes, não propondo novidades impraticáveis no Brasil. A obra de Nicolas Dreys é de grande e valiosa significação.

L. F. Tollenare, negociante francês, parece ter sido um dos mais argutos observadores da vida rural e do sistema agrícola brasileiros. Ao lado dos dados estatísticos e das informações sôbre a vida e os hábitos dos trabalhadores escravos, alinha considerações sôbre os lavradores e sôbre os processos de rendimento da terra.

Reparou na indolência de espírito que afastava os brasileiros de tôda a investigação que não tivesse por fim um interêsse pecuniário imediato. Das suas conversações com os senhores de engenho concluiu que os mais simples elementos da agricultura eram conhecimentos tão sublimes que se achavam reservados a um pequeno número de cabeças privilegiadas.

Havia poucos que se dedicavam à parte teórica da agricultura e a alguns ensaios de melhoramento nos processos da cultura e da fabricação Conheceu-os pelos sarcasmos de que eram objeto. Como os da Bahia, os senhores de engenho mais inteligentes de Pernambuco estavam sujeitos à mofa pública.

A inteligência de Tollenare focaliza, mais que qualquer outro observador dessa época, problemas de grande interêsse. Impressionado com o latifúndio açucareiro, procurou fixar dados valiosos sôbre a extensão das propriedades territoriais. Êle próprio nos informa: "pode-se já fazer uma idéia da cultura do país pelo que acabo de dizer de Sal-

(5) Coleção das Leis do Imperio do Brasil de 1875. Tomo XXIV, partes I e II, vol. I. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1876, p. 187, art. 2.º.

(6) Henry Raffard, Relatorio do Jury da Secção de assucares da Primeira exposição brasileira de assucares e vinhos organizada pelo Centro da Industria e Commercio de Assucar. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890.

(7) Memoria sobre o estado actual da fabricação do açucar no Brasil e os melhoramentos a introduzir. Rio, 1842. Reimpressa no Brasil Açucareiro. Abril 1942, p. 19-41.

gado, onde de 7.000 geiras só 300 são cultivadas. A propriedade de Sibiró, a mais remota por mim visitada, tem mais de 10.000 geiras, das quais apenas 180 são aproveitadas para o plantio. Há pouco risco de engano calculando que, num raio de 20 léguas em volta da terceira cidade do Brasil a proporção das terras baldias para os terrenos cultivados é de 30 ou 25 para um". (8).

Testemunhou excessos e abusos dos grandes senhores de terras. Viu, por exemplo, um rico senhor de engenho expulsar de sua propriedade todos os lavradores e moradores que os seus predecessores, menos abastados, haviam consentido que ali se abastecessem. O número de exilados elevou-se a quase seiscentos indivíduos, tendo a propriedade duas léguas quadradas de superfície. (9).

Estudando a população de Pernambuco, divide-a, do ponto de vista social, em três classes: a dos senhores de engenho, a dos lavradores e a dos moradores. Os primeiros, os únicos proprietários da terra; os segundos, plantadores de cana sem engenhos e sem terras. Esta classe, digna pelo trabalho e pouco protegida pela lei, mereceu de Tollenare a maior simpatia. Seguiam-se os moradores, paupérrimos e pouco trabalhadores.

Tollenare, depois de estudar a composição social de Pernambuco, considera necessária uma reforma agrária que distribuísse terras aos lavradores. Para a classe livre dos moradores, em geral ociosa, vivendo da pouca mandioca que planta, acha mais indicado "refundi-la moralmente, antes de distribuir terras". (10).

Muitas vêzes apareciam no Brasil prometendo "mundos e fundos" alguns estrangeiros pouco escrupulosos, interessados em aventuras fáceis. Em 23 de outubro de 1854, o Dr. Lacaille, dizendo-se conhecedor dos modernos engenhos de Bourbon, Maurícia e Java, propunha a D. Pedro II estabelecer no Rio de Janeiro, a seis ou oito léguas da cidade, um engenho modêlo, constituído à maneira dos de Bourbon. Pleiteava, a título de adiantamento, a quantia de cinqüenta contos de réis, obrigando-se a pôr à disposição dos fazendeiros os processos empregados, e a apresentar no fim de quinze meses a fábrica em pleno funcionamento. Na carta em que se propõe concorrer para a melhoria da plantação e dos processos de fabricação não esclarece qual o novo sistema que pretendia adotar. (11) Também parece que não recebeu sua proposta a acolhida que esperava.

(8) L. F. Tollenare, Notas dominicaes, p. 406.
(9) ibid., p. 414.
(10) ibid., p. 406, 413, 415, 416.

(11) Cartas dirigidas a D. Pedro II pelo dr. Dacaille sobre a industria assucareira no Brasil. Manuscrito do Arquivo do Instituto Historico e Geográfico Brasileiro, Lata 355, Mss. 17.358.

## NOVA BIBLIOGRÁFIA SÔBRE O AÇÚCAR NO SÉCULO XIX

### III


58) Grafting of the sugar cane. Report of a commission appointed by the Imperial Agricultural Institute of Rio de Janeiro. Translated from the Original Portuguese by Charles Nathan. New Orleans, Picayune Office Job Print, 1877. 10 p.

59) SILVA, João José Carneiro da — Estudos econômicos. Rio de Janeiro. Typ. de Pereira Braga & Cia., 1878. XII, 146 p.

60) Relatório da Companhia Engenho Central de Quissaman. Apresentado à Assembléia Geral dos Srs. Accionistas em 15 de julho de 1879. Rio de Janeiro, Typografia Perseverança, 1879.

61) Prospecto. Organização de uma companhia para o fim de um engenho Central no Municipio de Paranaguá da Provincia do Paraná e o Contracto de 19 de julho de 1879 entre o Governo Imperial e o engenheiro Diogo R. de Vasconcellos. Rio de Janeiro, Typ. do Cruzeiro, 1879. 32 p.

62) Apontamentos historicos, geographicos, biographicos, estatisticos e noticiosos da Provincia de São Paulo. Seguidos da Chronologia dos acontecimentos mais notaveis desde a fundação da Capitania de S. Vicente até o anno de 1876. Colligidos por Manoel Eufrazio de Azevedo Marques e publicados pelo Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro, Typ. Universal, de Eduardo & Henrique Laemmert, 1879. XIV, 222 p.

63) MENDONÇA, Salvador de — Trabalhadores asiaticos... New York, Typographia do "Novo Mundo", 1879. XII, 278 p.

64) CAMINHOÁ, Luis Monteiro — Relatorio apresentado ao Governador Imperial. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1880. v. 124 p.

65) SILVA, João José Carneiro da — Noticia descriptiva do Municipio de Macahé. Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1881. 64 p.

66) Confederação Argentina e Brazil. Colonisações, industria pastoril, agricultura e engenhos centraes, por occasião da Exposição Continental de Buenos Ayres. Santos Barreto. Rio de Janeiro, 1882.

67) Bahia Central Sugar Factories Company Limited. s. f. de rosto. Rio de Janeiro, 1884.

68) CAMINHOÁ, Luis Monteiro — Relatorio publicado por ordem do Exmo. Conselheiro João Ferreira de Moura. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1885. 115 p. (Sobre os engenhos centrais e suas condições).

69) Relatorio da Segunda Exposição do Assucar e Algodão do Maranhão. Inaugurada em 22 de fevereiro de 1885. Maranhão, Typ. do Paiz, s. d. 62 p.

70) BRAGA, Arlindo e AZEVEDO, Francisco de Paula Vicente — Relatorio apresentado aos accionistas da Companhia Engenho Central de Lorena na sessão ordinaria de 1886. S. Paulo, Typographia King, 1886. 30 p.

71) Companhia de engenhos centraes nas Provincias da Parahyba e Sergipe. Rio de Janeiro, Typ. Perseverança, 1887. 7 p.

72) Crise do assucar. Representação e Memorial apresentado ao Corpo Legislativo da Nação Brasileira pelo Centro da Industria e Commercio do Assucar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1887. 43 p.

73) CLAUDIO, Eduardo — Diffusão ou repressão? Estudos sobre o processo de repressão com emprego de moendas hidraulicas e injecção de vapor humido. Macahé, Typ. do Seculo, 1889. 8 p.

74) Rio de Janeiro, Exposição de assucar 1888/1889. Secção extrangeira. Relatorio da diretoria, documentos remettidos pelo corpo diplomatico consular do imperio no extrangeiro, catalogo... Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889.

75) Exposição com que o Dr. Prudente José de Moraes Barros passou a administração do Estado de São Paulo ao Dr. Jorge Tibiriçá, no dia 18 de outubro de 1890. s. f. de rosto. 257 p.

76) DRAENERT, Frederico Mauricio — Industria sacharina. Parecer sobre o relatorio do engenheiro fiscal dos engenhos centrais, do 3.º distrito. in Auxiliador da Industria Nacional, n. 3, março de 1892, p. 54/57.

77) VEIGA FILHO, João Pedro da — Estudo economico e financeiro sobre o Estado de S. Paulo. S. Paulo, Typ. do "Diario Official", 1896. 137 p.

78) PINTO, Alfredo Moreira — Campinas. Impressões de Viagem. Rio de Janeiro, Comp. Typ. do Brazil, 1898.

79) VIEIRA, Firmino Rodrigues — Estudos sobre fabricas centraes nas Provincias do Norte especialmente em Sergipe. Typ do Jornal do Aracajú, s. d. 26 p.

80) PINHO, Wanderley — Cotegipe e seu tempo. Primeira phase 1815/1867. São Paulo, Cia. Edit. Nac., 1937.

81) VIEIRA FERREIRA — Legislação portuguesa relativa ao Brasil. Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras., t. 106, v. 159, p. 201/229.

82) TAUNAY, Affonso d'E. — Subsidios para a historia do trafico africano no Brasil. Anais do Museu Paulista, t. X, 305 p.

83) SAINT HILAIRE, Auguste — Viagem à Provincia de São Paulo e Resumo das viagens ao Brasil, Provincia Cisplatina e Missões do Paraguai. Trad. e prefacio de Rubens Borba de Moraes. São Paulo, Liv. Martins, s. d.

84) TOLLENARE, L. F. — Notas dominicaes tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818. Parte relativa a Pernambuco. Traduzida do manuscripto francez inedito por Alfredo de Carvalho. Com 1 prefacio de M. de Oliveira Lima. Separata da Rev. do Inst. Arch. e Geog. Pern., v. XI, ns. 61 e 62, p. 341/558.

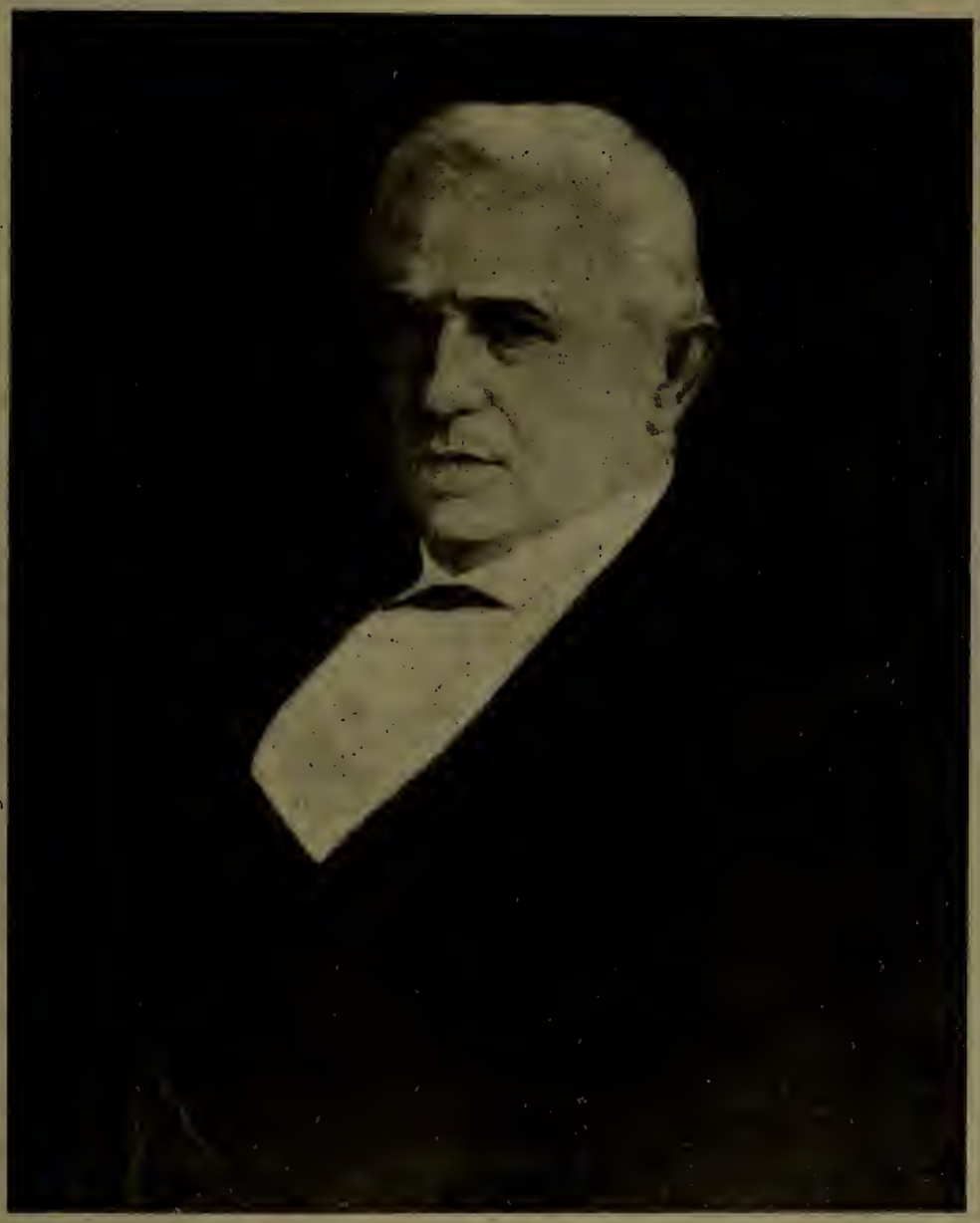
# OS FAZENDEIROS DE CAMPOS, NO SÉCULO PASSADO

**Alberto Lamego**

## XV
## FRANCISCO FERREIRA SATURNINO BRAGA

Fazendeiro, industrial, vanguardeiro dos grandes empreendimentos em prol da terra que escolheu para centro das suas atividades, o seu nome é sempre lembrado com saudade pelos campistas.

Desgalhada a frondosa árvore transportada do Reino para a **Fazenda Velha**, nela brotaram novos rebentos que deram origem a notáveis famílias da terra goitacá: os Teixeiras de Melo, Saturninos Braga, Saturninos Brito, Margarinos Tôrres, Póvoas de Brito, Póvoas Ferreira, Manhães Barreto, Gesteiras Passos, Arantes, Tomás Pinheiros e outras.



**Saturnino Braga**

Médicos, advogados, engenheiros, magistrados, fazendeiros, comerciantes e representantes de outras classes que deixaram nos nossos fastos a suave recordação de seus feitos e ainda hoje alguns dos seus descendentes caminham pela mesma estrada do dever e da honra por êle palmilhada.

Bem expressivas são as palavras gravadas na sua lousa mortuária no cemitério de São Francisco, em Campos:

"Quem aqui jaz, deu belo exemplo ao mundo de portentosa fôrça de vontade. Seu nome imaculado é nosso orgulho. Simboliza o trabalho e probidade. Que falta nos faz e que saudade!"

Saturnino Braga veio para o Brasil com 11 anos de idade e fixou residência em Campos, onde residia o seu amigo Antônio Francisco Tôrres Junior.

Trabalhador incansável, o que foi deve-o, exclusivamente, aos seus esforços. Tomou parte em tôdas as emprêsas que surgiram nessa cidade, como a do Gás, das Estradas de Ferro de Macaé, de Carangola, de São Sebastião, montagem de usinas e, finalmen-

te, da criação da fábrica de tecidos, que ainda existe.

Esta que teve o nome de **Industrial Campista**, foi inaugurada em 12 de março de 1885, pouco depois de iniciado o funcionamento da Usina Braga (Fazenda Velha).

Teve como auxiliares na fábrica seu irmão Joaquim Ferreira Saturnino Braga e seu genro Matias José de Freitas Arantes.

A área do edifício fabril compreendia 1.568 metros quadrados e possuía nove cardas, 594 fusos de maçaroqueira, 2.248 fusos, 50 teares e todos os aparelhos de fiação, tecelagem e tinturaria. Tôdas as máquinas eram de procedência inglêsa, movidas por um motor Compound, de fôrça de 160 cavalos nomonais, duas caldeiras Cornish, de 80 cavalos cada uma e um economizador Green.

A tôrre tinha a altura de 25 metros e o boeiro da base, 1 metro e 50 centímetros.

Em 1908, foi convertida em sociedade anônima e atualmente transformada em uma grande fábrica, com 15.756 fusos, 500 teares, e dotada de máquinas de estampar a côres, de confecionar e marcar sacos de açúcar para as usinas.

Nela trabalham 1.100 operários, todos sindicalizados. Para gôzo dêles e de suas famílias, dispõe a fábrica de vilas operárias, salões sociais, amplos refeitórios, escola, ambulatório, creche modêlo, gabinete médico e dentário e clubes esportivos.

*
* *

Em 1884 Saturnino Braga transformou o antigo engenho da **Fazenda Velha** em usina ou Engenho Central, como então se denominava, adquirindo maquinismos inglêses que foram assentados por Thomson, Black & Cia.

Tinha capacidade para moer em 12 horas 75.000 quilos de canas, que produziam, mais ou menos, 4.500 de açúcar sêco.

As moendas eram de 3 cilindros com máquina de 20 cavalos, 3 defecadores a duplo fundo, 4 turbinas, bomba monta-caldo, condutores de cana e de bagaço, bateria evaporadora de Gimart, tanques diversos para depósito de mel, xarope e cristalização; finalmente, uma caldeira de Root, auxiliada por outra do sistema multibular, para ministrar vapor a tôdas as máquinas.

Depois do falecimento de Saturnino Braga, o Engenho Central, passou a seus herdeiros e posteriormente a novos donos, sendo afinal demolido.

Existem ainda, entregues à voragem do tempo, a Casa-Grande e a Capela.

A **Fazenda Velha** foi o berço de campistas ilustres. Ali nasceu, em 14 de julho de 1864, o grande engenheiro Dr. Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, que faleceu em Pelotas aos 10 de março de 1929.

*
* *

Francisco Ferreira Saturnino Braga era gênito de Antônio Ferreira Sadorninho e de Rita Maria Sadorninho e nascera na freguesia de Santa Ana do Vimieiro, Arcebispado de Braga, em Portugal aos 18 de fevereiro de 1810.

Em 15 de outubro de 1842 esposou Dona Maria Isabel Marques Braga, filha de Manuel Marques Simões e de D. Francisca Maria do Amaral. Ela nascera em 5 de maio de 1826 e falecera em 10 de março de 1888. Seu marido morreu em 21 de outubro de 1889. O casal teve os seguintes filhos:

Isabel, que casou com o Dr. José Alexandre Teixeira de Melo; Mariana, com Francisco Pinto Rodrigues de Brito; Francisco, com Amélia Torres; Francisca, com Matias José de Freitas Arantes; Antônio, com Antônia Eugênia Margarino Tôrres; Maria, solteira; Rosa, solteira; Manuel, solteiro; Joaquim, solteiro; Branca, casada com o Dr. Manuel Joaquim da Silva Pinto, que levantou a usina de São João da Floresta, hoje demolida; e Ernestina, que esposou o Dr. Olímpio Joaquim da Silva Pinto, que foi proprietário da usina do Taí.

O casal teve ainda dois outros filhos que morreram infantes.

Francisco e Francisca não tiveram descendentes. O primeiro, que tinha um engenho movido a vapor em sua **Fazenda de Santa Ana**, o substituiu por uma usina que tem o mesmo nome. Depois de seu falecimento, passou a outros donos, sendo o último adquirente o Sr. Manuel Ferreira Machado, que o converteu em sociedade anônima. Está situado no 14.º Distrito de Campos, sendo o limite da sua produção, autorizado pelo I.A.A., 42.966 sacos de açúcar, mas na safra de 1944, que foi livre, passaram pelas turbinas, 48.451.

# O AÇÚCAR NO POVOAMENTO DE ALAGOAS

**Manuel Diégues Júnior**

I

## A SESMARIA DE DIOGO SOARES. ORIGENS DE SANTA MARIA MADALENA. OS ENGENHOS DE GABRIEL SOARES NA LAGOA DO SUL

A Diogo Soares da Cunha concedeu o donatário da Capitania de Pernambuco os terrenos, onde mais tarde se levantou a vila da Madalena, depois Alagoa do Sul, Alagoas, e hoje Marechal Deodoro. Diogo Soares permaneceu em Lisboa, e fêz seu procurador a Henrique de Carvalho que se tornou sogro de seu filho Gabriel Soares. Em fins do século XVI já Alagoas era povoada. Não havia, é certo, povoamento regular; tratava-se, possìvelmente, de alguns dos moradores deixados por Duarte Coelho.

Assinala Jaboatão, no seu "Novo Orbe Seráfico", que a 5 de agosto de 1591 fôra feita doação a Diogo Soares, a quem, aliás, chama Diogo de Melo e Castro, o que deve ser lapso; essa doação abrangia uma data de cinco léguas de terras ao longo da costa e sete para o sertão. O ponto de referência era a bôca da lagoa Manguaba, daí três léguas da costa para o sul, e duas léguas para o norte. Diogo Soares pedira estas terras para nelas criar vila, adiantando logo que o seu nome seria Madalena.

Afirma Dias Cabral (1) que Diogo Soares sòmente chegou à capitania em 1614; encontrou suas fazendas devastadas, acrescenta o autor, e então tomou medidas para regularizar o povoamento do núcleo que lhe coube.

Entretanto, o nome de Diogo Soares aparece nas últimas décadas do século XVI no sul do território pernambucano, como tendo, juntamente com seu irmão Fernão Soares erigido o engenho "Suassuna", em Jaboatão; é o que informa Pereira da Costa (2). Não se pode afirmar, com inteira segurança, tratar-se do mesmo Diogo Soares, senhor da Madalena; não encontramos, a seu respeito, maiores elementos para uma identificação completa senão os que passamos a apreciar.

Entre os denunciados em Pernambuco ao Santo Ofício, quando de sua visita àquela Capitania nos anos de 1593/95, figuram os dois irmãos Fernão e Diogo Soares. Na denúncia de Agostinho de Seixas, Diogo aparece como solteiro e morador no Recife; em outro depoimento, de André Pedro, os dois irmãos são referidos como "cristãos novos mercadores" (3). Entretanto, sabe-se que Fernão era senhor de dois engenhos: o "Novo", segundo depõe Agostinho de Seixas, e o "Velho", êste na freguesia de Santo Amaro, como consta da denúncia de Gaspar Rodrigues.

Conforme as informações de Borges da Fonseca, nem sempre muito aceitáveis, sabe-se que os Soares eram de nobilíssima família de Viana; Diogo e Fernão vieram a Pernambuco juntamente com seus primos André e Diogo Soares. Fernão casou com Catarina de Albuquerque, como se lê nas "Denunciações", e dêle houve descendência, informada por Borges da Fonseca.

Houve, assim, de comêço, dois Diogo Soares. E' de presumir que o pai de Gabriel Soares tenha sido o Diogo Soares, primo de Fernão e Diogo, o que se pode deduzir em face da referência de que Diogo, irmão de Fernão, casou com Isabel de Albuquerque, e dêsse consórcio nasceram dois filhos: Fernão Soares da Cunha, que em 1667 era capitão-mor da Muribeca e Santo Amaro de Jaboatão e senhor de engenho, e D. Beatriz, que professou em Portugal.

Êste último Fernão é a pessoa a quem Gabriel Soares se refere como testamenteiro e herdeiro de seu primo Diogo Soares. O que não resta dúvida é que os Soares da Cunha, senhores de engenho em Pernambuco, são parentes de Gabriel Soares.

---

(1) "Vestígios de uma antiga família estabelecida no território de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul", in **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano,** vol. II, n. 11.

(2) "Anais Pernambucanos", in **Revista de História de Pernambuco,** n. 8, março de 1928.

(3) **Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil.** Denunciações de Pernambuco (1593-1595), ed. Paulo Prado, São Paulo, 1929.

Esta afirmativa baseia-se no fato de aparecerem, segundo o "Breve Discurso", um André Soares como proprietário de engenhos em Jaboatão, Muribeca e São Lourenço, sendo os dois primeiros o "Gorgaú" e o "Penamduba", os quais figuram no testamento de Gabriel Soares como tendo sido vendidos por êste a Diogo Soares da Cunha o primeiro, e ao mesmo André Soares o segundo; ambos os compradores são primos de Gabriel Soares, como se evidencia das referências por êle feitas no citado testamento.

O papel que coube a Diogo Soares na região da Madalena, foi, em parte, o mesmo que a Cristóvão Lins coube no norte, isto é, o de repartir as terras, fundar engenhos de açúcar, levantar vilas, etc. E' o que se deduz de uma concessão de terra, feita em 1611, a Manuel Antônio Duro. Na escritura, Henrique de Carvalho, na qualidade de procurador de Diogo Soares, diz que êste "lhe dava poder para repartir algumas terras pelos moradores" e adiante registra que a concessão é feita para que o doado faça "uma casa de sobrado coberta de telha na dita povoação do dito Diogo Soares e seu filho, sita em Subauma e isto dentro de um anno".

A esta altura cabe incluir alguns esclarecimentos que retificam afirmações do historiador Almeida Prado. Referindo-se ao povoamento do Sul de Pernambuco, afirma (4) que Madalena é hoje Maceió; a velha Madalena, também conhecida como Nossa Senhora da Conceição, situava-se na atual cidade de Marechal Deodoro, antiga Capital. Maceió foi povoado muito posterior, e sòmente passou a Capital em 1839. No local da atual Capital existiu um engenho de açúcar, a respeito do qual, embora ainda não concluídas tôdas as investigações, já possuímos alguns elementos informativos.

Diz, seguidamente, o historiador, ainda num lapso de interpretação, que do casal Gabriel Soares — Florência de Andrade houve três filhos; os nomes indicados, entretanto, são de cunhados de Gabriel, isto é, irmãos de Florência, como se deduz da própria citação de Dias Cabral e ainda das referências feitas no testamento do Alcaide-Mor da Madalena. Por êste documento verifica-se que Gabriel Soares deixou apenas um filho: Diogo Soares, mesmo nome do avô, o qual veio a casar-se mais tarde com Elena da Cunha. O nome desta aparece em sesmarias concedidas aos vencedores dos Palmares na vizinhança das suas terras.

Embora não caiba no assunto dêste artigo, permitimo-nos ainda esclarecer que a "vila fundada por André da Rocha Dantas, sob a invocação de São Francisco" não recebeu o nome de Penedo no fim do século XVII. Nos primórdios dêste século, Penedo já era conhecido; no "Livro da Razão do Estado do Brasil" já é indicado o local de "Penedo de São Pedro". A vila ou povoado fundado foi Piassabussu, onde Rocha Dantas erigiu uma capela, como antes Almeida Prado informa. Êste Rocha Dantas era da família dos Rochas oriundos de Viana, e que vieram a Pernambuco no comêço da colonização, ocupando terras na região sul do feudo duartino. Foram senhores de grandes sesmarias na margem são-franciscana de Pernambuco, hoje de Alagoas, vindo suas terras até as vizinhanças do rio São Miguel.

Uma referência de Melo Morais (5) nos faz crer que anteriormente a Diogo Soares existissem outros moradores na Madalena, entre êles os irmãos Barbosa Correia de Araujo — Manuel, Francisco e Baltazar. Segundo a tradição entre seus antepassados, êsses irmãos fundaram os engenhos "Terra Nova" e "Mija Velha", ambos situados em terras hoje do Municipio de Manguaba, antigo Pilar; o "Mija Velha" é o atualmente "Flor do Paraíba". Em 1825 o então proprietário do "Terra Nova", Antônio Cavalcanti Correia comprava o "Mija Velha" a Ana Casado de Lima, que o havia adquirido por compra ao capitão Gregório Correia da Mota (6).

Não há tradição de engenhos que tenham sido criados ou fundados nas Alagoas por Diogo Soares. Há, porém, quanto ao seu sucessor e filho Gabriel Soares, também Alcaide-Mor da Vila. E' tradição que Gabriel Soares fundou os engenhos "Velho" e "Novo", considerando-se estas as primeiras fábricas de açúcar aparecidas nas terras do litoral-centro do território alagoano, apenas precedidas, em antiguidade, pelos engenhos de Cristóvão Lins na região portocalvense.

---

(4) **Pernambuco e as capitanias do norte do Brasil** (1530-1630) — 2.º tomo, Cia. Editora Nacional. São Paulo, 1941.

(5) **Brasil Histórico**, série 1.ª, n. 16. de 24 de abril de 1865.

(6) MS da coleção Bonifácio Silveira, publicado na seção "Patrimônio Histórico", da **Gazeta de Alagoas**, de Maceió.

Tradição essa que encontra fundamentos nos documentos contemporâneos, inclusive o próprio testamento de Gabriel Soares.

Dos engenhos a que se refere Gabriel Soares, em seu testamento, sòmente dois se localizaram em território alagoano. Foram êles o "Velho" e o "Novo". O "Velho" êle o vendeu a Domingos Rodrigues de Araujo ou de Azevedo; no "Novo" êle residia quando morreu. E' o que veremos mais adiante.

O "Velho" atualmente já não existe, nem poderia existir; transformou-se, evoluiu e é hoje cidade: a cidade de Manguaba, antiga Pilar. Uma carta do Dr. Manuel Veríssimo da Costa Pereira dirigida a Dias Cabral (7) e conservada no arquivo do Instituto Histórico de Alagoas esclarece que o engenho "Velho" fôra edificado sôbre a fralda de um monte chamado Urubu, em lugar ocupado presentemente por uma rua da cidade, denominada Engenho Velho. Adianta o missivista: "Ainda existem alicerces de pedra e tijollos em diversos lugares contiguos ao dito eng.º dando a entender que houvera um povoado; havia tambem uma Capella; tudo desappareceu, e de Eng.º Velho só resta o nome, o qual ainda conserva uma rua desta Cid.e que margina o lago".

Nas terras do engenho "Velho" novos engenhos foram criados, segundo registra Craveiro Costa; subdividindo a primitiva sesmaria aparecem os engenhos "Pilarzinho", "Pilar", "Grajaú de Baixo", "Grajaú de Cima", "Lamarão" (8).

Na lista dos portugueses que residiam nas Alagoas em 1643, acompanhando o substancioso relatório de Walbeek e Moucheron (9), vê-se que Gabriel Soares era senhor do engenho "Salgado" ou "Novo"; assim poderemos considerar ainda existente em nossos dias aquela fábrica de açúcar do antigo Alcaide-Mor da Madalena, pois perdura no Pilar o engenho "Novo".

E' certo que Borges da Fonseca (10) registra um Francisco de Barros Pimentel, filho de José de Barros Pimentel, capitão-mor de Pôrto Calvo, como senhor do engenho "Novo" das Alagoas e coronel das ordenanças da mesma vila. Teria Barros Pimentel comprado o engenho aos herdeiros de Gabriel Soares? Ou teria havido dois engenhos "Novo" — um nas Alagoas, hoje Marechal Deodoro, e outro, o ainda existente, no Pilar? Considero mais provável a primeira hipótese.

E considero-a porque, em uma escritura de 1814, D. Maria José Acioli doava a João Cesar Bezerra Camelo o quinhão que possuía no Engenho "Novo", denominado Nossa Senhora do Rosário. Acrescentava que havia recebido o engenho por herança de seu avô, Coronel Francisco de Barros Pimentel e sua mulher, D. Antonia Maria de Moura (11) Tanto o nome do engenho ("Novo") como a invocação religiosa (Nossa Senhora do Rosário) coincidem com o engenho de Gabriel Soares, o que permite aceitar seja um mesmo e único.

Afigura-se-nos assim ser êste engenho o mesmo que Gabriel Soares cita no seu testamento sem dizer nem a quem o deixa, nem qual o nome. Apenas refere no comêço do documento que "estando já feita a capella no Engenho que ora faço e onde moro, sob a invocação de Nossa Senhora do Rosario". Quando fêz o testamento Gabriel Soares estava edificando um engenho; a casa grande já estava pronta, nela morava; construía no momento a capela, e nela queria sepultar-se se ficasse pronta antes de sua morte; assim não sucedendo recomendava fôsse enterrado na Igreja Matriz da vila.

Pode-se também admitir que o engenho por êle referido como estivesse fazendo, fosse o mesmo "Novo" já existente em 1638, com a invocação de Nossa Senhora do Rosário. A invocação religiosa é a mesma, e não conhecemos outro engenho no Pilar tendo a mesma Santa como padroeira. E' aceitável assim uma dessas hipóteses: ou Gabriel Soares estava, quando redigiu o testamento, remodelando o primitivo engenho, ou estava ampliando-o e concluindo-o, o que não é difícil, considerando-se, sobretudo, os prejuízos — incêndios, destruições, etc. — trazidos pela invasão holandesa.

Gabriel Soares deve ter morrido entre 10 e 23 de abril de 1660; seu testamento é datado de 1.º de julho de 1658, e nele se encon-

(7) Documento n. 1229 no arquivo do Instituto Histórico de Alagoas.

(8) "O Município do Pilar", in **Revista do Ensino**, de Maceió.

(9) "Relatório sôbre o Estado de Alagoas em outubro de 1643", in **Revista do Instituto Arqueológico de Pernambuco**, n.º 33.

(10) "Nobiliarquia Pernambuoana" in Anais da Biblioteca Nacional, vol. XVII, Rio, 1935.

(11) MS da coleção Bonifácio Silveira, publicado na seção "Patrimônio Histórico" da **Gazeta de Alagoas**, de Maceió.

# O AÇÚCAR ATRAVÉS DO PERIÓDICO "O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL"

Jerônimo de Viveiros

XVII

Das zonas açucareiras do Brasil poucas lutaram como Campos para alcançar o aperfeiçoamento da sua cultura de cana e do seu fabríco de açúcar.

Em verdade, não faltaram aos campistas energia e coragem, para elevar o seu município à posição que hoje desfruta na produção açucareira do país.

Nem sempre, porém, lhe bafejou a sorte.

Pioneiros no emprêgo de aperfeiçoados aparelhos, tiveram os campistas de enfrentar as dificuldades, que acarretam a inexperiência de quem envereda por uma indústria, por assim dizer que se renovava no país. Por outro lado, quis a fatalidade que êsses ensaios de progresso coincidissem com a grande crise por que passou a sua lavoura de cana, com a degenerêscencia da variedade preferida — a caiana.

Mas de tôdas essas provas de resistência, saiu o lavrador campista vitorioso.

Quando em 1867 acabavam de jugular a peste, que quase lhe dizimava os canaviais, puderam êles apresentar a Guilherme Schuch Capanema, que por ordem do govêrno lhe visitou os canaviais, nada menos de 14 variedades de canas.

No relatório apresentado ao ministério, enumerou-as Capanema com estas informações:

1.º — A caiana, que foi introduzida em Campos na fazenda do Queimado em 1912, vinda do Pará, é uma das que mais crescem. E' muito sujeita à peste. No entretanto, tendo-se deixado de cultivar por espaço de três anos, e a cabo dêsse tempo plantado-se novas mudas, conservou-se intacta.

2.º — A quissamã ou degenerada é uma variante da caiana, que apareceu espontâneamente e têm-se mantido. Dá perfeitamente em terrenos virgens, crescendo muito menos nos já trabalhados, justamente o inverso da cana roxa. E' a mais rica em açúcar a ponto que, um partido que produziu 36 caixas deu no ano seguinte, com cana roxa, apenas 15. Tem sido atacada de peste esta variedade.

3.º — A imperial, listrada de verde e amarelo, também é rendosa e quer terrenos fortes. Houve época em que pesteou muito; hoje vegeta bem.

4.º — A salangur é variedade que o govêrno mandou vir de Bourbon, pede terreno forte e é pouco rendosa. E' sujeita ao mal.

5.º — A salangur listrada de roxo é uma nova variedade que está aparecendo espontâneamente.

6.º — A ubá é uma cana fina, muito dura, que cresce em todo o terreno e uma vez plantada não se extingue mais. O caldo é salobro, dando ruim açúcar. Apareceu nas margens do rio Muriaé.

7.º — A roxa. E' a mais preciosa das variedades existentes. Dá-se bem em terre-

---

tra a certidão de pagamento ao Vigário das missas mandadas dizer, certidão esta datada de 1660. Há também um "cumpra-se" de 23 de abril de 1660. Em 10 de abril de 1660 Gabriel Soares ainda estava vivo, pois, nesta data, revogou parte do seu testamento, conforme documento existente no Instituto Histórico de Alagoas. Esta revogação é assinada "nesta minha caza e emgenho ynvocação nossa Sra. do Rosário".

Se bem diga no testamento estar "doente de cama de moléstia que Deus foi servido darme", sabe-se que Gabriel Soares foi uma das três vítimas principais da sanha holandesa em Alagoas em 1639; a êle, a Sebastião Ferreira, morador no Rio de São Miguel, e a Manuel Pinto, lavrador de canas, o sargento-mor Mansfelt e o escolteto Arnout van Liebergen mandaram tratar cruelmente, "pondo-lhes fogo debaixo dos pés, de que ficaram aleijados, e a poder de dinheiro com as vidas" é o que refere Frei Manuel Calado (12).

(12) **Valeroso Lucideno**, Edições Cultura, São Paulo, 1943.

nos já trabalhados. Não tem pesteado. Raramente tem frechado.

8.º — A roxa listrada de amarelo apareceu nos canaviais de roxa, requer terrenos cansados, não é sujeita a peste e parece ser tão rendosa quanto a que lhe deu origem.

9.º — A cana mole é muito tenra e rica em açúcar, porém acanhada no seu desenvolvimento, de modo que não compete com as outras que crescem e engrossam mais. Ignora-se a sua origem.

10.º — A São Julião. E' um enxerto de cana mole sôbre caiana feito há 12 anos pelo Comendador Julião Ribeiro de Castro.

11.º — A rosa. Veio de Bourbon e cresce de preferência em terreno barrento. Dá bom açúcar. Engrossa um pouco mais que a mole. Perfilha muito.

12.º — A roxa de fôlha roxa. Apareceu em uma ilha do Paraíba. Pesteia muito.

13.º — A preta. E' muito antiga em Campos. Não pesteia, mas é muito dura e cresce pouco.

14.º — A ferro. E' uma variedade, de caiana, cujas fôlhas não dobram e que não flecha.

Inegàvelmente, reunir assim tantas variedades de canas, já representava um grande esfôrço.

Mas, como dissemos, igual se não maior foi o que dispenderam os campistas na transformação das suas fábricas de açúcar.

Segundo Palmer, essa transformação foi motivada pela escassez de combustível. Parece ser muito absoluta a afirmativa. Outros fatôres, certamente, devem ser levados em consideração. Como quer que seja, não é o objetivo dêste artigo verificar êste ponto. Desejamos apenas focalizar a luta dos campistas na transformação de seus engenhos, luta que foi titânica, repleta de insucessos, cheia de altos e baixos, mas sempre denotadora de energia e coragem.

Campos sempre andou na vanguarda do progsesso da indústria açúcareira nacional.

Era êle quem experimentava as inovações e daí decorriam os insucessos.

O primeiro aparêlho de cozinhar no vácuo, introduzido na província do Rio de Janeiro, quiçá no Brasil, foi montado em Campos, no engenho Sapucaia, de propriedade de José Ribeiro de Castro. Instalou-o um homem prático, que conhecia o seu ofício, um francês de nome Pratt.

Afirma Palmer que o aparêlho era bom, apesar de ter os geradores fracos. Nada obstante, Ribeiro de Castro achou-lhe excessiva a despesa de combustível e muito fraca a produção. Vendeu-os a Julião Batista Pereira de Almeida, dono da fazenda Santa Cruz, que, passado pouco tempo relegou ao abandono o aludido aparêlho, substituindo-o por caldeiras de ferro do antigo sistema.

Qual a razão de haver Almeida abandonado o aparêlho, êle que era um dos mais adiantados lavradores campistas?

Dizia-se, na época, que Almeida recuara perante as grandes reparações que era necessário fazer aos aparelhos, e que havendo perdido o empregado a quem estava confiada a direção do aparêlho, desgostara-se e resolvera abandoná-lo.

Teve igual fim o segundo aparêlho dêste gênero montado em Campos numa fazenda do Barão São João da Barra.

Não podemos afirmar se houve um terceiro lavrador que teimasse em experimentar o vácuo na sua fábrica de açúcar, mas não há dúvida que Pratt desistiu da propaganda que fazia em prol do referido aparelho.

Não tiveram vidas diferentes os primei-


**E. G. Fontes & Co.**

Exportadores de Café, Açúcar,
Manganês
e outros produtos nacionais

**Importadores de tecidos e mercadorias em geral**

**Av. Nilo Peçanha, 12 - 9.º andar**

TELEFONES: 22 - 5535
22 - 5849
22 - 8058
42 - 3302

CAIXA POSTAL 3

**Telegramas AFONTES-RIO**

**Rio de Janeiro**

ros aparelhos a vapor e ao ar livre, que foram instalados em Campos.

Precedeu a todos o que foi importado em 1857 pelo Dr. Marini, médico que exercia a clínica em Campos, para o engenho de Luís José de Carvalho. A fraca produção e a dificuldade de fazer-se o retôrno da água aos geradores determinaram o fracasso do aparelho.

Entretanto, o êrro provinha da encomenda.

Marini em vez de encomendá-lo a uma única casa construtora de maquinismos, que planejasse a instalação e por ela se responsabilizasse, dividiu a encomenda: a máquina a vapor da moenda era da casa Fiand, a máquina e as moendas da casa Decoster, as caldeiras a serpentinas da casa Mangin e os geradores de um outro fabricante.

Verificado o fracasso da instalação, Marini responsabilizou o fabricante Mangin pelo mau resultado. Mas, no dizer de Palmer, Mangin justificou-se alegando que "havia feito caldeiras de cobre com serpentinas interiores sem procurar saber para que fim eram destinadas, e que, portanto, não lhe cabia a responsabilidade de um aparêlho feito sob os planos de outrem, e que provaria, quando fôsse necessário, que havia executado a encomenda de acôrdo com o pedido.

Do mesmo tipo e com o mesmo insucesso houve um outro aparêlho na fazenda de Manuel Gomes Barroso, o qual foi reduzido a sucata em 1870.

Não quis o destino que os campistas tivessem o melhor aparêlho de cozinhar no vácuo que veio ao Brasil por aquêles tempos. Foi importado por Gustavo Vichon para ser instalado em Campos. Não sabemos a razão por que o não foi, indo parar em Saquarema, no engenho de Bom-sucesso, de propriedade de Francisco Álvares de Azevedo Macedo, onde a eficiente instalação, no dizer de Palmer, ficou privada dos mais belos canaviais da província, que eram justamente os de Campos.

Esta instalação compunha-se de dois geradores de 25 cavalos cada um, dois montejus, duas caldeiras de defecar (a serpentina), uma caldeira de clarificação (também a serpentina), seis filtros, duas caldeiras de evaporar no vácuo e aquecidas a vapor pela serpentina, uma caldeira de cozinhar no vácuo, uma coluna de condensação, duas máquinas a vapor de 12 cvalos, duas bombas dágua, duas bombas de ar, uma bomba para melaço, quatro turbinas, duas raspas e máquina para pulverizar o açúcar.

Como se vê, era uma fábrica de açúcar digna, como dizia Palmer, de figurar num meio adiantado como o de Campos.

Mas a energia e perseverança dos lavradores campistas não se revelavam apenas no combate às doenças dos seus canaviais e na aplicação de novos maquinismos, convergiam também na tentativa de invenções que visavam o melhoramento do fabrico de açúcar.

A revista "O Auxiliador da Indústria Nacional", dêsses tempos, traz, de quando em quando, um pedido de privilégio, firmado por indústrial que vivia naquele município.

Vejamos um dêsses pedidos, o de Luís Emanuel Schmaltz, natural da Suíça e residente na cidade de Campos dos Goitacazes. Pedia êle privilégio, por dez anos, para assentar banguês com fogo sobrepôsto, isto é deitado de cima para baixo, montar secadores de bagaço verde de cana, e clarificar o açúcar por meio do bi-sulfito de cal líquido e preparar êste e seus acessórios.

Opinou a seção de agricultura da Sociedade que se desse a Schmaltz apenas privilégio para os banguês e os secadores de bagaço, recusando-se para o processo de clarificar açúcar.

Justificando tal parecer dizia a comissão :

"Conceder privilégio a um único indivíduo para empregar um agente químico tão conhecido em seus efeitos e que não demanda processos especiais em sua aplicação, como clarificador do caldo da cana, seria não só impossibilitar o desenvolvimento e o melhoramento da indústria sacarina no país, como também levar o govêrno à crítica posição de conceder amanhã privilégio a quem se lembrasse de pedi-lo sôbre o emprêgo da albumina, da água de cal, do sangue cristalizado e de outros reagentes químicos mais ou menos conhecidos e experimentados".

Do exposto verifica-se bem que em Campos quem não trabalhava no açúcar pensava no seu fabríco.

Com tal disposição, os engenhos acabariam por vencer apresentando nos mercados grande produção de artigo de superior qualidade.

E assim os campistas desfizeram aquêle conceito do famoso Padre Antônio Vieira, pelo qual o açúcar do Rio de Janeiro era inferior ao fabricado nas outras partes do Brasil.

# BIBLIOGRAFIA

**Mantendo o Instituto do Açúcar e do Álcool uma Biblioteca, anexa a esta Revista, para consulta dos seus funcionários e de quaisquer interessados, acolheremos com prazer os livros gentilmente enviados. Embora especializada em assuntos concernentes à indústria do açúcar e do álcool, desde a produção agrícola até os processos técnicos, essa Biblioteca contém ainda obras sôbre economia geral, legislação do país, etc. O recebimento de todos os trabalhos que lhe forem remetidos será registrado nesta seção**

**"BOLETIM ESTATÍSTICO DO BANCO DO BRASIL — N.º 22 — Outubro de 1945.**

Esta nova edição do bem feito boletim do nosso principal estabelecimento de crédito mantém íntegras as qualidades que já sagraram as anteriores edições.

A primeira parte é dedicada à matéria estatística referente ao Banco do Brasil, a segunda às estatísticas monetárias e financeiras do país, e a terceira as estatísticas das actividades economicas brasileiras, em geral. Nesta parte encontram-se diversos dados sôbre a econômia açucareira, os quais permitem ajuizar a sua importância no quadro geral da economia do Brasil e, também, o progresso que a produção de açúcar tem apresentado nos últimos anos.

**PLANTAS MEDICINAIS — J. T. Roig y Mesa**

O Ministério da Agricultura de Cuba, por intermédio de seu Serviço de Publicidade e Divulgação, editou "Plantas medicinais, aromáticas ou venenosas de Cuba", magnífica contribuição do Dr. Juan Tomas Roig y Mesa ao desenvolvimento da botânica no seu país.

Trata-se de uma fonte de informações, de oportunidade e valia indiscutíveis, e cuja publicação e divulgação, periòdicamente renovadas, constituem uma quase rotina dos países civilizados. Conhecido o valor do reino vegetal nas suas aplicações aos vários setores do conhecimento humano, notadamente na química, na farmácia, na medicina, na indústria de plásticos, etc., nada mais lógico que se procure esmiuçar as potencialidades de tão rico manancial, catalogando-as, para efeito de pesquisas posteriores mais acuradas e cuja finalidade prática o desenvolvimento científico apontará.

E' evidente, pela simples leitura, que o trabalho do agrônomo Roig y Mesa representa apenas material de consulta. A disposição do texto foi feita com espírito prático. A sinonímia, de uso internacional, ajuda a identificação de muitas espécies, cujos nomes populares variam para cada país ou mesmo para cada região. Uma série de boas gravuras completa o trabalho gráfico, que é recomendável.

**DIVERSOS**

BRASIL — Boletim Geográfico, ns. 22 e 23; Boletim da Associação Comercial do Amazonas, n.º 51; Boletim Semanal da Associação Comercial de São Paulo, ns. 118 a 120; Boletim da Associação Comercial do Rio de Janeiro, ns. 456 a 458; Bragantia, ns. 11 e 12 do vol. 4 e ns. 1 a 3 do vol. 5; Boletim dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização, Ministério da Agricultura, n. 3; Boletim do Departamento Estadual de Estatística, n.º 27; Boletim Shell, n. 29; Boletim Técnico da Secretaria de Viação e Obras Públicas, n.º 1; Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior, n.º 8; Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, n.º 133; Boletim da S. O. S., n.º 128; Boletim da Superintendência dos Serviços do Café, n.º 221; Boletim Estatístico do Banco do Brasil S. A., n.º 22; Campanha da madrinha dos combatentes. n.º 2; A Capital, n.º 122; Economia, n.º 78; Impôsto de Consumo, n.º 79; Inspetoria Federal de Obras contra as Sêcas, publicação n.º 142; Ministério da Agricultura, S. I. A., n.º 175 e S. D. A., ns. 191, 237, 259, 271, 273 e 275; Nação Armada, ns. 72 e 73; O Observador Econômico e Financeiro, n.º 118; Revista de Química Industrial, n.º 161; Revista da Produção, n.º 9; Revista Brasileira de Estatística, n.º 21; Revista de Ciências Econômicas, ns. 6-7; A Rodovia, n.º 69; Revista Industrial de São Paulo, n.º 11; Revista do D. A. C., n.º 10; Revista do D. N. C., n.º 148; Revista de Agricultura, ns. 9 a 12; Revista do I. R. B., n.º 34; Revista do Serviço Público, n.º 2; Saps, n.º 13; Vitória, ns. 626 a 629.

ESTRANGEIRO — What Next on Sugar ?, de Ody H. Lamborn; Los Problemas de la Guerra y la Preparación de la Paz, de Manuel Ávila Camacho; Sugar Prospects for 1946, de George L. Whright; El Banco de la Nación Argentina en la Organización, Fomento y Crédito a las Sociedades Cooperativas; Boletim Mensual de Estadistica, n.º 13; Boletim Informativo de la Oficina Comercial del Gobierno del Brasil, Colômbia, ns. 12 a 16; Boletim Americano, ns. 461 e 462; Boletin Estadistico, ns. 577 a 579; Boletin Mensual del Departamento de Agricultura y Comercio, ns. 11 e 12; Boletin Bibliográfico, n.º de março/abril de 1945; Carta Quinzenal da UNRRA, ns. 3 e 4; Cadernos Mensais de Estatística e Informação do Instituto do Vinho do Pôrto, n.º 69; Endeavour, n.º 13; Elaboraciones y Envases, n.º 2; Fortnightly Review, ns. 236 e 237; The Hispanic American Historical Review, n.º 2; La Industria Azucarera, n.º 625; Lamborn Sugar Market Report, ns. 44 a 46; Noticioso, ns. 224 a 227; Planificación Económica, n.º 31; Producción, n.º 21; Revista Trimestral Azucarera, n.º 4; Revista del Comercio Exterior n.º 7; Revista de la Unión Industrial Uruguaya, ns. 5-6; Revista Industrial y Agrícola de Tucuman, índices do tomo 34; El Rotariano Argentino, n.º 225; Revista de la Camara de Comercio Uruguayo-Brasileña, n. 78; Suiça Técnica, n.º 1; Sugar, n.º 11; El Trimestre Económico, n.º 3; Weekly Statistical Sugar Trade Journal, ns. 43 a 46.

# INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

## BALANCETE EM 30 DE NOVEMBRO DE 1945

## ATIVO

| Inversões | Cr$ | Cr$ |
|---|---|---|
| Biblioteca do Instituto | 182.450,40 | |
| Construção de Distilarias Centrais | 27.905.934,70 | |
| Distilarias Centrais — Custo de Instalação | 70.574.489,10 | |
| Imóveis | 4.711.679,90 | |
| Laboratórios | 139.760,30 | |
| Móveis e Utensílios | 2.972.509,40 | |
| SAM/Material Permanente | 97.945,00 | |
| SAM/Tanques, Maq. Bombas, Aces. e Instalações | 2.751.798,33 | |
| SAM/Terrenos e Edificações | 230.065,60 | |
| SAM/Vagões-Tanques | 500.000,00 | |
| SAM/Vasilhames e Tambores | 1.168.220,18 | |
| SAM/Veículos | 678.379,76 | |
| Títulos e Ações | 10.707.000,00 | 122.620.232,67 |
| **Operações de Crédito e Financiamento** | | |
| Caixa de Empréstimos a Funcionários | 424.087,90 | |
| Empréstimos Diversos | 56.594.414,10 | |
| Empréstimos a Produtores de Açúcar | 12.357,80 | |
| Empréstimos a Refinarias | 14.792.303,50 | |
| Financiamento a Distilarias Particulares | 19.159.104,45 | |
| SAM/Adiantamento para Compras de Álcool | 2.196.102,03 | 93.178.369,78 |
| **Contas de Regularização** | | |
| Açúcar c/Despesas | 3.243.204,00 | |
| Aluguéis | 693.299,20 | |
| Anuário Açucareiro | 1.725,00 | |
| Bonificações | 45.956.073,50 | |
| Comissões | 1.143.949,30 | |
| Despesas de Viagem | 1.034.840,80 | |
| Despesas do Edifício Taquara | 404.768,00 | |
| Despesas Gerais | 2.476.210,20 | |
| Diárias | 829.572,50 | |
| Distilarias Centrais — Despesas de Fabricação | 6.210.118,70 | |
| Distilarias Centrais — Mão de Obra | 1.124.908,30 | |
| Estampilhas | 15.220,00 | |
| Fundos para Propaganda | 912.183,53 | |
| Gratificações | 2.238.690,40 | |
| Instituto de Tecnologia — C/Subvenção | 83.332,00 | |
| Instituto de Tecnologia do E. de Pernambuco. C/Sub | 120.000,00 | |
| Portes e Telegramas | 356.102,10 | |
| Prêmios e Demais Despesas de Seguro | 54.004,20 | |
| Revista Brasil Açucareiro | 145.711,00 | |
| Salário Família | 277.750,00 | |
| SAM/Despesas do Álcool-Motor | 1.830.692,40 | |
| SAM/Despesas s/Álcool Anidro | 3.705.128,50 | |
| Vencimentos | 6.262.854,70 | |
| Contas a Classificar (Saldos Devedores) | 10.002.318,80 | 89.122.657,13 |
| A transportar | | 304.921.259,58 |

| | | |
|---|---|---|
| Transporte | | 304.921.259,58 |
| **Material de Consumo e de Transformação** | | |
| Distilarias Centrais — Almoxarifado | 2.485.281,58 | |
| Distilarias Centrais — Matéria Prima | 3.566.270,75 | |
| Material de Escritório | 777.479,90 | 6.829.032,23 |
| **Valores Realizáveis** | | |
| Compras de Açúcar C/Retrovenda | 18.259.850,00 | |
| Compras de Açúcar C/Reversão | 10.514.716,50 | |
| Distilarias Centrais — Produtos Elaborados | 250.639,12 | |
| Livros e Boletins Estatísticos | 1.075.567,20 | |
| SAM/Álcool Anidro C/Depósito Geral | 50.968,00 | |
| SAM/Álcool-Motor C/ Fabrico | 10.648.242,80 | |
| SAM/Compras de Álcool | 1.162.326,90 | 41.962.310,52 |
| **Créditos Diversos** | | |
| Contas Correntes (Saldos Devedores) | 23.851.924,10 | |
| Distilarias Centrais — Contas Correntes (Idem) | 785.180,70 | |
| Letras a Receber | 53.063,00 | |
| SAM/Contas Correntes (Saldos Devedores) | 10.248.378,55 | 34.938.546,35 |
| **Disponibilidades** | | |
| Banco do Brasil — C/Arrecadação | 81.176.630,60 | |
| Banco do Brasil — Créditos à Disp. da Seção de Câmbio | 100,30 | |
| Banco do Brasil — Depósito C/Juros C/Movimento | 15.477.353,00 | |
| Banco do Brasil — Depósito C/Juros C/Taxas S/Açúcar de Engenhos | 9.870.078,40 | |
| Caixa | 700.884,60 | |
| Delegacias Regionais C/Suprimentos | 17.177.539,20 | |
| Distilarias Centrais C/Suprimentos | 4.130.346,10 | 128.532.972,20 |
| **Contas de Compensação** | | |
| Açúcar Depositado em Penhor | 6.000.000,00 | |
| Banco do Brasil — C/Caução de Açúcar | 16.421.550,00 | |
| Banco do Brasil — C/Créditos | 11.740.150,00 | |
| Depositários de Títulos e Valores | 2.001,00 | |
| Títulos Depositados em Garantia | 300.000,00 | |
| Títulos e Valores Apenhados | 1.003.000,00 | |
| Valores Caucionados | 293.904,00 | |
| Valores em Hipoteca | 30.544.012,80 | 166.304.617,80 |
| TOTAL | Cr$ | 683.488.738,68 |

RIO, 30/XI/1945.

## PASSIVO

| | | Cr$ | Cr$ |
|---|---|---|---|
| **Patrimônio** | | | |
| Reserva Patrimonial Geral | | 80.976.478,40 | |
| Reservas Patrimoniais Especiais: | | | |
| Distilarias Centrais — Reservas p/Substituições | 3.679.173,50 | | |
| Reserva p/Substituições | 11.599,30 | 3.690.772,80 | 84.667.251,20 |
| **Reservas** | | | |
| Reservas p/Depreciações | | 1.201.993,70 | |
| SAM/Locação de Vagões-Tanques | | 250.000,00 | |
| SAM/Reserva do Álcool-Motor | | 9.636.094,91 | |
| SAM/Reserva p/Depreciações | | 1.701.041,60 | 12.789.130,21 |
| **Fundos Especiais** | | | |
| Fundo de Assist. às Associações e Plantadores de Cana | | 65.607,80 | |
| Fundo de Assistência Financeira | | 2.045.908,00 | |
| Fundo de Assistência Social | | 3.342.499,30 | |
| Fundo de Bonificações | | 16.937.074,10 | |
| Fundo de Donativos | | 1.480.380,45 | 23.871.469,65 |
| **Reserva de Previsão** | | | |
| Reserva de Previsão | | | 152.772.422,15 |
| **Exigibilidades** | | | |
| Banco do Brasil — C/Financiamento | | 18.259.850,00 | |
| Depósitos de Engenhos | | 110.200,00 | |
| Distilarias Centrais — Depósitos Especiais | | 987.789,50 | |
| Depósitos Especiais | | 7.507.980,04 | |
| Ordens de Pagamento | | 7.959.137,70 | |
| SAM/Vales Emitidos S/Álcool Motor | | 1.102.798,85 | |
| SAM/Vales Emitidos S/Álcool Motor (Em Liquidação) | | 2.909,96 | 35.910.666,05 |
| **Créditos Diversos** | | | |
| Contas Correntes (Saldos Credores) | | 21.450.685,60 | |
| Distilarias Centrais (Idem) | | 436.772,60 | |
| SAM/Contas Correntes (Saldos Credores) | | 1.955.088,52 | 23.842.546,72 |
| **Contas de Regularização** | | | |
| Arrecadações Diversas | | 38.465.605,00 | |
| Contas a Classificar (Saldos Credores) | | 15.601.456,40 | |
| Distilarias Centrais — Álcool Aldeido | | 1.794,00 | |
| Distilarias Centrais — Álcool Anidro | | 6.424.945,70 | |
| Distilarias Centrais — Álcool Industrial | | 1.910.082,10 | |
| Distilarias Centrais — Óleo de Fuzel | | 19.608,00 | |
| Juros | | 3.067.257,40 | |
| Livros e Boletins Estatísticos—Recebimentos Diversos | | 48.417,00 | |
| Multas | | 32.270,00 | |
| Rendas do Edificio Taquara | | 699.873,20 | |
| Revista Brasil Açucareiro — Recebimentos Diversos | | 69.497,20 | |
| SAM/Álcool-Motor- — Filtragem | | 33.886,40 | |
| SAM/Sobras e Vazamentos | | 3.190,50 | |
| SAM/Vendas de Álcool-Motor | | 10.345.220,50 | |
| SAM/Vendas de Álcool S/Mistura | | 850.707,70 | |
| Taxa de Açúcar de Engenhos | | 2.261.073,60 | |
| Taxa de Açúcar de Usinas | | 56.919.845,30 | |
| Taxa de Estatística | | 50.534,50 | |
| Taxa S/Aguardente | | 1.005.087,60 | |
| Taxa S/Álcool | | 44.318.548,80 | |
| Taxa S/Fornecimento de Cana | | 1.201.734,00 | 183.330.634,90 |
| **Contas de Compensação** | | | |
| Açúcar Caucionado | | 16.421.550,00 | |
| Créditos à N/Disposição | | 111.740.150,00 | |
| Depositantes de Títulos e Valores | | 293.904,00 | |
| Depósitos de Títulos em Garantia | | 300.000,00 | |
| Outorgantes de Hipoteca | | 30.544.012,80 | |
| Penhor Mercantil | | 7.003.000,00 | |
| Titulos e Valores Depositados | | 2.001,00 | 166.304.617,80 |
| TOTAL | | Cr$ | 683.488.738,68 |

RIO, 30/11/1945.

**LUCIDIO LEITE** — Contador Geral.

# INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

**ORÇAMENTO PARA 1945** **POSIÇÃO EM 30 DE NOVEMBRO DE 1945**

| VERBAS | DESPESAS ADIMINISTRATIVAS — ADMINISTRAÇÕES: CENTRAL E REGIONAIS | | | | DESPESAS ESTATUTÁRIAS — FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Despesa mês: Novembro | Total Despesas | Crédito Anual | Saldo Crédito Anual | Despesas mês: Novembro | Total Despesas | Crédito Anual | Saldo Crédito Anual |
| VERBA 1.ª — PESSOAL . . . . . | 1.124.252,40 | 7.390.679,70 | 11.601.600,00 | 4.210.920,30 | 272.220,20 | 2.326.031,50 | 3.892.474,00 | 1.566.442,50 |
| VERBA 2.ª — MATERIAL . . . . . | 68.009,20 | 617.351,00 | 1.057.800,00 | 440.449,00 | — | 356.884,00 | 79.500,00 | 277.384,00 |
| VERBA 3.ª — SERVIÇOS DE TERCEIROS | 275.027,50 | 2.396.475,50 | 3.236.440,00 | 839.964,50 | 65.399,20 | 663.234,00 | 900.000,00 | 236.766,00 |
| VERBA 4.ª — ENCARGOS DIVERSOS . | 151.150,40 | 1.033.111,60 | 1.896.200,00 | 863.088,40 | 1.741,70 | 24.287,40 | 36.500,00 | 12.212,60 |
| TOTAIS C$ ..... | **1.618.439,50** | **11.437.617,80** | **17.792.040,00** | **6.354.422,20** | **339.361,10** | **3.370.436,90** | **4.908.474,00** | **1.538.037,10** |

Carteira de Orçamento e Balanços
RIO, 20/XII/45

**LUCÍDIO LEITE** — Contador Geral.

# PUBLICAÇÕES DO I. A. A.

| | Preço do exemplar Cr$ |
|---|---|
| **BARBOSA LIMA SOBRINHO** — "Problemas Econômicos e Sociais da Lavoura Canavieira" | 12,00 |
| — "Os fundamentos nacionais da política do açúcar" | 5,00 |
| **LEONARDO TRUDA** — "A Defesa da Produção Açucareira" | 12,00 |
| **EDMUNDO O. VON LIPPMANN** — "História do Açúcar" (2 Vols.) | 40,00 |
| **ANIBAL R. DE MATOS** — "Álcool — Alcoometria, Estereometria e análise" | 15,00 |
| — "Álcool Absoluto" | 6,00 |
| — "Problemas da indústria do álcool" | 10,00 |
| — "Uniformização dos métodos de análise nas usinas de açúcar" | 20,00 |
| — "A questão das caldas de distilaria em Pernambuco" | 5,00 |
| **EDUARDO SABINO DE OLIVEIRA** — "Álcool-motor e motores a explosão" | 20,00 |
| **O. W. WILLCOX** — "A economia dirigida na indústria açucareira" | 8,00 |
| **TEODORO CABRAL** — "Léxico açucareiro Inglês - Português" | 12,00 |
| — "Dicionário comercial Inglês - Português | 20,00 |
| **JOAQUIM DE MELO** — "A política do álcool-motor no Brasil" | 10,00 |
| — "Um decênio de defesa do açúcar" | 5,00 |
| **AFONSO VÁRZEA** — "Geografia do Açúcar, no Leste do Brasil" | 50,00 |
| **VASCONCELOS TORRES** — "Condições de vida do trabalhador na agro-indústria do açúcar" | 15,00 |

# BANCO DO BRASIL

## O maior estabelecimento de crédito do País

Agências e sub-agências em tôdas as capitais e principais cidades do Brasil, Correspondentes nas demais e em todos os países do mundo.

## Condições para as contas de depósitos:

SEM LIMITE. . . . . .2% a. a. (retiradas livres)

POPULARES (limite de Cr$ 10.000,00) . 4% a. a. ( " " )

LIMITADOS (limite de Cr$ 50.000,00) . 3% a. a. ( " " )

PRAZO FIXO — de 6 meses. . . . . .4% a. a.

— de 12 meses. . . . . .5% a. a.

## Prazo fixo com renda mensal:

— de 6 meses. . . . . .3,½% a. a.
— de 12 meses. . . . . .4,½% a. a.

NOTA — Nesta conta, o depositante retira a renda, **mensalmente,** por meio de cheques.

**DE AVISO** — Para retiradas (de quaisquer quantias) mediante aviso prévio :

— de 30 dias. . . . . .3,½% a. a.
— de 60 dias. . . . . 4% a. a.
— de 90 dias. . . . . .4,½% a. a.

——————::——————

## Letras a prêmio - (sujeitas a sêlo proporcional)

— de 6 meses. . . . . .4% a. a.

— de 12 meses. . . . . .5% a. a.

——————::——————

DIREÇÃO GERAL E AGÊNCIA CENTRAL :

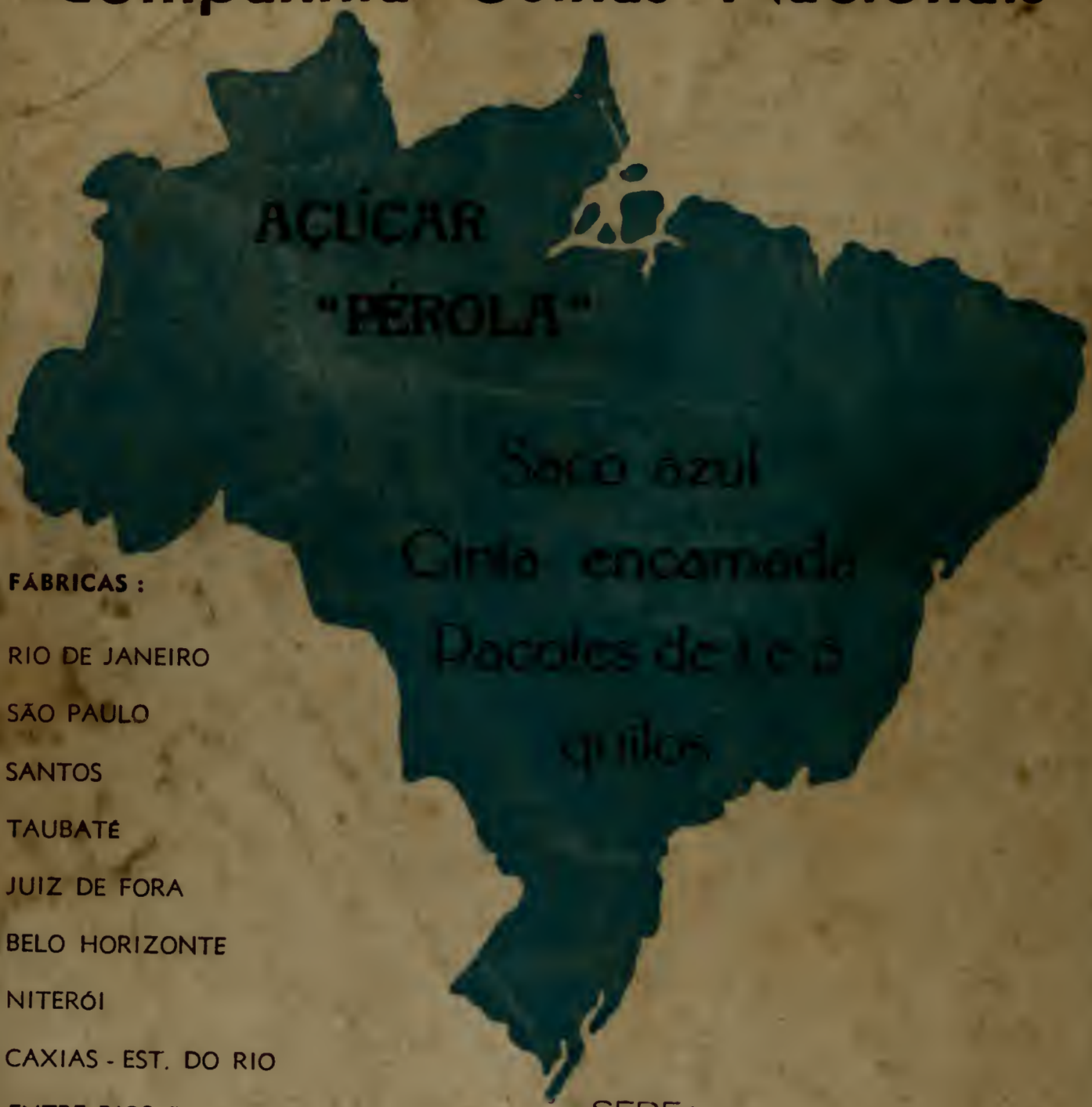
**66 - RUA 1.º DE MARÇO - 66**

**RIO DE JANEIRO**

AGÊNCIAS METROPOLITANAS:

GLÓRIA - Pça. Duque de Caxias (Edf. Rosa)
BANDEIRA - Rua do Matoso, 12
MADUREIRA - R. Carvalho de Sousa, 299
MEYER - Av. Amaro Cavalcanti, 27
TIRADENTES — Rua Visconde do Rio Branco, 52
CAMPO GRANDE — Rua Campo Grande, 100
RAMOS — Rua Leopoldina Rêgo, 78
SAÚDE — Rua do Livramento, 63

# Companhia Usinas Nacionais




**FÁBRICAS :**

RIO DE JANEIRO

SÃO PAULO

SANTOS

TAUBATÉ

JUIZ DE FORA

BELO HORIZONTE

NITERÓI

CAXIAS - EST. DO RIO

ENTRE RIOS "

SEDE :

RUA PEDRO ALVES, 319

TELEGRAMAS "USINAS"

TELEFONE 43-4830

RIO DE JANEIRO


Esta Revista foi confeccionada nas of. de Indústrias Gráficas J. Lucena S/A — Rua Mayrink Veiga, 22 — Rio de Janeiro